



**Fabício Pereira Soares**

**Os debates sobre a Educação Financeira em um  
contexto de financeirização da vida doméstica,  
desigualdade e exclusão financeira**

**Tese de doutorado**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais



**Fabício Pereira Soares**

**Os debates sobre a Educação Financeira em um  
contexto de financeirização da vida doméstica,  
desigualdade e exclusão financeira**

**Tese de doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito  
parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências  
Sociais.

Orientador: Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos



**Fabício Pereira Soares**

**Os debates sobre a Educação Financeira em um  
contexto de financeirização da vida doméstica,  
desigualdade e exclusão financeira**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais do Departamento de  
Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da  
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora  
abaixo assinada.

**Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos**

Orientador

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

**Prof. Marcus Vinicius David**

UFJF

**Prof. John Wilkinson**

UFRRJ

**Profa. Maria Sarah da Silva Telles**

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

**Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho**

Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio

**Profa. Mônica Herz**

Coordenadora Setorial do Centro  
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## Fabício Pereira Soares

Graduou-se em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2001. Kursou pós graduação *lato sensu* em Finanças pela mesma Universidade em 2002. Concluiu mestrado em Administração pela PUC Minas / Fundação Dom Cabral em 2006. Atuou em consultoria financeira a empresas e pessoas físicas por mais de 10 anos. É professor em instituições de ensino superior na área de Administração desde 2003. Atualmente, é professor do departamento de Finanças e Controladoria da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

### Ficha Catalográfica

Soares, Fabício Pereira

Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira / Fabício Pereira Soares ; orientador: Marcelo Tadeu Baumann Burgos. – 2017.

301 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Financeirização. 3. Educação financeira. 4. Políticas públicas. 5. Desigualdade. 6. Exclusão. I. Burgos, Marcelo Tadeu Baumann. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

## Agradecimentos

A meu professor orientador Marcelo Tadeu Baumann Burgos, pelas conversas, pelo incentivo e por ajudar a tornar mais tranquila e produtiva minha caminhada pelo mundo das Ciências Sociais. Utilizando uma expressão dos esportes, a cada conversa, a cada reunião, você elevou um pouco mais o nível do sarrafo e me obrigou a tentar saltos cada vez mais altos e, por isso, serei sempre muito grato.

À PUC, ao Departamento de Ciências Sociais e a todos os colegas do doutorado, obrigado pelo ambiente saudável e propício para que meus estudos fossem conduzidos.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) pelo apoio inestimável dado durante todo o meu processo de qualificação.

Agradeço especialmente à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) e ao Departamento de Finanças e Controladoria, pela compreensão durante minha ausência e pelo carinho e torcida dos colegas para que essa etapa de minha vida acadêmica fosse concluída com êxito.

Meus sinceros agradecimentos também à *University of Leeds* e ao *Bauman Institute*, pela acolhida e pela excelente estrutura para conduzir meus estudos. Agradecimento especial ao professor Mark Davis, cujo apoio ajudou a abrir novas portas e a levantar questionamentos importantes para o desenvolvimento do argumento de minha pesquisa.

Agradeço também à Coordenação de Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro investido nos quatro anos do doutorado na PUC-Rio e no período do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior junto à *University of Leeds*.

Pelas entrevistas concedidas e pelo apoio e disponibilidade para que essa pesquisa fosse realizada, meus agradecimentos à AEF Brasil, em especial à Sra. Cláudia Forte e Sr. Thiago Nascimento, ao Banco Central do Brasil, na figura do Sr. João Evangelista de Sousa Filho, à CVM e ao Sr. José Alexandre Vasco e à PREVIC e à Sra. Patrícia Monteiro. Agradeço também pela atenção e fornecimento de informações da Sra. Sílvia Morais, ex-executiva da AEF Brasil.

Meu agradecimento a toda a minha família, por toda uma vida de apoio aos meus estudos e, muito especialmente e cheio de saudades, muito obrigado a meu pai que tanto gostaria de ver mais essa etapa concluída.

Muito obrigado à Raquel por todo o carinho e apoio e também pelos palpites, sugestões de leitura e preocupação com meu desenvolvimento.

A todos os meus amigos, meu muito obrigado pela torcida e carinho. Em especial aos amigos de trabalho e doutorado Cristina Sayuri, Eduardo Horta e nossa inesquecível e saudosa Bárbara Stella.

## Resumo

Soares, Fabrício Pereira; Burgos, Marcelo Tadeu Baumann (orientador). **Os debates sobre a Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira.** Rio de Janeiro, 2017. 301p. Tese de doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Pressões para se educar financeiramente a população vêm sendo sentidas em diversas partes do mundo, especialmente considerando um cenário de maior complexidade de decisões financeiras, consumismo, menor provisão de bens e serviços considerados básicos por parte do Estado e de maior desregulamentação do Sistema Financeiro. Para diversos autores, esse cenário ajuda a fazer com que o mundo financeiro, com seus motivos e práticas, adentre na esfera doméstica e com que se potencialize um quadro que se convencionou chamar de financeirização da economia. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivos principais (1) investigar o processo de financeirização da vida doméstica e caracterizar a emergência dos debates sobre o tema Educação Financeira como desdobramento desse processo e (2) compreender o sentido da Educação Financeira em uma sociedade financeirizada, marcada pelo consumismo, maior endividamento da população e aumento da complexidade das decisões financeiras, onde o dinheiro ocupa cada vez mais papel preponderante de balizador de relações não apenas econômicas, mas também pessoais e sociais. Foi realizada extensa revisão bibliográfica sobre a financeirização, seguida pela busca e compilação de dados que permitissem afirmar que tal fenômeno se encontra presente também na economia brasileira. O trabalho também apresentou uma discussão sobre três perfis ou posturas surgidos a partir da financeirização: uma postura ativa, daqueles que buscam na interação com o mercado financeiro as oportunidades para se melhorar patrimônio e consumo; uma postura defensiva, típica dos indivíduos que enxergam no sistema financeiro a possibilidade de se preencher a lacuna entre o que se ganha e o que se deveria ganhar para não se perder padrão de vida, especialmente em face da menor provisão de serviços por parte do Estado; e, por fim, a postura dos excluídos pela financeirização, que pouco ou nenhuma interação conseguem com o mundo financeiro, especialmente considerando um cenário de desigualdade e exclusão financeira. Essa discussão se tornou preponderante para avaliar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF),

política pública criada para se educar financeiramente a população do Brasil e inquirir a quem ela se presta, dado o contexto de desigualdade, exclusão e financeirização. O trabalho termina com uma proposição de iniciativas para se pensar um pouco além da Educação Financeira, de modo a se mudar o rumo das discussões apenas focadas no aspecto de fornecimento de informações financeiras às pessoas e se direcionar os debates para um novo significado para o consumo e para o dinheiro na sociedade e sobre uma regulação mais efetiva do Sistema Financeiro.

### **Palavras-chave**

Financeirização; Educação Financeira; Políticas Públicas; Desigualdade; Exclusão.

## Abstract

Soares, Fabrício Pereira; Burgos, Marcelo Tadeu Baumann (advisor). **Financial Education debates in a context of financialization of domestic life, inequalities and financial exclusion.** Rio de Janeiro, 2017. 301p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Pressures to financially educate the population have been felt in many parts of the world, especially considering a scenario of greater complexity of financial decisions, consumerism, less provision of basic goods and services by the State and greater deregulation of the Financial System. For several authors, this scenario contributes to allow the financial world, with its motives and practices, to enter into the domestic sphere and to maximize a framework that has been called the financialization of economy. In this sense, the main objectives of this study were: (1) to investigate the process of financialization of domestic life and to characterize the emergence of debates on the subject of Financial Education as a result of this process; and (2) to understand the meaning of Financial Education in a financialized society, shaped by consumerism, greater population indebtedness and an increase in the complexity of financial decisions; a society where money occupies an increasingly important role as a driver of not only economic relations but also personal and social relations. An extensive bibliographical review was carried out on the financialization subject, followed by the search and compilation of data that allowed to affirm that this phenomenon is also present in the Brazilian economy. The thesis also presented a discussion about three profiles or postures arising from financialization: an active posture, of those who seek the opportunities to improve equity and consumption in the interaction with the financial market; a defensive one, typical of individuals who see in the financial system the possibility of filling the gap between what is earned and what should be earned in order not to lose the aimed standard of living, especially in face of lower provision of services by the State; and, finally, the position of those excluded by financialization, entitled of little or no interaction with the financial world, specially considering a scenario of inequalities and financial exclusion. This discussion became important in order to analyse the National Strategy of Financial Education (ENEF, in Portuguese), a public policy designed to financially educate Brazilian population and to ask to whom it is made for, given

the context of inequality, exclusion and financialization. The work ends with a proposal for initiatives to think beyond Financial Education, aiming to change the direction of discussions focused only on the aspect of providing financial information to people and to point the debates on a new meaning for consumption and money in society and on a more effective regulation of the Financial System.

**Keywords**

Financialization; Financial Education; Public Policies; Inequality; Financial Exclusion.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	17
<u>PARTE 1. O ESTÁGIO ATUAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....</u>	<u>32</u>
1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	35
1.1 Conceito de Educação Financeira .....	35
1.2 A socialização financeira dos indivíduos .....	42
1.3 Evidências de um maior nível de Educação Financeira .....	49
2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E NO MUNDO.....	67
2.1 Proposta da OCDE para a Educação Financeira .....	68
2.2 Educação Financeira no mundo .....	83
2.3 Educação Financeira no Brasil .....	99
<u>PARTE 2. A FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA DOMÉSTICA E SEUS</u> <u>IMPACTOS SOBRE OS DEBATES ACERCA DA EDUCAÇÃO</u> <u>FINANCEIRA DA POPULAÇÃO .....</u>	<u>110</u>
3. A FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA DOMÉSTICA: CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	113
3.1 Contexto histórico que permitiu a expansão do mundo financeiro .....	113
3.1.1 Mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais e o avanço do neoliberalismo .....	114
3.1.2 Novo significado representado pelo consumo .....	120
3.1.3 Desregulamentação dos mercados financeiros .....	128
3.2 Conceito de financeirização .....	133
3.2.1 Financeirização como um processo de acumulação de capital e geração de lucro .....	139
3.2.2 Financeirização com foco nos motivos corporativos e governança .....	144
3.2.3 Financeirização como expansão da esfera de influência de motivos financeiros na vida das pessoas .....	147
4. DESDOBRAMENTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA DOMÉSTICA ...	151
4.1 O surgimento do “homem endividado” .....	152
4.2 A expansão da esfera de influência das finanças na vida das pessoas ...	160
4.2.1 Financeirização e a preservação do estilo de vida .....	163
4.2.2 Financeirização e o aproveitamento de oportunidades para o aumento de consumo das famílias .....	165
<u>PARTE 3. A FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL E A FORMULAÇÃO DE</u> <u>POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....</u>	<u>168</u>

5. FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL .....	170
5.1 A financeirização subordinada em economias emergentes e o caso brasileiro .....	170
5.2 O processo de financeirização da economia brasileira .....	178
5.2.1 Aumento da importância dos resultados financeiros em empresas não-financeiras .....	178
5.2.2 Mudanças no Sistema Financeiro Brasileiro e a crescente bancarização da população .....	186
5.2.3 As práticas financeiras dos indivíduos e a evolução do consumo e do endividamento no Brasil .....	203
6. DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL .....	217
6.1 Financeirização e exclusão financeira no Brasil .....	219
6.2 Implicações do modelo de Educação Financeira no Brasil .....	230
6.3 O processo de formulação da ENEF brasileira .....	236
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	250
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	272
9. ANEXOS .....	293

## Listas de ilustrações, tabelas e quadros

Figura 1 – Alfabetização Financeira como desdobramento da Educação Financeira	38
Figura 2 – Educação Financeira vista como um processo de construção de significado	40
Figura 3 – Objetivos da ENEF	106
Figura 4 – Desdobramentos da financeirização sobre a vida doméstica	162
Figura 5 – Forças propulsoras de mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais	172
Figura 6 - Políticas públicas, suas causas e consequências	239
Figura 7 – Contextos do processo de formulação de uma política	246
Gráfico 1 – Evolução do Estoque Líquido de Capital Fixo total e apenas capital produtivo (1950-2008, em bilhões de R\$, preços constantes de 2000)	175
Gráfico 2 – Ativos financeiros como proporção do PIB total (2010-2013)	179
Gráfico 3 – Ativos financeiros retidos pelo setor não-financeiro como proporção do PIB total (2010-2013)	180
Gráfico 4 – Participação no endividamento Pessoa Jurídica por fonte de recursos no Brasil, em % (2012-2015)	183
Gráfico 5 – Receitas financeiras como proporção da Receita bruta de vendas do setor não-financeiro no Brasil (1996-2015)	184
Gráfico 6 – Receitas financeiras como proporção do Lucro Total do setor não-financeiro no Brasil (1996-2015)	185
Gráfico 7 – Evolução das transações com uso de cartões no Brasil (% sobre o total de transações – 2009-2013)	195
Gráfico 8 – Valor adicionado bruto a preços correntes pelo setor financeiro como proporção do PIB Total (2000 – 2013)	197
Gráfico 9 – Total de ativos financeiros retidos pelo setor financeiro como proporção do PIB total (2010-2013)	198
Gráfico 10 – Composição dos ativos dos bancos comerciais, em % (2010-2015)	202
Gráfico 11 – Ativos dos planos de previdência complementar fechada e aberta no Brasil, como % do PIB (2009-2012)	214
Quadro 1 – Países membros da OCDE	68
Quadro 2 – Estágios de desenvolvimento das Estratégias Nacionais	70

Quadro 3 – Princípios recomendados pela OCDE	73
Quadro 4 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Ação pública para a Educação Financeira	75
Quadro 5 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Papel das instituições financeiras na promoção da Educação Financeira	77
Quadro 6 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Educação Financeira para a aposentadoria	79
Quadro 7 - Boas práticas recomendadas pela OCDE – Programas de Educação Financeira	80
Quadro 8 – Nível mínimo de Educação Financeira: Japão	93
Quadro 9 – Síntese das informações sobre o estágio atual da Educação Financeira (EUA, Reino Unido, Itália e Portugal)	97
Quadro 10 – Síntese das informações sobre o estágio atual da Educação Financeira (Japão, Coreia do Sul e Austrália)	98
Quadro 11 – Objetivos e competências desenvolvidas no Ensino Médio	108
Quadro 12 – Características de uma política pública	237
Quadro 13 – Formulação de políticas como um processo	240
Tabela 1 – Algumas contribuições no estudo da socialização financeira	47
Tabela 2 – Hipotecas residenciais refinanciadas nos Estados Unidos (2000 – 2007)	158
Tabela 3 – Comparação entre os três regimes de crescimento da economia brasileira (1966 – 2006)	174
Tabela 4 – Reservas de países em desenvolvimento, em US\$ bilhões (2001-2011)	176
Tabela 5 – Composição dos ativos financeiros retidos pelo setor não-financeiro (2010-2013)	181
Tabela 6 – Composição dos passivos do setor não-financeiro (2010-2013)	182
Tabela 7 – Evolução do setor bancário brasileiro X outros setores da economia (2010-2015)	188
Tabela 8 – Os 10 maiores bancos do Brasil (R\$ mil) em Dezembro / 2015	189
Tabela 9 – Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) dos principais bancos brasileiros (2010-2015)	190
Tabela 10 – Bancarização dos países em 2014	192
Tabela 11 – Agências bancárias e contas correntes por país em 2014	192

Tabela 12 – Número de agências, PABs e PAEs, absoluto em funcionamento (em milhares de unidades – 2010-2014)	193
Tabela 13 – Número de transações bancárias (em bilhões de transações – 2010-2014)	193
Tabela 14 – Contas correntes com mais de 80% de transações através de canais remotos (2013-2015)	194
Tabela 15 – Gastos em cartão (2014)	195
Tabela 16 – Composição dos ativos financeiros retidos pelo setor financeiro brasileiro (2010-2013)	199
Tabela 17 – Empregos do setor financeiro como proporção do emprego total no Brasil (2010-2013)	200
Tabela 18 – Lucros do setor financeiro em relação aos lucros totais da economia (em milhares de reais, 2015)	201
Tabela 19 – Ativos totais do Sistema Financeiro, separados por tipos de instituições (2014-2016, em milhares de R\$)	201
Tabela 20 – Composição da população brasileira em classes sociais (2003-2014)	204
Tabela 21 - Principais Indicadores do Endividamento das Famílias (2011-2016)	207
Tabela 22 – Composição do endividamento das famílias, em R\$ e percentual (2014 – 2016)	207
Tabela 23 – Tipo de dívida mais citado pelas famílias (2011-2016)	209
Tabela 24 – Tempo de comprometimento das dívidas (dentre os endividados – 2011-2016)	209
Tabela 25 – Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar (%)	212

## Lista de siglas e abreviaturas

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

AEF Brasil – Associação de Educação Financeira do Brasil

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

ASIC – *Australian Securities and Investments Commission*

BACEN – Banco Central do Brasil

BdP – Banco de Portugal

BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias e Futuros / Bolsa de Valores de São Paulo

CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CEE – *Council for Economic Education*

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNSEG – Confederação Nacional de Seguros

CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de Portugal

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira

COREMEC – Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de Portugal

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DI – Depósito Interbancário

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

EUA – Estados Unidos da América

FED – *Federal Reserve Bank*

FAPI – Fundo de Aposentadoria Programada Individual

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FENAPREVI – FEDERAÇÃO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSA – *Financial Services Authority*

G20 – Grupo dos 20 países mais ricos do mundo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InDEF – Indicador de Educação Financeira

INFE – *International Network on Financial Education*  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ISP – Instituto de Seguros de Portugal  
MAS – *Money Advice Service*  
MCC – *Money Creation Committee*  
MEC – Ministério da Educação  
NAF – Núcleo de Apoio Fiscal  
NCM – Nova Classe Média  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OEEC – *Organisation for European Economic Co-operation*  
ONG – Organização não-governamental  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior  
PLEF – Processo de Legitimação da Educação Financeira  
PFEG – *Personal Finance Education Group*  
PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIBB – Papéis Índice Brasil Bovespa  
PISA – *Programme for International Student Assessment*  
PEA – População Economicamente Ativa  
PNFF – Plano Nacional de Formação Financeira  
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares  
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar  
PRODIN – Programa de Orientação e Defesa do Investidor  
SCR – Sistema de Informações de Crédito  
RDB – Recibo de Depósito Bancário  
REF – Referencial de Educação Financeira  
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
USP – Universidade de São Paulo  
VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre

“O dinheiro, um simples meio para obter outros bens, é percebido como um bem autônomo; de simples meio e condição prévia, o dinheiro converte-se, interiormente, em fim último [...] logo que a vida se refere tão só a ele. Mas o dinheiro é apenas a ponte para valores definitivos e, numa ponte, não é possível ter morada.”

Georg Simmel (Psicologia do dinheiro e outros ensaios)

“Sorry! The lifestyle you ordered is currently out of stock.”

Banksy (*street art*, East India Dock Road, Londres, Inglaterra)

## Introdução

Nos últimos tempos, como consequência do desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro e também da existência de mais crédito e poupança, debates acerca da gestão das finanças pessoais são mais comuns entre a população do país (MARTINS, 2004; LUCCI et al., 2006; SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007; D'AQUINO, 2008). Diversos outros fatores, como a menor provisão de serviços ditos essenciais por parte do Estado, a maior desregulamentação dos mercados financeiros e a revolução consumista ou, na definição de Bauman (2008), a passagem do consumo ao consumismo, juntamente com seus desdobramentos sobre o endividamento da população, também trazem pressões sobre a relação das pessoas com o dinheiro, gerando implicações no campo da gestão das finanças de indivíduos e famílias.

Nesse sentido, de maneira mais abrangente, esta pesquisa versa sobre essa relação e implicações surgidas a partir dela, especialmente sobre a maneira como o mundo financeiro, seus motivos e práticas, adentraram na esfera doméstica.

No início do século passado, Simmel (2009) já afirmava que o dinheiro não é apenas um objeto concreto, mas um processo de abstração de representações ligadas à necessidade de se medir quantitativamente o valor de objetos qualitativamente diferentes dentro de uma relação social particular. Seu interesse no dinheiro era psicológico, sociológico e filosófico. Em um esforço mais recente de trazer um olhar sociológico sobre o dinheiro, Dodd (2014) o coloca como essencialmente uma ficção ou uma ilusão socialmente poderosa. Sendo assim, ele dá enfoque à “vida social do dinheiro”, ou seja, à noção de que o valor do dinheiro e sua própria existência residem nas relações sociais entre aqueles que o utilizam. E tais relações, moldadas por fatores e atributos históricos, culturais, políticos e institucionais são variadas, complexas e, acima de tudo, dinâmicas.

Interessará a este trabalho de pesquisa este dinamismo e complexidade de relações intermediadas cada vez mais pelo dinheiro. No que diz respeito ao estudo dessas características da relação das pessoas com o mundo monetário, uma importante organização na produção de conhecimento e frequentemente citada por diversos autores da área financeira tem sido a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apesar de a descrição de sua relevância

ser realizada ao longo do Capítulo 2 deste trabalho de pesquisa, deve-se, neste momento, citar sua publicação *High-level principles on National Strategies for Financial Education* (OCDE, 2012a), onde se ressalta que características marcantes desse dinamismo percebido no dinheiro e no mundo financeiro das últimas décadas foram a transferência de uma ampla gama de riscos (financeiros) para os consumidores, um aumento da complexidade das decisões financeiras, o aumento do número de consumidores e investidores ativos na esfera financeira e a capacidade limitada de apenas a regulação protege-los de forma eficiente. Todos esses fenômenos ocorrem em paralelo e como decorrência do capitalismo de mercado ao longo do último século e o consequente surgimento de uma sociedade de consumo de massa.

Mais do que a consolidação de um capitalismo de mercado neste período, o que se viu, especialmente a partir das três décadas finais do século XX, foi o advento do fenômeno da financeirização da economia (MARTIN, 2002; DAVIS, 2009; ARRIGHI, 2010; HARVEY, 2011; KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013). A presença mais constante dos mercados financeiros e a consequente maior dependência desses mercados por parte de empresas (sejam elas do setor financeiro ou não) e famílias marcam o que diversos autores definem como financeirização.

Como afirma Davis (2009), o mercado financeiro seria o ente principal por trás da transição de uma sociedade industrial para uma pós-industrial. A “força gravitacional” dos mercados, especialmente do mercado financeiro, faz com que tudo se organize em torno deles. A financeirização acaba por integrar mercados originalmente separados. Traz o mundo do dinheiro e o linguajar financeiro para esferas do cotidiano antes reservadas a profissionais financeiros em situações específicas. O conceito de risco adentra as residências e o pensar e agir financeiros passam a ser meios para expressão e aquisição de identidade. Mais do que isso, a financeirização da vida diária se mostra como “uma proposta sobre como se seguir adiante e também um meio para os movimentos expansivos de corpo e alma” (MARTIN, 2002, p. 35).

O capitalismo teria se financeirizado, assim como a vida corporativa e a vida doméstica, esta última com repercussões mais fortes sobre o objeto de pesquisa deste trabalho.

No entanto, o que acontece no Brasil hoje em dia é que, apesar de a relação das pessoas com o dinheiro ter mudado e a financeirização da economia também ter ocorrido no país, como será explorado mais adiante, os temas relacionados com dinheiro e investimentos passaram a ser discutidos sem a existência ou com a presença ainda tímida de um conceito tido por muitos autores como básico no que diz respeito à gestão das Finanças Pessoais: a Educação ou Alfabetização Financeira (MARTINS, 2004; SOARES e ALVIM, 2007; D'AQUINO, 2008).

Não restritos a nosso país, os debates em torno dos benefícios de se educar financeiramente a população ganharam força. Autores defendem a perspectiva do ganho de conhecimentos financeiros como base para melhores comportamentos financeiros futuros (BERNHEIM, GARRETT e MAKI, 2001; BEVERLY e BULKHALTER, 2005; BEUTLER e DICKINSON, 2008; SOLHEIM, ZUIKER e LEVCHENKO, 2011; SOHN et al., 2012). Braunstein e Welch (2002) caracterizam um certo “senso de urgência” em se levar Educação Financeira à população. Para isso, as autoras baseiam seus argumentos nos avanços tecnológicos que aumentam a capacidade de ofertas de produtos e ações de *marketing* de maneira mais forte e individualizada, nas práticas de concessão de empréstimos cada vez mais questionáveis, nas mudanças demográficas da população mundial, na existência de mais crédito e o consequente aumento do endividamento da população e no aumento das responsabilidades do consumidor.

Além disso, na publicação já citada da OCDE (2012a), há destaque para o fato de que as consequências da grave crise financeira vivenciada a partir dos últimos anos da década passada mostraram custos implícitos dos baixos níveis de Educação Financeira da população. Assim, apesar da complexidade das causas dessa crise, um fator agravante teria sido, segundo esta organização, a falta de conhecimentos financeiros, especialmente no que diz respeito às hipotecas nas economias americana e europeia.

Diante de tal cenário, diversas organizações se manifestam a favor de uma disseminação de iniciativas para levar maior Educação Financeira às pessoas. Além da já mencionada OCDE, a *Partnership for 21st Century Learning*<sup>1</sup>, por exemplo, uma importante organização composta por membros da comunidade empresarial, líderes educacionais e *policymakers* coloca o Letramento Financeiro,

---

<sup>1</sup> PARTNERSHIP FOR 21ST CENTURY LEARNING (P21). Disponível em: <www.p21.org>. Acesso em: 23/04/2015.

Econômico, em Empreendedorismo e Negócios como um dos temas essenciais de aprendizado no século XXI. Esse tema aparece juntamente com Consciência Global, Letramento Cívico, Letramento em Saúde e Letramento Ambiental em um grupo de temas interdisciplinares que, segundo a organização, deveriam ser trazidos para dentro das disciplinas centrais, para que os alunos possam também aprender as habilidades essenciais para o sucesso no mundo de hoje, como o pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e colaboração.

Em recente relatório, o *National Symposium on Financial Literacy and Education* também destacou o assunto e incluiu o tema socialização financeira de jovens em três das dez questões mais importantes que precisam ser enfrentadas no contexto da educação (SOLHEIM, ZUIKER e LEVCHENKO, 2011).

Assim, dada a importância do tema e tendo em vista seu atual nível de debates e disseminação, é necessário neste ponto, ainda que em caráter introdutório, definir o termo Educação Financeira. Apesar de um esforço conceitual maior ser empreendido logo no Capítulo 1 deste trabalho e de diversas outras definições serem apresentadas naquele capítulo, cita-se a seguir uma definição que está presente na publicação *Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness* da OCDE (2005, p.4). Para esta organização, a Educação Financeira é

o processo pelo qual consumidores / investidores aprimoram sua compreensão sobre produtos financeiros, seus riscos e conceitos e, através de informação, instrução e / ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes sobre riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões embasadas, para saber onde buscar auxílio e buscar outras ações efetivas para aprimorar seu bem-estar financeiro (tradução nossa).

Cabe aqui um comentário sobre o porquê de se escolher esta definição logo na abertura desta tese. O motivo principal não apenas da escolha mas também do destaque dado a esta organização aqui neste trabalho de pesquisa é que, especialmente a partir da última década, a mesma tem se tornado um importante ator no que tange ao tema, pois vem estudando e realizando publicações no sentido de proporcionar uma melhor compreensão aos indivíduos sobre os produtos financeiros e também sobre a poupança previdenciária. Além disso, sua definição aparece de forma recorrente em muitos autores e suas publicações têm

sido utilizadas como referência por diversos governos (inclusive no Brasil) para se levar adiante políticas públicas para a promoção da Educação Financeira. Conforme se perceberá no decorrer dos próximos capítulos, ressalvas serão feitas à maneira como o tema vem sendo conduzido ao redor do mundo e às recomendações feitas por esta organização. Não se perderá de vista, também, sua ligação com instituições que representam o próprio sistema Capitalista e as nações mais ricas do mundo, o que poderia produzir considerações sobre a aparente neutralidade de sua abordagem e sua influência sobre quaisquer tentativas de se conduzir políticas ligadas à Educação Financeira dos indivíduos.

Apesar deste crescimento da importância dada ao tema, a preocupação com o assunto não é nova. E isso pode ser confirmado pela existência de muitas organizações dedicadas a difundir o conceito em um grande número de países, como o *Financial Literacy Centre* e o *Council for Economic Education* (EUA), programas como o *Start Right Coalition for Financial Literacy* (Canadá), *Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy* (EUA) e o *Money Management Council* (Reino Unido) (MASON e WILSON, 2000).

No entanto, nenhuma dessas organizações está localizada no Brasil. Pode-se dizer que nos dias de hoje, no Brasil, o nível de Educação Financeira ainda é baixo, o que, para autores como Martins (2004) e D'Aquino (2008), pode decorrer do fato de o sistema educacional pouco tratar do assunto “dinheiro”. D'Aquino (2008) afirma que o brasileiro ainda sofre duas consequências da convivência com a inflação por tantos anos. A primeira diz respeito a uma constante preocupação de que um dia altos níveis de inflação possam retornar ao país, mesmo sendo, conforme a autora, uma reação que escapa ao racional. Uma segunda grande consequência é a falta de uma cultura de planejamento, impossibilitada pelo longo tempo de convivência com a alta inflação, o que gera impactos sobre a ausência de uma Educação Financeira sólida em sua formação.

Vieira, Bataglia e Sereia (2011), na mesma linha, mostram que um dos possíveis motivos responsáveis pelo atraso da preocupação com a Educação Financeira em nosso país é a herança de um passado cultural e histórico do Brasil, especialmente de um período onde as variações monetárias e as altas taxas de inflação foram características marcantes da economia. Em um ambiente econômico como esse, o indivíduo acaba por ficar impossibilitado a pensar em decisões de longo prazo e é levado à falta de planejamento.

Contudo, deve-se mencionar que movimentos vêm sendo realizados no Brasil com a temática da Educação Financeira e que, no ano de 2010, o governo brasileiro lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que prevê o desenvolvimento, nas escolas de Ensino Médio e Fundamental que aderirem ao programa, de atividades de Educação Financeira, baseadas na exploração de situações didáticas apresentadas em material elaborado com esta finalidade para professores e alunos.

Após essa breve contextualização e justificativa da escolha da temática desta pesquisa, e passando-se a uma apresentação dos objetivos deste trabalho, cumpre dizer que a construção do objeto de estudo e a definição da metodologia de pesquisa desta tese se estruturaram em torno de quatro hipóteses de trabalho iniciais, que permitiram uma reflexão sobre a Educação Financeira e o modo como políticas públicas vêm sendo conduzidas com o intuito de se levar conhecimentos financeiros à população.

Uma primeira hipótese é a de que a Educação Financeira surge como desdobramento do processo de financeirização da economia, que acaba por fazer com que os motivos e práticas financeiras passem a permear a vida de indivíduos e famílias. Sobre esta hipótese, deve-se mencionar que ela está alicerçada em duas premissas: (1) a emergência da Educação Financeira visa buscar mecanismos para corrigir excessos gerados pelo próprio sistema capitalista e pelo mercado de consumo de massa criado por ele e (2) o enfoque dos debates sobre a inserção de temas ligados ao mundo financeiro na esfera escolar tem negligenciado a importância de se tratar de uma maior regulação nos mercados financeiros e de consumo e tem jogado todo o peso da questão sobre o aspecto da formação.

A segunda hipótese que norteou a construção do trabalho é a de que os desdobramentos de um mundo mais financeirizado geram pressões sobre o poder público e fazem com que os olhares dos governos se voltem para a necessidade de criação de políticas públicas específicas que visam disseminar a Educação Financeira na sociedade.

Antes de se apresentar as duas próximas hipóteses, deve-se mencionar os desdobramentos dessas duas primeiras sobre a metodologia escolhida para a investigação proposta por esta tese. Para a realização da pesquisa e consequente análise da financeirização da vida doméstica e seus desdobramentos sobre os debates acerca da Educação Financeira, foi proposto inicialmente um trabalho

ancorado intensamente em referencial teórico sobre a financeirização, seus fatores causadores e também sobre a Educação Financeira e seu estágio de disseminação.

Assim, foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico acerca da Educação Financeira e seu estágio de desenvolvimento pelo mundo, especialmente sobre as propostas da OCDE que vêm sendo encampadas por governos diversos, o que embasou a construção dos dois primeiros capítulos da tese. Cumpre mencionar que a literatura acadêmica sobre o tema Educação Financeira ainda não é muito abundante no país, apesar de já o ser em vários outros, como Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Coréia do Sul, por exemplo. Mas também é verdade o fato de que essa literatura se apresenta em fase de amadurecimento no Brasil, com a publicação de obras e pesquisas para preencher tal lacuna.

Posteriormente, o foco desse levantamento bibliográfico foi em temas como Financeirização da economia, Sociologia do Dinheiro e da Dívida, evolução do capitalismo e avanço do neoliberalismo para que se pudesse construir uma base de conhecimentos sobre cada um dos assuntos e permitir a redação dos dois capítulos posteriores. Portanto, foi realizada a identificação de livros, artigos, revistas e demais materiais de interesse em relação aos temas, com posterior compilação das informações, leitura das mesmas e fichamento dos assuntos.

Ainda dentro do processo de pesquisa bibliográfica e mais especificamente sobre o tema Financeirização da economia, foi realizado um período de estudos no exterior na modalidade Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre 01/07/2015 e 31/12/2015 na *University of Leeds*, Inglaterra, junto ao *Bauman Institute*.

O *Bauman Institute* é um centro internacional de pesquisa e ensino dedicado a analisar as grandes mudanças sociais em todo o mundo, inspirado pela contribuição sociológica de Zygmunt Bauman, Professor Emérito daquela universidade. Os principais interesses de estudo do Instituto são: dinheiro e consumismo, ética e responsabilidade social, novas tecnologias, assim como a resistência e poder na "modernidade líquida"<sup>2</sup>. Tal período foi fundamental para o processo de elaboração da tese de doutoramento, pois permitiu o enriquecimento

---

<sup>2</sup> A sociedade pós-moderna é, para Bauman, a sociedade líquida, onde as relações sejam humanas ou materiais são mais fluidas, mais precárias e menos duradouras.

do arcabouço teórico no que tange à Sociologia do Dinheiro, fundamentais para os Capítulos 3 e 4 da tese.

Sobre a terceira hipótese de trabalho desta pesquisa, partiu-se da premissa de que o processo de financeirização da economia brasileira ainda se encontra menos presente na vida do país em relação ao estágio percebido em nações mais desenvolvidas, quando analisado sob o arcabouço conceitual dos principais autores para o tema, ainda que dentro de uma lógica de financeirização subordinada de economias emergentes dentro do contexto econômico mundial. Menor presença não significaria negar que diversas características desse fenômeno da financeirização já se encontrariam no cotidiano de nosso país, com impactos muitas vezes mais graves do que em nações desenvolvidas. Nesse sentido, tais características estariam por trás das demandas por se educar financeiramente a população do país.

Com o intuito de compreender o processo de financeirização da economia brasileira e se buscar a comprovação desta terceira hipótese, levantamento empírico foi realizado, a partir da coleta, tabulação e análise de dados secundários de diversas fontes no Brasil. Para este processo, utilizou-se o modelo teórico proposto por Lapavitsas (2013), que analisou o processo de financeirização nas economias dos EUA, Reino Unido, Alemanha e Japão, buscando relacioná-lo a três características: (1) aumento dos resultados financeiros em empresas não-financeiras, (2) instituições financeiras se voltando mais para operações no mercado aberto do que para operações tradicionais de captação e empréstimo e (3) mudanças nas práticas financeiras dos indivíduos.

Foi feito um esforço inédito de replicação do estudo de Lapavitsas (2013) para o cenário brasileiro. Para isso, recorreu-se a bases de dados de instituições como Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Banco Central do Brasil (BACEN), Bolsa de Mercadorias e Futuros / Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fundo Monetário Internacional (FMI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além da base de dados do *software* Economática.

A quarta e última hipótese de trabalho que norteou a construção do objeto de estudo desta tese é a de que a mobilização da escola na educação básica como agente de socialização financeira faz parte de uma estratégia de legitimação das políticas que têm a Educação Financeira como objetivo. Esta hipótese tem em vista que a tendência de se colocar a condução do processo de socialização financeira a cargo da escola advém de uma fragilidade institucional escolar, uma vez que ela se torna vulnerável à lógica do capitalismo de mercado e a políticas públicas de diversas espécies. Por outro lado, ao mesmo tempo que visa corrigir excessos, a maneira como o tema vem sendo abordado hoje por governos, na maior parte das vezes em parceria com organizações do mundo financeiro, tenderia a permitir a reprodução de uma lógica de desigualdades.

O primeiro desdobramento dessa quarta hipótese sobre os métodos de pesquisa escolhidos foi o de se tentar compreender o perfil da população brasileira e a quem se prestaria o fornecimento de informações financeiras na escola como hoje vem sendo realizado. Isso acabou por gerar a necessidade de se pesquisar mais a fundo a inclusão financeira no país e a entender o perfil de indivíduos excluídos pelo processo de financeirização da economia. Essa busca acabou levando a pesquisa à necessidade de compreensão do fenômeno que se convencionou chamar de emergência da Nova Classe Média (NCM) no Brasil, grupo que teoricamente teria engrossado as estatísticas de consumo, especialmente a partir da última década.

Entender o processo de Educação Financeira na escola levou a pesquisa também a uma necessidade de interrogação direta a atores que, de alguma maneira, atuaram na formulação e/ou implementação da ENEF brasileira. Nesse sentido, propôs-se como instrumento metodológico uma entrevista semiestruturada juntamente a alguns dos atores principais que participam da formulação e/ou condução de tal política. O roteiro utilizado encontra-se em anexo a este trabalho.

Para Triviños (2009), uma das características da entrevista semiestruturada é a formulação de questionamentos básicos, que são apoiados em teorias e hipóteses ligados ao objeto de pesquisa, seguindo roteiro elaborado anteriormente. As respostas dos entrevistados dão origem a novas hipóteses e permitem a flexibilidade e presença atuante do pesquisador, gerando novas informações e novas indagações. Tal tipo de entrevista “[...] favorece não só a descrição dos

fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 2009, p. 152).

Nesse sentido, foram interrogados integrantes de alguns agentes participantes da formulação da ENEF descritos a seguir: Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF Brasil), além de uma ex-executiva ligada à AEF e que teve participação no processo de condução das políticas previstas na ENEF durante os anos iniciais desta organização. As três primeiras instituições são órgãos reguladores que integram o chamado Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)<sup>3</sup>, responsável pela formulação de políticas de Educação Financeira no Brasil, enquanto a última é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que fica a cargo da implementação de programas de Educação Financeira, conforme será detalhado mais adiante.

Os objetivos dessas entrevistas foram compreender os principais motivadores e os elementos influenciadores desse processo, como foi identificado o problema e construída a agenda, o impacto das condições econômicas e sociais sobre o processo, possíveis referências ou inspirações de experiências internacionais e as justificativas dadas por estes para suas decisões ligadas à formulação. Além disso, estas entrevistas deram subsídio à compreensão de diversas iniciativas que tratam da Educação Financeira e que são conduzidas por estas instituições, em paralelo e de maneira independente da existência de uma estratégia nacional no país. Deve-se destacar aqui a importância das informações fornecidas por todos os entrevistados e a grande disponibilidade de cooperação com esta pesquisa.

Assim, compreendendo-se o contexto de aumento de debates sobre uma possível necessidade de se tratar temas ligados ao uso do dinheiro e de se educar financeiramente a população e tendo em vista o conceito de Educação Financeira apresentado, as hipóteses de pesquisa norteadoras deste trabalho e, principalmente, o cenário de avanço da financeirização da economia, este trabalho teve como objetivos gerais:

---

<sup>3</sup> A SUSEP é o quarto órgão regulador integrante do CONEF. Foi realizada tentativa de contato com um representante desta organização, mas não foi possível agendar uma entrevista.

*(1) investigar o processo de financeirização da vida doméstica e caracterizar a emergência dos debates sobre o tema Educação Financeira como desdobramento desse processo e (2) compreender o sentido da Educação Financeira em uma sociedade financeirizada, marcada pelo consumismo, maior endividamento da população e aumento da complexidade das decisões financeiras, onde o dinheiro ocupa cada vez mais papel preponderante de balizador de relações não apenas econômicas, mas também pessoais e sociais.*

Sobre o primeiro objetivo, o que se propôs foi uma reflexão histórica sobre movimentos ocorridos a partir dos anos 1970 que permitiram o avanço da financeirização, em especial o advento do neoliberalismo, a desregulamentação dos mercados financeiros e seus impactos ao permitirem um incremento no consumo (ou a consolidação de uma cultura consumista) e também sobre o endividamento. O neoliberalismo proporcionou, nas décadas finais do século XX, terreno propício para que os mercados (e notadamente os mercados financeiros) aumentassem sua importância e adentrassem de maneira mais forte no cotidiano das famílias. A desregulamentação de tais mercados foi, nesse sentido, primordial para tal fato.

Em relação a questões importantes que serão tratadas dentro desse primeiro objetivo em relação ao consumo, Bauman (2008) lembra que consumir é algo tão antigo quanto a própria sociedade, mas é a passagem do consumo ao consumismo, uma das características marcantes da sociedade moderna, que pode trazer efeitos sobre o campo de estudos desse projeto. Para o autor, a revolução consumista coloca o consumo no centro da razão da existência das pessoas. O consumismo é definido como uma economia do engano, pois não está ligado a informações possuídas pelos consumidores; pelo contrário, a aposta é em sua irracionalidade. O engano é um sintoma de boa saúde da sociedade dos consumidores, que tem sua perpetuação assegurada através dele.

Nesse sentido, uma sociedade onde o dinheiro ocupa papel cada vez mais central, aliada a uma cultura de excessos e descarte, como descrita por Bauman (2008) e Baudrillard (2014), pode ter suscitado a necessidade de melhor gestão financeira pessoal, especialmente a partir da crise vivida por diversas economias na última década, conforme já mencionado.

Este primeiro objetivo geral da pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: compreender o contexto que permitiu o surgimento das discussões sobre o tema Educação Financeira e como o mesmo passa a ser naturalizado como desdobramento do capitalismo de mercado e da sociedade de consumo de massa; conceituar o fenômeno da financeirização da sociedade, suas dimensões e desdobramentos e identificar se estão presentes no Brasil as características encontradas na literatura que embasam a percepção de que as economias de nações desenvolvidas se financeirizaram.

Sobre o segundo objetivo geral da pesquisa, a discussão sobre o sentido de se tratar da Educação Financeira, o que vem ocorrendo ao redor do mundo, conforme será percebido ao longo dos capítulos deste trabalho de pesquisa, é que a escola passou a ser um local de disseminação de conceitos ligados ao mundo financeiro, principalmente a partir das recomendações feitas pela OCDE, dentre as quais está a de que a Educação Financeira da população seria importante e deveria começar na escola. Governos e instituições de diversos países passaram, portanto, a entender a instituição escolar como o lugar para que seja feita a socialização financeira das gerações mais jovens. Pouco debate é percebido, no entanto, no sentido de se analisar criticamente se a escola seria esse local ideal e também questionando se o tipo de conteúdo que está sendo levado adiante não seria capaz apenas de reproduzir a ótica de uma sociedade capitalista, de consumo de massa e financeirizada ou mesmo se o acesso a tais tipos de conteúdo não seria feito de maneira desigual, reforçando um cenário de desigualdades entre classes. Ainda nessa segunda questão, pouco debate também vem sendo realizado no sentido de se entender a constante presença de instituições financeiras nesse processo, suas motivações e como são tratados potenciais conflitos de interesses que surgem dessa presença.

Também parecem ser negligenciadas as discussões sobre os custos da implantação de um Educação Financeira escolar em larga escala e os argumentos que questionam a efetividade de tais políticas (WILLIS, 2008; 2009; 2011; FERNANDES, LYNCH JR. e NETEMEYER, 2014). Além disso, a defesa da inserção da temática nas escolas vem sendo feita sem uma real preocupação em se pensar um pouco além da Educação Financeira, e em como outros olhares, como o de uma regulação efetiva do Sistema Financeiro, ou o de um novo significado

para o consumo e para o dinheiro dentro da sociedade poderiam trazer contribuição também relevante.

Sendo assim, este segundo objetivo geral da pesquisa teve como objetivos específicos mostrar como governos e instituições chegaram ao estágio de identificar a abordagem da Educação Financeira como necessária e que ela, por um lado, visa funcionar como mecanismo de correção dos excessos gerados pela sociedade de consumo mas, por outro, acaba por se mostrar como instrumento de perpetuação de um cenário de desigualdades que cresce com o advento da financeirização; apresentar o atual estágio de desenvolvimento da Educação Financeira no Brasil e no mundo, mostrando ações realizadas em diversos países com o intuito de tratar o assunto; analisar o surgimento da ENEF, uma política pública brasileira especificamente moldada para tratar a temática da Educação Financeira; e propor uma agenda para além da Educação Financeira, buscando iniciativas que procurem trabalhar para a existência de um ambiente financeiro mais justo e saudável e que possa diminuir a preponderância do dinheiro como mediador de relações.

Por fim, cumpre mencionar que, como um dos enfoques deste estudo será compreender o sentido da Educação Financeira em um mundo cada vez mais financeirizado, não se pode perder de vista que o conhecimento financeiro é obtido não apenas através dos sistemas formais de ensino, mas também pela socialização com outros agentes. Assim, além da escola, outros agentes importantes surgiriam dentro do processo de socialização financeira dos indivíduos (DANES, 1994; HILGERT, HOGARTH e BEVERLY, 2003; BEUTLER e DICKINSON, 2008; JORGENSEN e SAVLA, 2010; SHIM et al. 2010; SOHN et al., 2012). Os autores ressaltam que família, religião, mídia e a influência de outras crianças serão atores importantes no processo de socialização das gerações mais jovens. Além deles, as experiências prévias no uso do dinheiro também seriam importantes na socialização.

Por isso, deve ser aqui reforçada a delimitação deste trabalho nas políticas que envolvem a escola. Apesar de se reconhecer esses atores importantes para a discussão do processo de socialização das gerações mais jovens, eles não fazem parte do objeto central de estudo neste trabalho, uma vez que o universo de análise aqui proposto está limitado à discussão das políticas que tratam do assunto

nas escolas e não no processo de socialização financeira a partir da influência de tais atores.

Tendo sido feita apresentação introdutória sobre o tema da pesquisa e seus objetivos, passa-se, a seguir, a uma breve descrição da estrutura da tese e dos capítulos que a compõem. De forma a se atingir os objetivos apresentados, a tese foi estruturada em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais, sendo cada uma delas composta por dois capítulos.

A primeira parte é chamada “O Estágio atual da Educação Financeira”. Nela, além de buscar referenciar teoricamente o tema, o objetivo é apresentar um retrato, sem deixar de imprimir uma abordagem crítica, ao que tem sido feito e proposto em relação à Educação Financeira no Brasil e no mundo. Os Capítulos 1 e 2 que compõem esta primeira parte são intitulados, respectivamente, “Educação Financeira” e “Educação Financeira no Brasil e no mundo”. Enfoque principal será dado, ao final do segundo capítulo, a uma exposição comparativa entre as principais iniciativas em Educação Financeira em diversos países e no Brasil.

A Parte 2 da tese tem como título “A Financeirização da vida doméstica e seus impactos sobre os debates acerca da Educação Financeira da população” e busca dar um passo atrás no estudo da Educação Financeira e mostrar como o fenômeno de financeirização da economia precisa ser compreendido para se avançar sobre o porquê de demandas por se educar financeiramente a população vêm sendo levadas adiante em todo o mundo.

Os Capítulos 3 e 4 que compõem esta parte têm como título, respectivamente, “A Financeirização da vida doméstica: Conceito e evolução histórica” e “Desdobramentos da Financeirização da vida doméstica”. O Capítulo 3 irá apresentar o conceito de financeirização e mostrar o contexto que permitiu seu avanço, centrando a análise no avanço do neoliberalismo, no novo papel representado pelo consumo e na desregulamentação dos mercados financeiros. A parte 2 da tese se encerra com o quarto capítulo mostrando como o fenômeno da financeirização penetra na vida doméstica e faz surgir o conceito de “homem endividado” (LAZZARATO, 2011).

A terceira e última parte deste trabalho volta seus olhares para o Brasil e, ao final, para além da Educação Financeira. Seu título é “A Financeirização no Brasil e a formulação de políticas de Educação Financeira”. Inicialmente, no Capítulo 5, intitulado “Financeirização no Brasil”, pretende-se demonstrar, através da coleta e

análise de dados secundários de fontes diversas mencionadas anteriormente nesta Introdução, se o fenômeno da financeirização ocorre em nosso país da mesma maneira como em economias desenvolvidas e quais os desdobramentos desse processo, principalmente com vistas a entender uma eventual penetração dos mercados financeiros na vida do brasileiro e um papel mais ativo do dinheiro nas relações sociais.

O Capítulo 6 dá sequência à análise da realidade brasileira, com o título “Desigualdade, Exclusão e Educação Financeira no Brasil”. O capítulo busca trazer uma contribuição sociológica ao debate da Educação Financeira no país e tratar do sentido da mesma dentro de nosso contexto. Nesse momento, o capítulo propõe uma reflexão sobre o fenômeno da emergência da chamada Nova Classe Média (NCM) no Brasil e introduz a figura do indivíduo “Excluído pela financeirização”, tentando, assim, entender se as políticas de Educação Financeira no país não teriam implícitos desdobramentos no sentido de se perpetuar uma lógica de desigualdades, apesar de uma das bandeiras levantadas por tais políticas ser a da inclusão financeira. Nele, são também mostrados os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas com os agentes responsáveis pela formulação da ENEF. Através dessa análise, buscou-se compreender melhor não apenas a ENEF como política, suas eventuais virtudes, falhas e potenciais caminhos, mas também analisar criticamente como o tema tem entrado na lógica da instituição escolar brasileira.

Para concluir o trabalho, são apresentadas as considerações finais, onde se espera responder às questões-problema aqui formuladas, a partir das hipóteses norteadoras do trabalho. Encerra-se esta tese de doutoramento com a proposição de uma espécie de agenda para além da Educação Financeira, debatendo temas e propondo iniciativas que criem, por um lado, melhor disseminação de conceitos financeiros tidos como importantes para a população e, de outro, menor dependência do dinheiro e a promoção de um sistema financeiro mais justo e saudável. Um novo significado para o consumo também será narrado, assim como questões ligadas a uma maior (ou melhor) regulamentação do sistema financeiro. Também serão apresentadas potenciais limitações desta pesquisa e indicações de futuras linhas de estudo dentro do tema da Educação Financeira.

## **PARTE 1**

### **O ESTÁGIO ATUAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Conforme foi afirmado na Introdução deste trabalho, pressões sobre uma eventual necessidade de se educar financeiramente a população vêm crescendo ao redor do mundo, especialmente a partir das décadas finais do século XX. Por se tratar do objeto central de estudo desta tese de doutoramento, a Educação Financeira é o foco desta Parte 1. São seus objetivos principais apresentar o conceito de Educação Financeira, seu estágio de desenvolvimento em todo o mundo e criar bases para uma posterior discussão crítica sobre o sentido de se tratar o tema e sobre como ele entra em pauta na sociedade e passa a ser defendido nas esferas pública e privada como meio de se corrigir falhas ou excessos gerados por um capitalismo de mercado que se caracteriza por um aumento de consumo e por maior complexidade de informações financeiras.

Tendo, portanto, a função de trazer um embasamento inicial para se permitir avançar nas hipóteses de trabalho apresentadas em páginas anteriores, o primeiro capítulo desta Parte 1 tem como título “Educação Financeira” e seu intuito principal é apresentar as definições mais difundidas para os termos Educação Financeira e Socialização Financeira e discutir a efetividade de um maior nível de Educação Financeira no que tange às decisões financeiras. Como já mencionado anteriormente, a bibliografia sobre o assunto ainda é restrita no Brasil, mas estudos vêm sendo conduzidos há mais tempo fora do país. Autores diversos foram utilizados para se definir o tema, sendo a maior parte deles de origem norte-americana ou europeia. Importantes contribuições ao assunto (e, portanto, a este esforço aqui empreendido de delimitá-lo conceitualmente) foram dadas pelas pesquisas de Carolynne Mason e Richard Wilson, Lois A. Vitt, Gwen M. Reichbach, Jamie L. Kent e Jurg K. Siegenthaler, Robert J. Alexander, entre outros. No Brasil, destacam-se as pesquisas de José Roberto Ferreira Savoia, André Taue Saito e Flávia de Angelis Santana. Apesar de apresentarem escopos de pesquisas diversos, estes autores permitem produzir boa delimitação teórica ao tema.

Conforme se perceberá pela leitura deste primeiro capítulo, o tom de aprovação à necessidade de se educar financeiramente os indivíduos e de se criar

políticas públicas com tal escopo está presente na maior parte dos autores que tratam do tema. Assim, no intuito de se apresentar outros olhares sobre o assunto, importante contribuição crítica ao seu desenvolvimento foi buscada nos trabalhos de autores como Lauren E. Willis, Lewis Mandell e Linda Schmid Klein e Daniel Fernandes, John G. Lynch Jr. e Richard G. Netemeyer. Sua postura de questionamento à forma como vem sendo realizada a disseminação da Educação Financeira atualmente lançou luz a uma série de possíveis desdobramentos e implicações que reforçam o escopo de pesquisa deste trabalho e contribuíram de maneira relevante para os capítulos posteriores.

O primeiro capítulo também tem por função fazer uma reflexão sobre a socialização financeira, conceito abordado de maneira recorrente por diversos autores ao se falar sobre Educação Financeira. Para Dubar (2005, p. XII), o termo socialização é um “desses conceitos básicos da Sociologia (e também da Antropologia e Psicologia social) que possuem tantos universos de significação quanto são os pontos de vista sobre o ‘social’”. Por isso, as teorias de socialização praticamente não se distinguem das grandes teorias das Ciências Sociais.” Apesar de muitas vezes o termo socialização vir carregado de conotações ultrapassadas ou mesmo negativas, seu estudo se torna relevante, principalmente se entendida como primordial para o processo de construção de identidades, fruto de sucessivas socializações, segundo o mesmo autor.

Para isso, e tendo em vista a relevância das teorias da socialização para se entender o processo financeiro sob a ótica sociológica, foram mobilizados autores clássicos que trataram da socialização. Nesse sentido, foi utilizada a contribuição teórica de autores como Jean Piaget, Émile Durkheim, François Dubet e Danilo Martucelli, Peter Berger e Thomas Luckmann. Ainda que de correntes ou abordagens diversas, e escrevendo em momentos distintos, tais autores produzem uma contribuição notável às teorias da socialização, e sua aplicação permite melhor problematizar os estudos da socialização financeira ou econômica. Dentro da socialização financeira, tema que ganha mais relevância acadêmica apenas a partir das duas últimas décadas, foram consultados, principalmente, os trabalhos reunidos por Peter Lunt e Adrian Furnham em *Economic Socialization: The economic beliefs and behaviours of young people* e também por Jing Jiang Xiao em *Handbook of consumer finance research*. Outros trabalhos relevantes sobre o tema foram produzidos por Emanuela Rinaldi, Sharon Danes, Zeynep Çopur,

Sang-Hee Sohn, So-Hyun Joo, John E. Grable, Seonglim Lee e Minjeung Kim, entre outros e também são contemplados nessa primeira parte.

O segundo capítulo desta Parte 1, intitulado “Educação Financeira no Brasil e no mundo” tem como ponto de partida o fato de que o assunto entrou efetivamente na pauta do poder público e de organizações de diversos países e, assim, busca analisar o estágio atual das práticas voltadas para a Educação Financeira no Brasil e no mundo. Neste capítulo, a OCDE é apresentada como uma organização relevante na discussão do assunto e após uma caracterização mais geral de suas principais publicações, serão analisadas especificamente aquelas intituladas *Financial Education Project* e *Guidelines on Financial Education at school*. Na sequência, são descritas as principais instituições e iniciativas ligadas ao tema nos EUA, Reino Unido, Portugal, Itália, Japão, Coreia do Sul e Austrália, países onde o tema se encontra em processo de disseminação, sendo em alguns deles, em fase mais amadurecida do que no Brasil.

Na sequência, as iniciativas brasileiras são apresentadas, com destaque principal ao surgimento da ENEF como política pública para disseminação da Educação Financeira no Brasil. É importante ressaltar que as entrevistas realizadas com agentes que participam ou participaram de alguma forma do processo de construção da ENEF, apesar de terem sido mais utilizadas ao longo do último capítulo desta tese, também deram subsídios para se mapear essas iniciativas apresentadas no Capítulo 2. Apesar de um tom bastante descritivo e muitas vezes com grande detalhamento na apresentação do que vem ocorrendo em cada um dos países, julgou-se importante deixar claro o *status* de desenvolvimento do tema e de que forma ele vem sendo levado adiante, para trazer maior embasamento tanto ao esforço de pesquisa aqui empreendido quanto às reflexões posteriores.

## 1.

### Educação Financeira

Conforme já mencionado, este primeiro capítulo busca introduzir o leitor ao tema e, portanto, tem por objetivo principal definir o termo Educação Financeira, suas origens e implicações. Diante de um contexto caracterizado por maior complexidade das decisões financeiras, aumento do crédito e, consequentemente, do endividamento da população, além da evolução do capitalismo financeiro e de novos padrões de consumo, muitos debates começam a ocorrer no sentido de se compreender se a falta de Educação Financeira por parte da população pode ser um problema para a vida dos indivíduos, com a potencial geração de consequências para toda a sociedade. Dessa forma, a seção 1.1 irá buscar apresentar o conceito de Educação Financeira e suas características principais, dando base para posterior discussão sobre como o tema surgiu e se desenvolveu no Brasil e no mundo.

Posteriormente, a seção 1.2 apresentará uma abordagem crítica sobre um conceito que de maneira corriqueira vêm aparecendo nos debates sobre este assunto: a Socialização Financeira. Por fim, a seção 1.3 encerra o capítulo buscando discutir a efetividade da Educação Financeira, através da compreensão do atual estágio das pesquisas que tratam do tema e seus possíveis impactos sobre as decisões dos indivíduos, procurando mostrar se há uma relação entre maior conhecimento financeiro e decisões mais acertadas do ponto de vista do uso do dinheiro.

#### 1.1.

#### Conceito de Educação Financeira

Diversos autores defendem que muitos princípios das Finanças Corporativas são aplicáveis à vida pessoal. Bodie e Merton (2000) definem Finanças como o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo. Esta área tem como princípio a função fundamental de satisfazer as preferências de consumo das pessoas, inclusive todas as necessidades básicas da vida. Gitman (2007) afirma que as bases das Finanças Corporativas envolvem questões ligadas

à obtenção de empréstimos, transações de compra e venda e decisões de investimentos, temas que fogem apenas do escopo das empresas e também fazem parte da vida das pessoas. Além disso, metas financeiras das empresas e dos indivíduos frequentemente pressupõem interação com instituições e mercados financeiros, compreensão de impactos de impostos sobre o planejamento, entre outros assuntos ligados às Finanças.

Tendo isso em vista, as atenções de muitas pesquisas se voltam para a compreensão da Alfabetização Financeira das pessoas, percebendo-se uma preocupação com o desenvolvimento de conceitos ligados ao grau de habilidades do indivíduo em gerir seus recursos financeiros e tomar decisões nessa sociedade de consumo em que estamos inseridos.

Mason e Wilson (2000) afirmam que o termo Alfabetização, de maneira genérica, é um conceito analisado, pesquisado e discutido por muitos, incluindo educadores, psicólogos, linguistas, sociólogos, antropólogos, representantes do governo, entre outros. O interesse demonstrado traz à tona imediatamente a importância da alfabetização. No entanto, as perspectivas dessas partes interessadas são inevitavelmente variadas, cada um podendo tirar as suas próprias conclusões de acordo com sua área de especialização. O fato de o termo alfabetização e seus desdobramentos serem usados por pesquisadores de diversas áreas de estudo faz surgirem conceitos como Alfabetização Tecnológica, Alfabetização Eletrônica, Alfabetização Política, Alfabetização Estatística, Alfabetização Financeira, entre outras (MASON e WILSON, 2000).

Para os autores, uma forma de estabelecer a importância da alfabetização é “voltar nossa atenção para a falta dela. A falta de alfabetização é convencionalmente retratada como tendo consequências negativas. Alfabetização é algo bom, enquanto seu oposto é ruim. Este é claramente um julgamento de valor” (MASON E WILSON, 2000, p.18, tradução nossa). Contudo, ressalta-se que é somente à medida que as sociedades se tornam mais complexas e tecnologicamente avançadas que a falta de alfabetização passa a se configurar como um problema. Os avanços exigem um aparato melhor de conhecimentos e habilidades e, assim, um maior nível de alfabetização, a princípio, permitiria que os indivíduos respondam de maneira melhor a essas exigências.

Segundo o Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa<sup>4</sup>, alfabetização é “1 Ato ou efeito de alfabetizar. 2 Propagação da instrução primária”, enquanto alfabetizar seria “ensinar a ler”. Alfabetismo seria, para o mesmo dicionário, “1 Estado ou caráter dos que possuem instrução primária. 2 Emprego das letras como símbolos. 3 Uso de certas letras como assinatura de nome ou pseudônimo.” O conceito não iria além da compreensão e uso das letras e da instrução primária, de acordo com as definições apresentadas.

Mason e Wilson (2000, p. 22, tradução nossa) ampliam o significado e definem um indivíduo alfabetizado como “aquele dotado de habilidades que permitem a ele / ela fazer uso de recursos para atingir objetivos. O conjunto de habilidades envolve leitura, escrita, capacidade oral e o uso de matemática”. A alfabetização seria, portanto, um processo através do qual os indivíduos se tornariam dotados de um grupo de habilidades, que os habilitariam a atingirem seus objetivos.

Apesar de a definição apresentar relação com o domínio de habilidades, os autores acrescentam que possuir tais habilidades pode não ser suficiente para que uma pessoa se considere alfabetizada, uma vez que ela também deve ser capaz de saber refletir, comunicar significado e aprender. Afirmam que a alfabetização é capaz de oferecer a todos o acesso à informação, opiniões e ideias e, principalmente, o potencial de refletir.

Dessa forma, surge o conceito de Alfabetização Funcional, que acrescenta essa capacidade de interpretação e reflexão ao significado. Burnet (1965) citado por Mason e Wilson (2000) define o termo como algo que tem o potencial de abrir as portas para o futuro ou como uma característica de quem aprende a aprender. E ela seria fundamental para melhorar o seu *status* profissional e mesmo enriquecer o seu lazer, pois aquele funcionalmente alfabetizado teria aprendido a refletir sobre o que lê, para fazer comparações e tirar suas próprias conclusões.

Assim, com a exposição da importância dada ao tema Alfabetização, busca-se, a partir deste ponto, definir a Alfabetização Financeira, mostrar sua importância no contexto da vida financeira dos indivíduos e começar a introduzir as bases para se perceber porque vem sendo debatida a inserção deste tema na realidade escolar em diversos países do mundo. São apresentadas a seguir

---

<sup>4</sup> MODERNO DICIONÁRIO MICHAELIS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>> Acesso em: 28/08/2014.

algumas definições encontradas na literatura para o termo. Tal apresentação não pretende esgotar qualquer tentativa de se delimitar conceitualmente o tema. Apenas foi feita procurando trazer luz a esse esforço de pesquisa e retratar o que pensam alguns dos autores mais conhecidos na área, ainda que reconheça-se que diversos outros possam ter ficado de fora.

Neste ponto, cumpre mencionar também que, pela análise dos autores consultados, são encontrados termos como Alfabetização Financeira, Educação Financeira e Literacia Financeira muitas vezes sendo tratados como sinônimos. A OCDE (2012b) faz uma ressalva dizendo que o termo Alfabetização Financeira pode ser usado para se tratar dos resultados de programas educacionais específicos. A maior parte dos autores que diferencia os conceitos coloca a Alfabetização Financeira como um desdobramento da Educação Financeira, ou como o resultado de se estar financeiramente educado (DOLVIN e TEMPLETON, 2006; EDMINSTON e GILLET-FISCHER, 2006; WILLIS, 2008; 2009; SOHN et al., 2012).

Nesse sentido, Willis (2008, p. 202, tradução nossa) define o que chama de Educação para a Alfabetização financeira como “[...] educação sobre conceitos financeiros com o objetivo explícito de aumentar conhecimento e habilidades, confiança e motivação para seu uso”. A autora propõe o esquema exposto na Figura 1 a seguir para a compreensão do conceito.

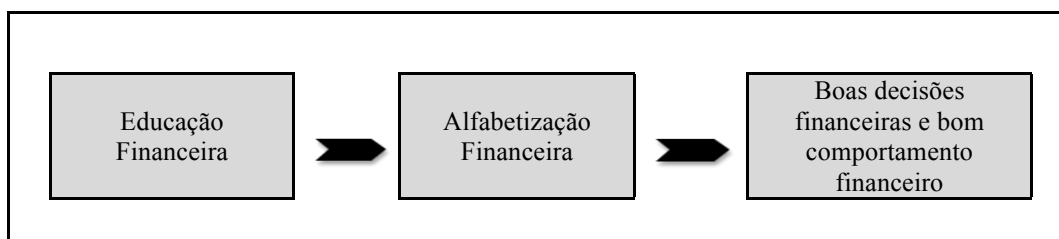


Figura 1 – Alfabetização Financeira como desdobramento da Educação Financeira  
Fonte: Adaptado de Willis (2008)

Para Mason e Wilson (2000), o termo surge a partir da identificação de um problema: as pessoas não são eficientes no uso da informação financeira. Dessa maneira, definem Alfabetização ou Educação Financeira como a habilidade de um indivíduo obter, compreender e avaliar as informações relevantes necessárias para se tomar decisões com consciência sobre as consequências financeiras.

Já para Vitt et al. (2005, p.7, tradução nossa), Educação Financeira “é a habilidade de ler, analisar, gerenciar e escrever a respeito das condições financeiras pessoais que afetam o bem estar material”. Sendo assim, o termo deve incluir algumas habilidades fundamentais, como a de compreender as escolhas financeiras, discutir questões ligadas ao dinheiro sem (ou apesar de causar) desconforto, planejar para o futuro e responder de maneira competente aos eventos da vida que afetam as decisões financeiras cotidianas, incluindo eventos da economia.

Na mesma linha está a definição de Savoia, Saito e Santana (2007), para quem a Educação Financeira deve ser compreendida como um processo de transmissão de conhecimentos através do qual há o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, permitindo que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Os autores vão além, afirmando que “quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar” (SAVÓIA, SAITO e SANTANA, 2007, p. 1122).

De acordo com Grifoni e Messy (2012), o termo contempla o alcance do bem-estar financeiro através de boas decisões que viriam de uma combinação de conscientização financeira, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos.

A definição apresentada para o *Programme for International Student Assessment* (PISA), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes que, em uma de suas dimensões, avalia o grau de Educação Financeira dos estudantes, é apresentada a seguir. Por ser uma avaliação conduzida pela OCDE, a definição se assemelha àquela já citada na introdução desta tese.

Alfabetização Financeira é o conhecimento e compreensão de conceitos financeiros e riscos, e as habilidades, motivações e confiança para aplicar tal conhecimento e compreensão no sentido de tomar decisões efetivas em uma gama de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar financeiro de indivíduos e sociedade, e permitir participação na vida econômica (PISA, 2012, p. 13, tradução nossa).

Mason e Wilson (2000) ressaltam que não faz sentido conceber o processo de recebimento de informações sem a capacidade de trazer significado a elas. Essa capacidade seria um pré-requisito básico para o alcance de quaisquer objetivos financeiros que um indivíduo possa ter. Uma ressalva importante está ligada ao fato de que uma pessoa ser educada financeiramente não implica que ela tome boas decisões financeiras, mas apenas que ela é dotada de informações para tomar suas decisões. Assim, a posse de informações e a capacidade de tomar decisões a partir disso torna possível, mas não garantido, que os resultados desejados serão atingidos. Dessa forma, para eles, a funcionalidade no sentido de possibilitar os resultados desejados atribui significação ao conceito de Educação Financeira.

O conceito de Educação Financeira vista como um processo de construção de significado como proposto por esses autores é apresentado na figura 2 a seguir. Pela análise da figura, percebe-se que, além das habilidades, são também necessários recursos e compreensão do contexto. A partir daí, a utilização de conceitos financeiros pode passar pelo processo de compreensão e construção de significado e se transformar em decisões financeiras embasadas, facilitando o alcance de resultados.

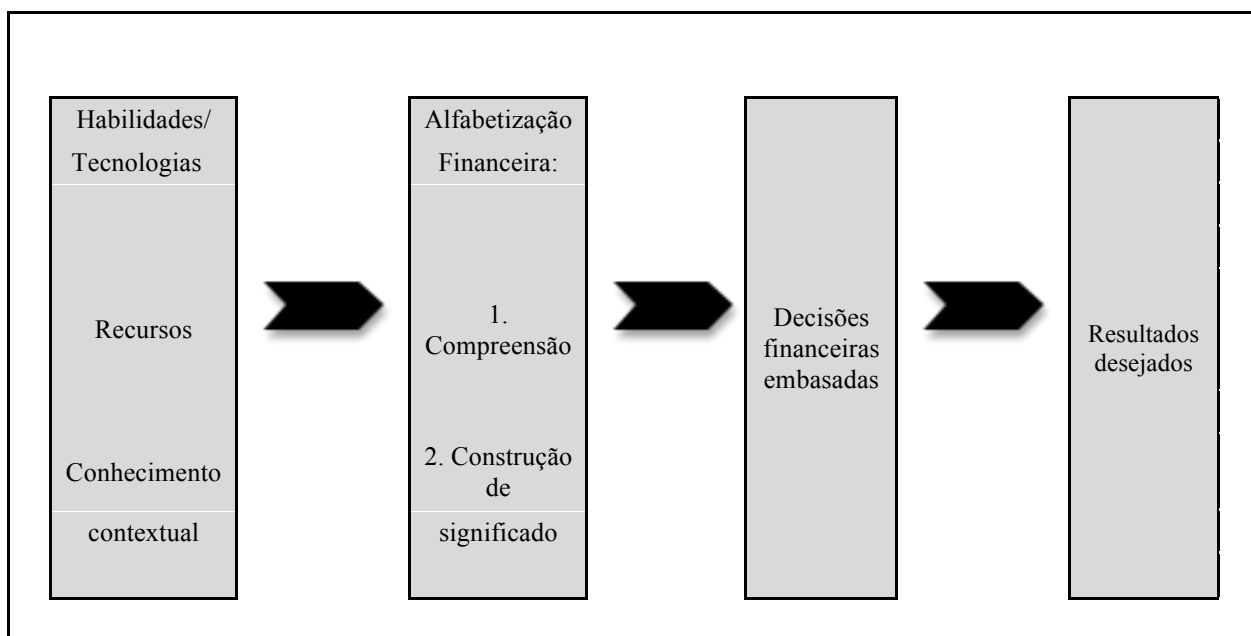


Figura 2 – Educação Financeira vista como um processo de construção de significado

Fonte: Adaptado de Mason e Wilson (2000)

Em *Recommendation on principles and good practices for Financial Education and Awareness* OCDE (2005), há a afirmação de que a Educação

Financeira é algo que vai além da disponibilidade de informações financeiras e deve ser oferecida com o intuito de proteger os clientes financeiros. Este ponto merece destaque e tem implicações para o objeto de pesquisa deste trabalho, uma vez que a maior parte das definições encontradas dão destaque ao grau de risco ou desproteção do indivíduo diante do cenário de complexidade do mercado financeiro e, a partir daí, dão maior enfoque ou peso ao viés educacional do conceito, ligado ao fornecimento de informações, sem se preocupar de maneira mais explícita com um possível viés regulatório e de proteção. A percepção advinda dessas definições é que apenas o fornecimento de informações seria capaz de resolver os problemas resultantes de tal cenário de complexidade do mundo financeiro. Porém, propõe-se aqui que o conceito seja ampliado, pois existe também o lado da regulação e proteção dentro do espectro da Educação Financeira. Tal ponto será melhor explorado no próximo capítulo, quando serão mostradas as propostas da OCDE para o tema. Maiores considerações sobre regulação e proteção dos consumidores financeiros também serão feitas na parte final deste trabalho de pesquisa.

Alexander (1979) também dá uma definição mais ampla e diz que qualquer estudo ligado à educação do consumidor e seus impactos deveria ser dividido em 4 áreas: Processo de decisão de gastos; Economia; Finanças Pessoais e Direitos e responsabilidades dos consumidores. A primeira área deveria incluir questões ligadas a atitudes, valores, escolhas e desejos versus necessidades. Com relação à Economia, os tópicos incluídos na análise passam por Economia Básica, Economia do Consumidor e Empresas livres. Em Finanças Pessoais, a abordagem deve ser ligada à gestão do dinheiro, orçamentação, poupança, investimentos e crédito. Por último, a área de Direitos e responsabilidades dos consumidores inclui proteção ao consumidor, leis e regulação e responsabilidades dos consumidores no sistema econômico.

De maneira geral, analisando as definições apresentadas, fica claro que os autores mencionados tentam entender o conceito em relação aos seus possíveis impactos futuros e como esses impactos devem afetar o patrimônio do indivíduo e seu comportamento de gastos. Essa compreensão será útil no estudo de como o assunto vem sendo tratado em todo o mundo e no Brasil, especialmente quando for analisada a ENEF introduzida em nosso país. Conforme já mencionado na Introdução deste trabalho, o conceito de Educação Financeira se encontra em fase

de maior amadurecimento fora do Brasil. Contudo, dentro de nosso país, as atenções começam a se voltar para a importância do tema e ganham força políticas e iniciativas para sua disseminação.

Sendo assim, após apresentadas algumas definições que permitem uma maior compreensão sobre a Educação Financeira e como ela se relaciona com as decisões tomadas pelos indivíduos, o objetivo na próxima seção é discorrer sobre um conceito que, muitas vezes, aparece de maneira conjunta nos estudos ligados à Educação Financeira: a Socialização Financeira dos indivíduos e os diversos estágios e agentes presentes no processo de socialização das gerações mais jovens no mundo financeiro e do consumo.

## **1.2.**

### **A socialização financeira dos indivíduos**

Para Lunt (1996), o consumidor das sociedades ocidentais, mesmo carecendo de melhor formação sobre a economia, age como um usuário e ator habilitado no sentido de interpretar os fatos e instituições econômicos à sua volta e gerenciar sua vida financeira. Tais habilidades são obtidas muitas vezes de maneira informal através de agentes como família, amigos e mídia em um processo importante de socialização econômica. Shim et al. (2010) afirmam que os hábitos financeiros (positivos ou negativos) adquiridos em fases iniciais da vida podem se propagar para a vida adulta, com desdobramentos relevantes não só sob o espectro financeiro, mas também no que diz respeito a outras relações, como familiares e profissionais.

Como se pode depreender por essas afirmações, no que tange à maneira como conhecimentos e habilidades financeiras são adquiridos, alguns autores têm voltado seu interesse para o estudo do processo de socialização das gerações mais jovens na economia e na sociedade de consumo (CHURCHILL & MOSCHIS, 1979; DANES, 1994; LUNT e FURNHAM, 1996; RINALDI, 2007; JORGENSEN e SAVLA, 2010; SHIM et al., 2010; SOLHEIM, ZUIKER e LEVCHENKO, 2011; SOHN et al., 2012). Dentro de um cenário de aumento do consumo e da financeirização da economia, como irá mostrar esta tese de doutoramento, e de seus desdobramentos sobre os debates acerca da importância

de se propagar conceitos ligados ao uso do dinheiro, deve-se, nesse ponto do texto, voltar a atenção para o conceito de socialização financeira.

Primeiramente, buscando uma compreensão sobre o conceito de socialização de maneira mais ampla, recorrer-se-á, a partir deste momento, à contribuição de autores clássicos das teorias da socialização. Como já dito anteriormente, suas discussões podem contribuir de maneira importante ao entendimento de como se dá a socialização na sociedade do consumo e do dinheiro.

Piaget (1997) define o termo como um processo ativo de adaptação descontinua a formas mentais e sociais cada vez mais complexas. Para Dubet e Martucelli (1996), a ordem social seria produzida pelo ajuste de ações individuais surgidas da socialização comum dos atores. Os autores a colocam como uma

causa e como um efeito, como um objeto a explicar pelo social e como uma explicação desse social. As condutas são explicadas pela socialização dos atores, pela realização de esquemas e de modelos interiorizados que devem, por sua vez, ser explicados pela natureza de uma sociedade produzida pela ação socializada (DUBET e MARTUCELLI, 1996, p. 64).

Durkheim (2011) afirma que o homem é um ser social por natureza. Deve-se compreender o indivíduo como criatura da sociedade (através das instituições), e não a sociedade como conjunto de indivíduos. Esse argumento é pano de fundo pra se entender o papel e a função da educação, que ele define como importante agente de socialização. A educação não poderia, assim, ser definida a partir de uma perspectiva filosófica. É preciso, para ele, partir-se de uma perspectiva empírica, através da observação, em momentos distintos, de como as sociedades a definem e tratam.

Para esse autor, a Educação seria a ação de adultos sobre jovens, face a face, como forma de socialização metódica das novas gerações. É, portanto, eminentemente social. A nova geração seria, sob seu ponto de vista, uma tábula quase rasa sobre a qual a sociedade deve se construir. Ressalta, assim, o protagonismo e poder da educação, que estaria a serviço da sociedade e do tipo ideal de homem elaborado por ela. Dessa forma, cada geração deveria se socializar com base nos modelos culturais transmitidos pela geração precedente (DUBAR, 2005).

Piaget (1997) também coloca a educação como socialização metódica de gerações mais jovens. Contudo, Dubar (2005, p. XIV) ao citar o autor, afirma que a socialização não pode “ser pensada e analisada como uma inculcação, pelas instituições, de maneiras de fazer, de sentir e de pensar a seres passivos e egoístas. As atividades e as interações que ela implica constituem, segundo ele, um vetor primordial da socialização das crianças”. Piaget (1997) preferia entendê-la como uma construção de novas regras do jogo, que geram conceitos como desenvolvimento autônomo de noção de justiça e cooperação. E essa passagem da submissão à ordem social, parental e escolar, a um estágio de maior autonomia e cooperação é fundamental na abordagem piagetiana de socialização (DUBAR, 2005).

Parsons e Bales (2002) trazem contribuição relevante ao estudo do tema quando afirmam que as sociedades devem reproduzir, ao mesmo tempo, sua cultura e sua estrutura social se têm o intuito de sobrevivência. Reforçam, assim, a força do conceito de interiorização de algumas funções sociais consideradas fundamentais. Isso só seria possível através da participação de agentes socializadores.

Uma abordagem crítica ao processo vem de Bourdieu (2011), que afirma que a socialização se desenvolverá em dois níveis: o primeiro, institucional, onde o sistema de ensino se tornaria um aparelho de imposição simbólica da cultura burguesa, reproduzindo as desigualdades sociais; o segundo, individual, feito do *habitus*<sup>5</sup> de classe incorporados ao longo da socialização, um processo de impregnação das condutas pelas condições sociais, assegurando assim a reprodução legítima das posições de origem. Para Bourdieu (2011, p. 211),

[...] enquanto força formadora de hábitos, a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado.

---

<sup>5</sup> *Habitus*, para Bourdieu, é um conceito que se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

Vale mencionar também a obra *The Social Construction of Reality*, de Peter Berger e Thomas Lückman, na qual são apresentadas as definições de socialização primária e secundária. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância; aquela que possibilita que ele se torne membro da sociedade (BERGER e LÜCKMAN, 1999). É ela que permite que o indivíduo assuma um “eu” e ganhe o conceito de um “mundo” objetivo. Também é através dela que ele adquire conhecimento do papel dos outros e compreende o seu papel. Para os autores, ela seria definitiva. Já a socialização secundária é “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER e LÜCKMAN, 1999, p. 175).

Dubar (2005), ao citar tal obra, afirma que é apenas a partir desta distinção que se permite que o conceito de socialização consiga emancipação do campo escolar e da infância e passe a ser utilizado cada vez mais no campo profissional, com maior interface com as problemáticas da mudança social. Mais do que o desenvolvimento da criança, o aprendizado de uma cultura ou mesmo a incorporação de um *habitus*, a socialização é a construção de um mundo vivido. Torna-se um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade (principalmente profissional) que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a tornar-se ator.

De acordo com Dubet e Martucelli (1996), a socialização produziria um tipo de indivíduo adaptado à sociedade, sendo a escola um aparato de distribuição de posições sociais e de produção de atores ajustados a essas posições. O conjunto de regras, exercícios, programas e relações pedagógicas resultantes do encontro do projeto educativo com o que os autores chamam de uma estrutura de oportunidades sociais seria o pano de fundo para a realização da socialização escolar.

Dentro da ótica da socialização narrada até aqui e, tendo em vista a necessidade de uma melhor compreensão do objeto de pesquisa, julga-se importante falar sobre a socialização dos jovens na economia e no mundo do consumo e, portanto, sobre o conceito que se desdobra daí: a socialização financeira. Para isso, inicialmente, recorre-se a Rinaldi (2007, p. 13, tradução nossa), para quem a Socialização Financeira é entendida comumente como

processos específicos de formação da personalidade e do caráter social com relevância direta na esfera econômica. Através da socialização econômica o indivíduo adquire, desde a infância, informações, valores e habilidades que lhes permitem interagir no sistema econômico da sociedade em que vivem; graças a ela, em particular, as pessoas aprendem vários métodos de gestão do dinheiro, desenvolvem atitudes relacionadas com a economia, amadurecem formas diferentes de propensão à poupança, ao risco ou ao débito e até os comportamentos mais patológicos relacionados, por exemplo, à avareza ou aos jogos de azar.

Kim e Chatterjee (2013) colocam a Socialização Financeira como a maneira pela qual jovens adultos desenvolvem sua independência na temática financeira e, conseqüentemente, facilitam sua passagem à vida adulta, enquanto Shim et al. (2012) definem o termo como a apreensão, consciente ou não, de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos financeiros.

Diversos outros autores colocam a Socialização Financeira como o processo de aquisição e desenvolvimento de valores, atitudes, padrões, normas, conhecimento e comportamento, com impactos sobre a viabilidade financeira e o bem-estar do indivíduo (DANES, 1994; BOWEN, 2002; BEVERLY e BURKHALTER, 2005; SOLHEIM, ZUIKER e LEVCHENKO, 2011). Em autores como Ward (1974), Rettig e Mortenson (1986), Lueg et al. (2006) e Beutler e Dickson (2008), encontra-se menção à socialização a serviço do mercado, sendo o termo definido como um processo através do qual indivíduos adquirem, a partir do ambiente, as habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias para se tornarem atores atuantes ou funcionais no mercado, exercendo e maximizando seu papel de consumidores.

Muitas são as contribuições que centram sua análise nas fontes de tais conhecimentos e habilidades, sendo essas fontes conhecidas como agentes de socialização financeira (MCLEOD e O'KEEFE, 1972; CHURCHILL e MOSCHIS, 1979; JORGENSEN e SAVLA, 2010; SHIM et al., 2010; SOLHEIM, ZUIKER e LEVCHENKO, 2011; SOHN et al., 2012). Pela análise desses autores, fica claro que apenas entender o processo de aquisição de conhecimentos financeiros dentro da lógica escolar é algo limitado e, sendo assim, as pesquisas se voltam para outros agentes de socialização financeira. Entende-se como relevante para eles, portanto, que se investigue a influência de agentes de socialização

financeira e também seja buscada a compreensão de como os indivíduos adquirem conhecimentos e comportamentos financeiros a partir do processo de socialização.

A família, por exemplo, é caracterizada por muitos como sendo uma das principais fontes de socialização financeira de jovens e sua importância se mostra clara com a socialização financeira ocorrendo por meio da observação, da instrução direta ou pela participação em atividades financeiras (DANES, 1994; PINTO, PARENT e MANSFIELD, 2005; BEUTLER e DICKSON, 2008). Contudo, outros agentes como amigos, religião, mídia e as experiências prévias no uso do dinheiro surgem como importantes nesse processo (CHURCHILL & MOSCHIS, 1979; DANES, 1994; HILGERT, HOGARTH e BEVERLY, 2003; SHIM et al, 2010; SOHN et al, 2012).

Além de entender os agentes, os estudos da socialização financeira, muitas vezes, utilizam-se da abordagem de Piaget (1997) e de seus estágios<sup>6</sup> para se inferir sobre o nível de compreensão de conceitos financeiros em cada idade ou fase da vida do indivíduo. Diversos pesquisadores, ao utilizarem tal arcabouço teórico, propuseram que a compreensão da socialização financeira se desse pela identificação de um número diferente de estágios. Estão compiladas na Tabela 1 a seguir algumas das principais contribuições de autores de épocas diversas, mostrando as faixas de idade envolvidas em suas pesquisas e o número de estágios identificados no processo de socialização financeira por cada um deles. Percebe-se que o número de estágios varia bastante, desde um processo de socialização ocorrendo em 3 estágios até um total de 9.

Autor	Faixa de idade pesquisada	Nº de estágios identificados
Strauss (1952)	<b>4.8 – 11.6</b>	<b>9</b>
Danziger (1958)	<b>5 – 8</b>	<b>4</b>
Sutton (1962)	<b>Séries 1 - 6</b>	<b>6</b>
Jahoda (1979)	<b>6 – 12</b>	<b>3</b>
Burris (1983)	<b>4/5, 7/8, 10/12</b>	<b>3</b>
Leiser (1983)	<b>7 - 17</b>	<b>3</b>

Tabela 1 – Algumas contribuições no estudo da socialização financeira  
Fonte: Adaptado de Furnham (1996)

<sup>6</sup> Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo é um processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas nas estruturas cognitivas e cada estrutura se mostra como uma derivada da estrutura que a precede. Essa construção sucessiva segue um padrão que o autor denomina por estágios, com idades mais ou menos determinadas.

Apesar da discordância sobre o número de estágios que compõem o desenvolvimento da compreensão de conceitos econômicos e financeiros, Furnham (1996) afirma que a postura mais comum na Psicologia Econômica é a de se subdividir este processo em 3 estágios, a saber: (1) nenhuma compreensão; (2) compreensão de alguns conceitos isolados e, (3) ligação entre conceitos isolados de forma a se gerar entendimento mais global. Isso significa dizer que as crianças mais novas, ainda em fase pré-escolar, observam e aceitam certos fenômenos econômicos como meros rituais. Porém, sua compreensão de tais fenômenos aumenta com a idade e com a interação com agentes de socialização. Mesmo não ficando claros exatamente os limites de idade de cada estágio, pontos de transição entre eles e especificamente o nível de compreensão sobre questões econômicas diversas (como a natureza do dinheiro, transações econômicas e o conceito de lucro), parece haver concordância entre os autores que o processo de socialização financeira se daria em fases.

No entanto, Lunt (1996) ressalta que há uma preocupação crescente de que esta divisão em fases ou estágios possa subestimar o papel e a diversidade da atividade econômica e reduzir um processo complexo a um mero ganho de habilidades cognitivas, sem levar em conta questões comportamentais e também a classe social como determinante do conhecimento econômico. No Capítulo 6 desta tese de doutoramento, ao se falar sobre Educação Financeira no Brasil, serão apresentados argumentos que podem contribuir para se entender essa questão da classe social no processo de socialização financeira no país.

Uma outra crítica ao conceito de socialização financeira da maneira como é realizada nos dias de hoje diz respeito ao um eventual processo de apenas servir para reafirmar o sistema capitalista. Cummings e Taebel (1978) questionam se a lógica presente nas escolas não favoreceria um reforço do capitalismo, servindo apenas para se desenvolver uma gradual atitude favorável à propriedade privada e à perpetuação de desigualdade entre classes. Isso viria de um discurso que acaba por tratar os menos favorecidos como mais fracos ou menos capazes.

Schor (2004) ressalta que o *marketing* voltado ao público infantil e juvenil, sob uma pretensa ideia de socialização para o consumo, fez com que prevalecesse uma cultura consumista em que crianças passam a aspirar riqueza e onde o consumo de certos itens ou marcas passa a definir, desde idades mais baixas, o que as pessoas são. Para ela, as crianças se tornaram “condutores do mercado de

consumo dentro de casa, a ligação entre anunciantes e as carteiras da família” (SCHOR, 2004, p. 11, tradução nossa).

Assim, feita a apresentação do conceito de Socialização Financeira e caracterizada sua importância dentro do escopo desta pesquisa, a próxima seção se volta a entender se há evidências de resultados positivos advindos de maior nível de Educação Financeira sobre as decisões financeiras dos indivíduos.

### 1.3.

#### **Evidências de um maior nível de Educação Financeira**

Várias pesquisas têm se dedicado a entender os comportamentos financeiros dos indivíduos e seu nível de informação em relação a temas ligados ao uso do dinheiro, bem como identificar as fontes de socialização financeira e mensurar a efetividade de um maior nível de Educação Financeira sobre o bem-estar dos indivíduos e famílias. Tais estudos podem auxiliar a explicar os comportamentos das pessoas quanto a temas diversos, desde a contratação de empréstimos, utilização de cartões de crédito ou de débito e propensão à inadimplência até as decisões ligadas ao uso cotidiano do dinheiro e em relação a planejamento futuro. Ao centrarem sua análise em temas como esses, podem contribuir para o entendimento sobre a efetividade de políticas de Educação Financeira e, nesse sentido, trazer contribuição para o escopo desta pesquisa ao permitirem embasamento para se discutir o sentido de se tratar do tema em um mundo financeirizado.

Assim, esta seção visa compreender o atual estágio das pesquisas que buscam tratar da Educação Financeira e seus possíveis impactos sobre as decisões dos indivíduos, procurando mostrar se há uma relação entre maior conhecimento financeiro e decisões mais acertadas do ponto de vista do uso do dinheiro. Serão mostrados estudos que procuraram relacionar a Educação Financeira (ou a falta dela) a diversos temas, como qualidade das decisões financeiras, a propensão ao consumo e ao endividamento, uso de cartões de crédito, comportamento de poupança e planejamento previdenciário, impactos sobre a saúde física e mental do indivíduo e, por fim, o grau de influência de determinados agentes de socialização financeira. Dessa forma, a descrição dos estudos a seguir está organizada buscando apresentar as pesquisas de acordo com cada um desses

temas citados. Ao final da seção, também serão apresentados argumentos de autores que questionam a efetividade da Educação Financeira e apontam novos caminhos para o tema. Tais contribuições serão fundamentais para o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre a Educação Financeira e a proposição de uma agenda para “além da Educação Financeira”, como se almeja realizar ao final desta tese de doutoramento.

Cabe mencionar que o número de pesquisas com a temática da Educação Financeira vem crescendo e, portanto, os estudos elencados a seguir são apenas uma amostra das pesquisas que vêm sendo conduzidas. O intuito aqui é obter uma compreensão sobre a efetividade da Educação Financeira e dar subsídio a posteriores debates sobre a necessidade de discussão do assunto. Sobre o número crescente de pesquisas, muito do que se discute sobre a Educação Financeira atualmente vem da percepção dos problemas gerados pela falta dela na população. Conforme Mason e Wilson (2000, p.4, tradução nossa), isso é particularmente verdadeiro “quando os consumidores são vistos como consumidores de produtos financeiros [...]. As evidências disponíveis sugerem que a informação financeira é usada de maneira ineficaz na tomada de decisões sobre produtos financeiros.”

Sobre uma primeira dimensão presente nos estudos, a Educação Financeira e a Qualidade das decisões financeiras, deve-se recordar autores mostrados na seção 1.1, que mostram a sequência composta por Educação Financeira – Alfabetização Financeira – Bons comportamentos financeiros e sugerem que boas decisões financeiras seriam o resultado de se educar financeiramente e se produzir indivíduos alfabetizados financeiramente (DOLVIN e TEMPLETON, 2006; EDMINSTON e GILLET-FISCHER, 2006; WILLIS, 2008; 2009; SOHN et al., 2012).

Fox, Bartholomae e Lee (2005) mostraram que a ignorância financeira é capaz de criar ou potencializar vieses de comportamento, exibidos pelos investidores incultos. Nesse mesmo sentido, para Braunstein e Welch (2002), participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente, da mesma forma que consumidores conscientes demandam por produtos que sejam mais condizentes com suas necessidades financeiras.

Lucci et al. (2006) concluíram que maiores níveis de Educação Financeira afetam a qualidade das decisões financeiras. Os autores tentaram entender se a qualidade das decisões financeiras seria realmente influenciada pelos

conhecimentos das pessoas em relação ao dinheiro. Para isso, a sua pesquisa foi realizada com alunos matriculados em cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Eles concluíram que o nível de conhecimento em temas relacionados com a gestão do dinheiro tem uma correlação com o número de assuntos que os alunos estudaram em seus cursos, como temas ligados ao Mercado de Capitais, Finanças Corporativas e Economia. Em quase todos os itens solicitados aos alunos, as respostas mostraram uma correlação positiva entre o conhecimento financeiro e qualidade nas decisões financeiras. Destaque deve ser dado a atitudes positivas em relação à aposentadoria e à gestão de dívidas.

Em outra pesquisa que busca avaliar a relação dos níveis de Educação Financeira e a qualidade das decisões e que, da mesma forma que a pesquisa de Lucci et al. (2006), contou com entrevistas junto a alunos matriculados em cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis, Soares et al. (2012) também verificaram o melhor nível das decisões financeiras para os respondentes que obtiveram as maiores notas em uma escala que buscava aferir o nível de Educação Financeira. No entanto, vale ressaltar que, apesar de os estudantes terem contato com disciplinas ligadas à área financeira em seus cursos (apesar de níveis diferentes de contato, uma vez que foram entrevistados desde ingressantes até concluintes dos cursos), o nível de Educação Financeira verificado foi baixo, com uma nota média de 39,1 em uma escala de 0 a 100 pontos. Outra conclusão importante desse trabalho diz respeito às melhores notas entre aqueles que afirmaram ter recebido conceitos de Educação Financeira de suas famílias, o que pode dar pistas sobre a importância da família como agente de socialização financeira.

Chen e Volpe (1998) estudaram o nível de Educação Financeira em estudantes de diversas universidades americanas e seu impacto sobre as opiniões e decisões dos alunos. Percebeu-se que aqueles que estão perto do final do curso mostraram um maior nível de Educação Financeira, assim como aqueles que tinham mais experiência de trabalho. Os autores afirmaram que tais achados não significam que apenas ser mais velho gera maior grau de Educação Financeira, mas sim a exposição a situações que envolvem decisões sobre o uso do dinheiro. Também foi concluído que os respondentes com menor nível de Educação Financeira apresentaram tendência de opiniões e decisões incorretas nas áreas de conhecimentos financeiros gerais, poupança e investimento e empréstimos.

Também com enfoque de estudar a qualidade das decisões financeiras, em pesquisa realizada pelo SERASA<sup>7</sup> (2014), foi apresentado o Indicador de Educação Financeira (IndEF) da população brasileira. Segundo a instituição,

o indicador tem por objetivo aprofundar os conhecimentos sobre o nível de Educação Financeira do cidadão brasileiro, entendendo suas necessidades e hábitos financeiros, e, desta forma, apoiar as estratégias públicas, privadas e da sociedade civil organizada na implementação de programas que visam a melhorar a relação das pessoas com o dinheiro e os instrumentos financeiros, que se tornam cada vez mais disponíveis para o desenvolvimento da sociedade. (SERASA, 2014, p.3)

Em 2015, foi divulgado o terceiro resultado do indicador, tendo o mesmo sido criado em 2012 e tornado público, pela primeira vez, em meados de 2013. O resultado do indicador, entre 2013 e 2015 oscilou em torno de 6,2 pontos em uma escala de 0 a 10. Cumpre mencionar que a nota final é uma ponderação de três dimensões relativas às finanças pessoais e familiares, a saber: Atitude (24%), Conhecimento (26%) e Comportamento (50%).

O estudo mostrou uma grande correlação entre a dimensão conhecimento com os fatores renda, classe social e escolaridade. Assim, à medida que essas variáveis aumentaram, também aumentou a pontuação obtida nessa dimensão. O mesmo não se observa em relação às dimensões ligadas a atitude e comportamento. Uma hipótese levantada pressupõe que só o conhecimento não resolve a questão da observação de maus comportamentos financeiros, sendo preciso se fazer algo a respeito do lado comportamental do indivíduo.

Sobre esta afirmação de que apenas o fornecimento de conhecimento poderia não ser suficiente para boas decisões financeiras, Vitt (2004) frisa que o processo decisório em relação ao uso do dinheiro é só parcialmente objetivo. Para a autora, as decisões são motivadas por valores e também envolvem aspectos psicológicos, físicos e sociais. Apenas a compreensão de todas essas dimensões poderia produzir boas decisões ligadas ao dinheiro.

Voltando ao estudo do SERASA (2015), outra conclusão importante foi a de que os respondentes mais jovens tiraram notas menores em conhecimento e nas

---

<sup>7</sup> O SERASA é um organização presente no Brasil há mais de 45 anos e que presta serviços de informações de crédito para empresas e consumidores.

notas em geral. Os motivos não foram averiguados, mas hipóteses poderiam ser levantadas no sentido de se relacionar essas notas com a menor exposição a situações de uso do dinheiro. A pesquisa também concluiu que há a preocupação em se dividir a responsabilidade sobre decisões financeiras com a família, e tal atitude é ainda mais significativa entre indivíduos nos maiores níveis de IndEF.

O estudo também procurou mensurar o impacto da bancarização sobre o IndEF. Uma hipótese levantada é que a bancarização produz maior exposição a situações financeiras e maior conhecimento, com possível reflexo sobre qualidade das atitudes financeiras. Concluiu-se que possuir conta corrente, cartão de crédito ou seguro tende a aumentar a Educação Financeira no que diz respeito às dimensões Conhecimento e Atitude, mas não se verificou diferença significativa na dimensão Comportamento. Isso significa dizer que o contato com esses produtos e com instituições financeiras é “capaz de educar até o nível da informação e das crenças a respeito do uso mais ou menos sustentável do dinheiro, mas não consegue ultrapassar a barreira da ‘tentação’ e a ‘urgência’ do consumo em detrimento da necessidade de poupar para eventuais imprevistos.” (SERASA, 2014, p. 13)

Hogarth, Hilgert e Schuchardt (2002) também mostraram pesquisa do *Federal Reserve Bank*<sup>8</sup> (FED) que confirma a correlação de uma maior bancarização com um maior nível de Educação Financeira. Os respondentes foram classificados com base no número de produtos financeiros que possuíam (de uma lista de 13 produtos) e de comportamentos financeiros apresentados (de uma lista de 18). O estudo mostrou que os participantes que demonstraram um maior número de bons comportamentos financeiros possuíam também um maior número de produtos financeiros. Além disso, em uma escala de Alfabetização Financeira produzida, aqueles que estavam acima da média nas duas classificações atingiram as maiores pontuações, tendo obtido sucesso em 76% de um teste que contemplava questões diversas sobre gestão financeira. Enquanto isso, os respondentes que se posicionaram abaixo da média em número de produtos e número de comportamentos financeiros observados obtiveram um índice de acertos de 59% no mesmo teste.

---

<sup>8</sup> O *Federal Reserve Bank* é o Banco Central dos Estados Unidos.

Braunstein e Welch (2002) mostraram que os resultados de programas com o intuito de levar conhecimento financeiro a pessoas são diversos. As autoras dizem que, enquanto alguns programas obtêm sucesso em certos aspectos da gestão financeira pessoal, outros não conseguem, apenas através da disseminação de informação, produzir comportamento financeiro eficiente. Acrescentam que, apesar de algumas pesquisas mostrarem que a aquisição de informação pode resultar em melhor comportamento em matéria financeira, também se percebe que apenas o aumento da informação não resulta automaticamente em tais melhorias. Assim, refutam a suposição de que a presença de mais informações acarretará em melhores comportamentos e sugerem que há um enigma no fato de que, mesmo na presença de informação confiável, os indivíduos e famílias nem sempre irão agir em seu melhor interesse, algo que a teoria financeira clássica pressupõe. Reforçam, assim, a necessidade de estudos na área de Economia Comportamental.

Em relação a uma segunda dimensão analisada por diversas pesquisas, a propensão ao consumo e ao endividamento, Sabri e McDonald (2010) analisaram a relação entre a Educação Financeira, os problemas financeiros e comportamento de poupança em 11 universidades da Malásia (6 universidades públicas e 5 privadas). Os autores começam seu trabalho lembrando que, quando os alunos entram em uma universidade, a maioria deles provavelmente têm sua primeira experiência em gestão de dinheiro sem a supervisão dos pais.

Extraíndo da pesquisa os dados relativos a consumo, destaca-se que cerca de 45% dos estudantes que responderam à pesquisa gastaram todo o seu dinheiro antes do final do semestre. Os estudantes com maiores notas no indicador de Educação Financeira produzido demonstraram tendência a menor propensão ao consumo. Acrescenta-se a isso o fato de que estudantes que tiveram exposição mais cedo ao consumo em sua infância ou que relataram maior influência dos agentes de socialização descritos na pesquisa (família, escola, religião, mídia e amigos) demonstraram comportamento financeiro mais eficiente.

As pesquisas consultadas também procuraram mostrar como um maior nível de Educação Financeira gera impacto sobre o endividamento dos indivíduos. Na mesma pesquisa realizada com estudantes de universidades na Malásia, Sabri e McDonald (2010) mostraram correlação entre Educação Financeira e menor propensão a problemas financeiros, dentre os quais estava o endividamento.

Em pesquisa já citada, Soares et al. (2012), ao investigarem o comportamento dos estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, também encontraram indícios de que os maiores níveis de Educação Financeira coincidiam com os menores níveis de endividamento.

Hirad e Zorn (2001) mostraram que os níveis de inadimplência em financiamentos imobiliários nos Estados Unidos eram 19% inferiores entre as pessoas que receberam aconselhamento financeiro antes da obtenção do empréstimo, em comparação a indivíduos que não foram aconselhados.

Passando a análise para o terceiro item, estudos que trataram da Educação Financeira e o uso de cartões, Hayhoe, Leach e Turner (1999) estudaram as atitudes dos estudantes universitários em relação a dinheiro tentando identificar seus impactos sobre o número de cartões de crédito que eles possuíam. Eles enfatizam que alguns estudos confirmam que atitudes em relação ao crédito e dinheiro são boas para a previsão do padrões de gastos. Os participantes da pesquisa foram os alunos com mais de 18 anos de idade de 5 Universidades estaduais nos EUA. 80% dos entrevistados admitiram ter pelo menos um cartão de crédito. Apenas 17% tinham aulas relacionadas com a gestão financeira pessoal na Universidade. As atitudes relacionadas à posse e ao uso de dinheiro, categorizadas pelos autores como obsessão (ênfase em pensar sobre diferentes aspectos ligados ao dinheiro), retenção (não querer gastar o dinheiro, mesmo quando ele estiver disponível) e comportamento afetivo (ligado ao simples prazer de possuir um cartão ou a pessoas assumindo que o cartão de crédito faz com que sejam felizes) foram encontradas. Os entrevistados sem cartões de crédito tiveram notas mais altas nas atitudes de retenção e obsessão, enquanto aqueles com mais de quatro cartões de crédito tiveram pontuações mais elevadas no comportamento afetivo. Um fato interessante relatado pelos autores foi que aqueles com mais de quatro cartões pareciam estar mais preocupados com as consequências do uso do crédito. Segundo os autores, este comportamento foi uma consequência de dívidas antigas que estavam sendo pagas pelos alunos.

Roberts e Jones (2001) discutiram o papel que as atitudes em relação ao uso do dinheiro e do cartão de crédito têm na compreensão do comportamento de compra compulsiva. Ao fazer isso, eles tentaram mostrar o impacto de conceitos como poder, desconfiança e ansiedade em compradores compulsivos, com uma amostra de estudantes de uma universidade no Texas. Como resultado, 9% dos

alunos foram considerados compradores compulsivos, mas os autores admitem que o número pode ser conservador uma vez que só os casos mais extremos de comportamento compulsivo foram identificados pela escala utilizada. Os resultados do estudo sugerem que atitudes como o poder, a desconfiança e a ansiedade estão intimamente relacionados à compra compulsiva e que o uso do cartão de crédito, muitas vezes, aparece como um moderador, intermediando tais relações. Eles mencionam que os alunos com atitudes irresponsáveis no uso do cartão de crédito poderão sofrer mais financeiramente e psicologicamente, pois eles tendem a ter notas mais baixas, deixar a escola, ter sérios problemas financeiros e, provavelmente, terão que trabalhar mais para pagar suas contas.

Warwick e Mansfield (2000) realizaram uma pesquisa em uma universidade privada do Centro-Oeste dos Estados Unidos. A pesquisa procurou entender as atitudes dos estudantes em relação ao uso de cartões de crédito e verificar se os alunos podem compreender suas características básicas. O estudo foi focado em responder três questões: (1) Como os alunos estão obtendo seus cartões de crédito? (2) Os alunos são bem informados sobre crédito? (3) Quais são as atitudes dos estudantes em relação a cartões de crédito?

Um resultado importante observado foi que a maioria dos alunos adquiriu um cartão de crédito não de sua própria vontade, mas persuadido por campanhas de *marketing* (apenas 15% daqueles que possuem um cartão de crédito pediu o cartão), o que pode trazer considerações importantes sobre a necessidade de maior Educação Financeira e de proteção do consumidor em um cenário de maior agressividade das campanhas de *marketing*. No que diz respeito às características de cartões de crédito, 71% admitiram que não sabiam das taxas de juro, enquanto 43% não sabiam o limite de crédito total em seus cartões. Quando perguntados sobre o quanto eles devem, a percentagem de inquiridos que não conseguiu responder à pergunta foi de 47,5%.

Os alunos também foram questionados sobre a sua opinião a respeito dos cartões de crédito. Um total de 68,6% disseram que “eles são bons, se usados corretamente”. Os autores alertam para o risco do grande estímulo que os jovens têm de adquirir um cartão de crédito. As instituições financeiras muitas vezes pensam que os estudantes são uma boa maneira de ganhar dinheiro, especialmente no longo prazo. No entanto, como os alunos têm uma renda baixa, eles se sentem tentados a gastar e estão frequentemente em dívida.

Segundo os autores, esta questão enfatiza a necessidade de um comportamento socialmente responsável não só da parte da instituição financeira, mas também da Universidade, pois mostra que ela muitas vezes tolera as técnicas agressivas de vendas utilizados por empresas de cartão de crédito. Eles dizem que em muitas partes dos Estados Unidos, as universidades estão proibindo campanhas de *marketing* dos cartões de crédito dentro dos *campi*. No entanto, os autores ponderam que, embora uma postura mais firme das universidades possa afastar os estudantes da aquisição de um cartão de crédito, ainda há outras maneiras de se chegar a esses alunos. Dessa forma, os autores sugerem que a melhoria da Educação Financeira seria uma boa maneira de estimular o comportamento adequado no uso de dinheiro.

Em relação à quarta dimensão das pesquisas, o comportamento de poupança e planejamento previdenciário, na já citada pesquisa com universitários na Malásia, Sabri e McDonald (2010) verificaram que mais de 50% dos alunos não foram capazes de poupar no momento em que recebem o seu dinheiro. Quase a metade dos entrevistados disseram que eles gastam todo o dinheiro antes do final do semestre. O nível de Educação Financeira teve um impacto significativo sobre o comportamento de poupança. Um fato interessante foi que aqueles que admitiram ter uma exposição precoce ao consumo e uso do dinheiro tiveram melhor comportamento de poupança, apesar de também relatarem mais problemas financeiros.

Comparativamente, o nível atual de Educação Financeira se mostrou mais importante para o comportamento de poupança do que a exposição precoce ao consumo durante a infância ou a socialização financeira. Os autores especulam que isso pode ser resultado de maus hábitos desenvolvidos a partir de exposição precoce ao uso de dinheiro e influência de pessoas que não lidam com assuntos de dinheiro de uma forma ideal. Além disso, estudantes que relataram melhores hábitos de consumo demonstraram maior propensão a poupar. Os autores concluíram que proporcionar contato com assuntos ligados à Educação Financeira durante a Universidade pode minimizar as consequências de maus hábitos e atitudes adquiridos antes do início da vida universitária.

Os dados de Soares et al. (2012) confirmaram os achados de Sabri e McDonald (2010), mostrando o comportamento positivo em relação à propensão a poupar entre os alunos com maior nível de Educação Financeira.

Bernheim, Garrett e Maki (2001) apresentaram evidências de que a maior parte dos norte-americanos apresenta lacunas de formação para o gerenciamento de suas finanças pessoais, com impactos sobre suas escolhas em termos de aposentadoria decorrentes dessa deficiência. Em um estudo com bastante repercussão, os autores alegam que apresentam a primeira evidência sistemática dos efeitos de longo prazo, ao concluírem que conteúdos de Educação Financeira levados ao público de maneira obrigatória significativamente elevaram a exposição ao tema e tiveram como consequência a elevação das taxas de poupança e acumulação de riquezas na vida adulta.

Braunstein e Welch (2002) afirmam que a Educação Financeira estimula maior bancarização e isso proporciona um benefício, uma vez que pesquisas mostram que, nos EUA, 51% das famílias com relacionamento bancário poupam regularmente, enquanto apenas 14% daquelas que não são bancarizadas conseguem poupar. Ademais, para as autoras, a posse de conhecimentos financeiros pode contribuir para os funcionários de empresas a estabelecerem estratégias que garantam segurança em suas aposentadorias.

Também foi demonstrado que o número de horas de treinamento financeiro aumentou o nível médio de depósitos em um plano específico de previdência privada durante análise realizada entre 1997 e 2000 (BRAUNSTEIN e WELCH, 2002). Outras pesquisas também mostraram que empregados de empresas que participaram de programas de treinamento financeiro aumentaram suas contribuições a planos de previdência (KIM, DRATZER e LEECH, 2001; BERNHEIM e GARRETT, 2003).

Lusardi e Mitchell (2006) mostraram que aqueles que foram expostos a conhecimentos financeiros são mais propensos a pensar sobre o planejamento da aposentadoria. Calvert, Campbell e Sodini (2005) descobriram que os chefes de família com conhecimentos financeiros mais sofisticados são mais propensos a investir em ativos mais arriscados para o longo prazo e também de forma mais eficiente. Outros autores, como Hilgert, Hogarth, e Beverly (2003) e Kimball e Shumway (2006) também mostram uma correlação positiva entre o conhecimento financeiro e comportamento em relação a poupança.

Uma quinta dimensão buscada pelas pesquisas é a relação entre Educação Financeira e saúde física e mental dos indivíduos. Apesar de em número inferior, algumas pesquisas reportam as influências de um indivíduo possuir melhor nível

de Educação Financeira sobre sua saúde física e mental. Quase 25 milhões de britânicos sofrem de ansiedade financeira, e 1,4 milhão precisam se ausentar do trabalho como resultado (HEALTH, 2010). A pesquisa concluiu que as preocupações de dinheiro são a maior causa de estresse e depressão no Reino Unido com doenças relacionadas ao estresse custando aproximadamente 3,7 bilhões de libras por ano em perda de produtividade e custos de saúde. Zimmerman (2006) afirma que, apesar de sua aceitação social, os problemas da dívida podem causar estresse e ansiedade que prejudicam a produtividade dos trabalhadores, causam problemas de saúde e aumentam a probabilidade de que eles saiam de um emprego em busca de melhores salários.

De acordo com Kalkowski et al. (2013), resultados de um programa de Educação Financeira foram determinantes para melhorar a qualidade de vida e saúde em mães solteiras de baixa renda. Runeson et al. (2012) verificaram que boa situação financeira e educação foram preditores não apenas na manutenção da boa saúde quanto para evitar problemas de saúde entre funcionários do setor público da Suécia. Os respondentes da pesquisa tinham 120 ocupações diferentes e totalizaram mais de 7.500 participantes, tendo sido entrevistados em dois momentos distintos, separados por 3 anos. A análise indicou os seguintes fatores determinantes da boa saúde: ter uma boa situação financeira, educação superior em comparação com menor escolaridade e não ter um agravamento da situação financeira entre os valores iniciais e no segundo momento da pesquisa.

Por fim, uma última dimensão aqui analisada nos estudos que versam sobre a Educação Financeira se torna importante para se construir uma visão ampliada sobre o tema, pois é a dimensão que procura relaciona-lo com a presença ou influência de agentes de socialização financeira, centrando sua análise na obtenção de conhecimentos financeiros e na socialização financeira não apenas levando em conta a formação escolar mas, acima de tudo, tentando entender o papel de outros agentes no processo. Em geral, o maior número de trabalhos busca analisar a família como fonte de socialização, mas também são encontrados trabalhos que tratam de outros agentes, como os pares, a mídia e a religião.

Beutler e Dickson (2008) reforçam o papel de vários agentes de socialização, notadamente cultura, mídia, escola, pares e família como grandes influências externas na socialização financeira. Para os autores, juntamente com

as tendências naturais de desenvolvimento, esses atores ajudam a criar compreensão do mercado e da economia.

Shim et al. (2010) estudaram o processo de socialização financeira, especificando quatro níveis que ligam o que chamam de socialização financeira antecipada durante a adolescência, primeiro nível, aos três níveis subsequentes: a aprendizagem financeira atual dos jovens, suas atitudes financeiras e seu comportamento financeiro. Os resultados da pesquisa indicaram que pais, trabalho e educação financeira no ensino médio previam o aprendizado, a atitude e o comportamento financeiro dos jovens adultos, com o papel desempenhado pelos pais substancialmente maior do que aquele desempenhado pela experiência profissional. As evidências também dão suporte ao modelo proposto de quatro níveis de socialização financeira hierárquica, indicando que a socialização financeira precoce está relacionada com a aprendizagem financeira, que por sua vez está relacionada a atitudes financeiras e, posteriormente, ao comportamento financeiro. Os autores concluem que a alfabetização financeira seria fundamental para uma vida adulta bem sucedida financeiramente. Para eles, restam poucas dúvidas sobre a importância de se aprender questões ligadas à administração das finanças pessoais, especialmente durante infância e adolescência, como transição à vida adulta. Afirmam também que

[...] Conhecimento apenas não é suficiente, no entanto. É claro que esse sucesso requer um conjunto de atitudes saudáveis e positivas, uma rede social de apoio composta por pessoas que esperam um comportamento financeiro responsável (por exemplo, os pais) e a confiança em usar o conhecimento para fazer escolhas inteligentes. Os resultados de nossas pesquisas sugerem que, para ajudar adolescentes e jovens adultos a alcançar esse sucesso, pais, escolas e empreendedores devem formar parcerias dedicadas ao ensino de boas práticas financeiras (SHIM et al., 2010, p. 1467-1468, tradução nossa).

Jorgensen e Savla (2010) demonstraram a importância dos pais para influenciar as atitudes e comportamentos financeiros dos jovens adultos. A construção dessa influência foi percebida como composta de duas ideias principais: a quantidade de aprendizado financeiro ocorrida e a frequência de aprendizagem financeira. Os pais foram percebidos como tendo uma influência direta e moderadamente significativa na atitude financeira e indireta e moderadamente significativa sobre o comportamento financeiro. Contudo, em sua

pesquisa, não foram significativos os efeitos dos pais sobre o conhecimento financeiro.

Solheim, Zuiker e Levchencko (2011) procuraram entender o que as narrativas dos estudantes universitários revelaram sobre o que aprenderam de suas famílias sobre finanças. Dentre os conceitos abordados, a poupança foi o conceito financeiro mais relatado que os alunos aprenderam com suas famílias. O segundo foi como gerenciar as finanças, incluindo o uso do crédito. Os autores identificaram três vias de socialização que levaram a diferentes resultados de poupança e gestão. Em um primeiro caminho, positivo e eficaz, os alunos que observaram que seus pais pouparam e conseguiram administrar seu dinheiro acabaram por receber lições importantes sobre a importância da poupança e do gerenciamento de dinheiro. Uma segunda via se mostrou eficaz, apesar de inicialmente poder se supor que teria resultado negativo. Nesta via, os alunos que perceberam implicações negativas da incapacidade de seus pais em poupar ou gerenciar seu dinheiro conseguiram tomar atitude resolutiva de não repetir os erros observados. Por fim, uma terceira via teve resultado negativo: como seus pais, os estudantes não estavam nem economizando nem gerenciando bem seus recursos.

Kim e Chatterjee (2013) investigaram a associação entre a socialização financeira na infância e as práticas financeiras e escolhas de ativos de jovens adultos. Como resultado, foi observado que as experiências de socialização financeira na infância estavam positivamente associadas às práticas financeiras benéficas e à propriedade dos ativos financeiros na idade adulta jovem.

Os autores demonstraram que algumas variáveis de socialização infantil têm maior influência nas atitudes e comportamentos financeiros de adultos jovens. No entanto, diferenças foram encontradas nos resultados financeiros por tipos de domínio de socialização. Por exemplo, dar um valor como mesada ou semanada pode não ser o processo de socialização mais eficaz para desenvolver comportamentos financeiros. De forma oposta, a alfabetização numérica e a capacidade de resolução matemática de problemas foi positivamente associada à propriedade de ativos financeiros, à posse de ações e às preocupações com as finanças. Foi encontrada associação negativa entre a preocupação financeira de adultos jovens e a habilidade matemática de resolver problemas. Sobre este ponto,

os autores sugerem que aqueles que têm a capacidade de adiar a gratificação e agir com paciência são menos propensos a se preocupar com seu futuro.

Dentre as conclusões apresentadas, os autores afirmam que o ensino sobre crédito mais cedo pode ser importante e que a Educação Financeira formal nas escolas poderia complementar a socialização financeira na família. Também concluíram que a confiança e as relações calorosas entre pais e filhos podem facilitar a socialização financeira.

Uma última pesquisa aqui discutida com a temática da socialização financeira e seus impactos foi realizada por Sohn et al. (2012). Seu estudo com alunos da Coreia do Sul mostrou como a alfabetização financeira está significativamente associada com a mídia como um agente de socialização, a posse de uma conta bancária, atitudes em relação ao dinheiro, e aos níveis de mesada ou outro tipo de remuneração mensal.

Entre os vários agentes da socialização, apenas a mídia apresentou uma relação significativa com a instrução financeira de estudantes. A família foi relatada como o agente socializante mais importante e predominante, com cerca de dois terços dos entrevistados afirmando que ela era a fonte de informação financeira mais influente mas, por outro lado, ela não contribuiu significativamente para o aprimoramento da alfabetização financeira dos estudantes do ensino médio daquele país quando comparada aos pares e às escolas.

Como conclusão, os autores sugerem que os esforços para mudar percepções ou atitudes podem ser fatores muito importantes no processo de Educação Financeira. Para eles, pode ser necessário incluir um componente atitudinal ao fornecer Educação Financeira. Também sugerem que o fato de os adolescentes que têm atitudes positivas, favoráveis e frugais em relação ao dinheiro exibirem melhores conhecimentos financeiros indica que dentro das famílias, os pais devem ser incentivados a falar e ensinar seus filhos sobre o dinheiro de uma maneira positiva.

Após a apresentação dos resultados das pesquisas que procuraram relacionar o nível de Educação Financeira a comportamentos financeiros específicos, pode-se dizer que vários dos estudos mostrados concluíram ou recomendaram que o assunto fosse tratado dentro da lógica escolar, seja no ensino básico ou mesmo em nível superior.

Sabri e McDonald (2010, p. 7, tradução nossa), por exemplo, sugerem que os resultados de seu estudo apontam para a necessidade de as universidades e faculdades de seu país procurarem ministrar *workshops* e aulas para educar os alunos sobre gestão de finanças pessoais e planejamento. Ao demonstrar a forte ligação entre a Educação Financeira e uma melhor gestão financeira, o “estudo poderia ser usado para se reforçar que os anos de faculdade são a última e melhor chance para que a educação formal tenha efeitos salutareos para a gestão financeira da vida dos futuros líderes da Malásia”.

De maneira oposta, cresce o número de pesquisas que questiona a efetividade de políticas de Educação Financeira e até mesmo lançam dúvidas sobre os estudos que porventura mostraram correlação entre a posse de conhecimentos financeiros e melhores comportamentos financeiros. Nessa linha, Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014) questionam os resultados das pesquisas que comumente vêm procurando demonstrar os impactos da Educação Financeira sobre indivíduos. Os autores questionam a validade das medidas de Educação Financeira criadas, pois são muitas vezes questionários de múltipla escolha com foco integral em medidas objetivas. Acrescenta-se a isso o fato de que, na maior parte das pesquisas, não são consideradas variáveis de diferenças individuais que poderiam explicar os comportamentos financeiros visualizados.

Eles fazem críticas à Educação Financeira de longo prazo, acreditando que abordagens curtas e mais próximas do momento das decisões financeiras aumentam a possibilidade de sucesso e minimizam o risco de esquecimento. Em sua pesquisa, concluíram que uma mínima parcela da variância em comportamentos financeiros pode ser explicada por intervenções para melhorar o nível de alfabetização financeira das pessoas. Em especial, as amostras de baixa renda mostraram efeitos ainda mais fracos. Também encontraram efeitos decrescentes de tentativas de alfabetização financeira através do tempo, com efeitos muito baixos 20 meses ou mais após a exposição aos conceitos financeiros. Nesse sentido, acreditam que a abordagem da Educação Financeira no futuro deverá evitar os tópicos comuns nos dias de hoje, como conteúdo sobre juros compostos e obrigações e passar a ensinar habilidades sociais como a propensão para planejar, confiança para ser proativo e vontade de assumir riscos de investimento.

Willis (2009, p. 425, tradução nossa) também apresenta críticas às pesquisas geralmente realizadas sobre o tema Educação Financeira. Conforme a autora, apesar de os métodos elaborados para coleta de dados, projetos de pesquisa um tanto quanto “ingênuos e técnicas rigorosas de análises estatísticas, os pesquisadores não foram capazes de superar os problemas com a confiabilidade dos dados, controles sobre as condições, medição da validade e interpretação dos resultados”.

Muitos outros autores também afirmam que as pesquisas até o momento são incapazes de demonstrar correlação entre maior Educação Financeira, Alfabetização Financeira e melhores comportamentos financeiros (COLE e SHASTRY 2008; HATHAWAY e KHATIWADA, 2008; MANDELL e KLEIN, 2009; GALE e LEVINE, 2010), muitas vezes pela presença de vieses comportamentais nas decisões financeiras. Contudo, são as críticas de Willis (2008, 2009, 2011) que mais se destacam entre aqueles que questionam as pesquisas que afirmam ter encontrado argumentos para defender a efetividade de se educar financeiramente as pessoas.

Dois pontos importantes devem ser destacados em sua argumentação: (1) tempo, valor gasto e invasão de privacidade e, (2) perda de autonomia. Sobre o primeiro ponto, a autora destaca seis motivos para a não efetividade de maiores níveis de Educação Financeira e, portanto, para não se implantar programas para se levar conteúdos desse tema em larga escala. São eles o grande desnível de conhecimentos financeiros (por exemplo, muitas pessoas carecem de habilidades para operações matemáticas relativamente simples); a complexidade das decisões financeiras e a heterogeneidade de circunstâncias e valores financeiros do consumidor; a velocidade com que o setor financeiro oferta novos produtos; a falta de interesse ou resistência em participar de programas; o alto nível de recursos que detém o setor financeiro para sobrepor os ganhos que a população teria com a educação e, por fim, a constatação de que mesmo aqueles dotados de informações financeiras surpreendentemente tomam más decisões ligadas ao uso do dinheiro, principalmente pela presença de vieses comportamentais.

A autora resume este ponto afirmando que

[...] coletivamente, essas realidades significam que uma educação financeira eficaz precisa ser extensiva, intensiva,

frequente, obrigatória e fornecida no momento da tomada de decisão, em um ambiente individual, com o conteúdo personalizado para cada consumidor. O dinheiro do governo e o tempo necessário superariam qualquer campanha de educação pública comum. Uma nova classe profissional altamente qualificada de educadores-conselheiros-terapeutas financeiros acessíveis, competentes e independentes precisaria ser criada, regulamentada e mantida. O preço para os indivíduos, em tempo gasto com a educação – em vez de, por exemplo, ganhar mais renda – seria enorme, de modo que a educação financeira poderia *diminuir* a riqueza. As análises psicológicas necessárias para individualizar as medidas para eliminar vieses seriam pessoalmente invasivas. São custos que estamos dispostos a suportar? (Willis, 2009, p. 431, tradução nossa)

Sobre o segundo ponto, a questão da perda de autonomia, a autora afirma que muitos defendem a regulação via educação no lugar de métodos tradicionais de regulação, pois estes últimos seriam limitadores da autonomia individual. Todavia, para ela, uma educação financeira efetiva iria requerer invasão no nível da autonomia individual para funcionar a contento. Isso estaria amparado em alguns argumentos. Primeiramente, programas efetivos reduziriam o controle das pessoas sobre como gastar seu tempo e esforço. Além disso, como só programas obrigatórios iriam ser efetivos, aqueles que decidirem não aderir não teriam escolha. Em segundo lugar, técnicas para eliminar vieses comportamentais nas pessoas demandariam mudar processos, sentimentos, motivações e até seus valores, o que claramente representa quebra de autonomia. Outro ponto seria a necessidade de programas voltados a educar financeiramente a população terem que decidir o que ensinar e como ensinar e até mesmo quanto de risco cada um deve aceitar correr em cada situação.

Nesse sentido, os argumentos de que a Educação Financeira reforça a autonomia caíam por terra. Muitas pessoas não gostam de planejamento financeiro e acreditam que isso demanda muito tempo e esforço. Outros temem se arrepender se suas escolhas não forem boas e preferem optar por não fazer nada. Também existem aqueles que evitam as decisões contratando consultores financeiros, outros contando com conselhos de amigos, familiares e colegas, e outros não fazendo nada, seguindo o *status quo*. Para Willis (2009, p. 432) “dar às pessoas mais propriedade e controle sobre suas vidas diárias e destino final requer intervenções regulamentares que suportam o desejo pessoal dos consumidores de não fazer todas as suas próprias escolhas financeiras”.

Independente de comentários favoráveis ou não a se educar financeiramente a população, é perceptível que a facilitação do acesso a produtos financeiros nos mercados está provocando um aumento nas pesquisas sobre a Educação Financeira. Devido a experiências com endividamento e a má utilização do dinheiro nas decisões financeiras, os levantamentos feitos pelos pesquisadores trouxeram questões sobre a relevância da Educação Financeira para as pessoas. Este questionamento sobre efetividade do conceito irá retornar novamente nas considerações finais deste trabalho, ao se propor uma agenda pensando um pouco além do simples fornecimento de informações, como pregam defensores da Educação Financeira em massa.

Por ora, com a apresentação do conceito de Educação Financeira e Socialização Financeira e tendo sido elencadas algumas pesquisas que versam sobre a efetividade e o desdobramento da posse de informações financeiras, caberá ao próximo capítulo encerrar a Parte 1 desta tese, ao apresentar o atual estágio da disseminação dos conceitos de Educação Financeira no Brasil e no mundo.

## 2.

### Educação Financeira no Brasil e no mundo

Políticas públicas com o intuito de se educar financeiramente a população em geral, muitas vezes por meio das escolas, vêm sendo levadas adiante em diversos países e o assunto entra em pauta não apenas pela via do poder público, mas também conduzido por organizações de diversos setores. Dessa forma, nesse ponto do texto, parte-se do princípio que ações estão sendo feitas em todo o mundo tendo a disseminação da Educação Financeira como objeto central. Com isso, o objetivo deste segundo capítulo é compreender o atual estágio do tema em diversos países, através da descrição das propostas e das políticas que versam sobre a Educação Financeira.

De acordo com Ball e Mainardes (2011), a pesquisa sobre políticas educacionais no Brasil vem se configurando como um campo distinto de investigação e em permanente busca de consolidação. É notável o aumento do número de pesquisas, publicações e eventos específicos sobre políticas sociais e educacionais. Ainda segundo os autores, tais estudos podem abranger questões de natureza mais ampla sobre o processo de formulação de políticas ou a análise de políticas educacionais específicas, como é o caso da ENEF brasileira.

Para se compreender o estágio de disseminação do tema no Brasil e no mundo, o capítulo se inicia com a apresentação das propostas da OCDE para o assunto. Optou-se por analisar tais propostas aqui por se considerar a OCDE uma importante organização que vem tratando do tema e por se constatar que suas recomendações ganham cada vez mais espaço e são adotadas por um número crescente de governos.

Em seguida, buscar-se-á discurrir sobre o estágio atual da Educação Financeira no mundo. Ações voltadas a disseminá-la em países como os Estados Unidos, Reino Unido, Portugal, Itália, Japão, Coreia e Austrália serão apresentadas. O segundo capítulo desta parte inicial da tese de doutoramento se encerra procurando listar as principais iniciativas conduzidas por importantes organizações de Estado e da sociedade civil para a disseminação do tema no Brasil. Maior enfoque será dado à apresentação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e seu estágio de desenvolvimento.

## 2.1.

### Proposta da OCDE para a Educação Financeira

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE ou OECD em inglês) foi fundada no ano de 1961, em substituição à *Organisation for European Economic Co-operation* (OEEC), que havia sido fundada em 1948, para gerir a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial<sup>9</sup>. Como membros, possui 35 países. Os objetivos principais encontrados em seu *site* são o apoio a um crescimento econômico duradouro, o desenvolvimento do emprego e da qualidade de vida e a busca da estabilidade financeira mundial, através da ajuda para que os países desenvolvam suas economias e o apoio ao crescimento do comércio mundial<sup>10</sup>. Segundo Saito, Savóia e Petroni (2006), seu papel é buscar a melhoria das práticas do setor público e privado, através do fortalecimento das instituições democráticas, da economia de mercado, e da economia globalizada, por meio da publicação de estudos e recomendações para os países.

A lista completa com os países membros desta organização é mostrada no Quadro 1 a seguir. Como pode ser percebido pelo quadro, o Brasil não é membro desse organismo internacional. No entanto, é considerado parceiro chave e tem participação em comitês e grupos de trabalho.

Alemanha	Eslovênia	Islândia	Nova Zelândia
Austrália	Espanha	Irlanda	Polônia
Áustria	Estados Unidos	Israel	Portugal
Bélgica	Estônia	Itália	Reino Unido
Canadá	Finlândia	Japão	República Tcheca
Chile	França	Letônia	Suécia
Coréia do Sul	Grécia	Luxemburgo	Suíça
Dinamarca	Holanda	México	Turquia
Eslováquia	Hungria	Noruega	

Quadro 1 – Países membros da OCDE<sup>11</sup>

Fonte: OCDE

<sup>9</sup> OCDE. Disponível em <[www.oecd.org](http://www.oecd.org)> Acesso em 02/09/2014.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> De acordo com consulta realizada em 02/11/2016.

Para reforçar sua importância, segundo a publicação *Advancing National Strategies for Financial Education*, elaborada pela OCDE (2013), no fim do ano de 2013 eram 50 os países com estratégias nacionais implantadas ou em processo de estruturação e implantação de acordo com as recomendações da OCDE (dentre os quais, 19 pertencentes ao grupo dos 20 países mais ricos do mundo, o G20). Para a OCDE (2012a), uma Estratégia Nacional de Educação Financeira<sup>12</sup> é

uma abordagem nacionalmente coordenada à Educação Financeira que consiste em estrutura ou programa adaptado que:

- Reconhece a importância da Educação Financeira – inclusive possivelmente através de legislação – e define seu significado e escopo em nível nacional em relação a necessidades e lacunas nacionalmente identificadas;
- Envolve a cooperação de diferentes grupos de interesse<sup>13</sup>, assim como a identificação de um líder ou conselho/grupo coordenador;
- Estabelece um mapeamento para se atingir objetivos específicos e pré-determinados dentro de um período definido de tempo;
- Proporciona guias para serem aplicados por programas individuais de forma a gerar contribuições de maneira eficiente e apropriada à Estratégia Nacional. (OCDE, 2012a, p. 7, tradução nossa)

Uma Estratégia Nacional, de acordo com a publicação, pode ser parte ou complemento de uma abordagem holística com o intuito de dar acesso a consumidores de produtos financeiros à inclusão financeira, serviços devidamente regulados, mecanismos de proteção e, de maneira mais abrangente, a mercados de capitais justos e estáveis. O quadro de países que implantaram suas estratégias nacionais de Educação Financeira nos moldes previstos pela OCDE ou estariam em fase de implantação é mostrado no Quadro 2 a seguir.

<sup>12</sup> Uma análise do processo de formulação da Estratégia Nacional no Brasil será realizada ao final deste capítulo.

<sup>13</sup> Optou-se aqui pela tradução do original em inglês ‘*stakeholders*’ por ‘grupos de interesse’, uma vez que tal conceito tende a incorporar todas as partes que, de certa maneira, são afetadas pelas atividades de uma organização.

<b>Estratégia Nacional</b>	<b>Número</b>	<b>Países</b>
Países que desenvolveram e implementaram	20 (sendo 7 pertencentes ao G20)	África do Sul (2013), Austrália (2011), Brasil (2010), El Salvador (2013), Estônia (2013), Eslovênia (2011), Espanha (2008), Estados Unidos (2006, 2010), Gana (2009), Holanda (2008), Irlanda (2009), Japão (2005), Malásia (2003), Nigéria (2013), Nova Zelândia (2008, 2010), Portugal (2011), Reino Unido (2003), República Tcheca (2010), Singapura (2013) e Zâmbia (2013).
Países em estágio avançado de desenho de suas estratégias nacionais	25 (7 do G20)	Armênia, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia, Índia, Indonésia, Israel, Letônia, Líbano, Malawi, Marrocos, México, Peru, Polônia, Quênia, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Tailândia, Tanzânia, Turquia, Uganda e Uruguai.
Países que estão considerando a implantação de uma estratégia nacional	5 (todos do G20)	Argentina, China, França, Itália e Arábia Saudita.

Quadro 2 – Estágios de desenvolvimento das Estratégias Nacionais<sup>14</sup>  
 Fonte: Adaptado de OCDE (2013).

Um dos pilares da atuação nesse sentido foi a criação do *Financial Education Project* para estudar a Educação Financeira e propor programas de Educação Financeira nos países membros e em alguns não membros (OCDE, 2004). Em 2008, a OCDE criou o *International Network on Financial Education* (INFE), que serve como uma plataforma para coletar dados sobre Alfabetização Financeira, desenvolver relatórios analíticos e comparativos, pesquisa e desenvolvimento de instrumentos de política. Mais de 230 instituições públicas de mais de 100 países aderiram à OCDE / INFE.

<sup>14</sup> Dados do fim de 2013, retirados da publicação *Advancing National Strategies for Financial Education* (OCDE, 2013).

No ano de 2012, foi feita a inclusão da opção Alfabetização Financeira no programa internacional de avaliação conduzido pela instituição, o PISA. Essa inclusão tem por objetivo permitir, aos países que aderirem, a compreensão dos níveis de conhecimento sobre o tema entre alunos de 12 a 15 anos. De acordo com a instituição, essa iniciativa tende a se constituir em uma primeira percepção das necessidades dos jovens que estão prestes a atingir a vida adulta e, conseqüentemente, tomar as primeiras decisões financeiras importantes (OCDE, 2013).

Segundo a instituição, a atenção se volta para o assunto uma vez que as consequências de más decisões financeiras podem ser graves no nível individual e também da sociedade. De acordo com a publicação *High-level principles on National Strategies for Financial Education*, alguns acontecimentos fizeram com que as atenções da organização se voltassem para os assuntos ligados à disseminação da Educação Financeira pelo mundo (OCDE, 2012a):

- Mudanças nos sistemas previdenciários, que farão com que cada vez mais pessoas dependam de fundos de pensão, sejam privados ou estatais, e de suas próprias reservas durante a aposentadoria;
- O aumento do número de consumidores de produtos financeiros, que estimulou o lançamento de novos produtos, gerando riscos desses consumidores serem vítimas de práticas comerciais agressivas;
- Pesquisas sobre o nível de Alfabetização Financeira das pessoas têm indicado que muitos consumidores não tem um bom nível de conhecimento ou compreensão financeira.

Além do *Financial Education Project*, publicação principal da instituição, outras publicações também foram feitas, sendo as principais enunciadas a seguir (OCDE, 2012a):

- Recomendações sobre princípios e boas práticas em Educação e Conscientização Financeira, como parte do *Financial Education Project*, no ano de 2005;

- Recomendações sobre boas práticas em Educação Financeira relacionada a fundos de pensão privados, no ano de 2008;
- Recomendações sobre boas práticas para Conscientização e Educação sobre riscos em assuntos ligados a seguros, também no ano de 2008;
- Recomendações sobre princípios e boas práticas em Educação e Conscientização Financeira relacionada ao crédito, no ano de 2009;
- Princípios em Estratégias Nacionais para a Educação Financeira, através do INFE, em 2012;
- Princípios de Avaliação de programas de Educação Financeira e guias específicos de avaliação, através do INFE, em 2012;
- Diretrizes para a Educação Financeira em Escolas, também através do INFE, em 2012.

Em virtude da importância para este trabalho de pesquisa, será comentado a partir deste ponto o *Financial Education Project*, com suas recomendações sobre princípios e boas práticas em Educação. Com relação a este projeto, os seguintes itens foram considerados pela organização como motivadores para sua criação (OCDE, 2005): a importância da Educação Financeira, conforme mencionado ao longo deste capítulo; a crescente complexidade dos mercados financeiros e aumento dos riscos e responsabilidades dos indivíduos dentro do mundo financeiro; pesquisas conduzidas em países membros da OCDE mostrando o baixo nível de Alfabetização Financeira da população e, por fim, governos e instituições relevantes nas esferas pública e privada em países membros e não-membros da OCDE tenderiam, de acordo com a organização, a se beneficiar de princípios e boas práticas norteadores da Educação Financeira.

Assim, ao enumerar estes pontos, a instituição buscar reforçar que “a Educação Financeira deve ser considerada um processo contínuo, para toda a vida, em particular de forma a levar em conta a complexidade dos mercados, as diferentes necessidades de diferentes fases da vida e a crescente complexidade da informação” (OCDE, 2005, p.5, tradução nossa). Para isso, cria diretrizes, chamadas de Princípios e Boas Práticas para a Educação e Conscientização Financeira. Segundo os documentos que apresentam o *Financial Education Project*, os Princípios seriam diretrizes ou pontos que emergem a partir do cenário

motivador descrito e que devem ser compreendidos e considerados como pontos de partida para que o assunto Educação Financeira seja tratado por todos os países, sejam eles membros ou não. Já as Boas Práticas envolvem ações recomendadas para que os princípios descritos possam ser efetivamente conduzidos e se tornem realidade. Para reforçar a importância de tais recomendações, o documento de 2005 faz um “convite” aos países no sentido de tentar propagar os princípios e as boas práticas entre instituições do setor público e privado que estejam envolvidas em atividades de Educação e Conscientização Financeira (OCDE, 2005, p. 1).

A seguir, uma síntese elaborada a partir da leitura dos 7 princípios recomendados pela organização em seu *Financial Education Project* é apresentada no Quadro 3. Os comentários e a análise sobre cada um destes princípios será realizada na página seguinte, logo na sequência à apresentação do quadro.

PRINCÍPIOS	
1. A Educação Financeira deve ir além da provisão de informação e aconselhamento financeiro, que deve ser regulado, com o intuito de proteger clientes de produtos financeiros.	
2. A construção de capacitação financeira deve ser estimulada, de uma maneira justa e livre de vieses.	
3. Programas de Educação Financeira devem focar em assuntos de alta prioridade, dependendo de cada localidade e devem incluir aspectos relevantes do planejamento da vida financeira, como poupança, gestão de dívidas, seguros, bem como alguns pré-requisitos à compreensão de tais temas, como principalmente elementos de Matemática e Economia.	
4. A Educação Financeira deve também ser contemplada pelo arcabouço regulatório e administrativo e deve ser considerada como instrumento potencialmente gerador de crescimento econômico, confiança e estabilidade.	
5. Medidas devem ser tomadas quando há a percepção de deficiências na formação das pessoas no assunto. Outras políticas devem incluir proteção do consumidor e regulação das instituições financeiras.	

Quadro 3 – Princípios recomendados pela OCDE

- |  |
|--|
| 6. O papel das instituições financeiras na Educação Financeira deve fazer parte de sua política de governança <sup>15</sup> no trato com seus clientes.  |
| 7. Programas de Educação Financeira devem ser concebidos para atender aos objetivos e ao nível de Alfabetização Financeira de seu público específico e também refletir como esse público prefere receber a informação. |

Quadro 3 – Princípios recomendados pela OCDE (continuação)

Fonte: Elaborado pelo autor, de maneira condensada, a partir de OCDE (2005)

Alguns pontos se destacam pela análise do Quadro 3 apresentado. Desde os dois primeiros princípios, fugindo da premissa de que a Educação Financeira passaria apenas pelo fornecimento de informação, aparece a necessidade de regulação e proteção financeira dos clientes. A importância de se tratar da questão da proteção também já foi mencionada anteriormente, quando ficou claro que a maior parte dos autores que tratam do assunto dão mais enfoque ao fornecimento de conhecimentos sobre o assunto do que à proteção do indivíduo. Sendo assim, reforça-se aqui o que já havia sido dito sobre a existência de duas importantes dimensões quando se trata de Educação Financeira, a saber: Educação e Proteção/Regulação. Tais pontos merecerão destaque mais ao final deste trabalho, quando forem tratadas propostas com um olhar além da Educação Financeira como tradicionalmente vem sendo conduzida.

Juntamente com essa necessidade, a ausência de vieses no processo de aconselhamento financeiro é destacada, ponto bastante relevante em um contexto de evolução do Sistema Financeiro e grau crescente de complexidade das decisões financeiras no mundo moderno.

A condução de programas para tratar da Educação Financeira da população é tida como princípio básico pela organização e a compreensão deste ponto é central para este trabalho de pesquisa. Assim, a organização coloca como

<sup>15</sup> Mathiesen (2002) define Governança Corporativa como um campo de investigação que tem o intuito de buscar como monitorar as corporações, através de mecanismos normativos, estatutos legais, termos contratuais e estruturas organizacionais que possam auxiliar em uma melhor gestão das mesmas e, consequentemente, resultar em uma taxa competitiva de retorno. Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), é o “sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade. A expressão é designada para abranger os assuntos relativos ao poder de controle e direção de uma empresa, bem como as diferentes formas e esferas de seu exercício e os diversos interesses que, de alguma forma, estão ligados à vida das sociedades comerciais.”

fundamental a compreensão das lacunas de formação da população e de quais assuntos se tornam de maior prioridade. Nesse ponto, a organização parece ignorar as opiniões já mostradas no primeiro capítulo de autores que questionam a efetividade de tais programas ou, até mesmo, descartar tais estudos e se amparar naqueles que dão como certos os bons resultados de se levar adiante o fornecimento de conteúdos sobre o assunto. Ressalta também que a informação deve ser levada adiante respeitando especificidades regionais e as preferências da população sobre a maneira de oferta dos conteúdos.

A premissa de que a Educação Financeira deve ser tratada como potencial gerador de crescimento econômico, confiança e estabilidade aparece não apenas nos princípios, mas também em diversos documentos divulgados pela organização (OCDE 2004; OCDE, 2005; OCDE, 2012a, OCDE, 2013). Por diversas vezes, a grave crise mundial iniciada em 2008 é citada. Nesse sentido, é importante reproduzir trecho apresentado pelo secretário-geral da OCDE, segundo o qual

melhorar a Alfabetização Financeira tornou-se um meio essencial para uma maior inclusão econômica, social e financeira e parte integrante da reforma financeira para evitar crises futuras. Em todos os países, da mesma forma, a evidência aponta para preocupantes baixos níveis de consciência financeira, conhecimentos, atitudes e competências em grandes segmentos da população. Este é especialmente o caso para os consumidores vulneráveis, que recentemente ganharam acesso a produtos financeiros, bem como para os jovens, as mulheres, os imigrantes e os grupos de baixa renda. Assim, a Educação Financeira eficaz pode equipar nossos cidadãos com as habilidades para aproveitar serviços financeiros disponíveis e para melhor avaliar os riscos (financeiros) que enfrentam. A Educação Financeira também é essencial para restaurar a confiança no sistema financeiro, promover a estabilidade financeira e prestar o apoio público necessário para as reformas financeiras. (OCDE, 2013, p. 5, tradução nossa)

Ainda conforme o Quadro 3, as instituições financeiras também são contempladas e políticas de governança precisam ser estabelecidas, principalmente no que diz respeito a potenciais conflitos de interesses que possam surgir da atividade de comercialização de produtos financeiros. Conforme será mostrado na sequência deste Capítulo 2, as instituições financeiras estão fortemente presentes no debate sobre o assunto e no fornecimento de informações em todos os países pesquisados (inclusive no Brasil). Este ponto também terá

especial relevância nas considerações finais deste trabalho, quando propostas serão apresentadas para se tratar essa questão.

Os princípios descritos serão complementados por recomendações de boas práticas, que possibilitarão que os mesmos possam se tornar realidade. As boas práticas foram divididas em quatro grupos distintos, a saber: Ação pública para a Educação Financeira; Papel das instituições financeiras na promoção da Educação Financeira; Educação Financeira para a aposentadoria e Programas de Educação Financeira. Todos os quatro grupos e suas 19 boas práticas são sintetizadas nos Quadros de 4 a 7 apresentados a seguir.

BOAS PRÁTICAS	
A. Ação pública para a Educação Financeira	
8.	Campanhas nacionais devem ser encorajadas para promover a compreensão da população sobre a necessidade de busca de uma maior compreensão dos riscos financeiros e seus impactos.
9.	A Educação Financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre temas financeiros o mais cedo possível em suas vidas.
10.	Devem ser feitas considerações sobre tornar a Educação Financeira parte dos programas assistenciais do Estado.
11.	Estruturas especializadas em promover e coordenar a Educação Financeira devem ser encorajadas em nível nacional e ações locais públicas e privadas com o mesmo escopo devem ser estimuladas.
12.	<i>Websites</i> específicos devem ser promovidos com o intuito de gerar informação relevante e acessível ao público em geral. Serviços gratuitos de informação devem ser desenvolvidos.
13.	Cooperação internacional sobre Educação Financeira também deve ser estimulada, sendo a OCDE um fórum para ajudar a promover tal cooperação.

Quadro 4 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Ação pública para a Educação Financeira  
Fonte: Elaborado pelo autor, de maneira condensada, a partir de OCDE (2005)

O primeiro grupo de boas práticas, mostrado no Quadro 4, diz respeito à ação pública para a Educação Financeira. Nesse sentido, a OCDE recomenda uma atuação do Estado em diversas frentes. Inicialmente, a organização fala na busca da compreensão por parte da população sobre uma necessidade de melhor gestão das finanças pessoais. Além disso, menção é feita a se tornar o assunto parte dos programas assistenciais do Estado. A divulgação de conteúdo é estimulada,

principalmente através de *websites* específicos, com conteúdo gratuito, assim como a cooperação internacional no desenvolvimento de conhecimento para a disseminação do assunto.

No entanto, são as práticas de número 9 e 11 que mais chamam a atenção, em virtude do objeto de pesquisa deste trabalho. A OCDE enuncia categoricamente que a Educação Financeira deve ser iniciada na escola. Esta afirmação reforça o que outros autores apresentados no Capítulo 1 disseram sobre os impactos de se ter contato com o assunto desde a infância. Contudo, sobre tal afirmação caberia reflexão mais profunda no sentido de se ponderar se a escola é, de fato, este local responsável pela transmissão de tais conceitos e, em caso positivo, se seria ela a única responsável por levar adiante tais conhecimentos. A prática recomendada de número 11, por sua vez, menciona a criação de estruturas especializadas na promoção da Educação Financeira. Sobre este ponto, deve-se mencionar a ENEF brasileira, que terá seu processo de formulação e suas estruturas e arranjos criados para leva-la adiante analisados ao final deste capítulo.

Prosseguindo nas boas práticas, tem-se o segundo grupo, onde são listadas ações ligadas ao papel das instituições financeiras na promoção da Educação Financeira. O papel das instituições financeiras e sua relação com o consumidor de produtos financeiros não poderia ficar de fora das recomendações, tendo em vista a própria definição de Educação Financeira de maneira ampla por parte da OCDE, como uma conjugação de fornecimento de informações e proteção do consumidor de produtos financeiros. Estas ações ligadas ao papel de tais instituições são mostradas no Quadro 5.

<b>B. Papel das instituições financeiras na promoção da Educação Financeira</b>
14. Especificações do tipo de informação a ser disponibilizada pelas instituições financeiras sobre produtos e serviços financeiros devem ser buscadas.
15. As instituições financeiras devem claramente distinguir o conceito de Educação Financeira e informação financeira e aconselhamento financeiro “comercial”. A transparência deve ser buscada no provimento de informações ao público.
16. Diferentes níveis de acesso à informação devem ser disponibilizados e documentação abstrata e informes em letras pequenas devem ser desestimulados.

Quadro 5 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Papel das instituições financeiras na promoção da Educação Financeira

17. A qualidade da informação disponibilizada por essas instituições deve constantemente ser medida de forma a compreender se está atendendo aos requisitos do público em geral. Parcerias com organizações sem fins lucrativos que tenham contato direto com o mercado consumidor podem ser estimuladas.

18. O treinamento dos funcionários das instituições financeiras deve ser encorajado e códigos de conduta sobre o aconselhamento acerca de investimentos e empréstimos devem ser criados.

Quadro 5 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Papel das instituições financeiras na promoção da Educação Financeira (continuação)

Fonte: Elaborado pelo autor, de maneira condensada, a partir de OCDE (2005)

As recomendações mostradas no Quadro 5 têm por objetivo, inicialmente, elucidar quaisquer conflitos de interesse que possam surgir na atuação dessas instituições e gerar prejuízos ou impactos negativos sobre os consumidores. A questão que aqui se coloca diz respeito ao fato de que, inúmeras vezes, o profissional de uma instituição financeira poderá se ver diante da situação de tentar vender um produto financeiro que seja rentável para a empresa na qual trabalha, mas que não seja o ideal para o seu cliente.

O fornecimento das informações sobre todos os produtos, bem como seus riscos e custos envolvidos, é defendido. Ademais, não podem ser misturados aconselhamento comercial e fornecimento de informações. Clareza e transparência devem pautar as relações com clientes, sendo tais relações alvo de constante avaliação. Além disso, o treinamento dos funcionários deve ser estimulado, não apenas no sentido de fornecer embasamento técnico para a venda dos produtos, mas também para que sejam capazes de avaliar as melhores soluções financeiras sob a ótica do consumidor.

A OCDE também ressalta que as características das instituições financeiras de cada localidade devem ser compreendidas e que as associações nacionais de tais instituições devem ser participantes ativos na condução dessas práticas. Contudo, parece faltar nos princípios apresentados a indicação de quem deveria regular o papel dessas instituições. Como conflitos de interesse podem ser comuns em sua atuação, espera-se que sejam devidamente reguladas para que tais boas práticas defendidas pela OCDE possam, de fato, levar benefícios para a população.

Todas as práticas listadas sobre as instituições financeiras parecem úteis no sentido de melhorar a relação com consumidores financeiros. No entanto, conforme será ainda apresentado neste capítulo, quando for discutido o *status* da Educação Financeira no Brasil e no mundo, o papel desempenhado pelas organizações do mundo financeiro é bastante questionável e pode colocar em risco qualquer tentativa isenta de se prover conhecimentos financeiros à população. Ademais, mais à frente também será mostrado como as instituições financeiras têm papel determinante no processo da financeirização da economia e como tal fenômeno traz consigo desdobramentos com custos elevados para a população como um todo.

O próximo grupo de práticas apresentadas pela OCDE diz respeito à Educação Financeira para a aposentadoria, conforme pode ser visualizado no Quadro 6 a seguir. A inserção deste tópico nas recomendações claramente está de acordo com a noção apresentada anteriormente dos possíveis impactos de más decisões financeiras tomadas ao longo da vida e também é condizente com um cenário de menor provisão do Estado em serviços essenciais, dentre os quais, está a previdência.

<b>C. Educação Financeira para a aposentadoria</b>
19. Para aqueles em fundos de pensão privados, deve ser promovido o amplo acesso à informação por parte das instituições financeiras.
20. A conscientização financeira dos empregados das empresas e as políticas que dizem respeito à aposentadoria devem ser buscadas, com informações sobre o momento de contribuições à previdência e a fase de benefícios.

Quadro 6 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Educação Financeira para a aposentadoria  
Fonte: Elaborado pelo autor, de maneira condensada, a partir de OCDE (2005)

Tendo em vista o cenário de crescimento da necessidade de previdência complementar, a atuação de fundos de pensão deve ser objeto de análise. Para isso, a OCDE propõe o amplo acesso à informação do usuário dos fundos de pensão, especialmente no que tange a riscos e retorno de carteiras de investimentos de tais fundos. Outra recomendação importante está ligada ao fornecimento de informações aos funcionários durante a fase de contribuições para a previdência. O grau de dificuldade ligado a quanto contribuir, modalidades

de previdência a escolher, taxas cobradas, entre outros, devem ser objeto de política específica dos fundos de pensão e das empresas.

Por fim, dando sequência à apresentação das boas práticas, o último grupo tratado pela OCDE é mostrado no Quadro 7 a seguir e é bastante relevante para o objeto de pesquisa aqui estudado, pois diz respeito às recomendações de boas práticas voltadas à oferta de programas de Educação Financeira.

<b>D. Programas de Educação Financeira</b>
21. Programas de Educação Financeira com o intuito de auxiliar as pessoas na compreensão de riscos e impactos de decisões financeiras, bem como pesquisas com tal temática, devem ser encorajados.
22. O desenvolvimento de metodologias para avaliar programas existentes deve ser promovido, assim como o reconhecimento de programas que cumpram bem seu propósito de educar financeiramente.
23. Devem ser promovidos programas que apresentem diretrizes de conteúdo específico para cada subgrupo da população.
24. O uso de toda a mídia disponível deve ser feito para garantir maior cobertura e dispersão dos conteúdos dos programas.
25. Diferentes programas para diferentes subgrupos de investidores/consumidores devem ser criados, para contemplar todos os níveis de conhecimento prévio a respeito dos temas.
26. O treinamento apropriado dos educadores deve ser promovido. Programas específicos de formação de professores, bem como materiais e ferramentas para este público, devem ser criados.

Quadro 7 – Boas práticas recomendadas pela OCDE – Programas de Educação Financeira  
Fonte: Elaborado pelo autor, de maneira condensada, a partir de OCDE (2005)

A implantação de programas com o intuito de promover a Educação Financeira também é mencionada pela OCDE, como pôde ser percebido pela análise do Quadro 7. O destaque se dá ao estímulo a se trabalhar o conceito em diversos níveis e com perfis diferenciados de público. Além disso, segundo esta organização, educadores devem ser treinados a todo momento, em virtude da própria complexidade do processo de tomada de decisões financeiras e da evolução constante do Sistema Financeiro. Tais programas também devem ser passíveis de avaliação para que possa ser conhecida sua eficácia.

Para a implementação de tais princípios e boas práticas, a organização faz as ressalvas de que deverão ser levados em consideração fatores variados de ordem

econômica, social, demográfica e cultural, particulares a cada país. Considera também que há numerosos e diferentes métodos de se levar tal assunto a cada público em particular.

Para concluir esta seção, deve-se citar outra publicação, o *Guidelines on Financial Education at school*, de 2012, que tem como intuito complementar os princípios e boas práticas descritos anteriormente. Também tem por objetivo dar suporte aos formuladores de políticas públicas e grupos de interesse no processo de formulação, introdução e desenvolvimento de programas eficientes na escola. Algumas das principais contribuições adicionais deste texto, em relação aos demais já apresentados, são mencionadas a seguir.

Neste documento, há a afirmação de que, dado o cenário já descrito,

incluir a Educação Financeira no currículo escolar oficial é considerada uma das maneiras mais eficientes e justas de se atingir uma geração inteira em grande escala. Além disso, uma vez que o currículo abrange vários anos e pode começar tão cedo quanto o jardim de infância, é um meio único para inculcar e nutrir a mais sólida cultura e comportamentos financeiros entre os futuros adultos. Isto é especialmente crítico, pois os pais são desigualmente equipados para transmitir a seus filhos bons hábitos financeiros. Em adição a isso, como demonstrado em outros campos relacionados com a educação (como a saúde), os jovens são potencialmente bons divulgadores de novos hábitos no resto da população. (OCDE, 2012b, p. 2, tradução nossa)

De maneira preferencial, neste documento, a OCDE (2012b) recomenda a inserção da Educação Financeira como tema obrigatório nos currículos e também com o *status* de disciplina isolada. Segundo a organização, isso garantiria que o tempo e recursos necessários seriam direcionados ao ensino no tema. Apesar disso, a OCDE (2012b) admite que a abordagem pode começar como opcional e que possa também ser reconhecida a transversalidade entre as disciplinas, entrando, assim, como complemento a diversas disciplinas, como Matemática, Literatura e História, por exemplo.

O objetivo dessas concessões seria quebrar quaisquer resistências e limitações que possam surgir no processo. Entre os principais obstáculos, a organização prevê o excesso de disciplinas nos currículos, resistências por parte de professores e escolas, restrições orçamentárias, falta de capacitação dos professores, entre outros.

Nesse sentido, destaca-se o papel dos grupos de interesse para que as dificuldades mostradas possam ser vencidas. Todavia, uma preocupação já mencionada em outros documentos da organização recebe maior destaque nessas diretrizes: os mecanismos de governança e como tratar o financiamento privado para o desenvolvimento de programas de Educação Financeira. As sugestões aqui colocadas incluem:

- Canalização e monitoramento dos recursos privados devem ser feitos por entidades públicas ou instituições sem fins lucrativos;
- Os recursos privados devem ser combinados com recursos públicos;
- Recursos como materiais de instrução e treinamentos fornecidos diretamente por entidades privadas deveriam ser objeto de mecanismos de certificação ou acreditação por parte de por entidades públicas ou instituições sem fins lucrativos;
- Regras devem ser estabelecidas para assegurar a objetividade das iniciativas privadas dentro do contexto das escolas (neste ponto, aparece como exemplo a necessidade de se evitar o uso de logotipos ou marcas das instituições privadas);
- Intervenções de pessoas ligadas a entes privados dentro de sala de aula devem ser alvo de supervisão próxima por parte de professores ou da gestão da escola/sistema educacional (OCDE, 2012b).

Uma última contribuição adicional relevante de menção presente neste documento diz respeito ao processo de monitoramento e avaliação dos programas. Além de um monitoramento contínuo das atividades de ensino por parte da gestão das escolas e da avaliação do aprendizado dos alunos por meio de tarefas e exames regulares em sala de aula, a OCDE também prevê mecanismos de avaliação de longo prazo. Para isso, são propostos a inclusão da Educação Financeira nos exames ao fim do currículo escolar oficial, o estabelecimento de pesquisas constantes sobre o nível de Educação Financeira dos estudantes e o uso de resultados internacionais, como os do PISA, para dar suporte ao processo de melhoria da abordagem ao tema nas escolas. (OCDE, 2012b)

Como já dito no início desta seção, várias são as publicações desta organização com a temática da Educação Financeira. A opção por apresentar e avaliar apenas alguns dos documentos por ela produzidos não diminui a validade e importância dos demais documentos e relatórios. Apenas decidiu-se por apresentar aqueles que notadamente têm maior relevância para o objeto de pesquisa aqui proposto. Assim, conhecido como a OCDE se posiciona a respeito do tema, com suas recomendações e estudos sobre como diversos segmentos da sociedade deveriam tratar o assunto, passa-se à descrição, na próxima seção, do atual estágio da Educação Financeira em diversos países do mundo.

## 2.2.

### Educação Financeira no mundo

Como já mencionado, diversas forças nos últimos anos encontraram no poder público a intenção de um tratamento mais específico para as questões ligadas a como a população lida com o assunto dinheiro. Com maior ou menor aprofundamento, com pressão mais ou menos efetiva da população e com grupos de interesses algumas vezes diversos, iniciativas surgiram em diversas partes do mundo com tal escopo. Esta seção buscará mostrar, portanto, como diversos países vêm tratando o tema Educação Financeira para que, na seção posterior, a mesma análise possa ser realizada tendo o Brasil como objeto de estudo. Sendo assim, o objetivo principal aqui é mostrar, ainda que brevemente, um retrato do tema ao redor do mundo, buscando também embasamento nos princípios e boas práticas recomendados pela OCDE e descritos ao longo das últimas páginas.

Antes de se apresentar uma descrição das iniciativas dos principais países, deve-se mencionar que, ainda que experiências importantes no que diz respeito à Educação Financeira venham sendo observadas em países diversos, o nível de desenvolvimento do tema é bastante distinto quando se comparam os países e o grau de abrangência dessas experiências. Como já mencionado anteriormente, países como EUA, Reino Unido, Japão e Coreia do Sul mostram iniciativas aparentemente mais amadurecidas, em virtude do tempo que o tema vem sendo debatido e do número de agentes e grupos de interesse envolvidos.

Mas, mesmo nesses países, pesquisas mostram o nível de insatisfação da população sobre a maneira como o tema é tratado, ao constatarem que as pessoas,

ao mesmo tempo que assumem o baixo nível de conhecimento sobre assuntos ligados ao uso do dinheiro, demandam ações para que tal conhecimento possa ser repassado com mais intensidade. Um exemplo é a pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos para o Banco ING em 2013<sup>16</sup>, que mostra a percepção da população de diversos países da Europa sobre a Educação Financeira. A intenção de que o assunto seja contemplado, de alguma forma, por políticas específicas foi percebida em todos os 12 países pesquisados. Em média, 76% dos respondentes mostraram a intenção de receber conteúdos sobre o tema, sendo o Reino Unido o país com o maior percentual de pessoas que fizeram tal afirmação (88%) e a França o de menor percentual (63%). Apenas 15% dos entrevistados gostariam de ver o tema tratado por instituições governamentais, enquanto para 76% a escola é vista como o local ideal para exposição ao assunto.

Como dito, o cenário é de crescente importância não apenas por parte da população que demanda Educação Financeira, como mostrou esse exemplo, mas também por parte de governos. Assim, passa-se agora a uma descrição das principais iniciativas encontradas em alguns países selecionados. Serão mostradas nas páginas seguintes as experiências dos EUA, Reino Unido, Portugal, Itália, Japão, Coreia do Sul e Austrália. Tal seleção não significa que iniciativas importantes não possam ser encontradas em outros países. Contudo, a escolha dos mesmos se deu ou em virtude de serem, reconhecidamente, países com uma experiência algumas vezes mais antiga do que a brasileira em relação ao assunto ou pela maior facilidade de publicações advindas de tais localidades descrevendo suas experiências com o tema.

Os Estados Unidos, primeiro país a ser apresentado, talvez seja aquele que possua um maior grau de formalização de ações de Educação Financeira, ao mesmo tempo que tem as ações iniciadas há mais tempo. Possui também grande número de *sites* e instituições para tratar do tema. A partir de 1957, inicia-se o movimento no sentido de se inserir disciplinas de Economia nas escolas secundárias. Até 1985, já eram 29 estados tratando do assunto (SAVÓIA, SAITO e SANTANA, 2007). Em 2014, pela primeira vez, o país atingiu a totalidade dos

---

<sup>16</sup> ING International Survey. **Strong demand across Europe for financial education in schools.** Disponível em <[www.economics.com/pdf/IIS\\_special\\_report\\_financial\\_education.pdf](http://www.economics.com/pdf/IIS_special_report_financial_education.pdf)> Acesso em 05/01/2015.

estados em que o conteúdo chamado de Educação Econômica se tornou obrigatório (50 estados e o Distrito de Columbia), de acordo com a publicação *Survey of the States*, realizada pelo *Council for Economic Education* (CEE). Além disso, em 2016, já eram 20 os estados que colocam como obrigatório ter cursado uma disciplina de Economia para se ingressar na escola secundária (*High School*) e 17 os estados que introduziram o curso de Finanças Pessoais no currículo (CEE, 2016).

Apesar da liberdade de atuação dos estados no que tange às suas regulamentações, foi criada uma comissão de abrangência nacional chamada de *Financial Literacy and Education Commission*, que implantou a estratégia nacional americana em 2006, chamada de *National Strategy for Financial Literacy* (OCDE, 2013). Segundo o documento da OCDE de 2015 chamada *Comparative Tables – National Strategies for Financial Education*, a estratégia daquele país estaria em processo de revisão / segunda implantação.

Do ponto de vista governamental, percebe-se a atuação do *Federal Reserve Bank*<sup>17</sup> (FED) e suas filiais regionais, trabalhando no levantamento de dados sobre a efetividade dos programas de Educação Financeira, que englobam atividades direcionadas aos trabalhadores, aos estudantes e à população como um todo. Foi criado por esta instituição o *Jump Start Coalition for Personal Financial Literacy* que, a cada dois anos, avalia o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio, o que acabou estimulando a criação de leis estaduais que instituem a inserção da Educação Financeira nas grades curriculares e geraram os números apresentados de disseminação do conteúdo (SAVÓIA, SAITO e SANTANA, 2007).

As instituições financeiras também estão presentes. Já em 2003, de acordo com Savóia, Saito e Santana (2007), quase a totalidade delas (98%) financiaram projetos de Educação Financeira e 72% criaram seus próprios projetos. Interessante notar que as principais instituições financeiras daquele país fazem propaganda ativa de suas ações e programas voltadas para a promoção da Educação Financeira<sup>18</sup>, em discursos que contemplam argumentos voltados à Responsabilidade Social Corporativa. Além disso, todos os principais eventos de

<sup>17</sup> O *Federal Reserve Bank* é o Banco Central dos Estados Unidos.

<sup>18</sup> Conforme pesquisa realizada nos *websites* das instituições JP Morgan Chase, Citigroup, Wells Fargo e Bank of America em 26/11/2016.

Educação Financeira no país desde 2005 tiveram como patrocinador principal (e, muitas vezes, secundários), instituições financeiras<sup>19</sup>.

Ainda em relação aos Estados Unidos, é relevante destacar a atuação do *Council for Economic Education* (CEE). Com base na experiência de professores universitários e uma rede de mais de 200 afiliados nacionalmente (45 estados), a organização fornece materiais de aprendizagem com uma importante viés interativo desde o jardim de infância até a educação secundária. Chama a atenção para os conteúdos disponibilizados pelo CEE o fato de que são 100% elaborados por professores primários e secundários, em plataforma colaborativa. A instituição desenvolveu currículo alinhado com as normas nacionais em Inglês e Matemática, e com as normas de conteúdo nacional voluntário em Economia e as normas nacionais para a Alfabetização Financeira. Os cursos de Economia e Finanças são segmentados em cursos de Matemática, História e até mesmo literatura infantil.

Um componente importante da atuação do CEE é o treinamento de professores. Segundo o *site*<sup>20</sup> da instituição, foram mais de 55.000 professores treinados em 2013, sendo 90% professores de escolas públicas e mais de 5.000 entre as escolas secundárias de pior desempenho do país. Os professores treinados atingem um universo de aproximadamente 5 milhões de estudantes, quase 10% dos estudantes de todo o país.

Passando para a Europa, o Reino Unido é sempre mencionado na literatura como um país onde o conceito apresenta boa disseminação. No entanto, apesar de possuir uma estratégia nacional implantada há mais de 10 anos (a implantação foi realizada em 2003, de acordo com OCDE, 2015), nos países que formam o Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) a Educação Financeira é facultativa no currículo escolar desde 2001, não havendo nenhuma exigência legal para lecioná-la nas escolas. Segundo a OCDE (2015), a estratégia nacional britânica é chamada *Financial Capability Strategy for the UK*.

Um marco importante do ano de 2001 foi a criação da *Financial Services Authority* (FSA), um órgão responsável pela regulação do setor de serviços

<sup>19</sup> Para dar suporte a esta constatação, foram elencados os patrocinadores de todos os eventos promovidos desde 2005 pelo *Council for Economic Education* atualmente sob o título *Financial Literacy and Economic Education Conference* (anteriormente apenas *CEE Annual Conference*) e pelo FED, sob o título de *Financial Literacy Summit*.

<sup>20</sup> COUNCIL FOR ECONOMIC EDUCATION. Disponível em: <[www.councilforeconed.org](http://www.councilforeconed.org)> Acesso em: 10/01/2015.

financeiros e inteiramente financiado por taxas cobradas das empresas do setor financeiro. Essa instituição atuou na divulgação dos conceitos ligados ao funcionamento do sistema financeiro.

Em virtude da percepção de falha na regulação dos bancos durante a crise financeira de 2007-2008, o governo optou por reestruturar a regulação financeira e abolir a FSA. As suas responsabilidades foram, então, divididas entre duas novas agências (a *Prudential Regulation Authority* e a *Financial Conduct Authority*) e o Banco Central (*Bank of England*). Coube ao *Bank of England* as funções ligadas a estimular o desenvolvimento dos conceitos ligados à gestão financeira dos indivíduos, ficando as duas outras instituições mais focadas na regulação do mercado financeiro<sup>21</sup>.

Também foi criado pelo governo no ano de 2011 o *Money Advice Service* (MAS), que é uma organização independente que oferece aconselhamento gratuito sobre assuntos ligados ao dinheiro para os consumidores no Reino Unido. O serviço dá orientação visando capacitar as pessoas a tomarem as decisões financeiras adequadas e melhorar a compreensão e conhecimento sobre questões financeiras (incluindo o sistema financeiro do Reino Unido), aumentando a capacidade de os membros do público gerirem seus próprios assuntos financeiros.<sup>22</sup>

O perfil de atuação do MAS chama a atenção, por prover aconselhamento mais próximo do momento da decisão financeira ser tomada e este aconselhamento ser gratuito e, aparentemente, livre de vieses por não ser uma instituição vinculada ou financiada pelo setor financeiro. Esta atuação está de acordo com propostas já mostradas de Willis (2008; 2009) e Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014). Nas considerações finais desta tese, ao se propor uma nova agenda para a Educação Financeira, a atuação do MAS será utilizada como exemplo de ação que merece mais atenção por parte do poder público de todo o mundo.

Assim como nos EUA, boa parte das instituições financeiras (em especial o Royal Bank of Scotland, NatWest, Barclays e Lloyds TSB) desenvolvem ou

---

<sup>21</sup> BANK OF ENGLAND. Disponível em: <<http://www.bankofengland.co.uk/education>> Acesso em: 10/01/2015.

<sup>22</sup> MONEY ADVICE SERVICE (MAS). Disponível em: <[www.moneyadviceservice.org.uk](http://www.moneyadviceservice.org.uk)> Acesso em: 15/01/2015.

patrocinam programas de Educação Financeira (SAVÓIA, SAITO e SANTANA, 2007).

Uma atuação parecida à descrita para o CEE nos Estados Unidos é realizada pelo *Personal Finance Education Group* (PFEG), que se define como a “organização líder no Reino Unido ajudando as escolas para planejar e ensinar crianças e jovens a gerir o seu dinheiro agora e no futuro”<sup>23</sup>. A instituição trabalha com a visão de que todas as crianças e os jovens devem ter habilidades e conhecimentos para gerir seu dinheiro. Dentro de sua missão estão as premissas de influenciar as políticas e práticas, apoiar os educadores no ensino de temas ligados ao dinheiro e proporcionar os recursos da educação que irão envolver e inspirar as novas gerações. Para isso, trabalham com escolas, oferecendo recursos e apoio no ensino do gerenciamento das finanças pessoais e em parcerias com instituições públicas e privadas para desenvolver conteúdos e metodologias para tratar do tema em sala de aula.

Em Portugal, terceiro país aqui analisado, o cenário da Educação Financeira é de desenvolvimento recente. Uma importante contribuição foi dada pelo Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa, de 2010, realizado pelo Banco de Portugal e estruturado de modo a conhecer atitudes e comportamentos financeiros da população e o seu nível de compreensão de matérias financeiras. De acordo com o relatório produzido pelo Banco de Portugal (BdP, 2013), seus principais objetivos foram: avaliação do grau de inclusão financeira dos indivíduos, caracterização dos hábitos de gestão da conta bancária, avaliação da capacidade de planejamento de despesas e poupança, caracterização dos produtos financeiros detidos pelas famílias e do processo de escolha dos principais produtos bancários, conhecimento das fontes de informação financeira e das formas de obter ajuda e avaliação da compreensão financeira para testar os conhecimentos da população sobre alguns conceitos financeiros.

Um aspecto importante mostrado pela pesquisa<sup>24</sup> é que as atitudes financeiras dos entrevistados são, em geral, adequadas, principalmente no que tange à percepção da importância do planejamento do orçamento familiar e do

<sup>23</sup> PERSONAL FINANCE EDUCATION GROUP (PFEG). Disponível em: < <http://www.pfeg.org/about-us/about-pfeg>> Acesso em: 07/01/2015.

<sup>24</sup> Constatação semelhante foi percebida no Brasil e já apresentada no Capítulo 1 a partir do Índice de Educação Financeira (InDEF) produzido pelo Serasa.

consumo. Contudo, tais atitudes não mostram uma correspondência direta na maioria dos comportamentos adotados, como, por exemplo, na acumulação de poupança e na adequada avaliação e comparação das características dos produtos e serviços bancários anteriormente à sua aquisição. Um outro achado do Inquérito diz respeito a importantes lacunas na compreensão de conceitos financeiros básicos e no conhecimento das principais fontes de informação.

Em Portugal, através de Decreto-Lei nº139/2012, a Educação Financeira é reconhecida como um dos domínios da educação para a cidadania, componente transversal do currículo (MEC, 2013). Diante disso, o Ministério da Educação e Ciência daquele país assume, dentro de sua estratégia financeira chamada Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), de 2011, que “à semelhança do que acontece com outros países da União Europeia e/ou da OCDE, a Educação Financeira deve ser assumida como educação ao longo da vida, iniciando-se junto de crianças e jovens em idade escolar.” (MEC, 2013, p. 5) O mesmo documento ressalta que o Ministério considera a escola como fonte importante de transmissão de conhecimentos, pois crianças e jovens estão se tornando consumidores cada vez mais cedo e também porque este seria um conteúdo a ser ministrado ao longo da vida, já que as decisões financeiras requerem cada vez mais o domínio aprofundado de informação e conhecimento na área financeira, dada a crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros disponíveis.

Além do Ministério, foi percebido como importante organização na disseminação e implantação da estratégia nacional o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), composto pelo Banco de Portugal (BdP), pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) (MEC, 2013).

Neste documento do Ministério da Educação e Ciência, é apresentado o Referencial de Educação Financeira (REF), que visa ser documento orientador para se implementar a Educação Financeira em todo o percurso formativo do país. O referencial está organizado por níveis de educação e por ciclos de ensino (educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário). Apresenta uma proposta de abordagem específica de Educação Financeira para cada nível de educação e de ensino e constitui-se igualmente como documento orientador para a educação e formação de adultos.

Foram identificados temas globais, subdivididos em subtemas. Para cada um destes últimos, foram identificados objetivos que, por sua vez, são desmembrados em descritores de desempenho. Todos os descritores integram um conjunto de conhecimentos, capacidades, atitudes/valores e comportamentos necessários para a concretização do respetivo objetivo. Os temas globais utilizados pelo referencial são Planejamento e Gestão do Orçamento; Sistema e Produtos Financeiros Básicos; Poupança; Crédito; Ética e, por fim, Direitos e deveres (MEC, 2013). No entanto, o documento alerta que o REF foi elaborado com o objetivo de ser um documento integrador e facilitador para a Educação Financeira, cabendo agora aos diferentes intervenientes a realização deste desígnio.

A atuação das instituições financeiras pareceu mais tímida do que aquela percebida nos Estados Unidos e Reino Unido. Os principais bancos do país consultados (Caixa Geral de Depósitos, BPI, BCP e Novo Banco) têm informações restritas em seus *websites* e apenas menção a alguns programas pontuais voltados para apoiar a Educação Financeira<sup>25</sup>.

Passando para a Itália, o Banco da Itália (Banco Central do país) reconhece que o canal mais efetivo para a disseminação da Educação Financeira é a escola. O Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa, em parceria com Banco da Itália, iniciou em 2007 um programa experimental tendo em vista a possibilidade de introduzir o tema em todos os níveis dos currículos escolares do país, de maneira transversal. De acordo com a publicação *Advancing National Strategies for Financial Education*, da OCDE (2013), este é o primeiro programa do tipo no país totalmente conduzido e patrocinado por entes públicos, inspirado pelas recomendações constantes do *Financial Education Project* da OCDE (2005) e livre de qualquer finalidade de *marketing*. A ausência de vieses aqui narrada pela OCDE para este projeto é louvável e está de acordo com as recomendações feitas pela mesma organização. No entanto, segundo o relatório da OCDE (2015), a estratégia nacional da Itália ainda se encontrava em implantação.

Apesar de não completamente implantada, o reconhecimento da importância do programa por parte do governo italiano veio a partir de pesquisa de 2008 que apontou o baixo nível de Educação Financeira da população. Nessa pesquisa, foi

---

<sup>25</sup> Conforme consulta realizada nos *websites* destes bancos em 26/11/2016.

identificado que um terço dos italianos não sabe ler um extrato bancário, entender mudanças no poder aquisitivo ou compreender os riscos atrelados a taxas de juros (OCDE, 2013).

O Parlamento italiano reconhece a Educação Financeira como uma ferramenta importante, ao permitir que consumidores busquem seus objetivos e necessidades com maior conhecimento dos produtos e serviços financeiros. Nela, há a previsão da criação de um comitê responsável por elaborar e coordenar ações em nível nacional. Este comitê seria formado pelo Ministério da Economia, Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa, representantes de autoridades de supervisão do mercado financeiros, além de representantes do meio acadêmico e de associações de consumidores (OCDE, 2013).

As principais autoridades italianas de supervisão têm iniciativas e ferramentas financeiras para o público em geral através dos seus *websites*. O Banco de Itália apresenta em seu *website* uma seção de Educação Financeira com informações sobre os principais assuntos bancários, econômicos e financeiros. Nele, há informações sobre contas correntes, empréstimos hipotecários, inflação e estabilidade de preços, crédito ao consumidor, cartões de pagamento e também um glossário financeiro básico. Os consumidores também podem encontrar notícias, eventos importantes e ligações para os principais projetos de Educação Financeira do Banco Central Europeu.

Sobre as instituições financeiras, o quadro encontrado foi parecido com o de Portugal. Iniciativas e programas conduzidos pelas principais organizações do país, mas sem o mesmo porte ou *marketing* das instituições norte-americanas e britânicas<sup>26</sup>. Destaque maior para o Banco *Monte dei Paschi di Siena* e seus projetos com Educação Financeira e introdução ao mundo do trabalho para jovens italianos.

O próximo país a ser descrito, o Japão, já vem apresentando amadurecimento no tratamento do assunto. Duas organizações importantes para o tema no país são o Banco do Japão (Banco Central) e a *Financial Services Agency*. No entendimento das autoridades públicas japonesas, a recente desregulamentação, que permitiu que as instituições financeiras oferecessem novos e mais complexos serviços financeiros, é um dos principais motivos para a

---

<sup>26</sup> Conforme consulta realizada nos *websites* das instituições UniCredit, Intesa San Paolo, Banco BPM e Banca Monte dei Paschi di Siena em 26/11/2016.

necessidade de se discutir questões ligadas à formação financeira da população. Além disso, dois outros argumentos utilizados são de que a proteção do consumidor não será alcançada plenamente apenas por regulação governamental e que a regulação excessiva inibe a inovação. A Educação Financeira da população seria, para o governo do país, uma maneira de complementar as limitações da regulação governamental (OCDE, 2013). A estratégia financeira do país já foi implantada há mais de 10 anos e está em revisão / segunda implantação (OCDE, 2015).

A preocupação com o tema já é antiga na sociedade japonesa. O Conselho Central de Promoção à Poupança foi fundado em 1952 com o objetivo de promover a Educação Financeira através de uma rede que abrange uma ampla gama de indústrias e em cooperação com as autoridades locais, conselhos e outras organizações afins (seu nome foi mudado para o Conselho Central de Serviços Financeiros da Informação em 2001). No ano de 2006, o Ato da Educação Básica (lançado em 1947) foi revisado e passou a abordar questões ligadas ao espírito de autonomia e independência, especialmente com ênfase em carreira e vida prática. Nessa revisão, os conteúdos de Educação Financeira foram reforçados, mesmo com o reconhecimento da limitação de carga horária. Sua implementação ocorreu entre 2011 e 2013 na educação elementar, básica e fundamental.

Existem centros ligados a assuntos do consumidor em prefeituras oferecendo consultas e informações à população, especialmente no que diz respeito aos impactos do endividamento e à conscientização sobre vendas fraudulentas. Instituições financeiras, como a Associação dos Bancos do Japão e a Associação das Companhias Japonesas de Seguros promovem iniciativas no sentido do esclarecimento da população sobre os produtos, como palestras, seminários e material informativo. As principais instituições financeiras também têm seus programas com o mesmo objetivo.

Como diversas atividades são disponibilizados por variadas entidades e as oportunidades e tempo para disseminação da Educação Financeira podem ser limitados em todas as fases do ciclo de vida (estudantes, adultos e idosos), o governo do Japão reconhece que, independente de as ações que visam disseminar o tema virem de várias fontes, deve haver um nível mínimo de Educação Financeira a ser percebido na população. Esse nível pressupõe o tratamento de 15 itens, distribuídos em 4 categorias: (A) gestão do orçamento familiar, (B)

planejamento financeiro para a vida, (C) conhecimento financeiro, compreensão de temas econômicos/financeiros e seleção e uso apropriados de produtos financeiros e (D) uso apropriado de peritos externos, conforme Quadro 8 a seguir.

<b>A. Gestão do orçamento familiar</b>
Item 1: Tornar um hábito a gestão de receitas e despesas, eliminando dívidas e evitando a contração de novas dívidas.
<b>B. Planejamento financeiro para a vida</b>
Item 2: Articular os planos de vida e entender a necessidade de assegurar os fundos requeridos.
<b>C. Conhecimento financeiro, compreensão de temas econômicos/financeiros e seleção e uso apropriados de produtos financeiros</b>
Item 3: Adotar postura cautelosa em relação a contratos financeiros.
Item 4: Tornar um hábito a confirmação da confiabilidades de fontes e contrapartes em contratos.
Item 5: Compreender que, apesar da conveniência, transações financeiras pela <i>internet</i> demandam precauções adicionais.
Item 6: Compreender os conceitos chave da Educação Financeira, a saber: juros, inflação, deflação, taxas de câmbio, risco-retorno, entre outros.
Item 7: Verificar o custo real de cada transação.
Item 8: Compreender quais contingências (morte, doença, incêndio, entre outras) demandam a busca de cobertura.
Item 9: Conhecer o montante demandado para se cobrir contingências.
Item 10: Tomar precauções devidas quando da contração de uma dívida.
Item 11: Evitar o uso desnecessário de cartões de crédito e de dívidas no cartão de crédito.
Item 12: Compreender que a busca por altos retornos pressupõe que maiores riscos possam ser assumidos e que a tolerância a riscos varia de pessoa a pessoa.
Item 13: Conhecer o impacto da diversificação na construção do patrimônio.
Item 14 Compreender que investimentos de longo prazo podem trazer benefícios na construção de patrimônio.
<b>D. Uso apropriado de peritos externos</b>
Item 15: Empregar peritos externos quando da seleção de produtos financeiros, no caso de o indivíduo não se sentir totalmente confortável para a tomada de decisões.

Quadro 8 – Nível mínimo de Educação Financeira: Japão

Fonte: Adaptado de OCDE (2013)

Ainda na Ásia, mais um país chama a atenção pela maneira como vem tratando a Educação Financeira de sua população: a Coreia do Sul. Sua estratégia nacional chamada *Financial Education Activation Plan* permitiu, a partir de 2013<sup>27</sup>, que o tema fosse levado adiante a partir de programas dos setores público e privado. Além dos já mencionados motivos da complexidade e desregulamentação do sistema financeiro, há destaque também no plano para a justificativa do envelhecimento da população (OCDE, 2013).

Os principais focos do plano são a inclusão financeira e o “empoderamento” da população. Quatro passos são centrais, segundo o governo do país. Em primeiro lugar, a infraestrutura para a Educação Financeira deve ser construída. Posteriormente, a Educação Financeira personalizada deve ser reforçada. O passo seguinte seria elevar o nível dos programas para disseminação do conceito e os instrutores, para, finalmente, estabelecer-se um sistema de acompanhamento de gestão e avaliação.

De acordo com o governo do país, pesquisas de 2009 e 2011 mostraram que a população pedia mudança no foco dos programas que, até então, era de repasse de conceitos sobre o assunto, sem privilégio dos conteúdos práticos. A partir disso, os programas foram objeto de revisão, a partir de um documento intitulado “*Long-term research for strengthening financial consumer literacy*”, que teve como inspirações os modelos americano, britânico e as recomendações da OCDE (OCDE, 2013).

Cabe ressaltar que, mesmo antes da publicação de tal documento, a Educação Financeira já fazia parte dos currículos escolares da educação básica e fundamental, mas com menor foco nos aspectos práticos dos temas. A partir daí, foi fundado o Grupo de Educação Financeira, composto de organizações públicas e privadas ligadas ao setor financeiro. A intenção do grupo é estimular ações com a utilização dos mais diversos canais. Já o Banco da Coreia também desempenha papel importante, com programas e palestras sendo levadas a instituições escolares e organizações não-governamentais (BANK OF KOREA, 2008).

Como principal mecanismo de governança, zelando pela coordenação das diretrizes das políticas e do exame de como cada instituição vem cumprindo seu papel está um órgão chamado Conselho de Educação Financeira (OCDE, 2013).

---

<sup>27</sup> Segundo a publicação da OCDE (2015), apesar de lançado em 2013, o plano ainda está em fase de implantação.

Assim como percebido em outros países, as principais instituições financeiras possuem programas de Educação Financeira, mas também de maneira mais tímida do que em países como o Reino Unido e Estados Unidos<sup>28</sup> e com menor nível de publicidade de suas ações.

Por fim, o último país a ser descrito será a Austrália. Nesse país, a condução da estratégia nacional, instituída em 2011, fica a cargo da *Australian Securities and Investments Commission* (ASIC). A estratégia nacional australiana está fundamentada em quatro pilares: utilização de percursos educativos para construir Educação Financeira para todos os australianos; disponibilização de informações confiáveis e independentes, além de ferramentas e suporte contínuo; reconhecimento dos limites da educação e da informação, bem como o desenvolvimento de soluções inovadoras adicionais para promover uma melhoria do bem-estar financeiro e mudança de comportamento; e o trabalho em parceria entre instituições com o intuito de promover melhores práticas (OCDE, 2013).

Para a elaboração da estratégia, grupos de interesse considerados importantes pelo governo foram consultados e pesquisas junto à população foram realizadas. Foi criado o *Australian Government Financial Literacy Board*, uma organização composta por membros das áreas da educação, serviços financeiros e comunidade e que provê a ASIC com aconselhamento.

Foram criados os seguintes princípios para nortear a estratégia nacional australiana: inclusão (intenção de atingir todos os australianos, especialmente as futuras gerações de consumidores e investidores); engajamento (ajudando a que as pessoas se engajem em hábitos financeiramente saudáveis); diversidade (reconhecimento de que as pessoas aprendem de maneira diversa); conhecimento (acesso à informação); melhoria dos resultados (reconhecimento de que apenas a informação não é suficiente e que mecanismos adicionais são necessários para melhores resultados serem alcançados); parceria (através de instituições de todos os setores que possam trabalhar de maneira cooperativa) e avaliação constante dos programas e correção de rumos (OCDE, 2013).

De forma a assegurar uma maior disseminação dos conceitos e conteúdos, a ASIC montou uma equipe de educação para o consumo, que trabalha em parceria

---

<sup>28</sup> Pesquisa realizada nos *websites* das instituições KDB Financial Group, Citigroup Korea, Hana Financial Group, Shinhan Bank em 26/11/2016.

com organizações das comunidades e agências do governo para atingir uma maior área do país de maneira mais rápida e eficiente.

De acordo com Worthington (2013), os principais bancos australianos proveem programas de Educação Financeira para a população. Em especial, o autor cita o programa *Start Smart* do Commonwealth Bank e o Westpac com o programa *Financial First Steps*.

Os Quadros 9 e 10 das duas próximas páginas têm por função sintetizar as principais características dos países mostrados ao longo dessa seção e permitir um olhar comparativo entre os países. Dessa forma, de maneira sintética, os quadros apresentam as seguintes informações: o ano de implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira em cada um deles, o órgão central legislando sobre o tema, o nome oficial da estratégia de Educação Financeira de cada país, quais as principais organizações focadas em disseminar o conceito e a presença de instituições financeiras no provimento de programas, informações ou outras formas de incentivo à promoção da Educação Financeira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1312491/CA		<b>Estados Unidos</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Portugal</b>	<b>Itália</b>
	<b>Estratégia Nacional</b>	Em revisão / Segunda implantação	2003	2011	Em implantação
	<b>Órgão central responsável pela Estratégia Financeira</b>	<i>Financial Literacy and Education Commission</i> , vinculada ao US Department of Treasury	The Money Advice Service (MAS)	Banco de Portugal	Banco da Itália
	<b>Nome oficial da Estratégia<sup>29</sup></b>	<i>National Strategy for Financial Literacy</i>	<i>Financial Capability Strategy for the UK</i>	Plano Nacional de Formação Financeira	<i>National Strategy for Financial Education</i>
	<b>Principais organizações focadas em disseminar o conceito</b>	FED e Várias organizações não-governamentais	The Money Advice Service (MAS) e organizações não-governamentais	Ministério da Educação, Conselho Nacional de Supervisores Financeiros	Banco da Itália
	<b>Presença das instituições financeiras</b>	Forte presença. Oferta de programas e patrocínio a eventos principalmente.	Forte presença. Oferta de programas e patrocínio a eventos principalmente.	Maiores bancos do país têm informações restritas em seus <i>websites</i> / alguns programas pontuais voltados de Educação Financeira	Maiores bancos do país têm informações restritas em seus <i>websites</i> / alguns programas pontuais voltados de Educação Financeira

Quadro 9 – Síntese das informações sobre o estágio atual da Educação Financeira (EUA, Reino Unido, Itália e Portugal)

Fonte: Elaborado pelo autor

<sup>29</sup> Com exceção de Portugal, mesmo para os países que não são de língua inglesa, optou-se aqui por adotar o nome da Estratégia Nacional em inglês como constante de OCDE(2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1312491/CA Instituto de Pós-Graduação		<b>Japão</b>	<b>Coreia do Sul</b>	<b>Austrália</b>
	<b>Estratégia Nacional</b>	Em revisão / Segunda implantação	Em implantação	2011
	<b>Órgão central responsável pela Estratégia Financeira</b>	Banco do Japão, <i>Financial Services Agency</i>	<i>Financial Services Commission</i>	<i>Australian Securities and Investments Commission (ASIC)</i>
	<b>Nome oficial da Estratégia</b>	<i>Report of Study Group on Financial Education (2013) e Financial Education Program (2007)</i>	<i>Financial Education Activation Plan</i>	<i>National Financial Literacy Strategy</i>
	<b>Principais organizações focadas em disseminar o conceito</b>	Centros ligados a atenção ao consumidor junto a prefeituras	Conselho de Educação Financeira	<i>Australian Government Financial Literacy Board</i>
	<b>Presença das instituições financeiras</b>	Principais instituições financeiras e a Associação dos Bancos do Japão Associação das Companhias Japonesas de Seguros promovem iniciativas esclarecimento sobre produtos, como palestras, seminários e material informativo.	Maiores bancos do país têm informações restritas em seus <i>websites</i> / alguns programas pontuais voltados de Educação Financeira	Oferta de programas de Educação Financeira pelas maiores instituições

Quadro 10 – Síntese das informações sobre o estágio atual da Educação Financeira (Japão, Coreia do Sul e Austrália)

Fonte: Elaborado pelo autor

Além do já mencionado amadurecimento das políticas dos países narrados, uma questão que se destaca é a forte presença das instituições financeiras no processo de Educação Financeira. Além de participarem de maneira direta ou indireta das Estratégias Nacionais de vários países, elas desenvolvem seus próprios programas e atuam ativamente como patrocinadores em eventos de Educação Financeira. Em muitos países, essas instituições se utilizam desses programas próprios e da presença em eventos para passarem uma imagem socialmente responsável de que estão desenvolvendo algo positivo para a sociedade ao incentivarem a promoção da Educação Financeira. Cabe aqui deixar um questionamento sobre se tais iniciativas não seriam uma maneira de evitar um debate por maior regulação. Ao se “venderem” como empresas que praticam atos positivos para a sociedade, estas corporações poderiam estar tentando se livrar de amarras regulatórias para que sua atuação não seja comprometida. E, como lembra Willis (2011), as instituições financeiras têm recursos amplos para “driblar” os efeitos de clientes mais educados financeiramente. Mirowski (2002), em sua obra *Machine Dreams*, vai além, ao avaliar o impacto da tecnologia e dos “algoritmos” no funcionamento dos mercados. Segundo ele, a tecnologia mudou o funcionamento dos mercados fazendo com que a capacidade de processamento de informações sempre coloque as corporações (dentre as quais as financeiras) um passo à frente dos consumidores, mesmo que estes sejam dotados de conhecimentos.

Com essa ressalva e convite à reflexão sobre a presença das instituições financeiras nas iniciativas de se educar financeiramente as pessoas e, tendo sido apresentado o *status* atual das políticas voltadas para a disseminação da Educação Financeira em um grupo de países, passar-se-á para a apresentação e a análise de como o tema vem sendo abordado no Brasil. Isso será realizado na seção 2.3 a seguir.

## 2.3.

### Educação Financeira no Brasil

Apesar de um certo nível de maturidade na disseminação da Educação Financeira relatado em muitos países, no Brasil o conceito ainda é novo. Contudo, desde a última década, principalmente, as autoridades começam a se preocupar

em capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. Mas, mesmo nesse novo cenário, tal missão muitas vezes ainda fica a cargo de iniciativas isoladas de organizações privadas, como a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), além de algumas empresas e bancos que desenvolvem práticas nesse sentido, para minorar essa lacuna e orientar os clientes e usuários dos seus produtos. Também deve ser ressaltado que, ainda que de uma forma isolada e mesmo antes do surgimento da ENEF brasileira, uma série de escolas tentaram, ao longo da última década, promover alguma exposição de seus alunos aos conceitos ligados ao uso do dinheiro.

De acordo com Saito, Savóia e Petroni (2006), o Ministério da Educação (MEC) não torna obrigatório o estudo da Educação Financeira, mas apresenta um conjunto de orientações, com foco na contextualização do tema para criar uma compreensão geral dos tópicos que serão ser importantes na vida adulta. Tais orientações ainda demonstrariam, no momento em que aqueles autores analisavam a experiência brasileira, uma preocupação tímida do MEC com a inserção da Educação Financeira no ensino. Esta constatação caminhará, assim, no sentido contrário ao que foi mencionado na seção anterior, quando foi dito que vem sendo discutida a inserção de conteúdos de Educação Financeira em escolas de diversas partes do mundo. Todavia, deve-se ressaltar que, no momento da finalização desta tese, estava havendo no país um debate sobre novas bases curriculares nacionais e o tema Educação Financeira estava dentro das propostas de trabalho. Além disso, como será narrado a seguir, o MEC participa hoje do grupo responsável pela construção da ENEF brasileira.

Pode-se dizer que, no Brasil, o debate também aumenta, à medida que se discute uma maior participação do Estado, regulando e legislando a respeito da disponibilização de conteúdos voltados ao tema nas escolas. Nesse sentido, conforme já comentado, em 2010 o governo brasileiro lançou a ENEF, buscando compreender como promover o tema dentro de todo o território nacional.

Sendo assim, a seguir é feito um levantamento sobre as principais ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais, associações, instituições financeiras, instituições de ensino e mídia no que diz respeito ao processo de disponibilização de Educação e conscientização financeira. Destaque será dado, ao final do capítulo, para uma apresentação da ENEF no Brasil.

Sobre o Banco Central<sup>30</sup>, além de atuar na elaboração da ENEF, conforme será abordado posteriormente, existe também o Programa de Cidadania Financeira voltado para a promoção da Educação Financeira e o acesso a informações sobre o Sistema Financeiro Nacional, e que visa garantir proteção aos consumidores de serviços financeiros e melhorar a qualidade do relacionamento do cidadão com as instituições do sistema financeiro.

Três são as áreas cobertas por este programa: Gestão de finanças pessoais (com ênfase na geração do hábito de poupança e na responsabilidade no uso do crédito), Relacionamento do cidadão com o sistema financeiro, com informação, formação e orientação sobre serviços e produtos financeiros e, por fim, Relacionamento das instituições financeiras com o cidadão, visando estimular boas práticas de educação na oferta de serviços financeiros. Outras iniciativas envolvem visitas ao museu do BACEN e palestras dadas por servidores do banco em escolas e universidades, explicando sobre sua atuação e suas responsabilidades.

Importante destacar como prova de uma maior importância dada ao tema por parte do BACEN a posição da área ligada à Educação Financeira dentro da estrutura do banco. A partir de 2012, a área de Educação Financeira está posicionada dentro de uma diretoria, de Relacionamento Institucional e cidadania, que ganha maior relevância dentro do organograma da instituição. O Departamento está subdividido em torno de três temas: Educação Financeira, Inclusão Financeira e Proteção ao consumidor financeiro.

Cabe também destacar o lançamento da Agenda BC+<sup>31</sup> no final de 2016, onde o pilar “Mais cidadania financeira” aparece como um dos quatro pilares temáticos da atuação da instituição, ao lado de “Legislação mais moderna”, “Sistema Financeiro Nacional mais eficiente” e “Crédito mais barato”. Dentro da atuação por mais cidadania financeira, estão previstas ações para melhorar o nível de Educação Financeira da população, desenvolver indicadores de cidadania financeira do brasileiro, aperfeiçoar os mecanismos de solução de conflitos entre o cidadão e o Sistema Financeiro Nacional, entre outras.

---

<sup>30</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <www.bcb.gov.br> Acesso em 10/01/2015.

<sup>31</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Agenda BC+. Disponível em <[https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Apresentação\\_Presidente\\_Ilan\\_Goldfajn\\_Agenda\\_BC\\_Mais\\_20122016.pdf](https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Apresentação_Presidente_Ilan_Goldfajn_Agenda_BC_Mais_20122016.pdf)> Acesso em: 03/01/2016.

Com relação à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)<sup>32</sup>, além de importante participação na ENEF, como será narrado mais adiante nesta seção, sua atuação está mais voltada para a promoção de palestras e divulgação de boletins e material educacional, mais especificamente ligados a investimentos. Além da educação, a instituição tem também foco na proteção do investidor.

Para isso, criou o Programa de Orientação e Defesa do Investidor (Prodin), que foi iniciado em 1998, a partir da criação da Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores, e acolhe e responde a consultas, reclamações e denúncias, por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão, que disponibiliza diferentes canais de comunicação com o público: *internet*, correspondência, canais telefônicos, atendimento pessoal nos Centros de Consulta e nas gerências de orientação aos investidores nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Além disso, a CVM possui um comitê consultivo de educação, deliberado pela CVM 496/06, também composto por entidades privadas representativas do mercado de capitais com o objetivo de promover e apoiar projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento dos padrões de Educação Financeira da população brasileira. Dessa forma, acrescentando às atividades educacionais de cada entidade participante, são também realizadas ações conjuntas, desenvolvendo programas gratuitos para diferentes segmentos da sociedade.

Outro importante participante é a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Desde 1989, a instituição possui o programa educacional Bovespa, para atender àqueles que desejam conhecer a bolsa e o funcionamento do mercado acionário. Todas as iniciativas listadas no *site*<sup>33</sup> da instituição têm como intuito evidenciar a importância das bolsas de valores para a economia do país, transmitir conceitos básicos de economia e gestão de finanças pessoais, estimular hábitos de poupança, entre outras.

As principais iniciativas encontradas foram cursos *online*, visitas, palestras e orientações à população, por meio dos projetos Educar e Bovespa Vai até Você; concursos estudantis; concursos de simulação de investimentos em conjunto com o jornal Folha de São Paulo e parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais.

---

<sup>32</sup> COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em <[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)> Acesso em 10/01/2015.

<sup>33</sup> BM&FBOVESPA. Disponível em <[www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)> Acesso em 10/01/2015.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban)<sup>34</sup> oferece informações sobre finanças pessoais e o uso de produtos financeiros, através do *site Meu bolso em dia*<sup>35</sup>. Nele, são encontradas ferramentas para controle das finanças e simuladores de despesas e financiamentos. Além dessa iniciativa, a Febraban também realiza pesquisas, como a Pesquisa de Tecnologia Bancária e Setor Bancário em números, com o intuito de tratar sobre a bancarização da sociedade brasileira.

Já o Serasa<sup>36</sup> realiza pesquisas, sendo a mais importante aquela já comentada com o intuito de apresentar o IndDEF, além de disponibilizar guias, simuladores, planilhas de controles e testes de conhecimento. Como destaque, menciona-se o *Guia Serasa de orientação ao cidadão*, que auxilia na gestão dos recursos financeiros e pode ser encontrado em seu *site*.

Outra instituição com iniciativas ligadas ao tema é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), que procura difundir conceitos sobre investimento pessoal e incentivar a produção de estudos acadêmicos sobre o mercado de capitais brasileiro. No seu portal *Como investir*<sup>37</sup>, disponibiliza informações e treinamento sobre produtos financeiros e gestão financeira pessoal. Também promove cursos e atua na certificação de profissionais que têm contato com os clientes, ao comercializarem produtos de investimento.

Sobre as instituições financeiras brasileiras, destacam-se iniciativas no sentido de promover a Educação Financeira, como a cartilha *Guia do crédito consciente*, disponibilizada pelo Banco Itaú<sup>38</sup> e o Portal de Educação Financeira do Banco Mercantil do Brasil<sup>39</sup>. Os demais bancos também apresentam seus portais de Educação Financeira, mas todos se limitam a artigos de aconselhamento financeiro e simuladores. Segundo consulta aos *sites* das instituições brasileiras,

<sup>34</sup> FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Disponível em: <www.febraban.org.br> Acesso em: 11/01/2015.

<sup>35</sup> MEU BOLSO EM DIA. Disponível em: <www.meubolsoemdia.com.br> Acesso em: 11/01/2015.

<sup>36</sup> SERASA EXPERIAN. Disponível em <http://www.serasaconsumidor.com.br/guias-e-publicacoes/> Acesso em: 11/01/2015.

<sup>37</sup> COMO INVESTIR. Disponível em: <www.comoinvestir.com.br>. Acesso em: 11/01/2015.

<sup>38</sup> BANCO ITAÚ. Guia do crédito consciente. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/usoconsciente> Acesso em: 11/01/2015.

<sup>39</sup> BANCO MERCANTIL DO BRASIL. Disponível em: <http://mercantildobrasil.com.br/BemVindoAoMB/EducacaoFinanceira> Acesso em: 11/01/2015.

apenas o Banco Itaú parece utilizar suas ações de maneira mais contundente como propaganda de sua atuação e com o mote da Responsabilidade Social Empresarial.

Em relação às instituições de ensino superior, não foi encontrada uma participação constante das universidades brasileiras no processo de Educação Financeira. Apenas ações isoladas foram encontradas e alguns grupos de pesquisa, como o grupo de pesquisa em Educação Financeira e Educação Matemática, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o grupo de Finanças da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), que tem a Educação Financeira como um dos tópicos de estudos, o grupo de Educação Financeira e Educação Matemática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além dos grupos de pesquisa na área de Psicologia Econômica coordenados pela professora Vera Rita de Mello Ferreira, que vêm se destacando no estudo das questões ligadas ao comportamento de consumo e investimentos dos indivíduos e que atua constantemente em aconselhamento aos agentes formuladores e executores da ENEF brasileira. Ainda que apenas com o foco na Educação Fiscal e tributária, deve-se mencionar também a iniciativa Núcleo de Apoio Fiscal (NAF), parceria da Receita Federal do Brasil com diversas instituições de ensino superior.

Por fim, destaca-se o papel da mídia e do setor de eventos. Savóia, Saito e Santana (2007) lembram o papel exercido pela mídia o Brasil pelo seu alcance e pela facilidade de assimilação do conteúdo difundido. Percebe-se nos últimos tempos um aumento do tempo disponibilizado para o tratamento do tema Educação Financeira, bem como a existência de canais e programas de televisão e publicações específicas para este fim. Outra forma importante de disseminação do tema se dá pela realização de eventos. Nesse sentido, destacam-se no Brasil o *Expo Money*, que oferece palestras gratuitas em diversas cidades do país, com temas como planejamento financeiro, previdência, fundos de investimento, ações e economia doméstica, e o Congresso Nacional de Educação Financeira (CONEF) e sua versão para a Educação Financeira de crianças (CONEFINHO), que reuniram educadores e profissionais da área financeira nos anos de 2013, 2014 e 2015. Vale ressaltar que, assim como observado em outros países, todos estes eventos tiveram grandes instituições financeiras como patrocinadores principais em todos os anos.

Além das iniciativas apresentadas, o Brasil também conta com sua estratégia nacional, conforme já mencionado (ENEF). Como fruto dela, mais de 3.000 escolas já utilizaram material didático específico para tratar o tema no ano de 2015. As principais informações relevantes sobre sua criação e atual estágio são detalhadas a seguir<sup>40</sup>.

A ENEF foi instituída pelo Governo Federal através do Decreto 7.397, de 22 de Dezembro de 2010<sup>41</sup>:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a Educação Financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira é uma mobilização multisetorial em torno da promoção de ações de Educação Financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. A ENEF é uma parceria entre o BACEN, a CVM, a PREVIC e a SUSEP, quatro instituições que atuam como reguladores em importantes mercados, além de alguns ministérios, a saber: Ministérios da Fazenda, Educação, Previdência Social e Justiça. Também conta com parcerias de organizações do setor privado, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a BM&FBOVESPA, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), e a Confederação Nacional de Seguros (CNSeg). Todas essas instituições mencionadas integram o chamado Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

Os objetivos da ENEF são:

<sup>40</sup> Esta exposição aqui realizada da ENEF visa mostrar apenas o atual *status* dessa iniciativa de promoção da Educação Financeira no Brasil. Uma análise crítica da mesma, contando também com subsídios extraídos das entrevistas realizadas, será mostrado no Capítulo 6.

<sup>41</sup> BRASIL. Decreto 7.397/2010. Disponível em: <  
http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1026283/decreto-7397-10> Acesso em:  
15/01/2015.

promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país; ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (ARAÚJO e SOUZA, 2012, p. 39).

Segundo o site oficial da ENEF<sup>42</sup>, os objetivos resumidos são apresentados na Figura 3 a seguir. Percebe-se a ideia de mostrar caráter integrado entre os objetivos.

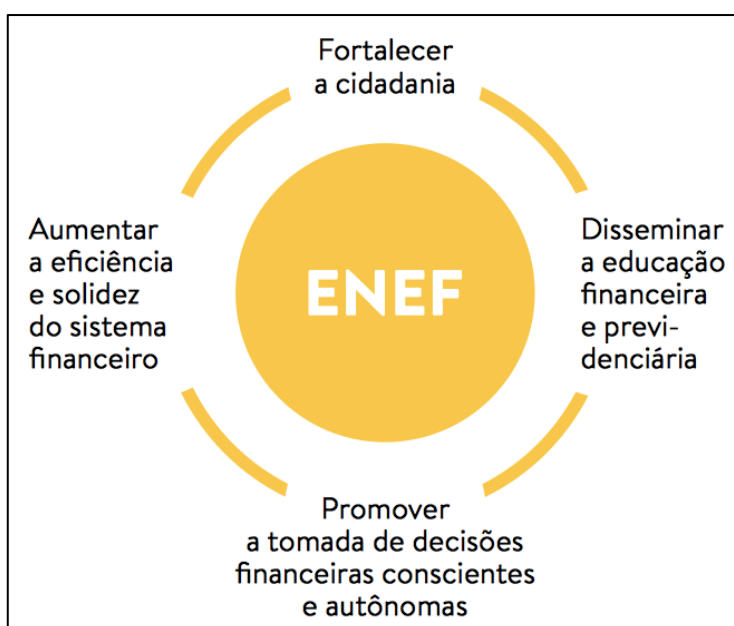


Figura 3 – Objetivos da ENEF  
Fonte: ENEF

Ainda segundo o *site*, as diretrizes da Estratégia são atuar com informação, orientação e formação; gratuidade das ações e prevalência do interesse público e gestão centralizada/ações descentralizadas. São dois os documentos norteadores: o primeiro tratando de Orientação para Educação Financeira nas escolas e o segundo sobre a Orientação para Educação Financeira de adultos (mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família e Aposentados).

A Estratégia é conduzida através de dois tipos de programas: Transversais, que são ações que perpassam vários setores e transcendem os interesses de uma instituição específica e são conduzidas por uma organização criada para este fim

<sup>42</sup> ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>> Acesso em: 20/09/2016.

(Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF Brasil) e os programas Setoriais, que são realizados pelos membros do CONEF.

Em todo o país, as escolas participantes até o momento utilizaram os materiais intitulados “Educação Financeira nas Escolas”, de autoria do CONEF. O material está dividido em 3 blocos (Vida familiar, Trabalho e Bens Públicos). Pela análise do material, percebe-se que os objetivos do programa estão agrupados em duas dimensões, espacial e temporal. Na primeira dimensão, o foco está em se compreender os impactos das ações do indivíduo sobre o contexto social e vice-versa. Já na dimensão temporal, objetiva-se compreender os impactos das decisões financeiras do indivíduo sobre o futuro.

Segundo o material disponibilizado pelo CONEF (2013), o modelo pedagógico foi concebido para

oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence.

Dentro da dimensão espacial, são listados os seguintes objetivos: formar para a cidadania, ensinar a poupar e consumir de modo ético, consciente e responsável, oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude e formar disseminadores. Por outro lado, a dimensão temporal apresenta como objetivos ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos, desenvolver a cultura da prevenção e, por fim, proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual. Essas dimensões mostram uma tentativa de conciliação de aspectos de fornecimento de informações com questões de caráter comportamental. Cabe ressaltar que segundo o *site* da ENEF (e reforçado em todos os entrevistados), todo material deve ser alvo de análise por um grupo de apoio pedagógico criado para este fim para só assim ser disponibilizado para utilização.

O Quadro 11 a seguir enumera esses objetivos e mostra as competências que se pretende trabalhar em cada um deles.

	<b>Objetivos</b>		<b>Competências</b>	
<b>Dimensão Espacial</b>	1	Formar para a cidadania	1	Debater direitos e deveres
	2	Ensinar a poupar e consumir de modo ético, consciente e responsável	2	Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
			3	Harmonizar desejos e necessidades ao planejamento financeiro do projeto de vida
	3	Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	4	Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira
			5	Ler criticamente textos publicitários
			6	Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades
	4	Formar disseminadores	7	Atuar como multiplicador
<b>Dimensão Temporal</b>	5	Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos,	8	Elaborar planejamento financeiro
	6	Desenvolver a cultura da prevenção	9	Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
	7	Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	10	Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Quadro 11 – Objetivos e competências desenvolvidas no Ensino Médio

Fonte: Adaptado de CONEF (2013)

Depois de apresentadas as características que marcam o estágio atual de desenvolvimento da Educação Financeira no Brasil e no mundo, a Parte 2 dessa tese irá discutir a financeirização da vida doméstica, fenômeno que, de certa forma, contribui para que o tema Educação Financeira esteja naturalizado dentro de nossa sociedade, gerando debates nas mais diversas esferas e o reconhecimento, principalmente por parte dos governos centrais de diversos

países, que políticas precisam ser criadas para tratar de uma possível falta de Educação Financeira da população. Compreender tais eventos também pode auxiliar na posterior discussão sobre o sentido de se levar adiante políticas de Educação Financeira com o intuito de se promover a socialização financeira das gerações mais jovens.

## **PARTE 2**

### **A financeirização da vida doméstica e seus impactos sobre os debates acerca da Educação Financeira da população**

Com a compreensão da definição de Educação Financeira e de seu atual estágio no mundo e também no Brasil, descritos na Parte 1, a segunda parte desta tese de doutoramento busca dar um passo atrás e promover uma reflexão sobre de que maneira foi criado o aparato para a discussão do assunto em todo o mundo. Tem como objetivo mostrar que a evolução dos debates sobre uma eventual necessidade de maior Educação Financeira das pessoas surge em um contexto de mudanças no capitalismo e na sociedade de consumo, especialmente ao longo do século XX. Mais do que isso, visa mostrar que, notadamente a partir das últimas três décadas do século passado, o capitalismo se financeirizou. Dessa forma, teriam seguido o rumo da financeirização as empresas, sejam elas originalmente atuantes na esfera financeira ou não, e também os indivíduos e famílias. Não caberá aqui julgar, como muitos autores defendem, que a crescente financeirização da economia seria um prenúncio do fim do capitalismo, ou do “outono” capitalista (BRAUDEL, 1992; ARRIGHI, 2010). Tal pretensão exigiria um esforço de pesquisa que foge ao escopo deste trabalho.

Contudo, será foco desta parte da tese compreender como os motivos financeiros penetram na vida de empresas e pessoas e como a crescente importância do dinheiro muda as relações sociais e econômicas. Em consonância com Dodd (2014), defende-se aqui que a “vida social do dinheiro” precisa ser analisada e compreendida para se lançar luz sobre outros fenômenos do mundo moderno. Em nosso caso, acredita-se que, só assim, possa surgir uma perfeita compreensão do sentido da Educação Financeira na sociedade, objetivo principal desta tese. São os desdobramentos dessa financeirização que nos permitirão evoluir nesta reflexão sobre a Educação Financeira.

Sendo assim, esta Parte 2 é composta por dois capítulos. No primeiro deles, que tem como título “A financeirização da vida doméstica: Conceito e evolução histórica”, o olhar se volta para questões de ordem estrutural que permitiram ao capitalismo se financeirizar. A análise do contexto que permitiu a expansão do mundo financeiro sobre o mundo da produção, ou a assimetria entre produção e

circulação, como prefere Lapavitsas (2013), será ponto de partida para se definir o termo Financeirização e os diferentes olhares surgidos sobre o mesmo.

É neste capítulo que serão criadas as bases para se entender o porquê de o fenômeno da financeirização ter avançado, especialmente a partir de uma análise do avanço do neoliberalismo, da evolução de uma sociedade de consumo de massa, com conseqüentes alterações sobre o *status* do consumo na sociedade e, também, da desregulamentação dos mercados financeiros. Uma extensa revisão bibliográfica foi realizada, e autores diversos foram mobilizados, alguns com viés bastante crítico ao sistema capitalista, como David Harvey e Costas Lapavitsas. O trabalho de Robert Reich e sua conceituação de Supercapitalismo também será bastante útil para uma contraposição de ideias sobre uma série de eventos que ocorreram principalmente após a Segunda Guerra Mundial e que contribuíram para o avanço da financeirização, bem como a maneira como Colin Crouch descreve “a estranha não-morte do neoliberalismo”. A análise de Thomas Piketty em seu *Capital no século XXI* também é mencionada neste capítulo, especialmente sua crítica sobre como há crescente produção de desigualdades em um capitalismo financeirizado.

Pensando nas mudanças do significado do consumo dentro da sociedade, não poderia se deixar de recorrer a Zygmunt Bauman e sua análise sobre a sociedade líquida. Russel Belk e seu conceito de *self* estendido também se mostra relevante nessa análise, bem como diversos autores voltados à análise do consumo, como Mary Douglas e Baron Isherwood, Marshall Sahlins, entre outros.

Para discorrer sobre a financeirização e todas as suas dimensões, foi necessário buscar uma bibliografia produzida especialmente nas últimas duas décadas, com uma contribuição bastante relevante por parte de autores mais contemporâneos, especialmente Giovanni Arrighi, Costas Lapavitsas, Greta Krippner, Gerald Davis, Randy Martin, Brett Christophers e Christoph Deutschmann. De diversas nacionalidades e escrevendo sobre visões distintas sobre como o fenômeno da financeirização se manifesta, estes autores proporcionam aqui um embasamento fundamental que pode ser preponderante nas análises dos capítulos posteriores a serem realizadas sobre a Educação Financeira.

O capítulo seguinte desta segunda parte do trabalho, intitulado “Desdobramentos da financeirização da vida doméstica”, mostra as conseqüências que a financeirização trouxe, com enfoque especial sobre indivíduos e famílias. A

construção do cenário de um mundo financeirizado realizada no Capítulo 3 permitirá que o quarto capítulo discorra sobre esses desdobramentos. Será explorada a financeirização da vida doméstica, que faz surgir uma figura comum no mundo contemporâneo, o “homem endividado” (LAZZARATO, 2011), aquele que busca no crédito disponível e abundante formas ora voltadas à preservação de seu estilo de vida, ora mirando novas oportunidades para aumentar seu consumo.

O foco deste capítulo é o desdobramento da financeirização na vida de indivíduos e famílias e, além dos autores já mencionados para o capítulo anterior, o argumento que se pretende defender neste momento toma emprestado os ensinamentos de Maurizio Lazzarato e sua conceituação de “homem endividado”, a economia da dívida presente em David Graeber e também a contribuição de Neil Fligstein e Adam Goldstein, que mostram como o cenário de financeirização impacta nas posturas assumidas pelo indivíduo perante o dinheiro e o sistema financeiro.

### **3.**

## **A financeirização da vida doméstica: Conceito e evolução histórica**

### **3.1.**

#### **Contexto que permitiu a expansão do mundo financeiro**

Se nos dias de hoje se percebe um aumento dos debates acerca do tema Educação Financeira, deve-se buscar a compreensão dos motivos que contribuíram, em maior ou menor grau, para que tal assunto passasse a ser tratado com mais frequência. Como já mencionado anteriormente, acredita-se que essa compreensão só virá se for entendido o fenômeno da financeirização da sociedade.

Para Lapavitsas (2013), depois de anos de ascensão das finanças, os agentes responsáveis pela acumulação financeira teriam atribuído um peso nunca antes visto às operações financeiras em relação às atividades produtivas. Isso teria assumido papel preponderante não apenas na busca por lucros, mas também na organização da vida cotidiana e nas práticas dos indivíduos, assim como na determinação de políticas públicas e na própria definição sobre a participação do Estado na economia. Esse papel muitas vezes de protagonista que o dinheiro passa a ocupar na sociedade tende a alterar, como será narrado ao longo do capítulo, as práticas de empresas do setor financeiro e do setor produtivo e também de indivíduos e famílias.

Essa reflexão sobre a financeirização proposta por este capítulo se torna importante para dar subsídio à compreensão principalmente da ascensão da esfera financeira sobre a vida, a maior importância do sistema financeiro para se obter lucros antes vindos de operações de produção e também a maior importância desse mesmo sistema financeiro para suprir necessidades antes providas pelo Estado. Enfim, essa maior integração da vida de pessoas e empresas com o mundo financeiro como um todo traz complexidade ao processo de decisão em relação ao dinheiro e aumenta a pressão por se educar financeiramente a população.

Sendo assim, a partir deste ponto, discute-se o contexto que permitiu que o mundo financeiro, seus motivos e práticas, adentrassem na vida de empresas e

famílias. A intenção é organizar a exposição do cenário que dá suporte à ascensão das finanças. Serão descritos os principais acontecimentos responsáveis por inaugurar o que para muitos autores se constitui uma nova fase do capitalismo (MARTIN, 2002; DAVIS, 2009; ARRIGHI, 2010; HARVEY, 2011; KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013). Por uma questão didática e após a realização de extensa revisão bibliográfica, optou-se aqui por subdividir tais acontecimentos em três grandes grupos, a saber: mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais e o avanço do neoliberalismo (3.1.1), o novo significado representado pelo consumo (3.1.2) e a desregulamentação dos mercados financeiros (3.1.3). Esses eventos, ocorrendo de maneira isolada ou conjuntamente, contribuíram fortemente para que a financeirização avançasse sobre o capitalismo nas décadas finais do século XX.

### **3.1.1.**

#### **Mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais e o avanço do neoliberalismo**

A financeirização da vida doméstica pode ter origem em diversos fenômenos que serão explorados a partir deste ponto e que ganham força no mundo moderno e trazem repercussões importantes para a vida dos indivíduos. Inicialmente, deve-se buscar a compreensão sobre as mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais e o avanço do neoliberalismo como fatores que ajudam a criar condições para a financeirização.

Savoia, Saito e Santana (2007) ressaltam que, principalmente a partir dos anos 1970, três forças, em maior ou menor grau, foram responsáveis por produzir mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais. São elas a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. Como resultado da atuação dessas forças, o que se percebe em diversos países é uma redução no escopo do Estado e em sua esfera de atuação no provimento de bens e serviços antes tidos como básicos, como educação, saúde, moradia, segurança e programas de seguridade social, levando a um rompimento do paradigma do Estado do Bem-estar Social.

Tais mudanças têm consequências importantes e diretas para a compreensão de como a financeirização avança sobre a sociedade e também sobre como o tema

Educação Financeira entra em pauta e passa a ser defendido por diversos agentes, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Bancos Centrais, entre outros. Coincidentemente ou não, justamente nas três décadas finais do século XX quando o neoliberalismo avançou, percebeu-se uma expansão para muitos sem precedentes das atividades financeiras, dos lucros advindos do setor financeiro e da influência do dinheiro nas relações econômicas e sociais, além de um crescente domínio do setor financeiro sobre políticas econômicas dos Estados (LAPAVITSAS, 2013).

Harvey (2011) reforça esta constatação, ao mostrar que a virada para a financeirização vem junto com a onda liberal e aparece desde o início dos anos 1970, quando o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon anuncia o fim da convertibilidade de dólares em ouro e, posteriormente, com o choque dos preços do petróleo. Porém, afirma também que essa virada veio como uma necessidade. A competição e o desejo por preços mais baixos por parte dos consumidores acabaram por gerar pressões sobre os lucros das companhias. Naquele momento, a sofisticação do Sistema Financeiro criou oportunidades de ganhos adicionais aos detentores do capital. Contudo, os efeitos indesejáveis da financeirização, segundo o autor, vieram na sequência: risco e insegurança ao indivíduo.

Segundo Bauman (2008), uma tendência que mina a soberania do Estado de maneira profunda é uma maior propensão, dado o enfraquecimento do mesmo, de transferir muitas de suas funções, cedendo-as à impessoalidade dos mercados. Ou, em suas palavras, “a rendição cada vez mais abrangente do Estado à chantagem das forças do mercado, contrariando as políticas preferidas e endossadas por seu eleitorado e tomando dos cidadãos o *status* de ponto de referência e árbitro final das propriedades públicas” (BAUMAN, 2008, p. 87). Como resultado dessa tendência, o que se constata é um crescente distanciamento entre o poder de agir, que caminha para os mercados, e a política, ainda dominada pelo Estado, mas sem a tradicional liberdade de manobra e seu poder de estabelecer regras. Para o autor, essa é a principal causa da erosão da soberania do Estado. Esse processo, que teria ocorrido entre o que ele chamou de transição da sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, fez com que parte das tarefas do processo de comodificação e recomodificação do capital fossem objeto de desregulamentação

e privatização. Tal processo teria ocorrido (e ainda ocorre) em ritmo acelerado, gerando repercussões importantes na vida das pessoas.

Buscando raízes históricas para este processo, deve-se entender como evoluiu o sistema capitalista nas décadas que precederam essas alterações de caráter neoliberal. De acordo com Reich (2007), diversos teriam sido os ganhos vividos pela sociedade ao longo das primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, frutos do sistema capitalista ora vigente, tais como a evolução nos hábitos de consumo (novos produtos), com declínio no preço de serviços, o aumento na expectativa de vida, dentre outros. No entanto, para o autor, ao mesmo tempo, a Democracia teria enfraquecido. Assim, para explicar o que pode ter ocorrido, o autor define Democracia como um sistema para se conseguir o que só pode ser conseguido se indivíduos se juntarem. Mas a Democracia, da forma como o mundo (e, especialmente, os EUA) se acostumou principalmente até a década de 70 estaria falhando em conseguir cumprir suas funções básicas.

Isso poderia ocorrer pois o capitalismo, ou a resultante dele chamada pelo autor de Supercapitalismo, responderia melhor ao que desejamos como compradores individuais de bens, mas a Democracia teria se tornado menos capaz de responder pelo que queremos como cidadãos, como coletividade. Enquanto o Supercapitalismo triunfava e o poder migrava para consumidores e investidores, foram eclipsadas as instituições que atuavam no sentido de permitir maior igualdade na distribuição da riqueza, estabilizar empregos e comunidades e, principalmente, garantir o estabelecimento de regras mais igualitárias (REICH, 2007).

Uma importante contribuição do autor aparece ao tentar explicar como isto aconteceu. Apesar de reconhecer que a desregulamentação e a globalização tiveram sua cota de importância, ele aponta também a responsabilidade para a maneira como “tecnologias novas deram poder a consumidores e investidores a conseguirem melhores negócios – e como esses negócios, por seu turno, sugaram a relativa igualdade e estabilidade, assim como outros valores sociais, para fora do sistema” (REICH, 2007, p. 55, tradução nossa).

Uma das consequências é que estava aí estabelecida a era do individualismo, do foco no “fazer você mesmo”, inaugurada com o avanço neoliberal. Ao se retirar do governo as responsabilidades, o foco passa a ser o indivíduo, que tem o mercado como arena para satisfazer suas necessidades.

Surge o chamado *self* neoliberal, empreendedor e gestor de sua vida (CROUCH 2011; 2013; MIROWSKI, 2013). Essa talvez seja uma das características do neoliberalismo que traz as implicações mais importantes para o argumento central desta tese de doutoramento.

Um regime assim para o *self* acaba por estender sua lógica calculista para a vida cotidiana e não apenas para as atividades financeiras. A passividade não é aceita; deve-se estar em movimento, viver o risco para dele colher retornos (BAUMAN, 2008; LAZZARATO, 2011; MIROWSKI, 2013). Os mercados invadem a vida cotidiana. Como lembra Aspers (2011), recursos que costumavam ser compartilhados por grupos agora são dominados por indivíduos e medidos e trocados através do dinheiro. Para ele, é apenas nessa era onde conceitos como eficiência e maximização do dinheiro se tornam padrão de referência que se pode falar de monetarização das interações cotidianas.

Mas a monetarização da vida cotidiana também tem ligação com um fato histórico já citado: o fim da convertibilidade de dólares em ouro, com o encerramento do sistema estabelecido em Bretton Woods. Inicia-se uma época de emissão desenfreada de dinheiro e de menor controle dessa emissão por parte dos governos, como irá se aprofundar ao se tratar a desregulamentação dos mercados financeiros mais adiante neste capítulo. Ao se neutralizar a soberania monetária, há o que Lazzarato (2011) chama de reconfiguração do poder soberano, através da privatização do dinheiro, a fonte de todas as privatizações.

Os desdobramentos desse avanço neoliberal sobre o mundo financeiro são vários. Skidelski e Skidelski (2012) recorrem ao economista John Maynard Keynes, que afirmou que a civilização capitalista era capaz de liberar más práticas em nome da realização de bons resultados e também à crença de Karl Marx de que os reais custos do capitalismo não são voluntariamente incorridos pelos indivíduos para seu próprio benefício, mas forçados sobre eles pelo poder da classe capitalista.

E a grande instabilidade do sistema é um dos desdobramentos marcantes dessa realidade vivenciada pelo capitalismo a partir do avanço neoliberal das décadas finais do século XX. Harvey (2011; 2014) destaca que o aparecimento de diversas crises de caráter financeiro só ocorreu após 1973, ao passo que muito poucas ocorreram entre 1945 e 1973. O aumento de ocorrência delas poderia, para

ele, indicar uma maior deterioração do sistema e confirmar previsões feitas por Marx.

Outros desdobramentos apontados por Harvey (2011) estão ligados à tendência de diminuição de barreiras espaciais e à aceleração da vida cotidiana, visíveis ao longo da evolução do Capitalismo, gerando reconfigurações do espaço e do tempo da vida social. Isso tudo em busca da manutenção de uma taxa de remuneração do capital em torno de 3% ao ano que, para o autor, seria o grande objetivo da classe capitalista para manter o sistema funcionando. Na impossibilidade de se conseguir o retorno desejado via produção, os detentores do capital buscam no sistema financeiro suprir seus lucros. Ao mesmo tempo que descreve este movimento, o autor questiona a perspectiva de que tal remuneração continue a ser obtida no longo prazo, o que seria uma contradição que tenderia a minar o próprio Capitalismo.

Independente da maior propensão a crises, não se pode deixar de reforçar que esta era neoliberal do capitalismo representa uma virada do mesmo em direção à financeirização (HARVEY, 2011; 2014; KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013; PIKETTY, 2014). Por mais que hoje se perceba uma maior inserção de novos países dentro do “jogo” e um consequente aumento de riqueza nesses locais, há impacto claro sobre desigualdade. Os grandes lucros advindos desse Supercapitalismo narrado por Reich (2007) fluem com maior força para um grupo menor de pessoas. E se olharmos para a economia americana, principalmente, mas também para toda a economia mundial, nos últimos anos, poderão ser percebidos mais possíveis impactos do chamado Supercapitalismo. Estados Unidos e Europa, em maior grau, viram suas economias abaladas porque consumidores e investidores, pilares desse sistema, foram afetados por desequilíbrios que há tempos vinham dando mostra de que um dia cobrariam seu preço. Um complexo sistema financeiro, carente de regulamentação, faz com que, da noite para o dia, parcela considerável da riqueza mundial simplesmente desapareça (PIKETTY, 2014).

Críticas mais recentes apontam para o fato de que, se a taxa de remuneração permanece por longo tempo em patamar superior à taxa de crescimento de produção e da renda, as desigualdades geradas pelo capitalismo se tornam insustentáveis. Isso ocorreu no século XIX e poderia voltar a ocorrer no século XXI. Para Piketty (2014), só com a retomada do controle do capitalismo pela

democracia seria possível que os interesses gerais da população prevaleçam sobre os interesses privados. Este é um movimento que precisaria ser desenvolvido ao longo do século XXI, evitando que as deficiências do sistema venham a acelerar o aumento da desigualdade e colocar em questão a própria manutenção do mesmo como sistema dominante.

Outra crítica importante é feita por Crouch (2013), que ressalta o grande problema advindo do fato de que os neoliberais atualmente existentes e que prevaleceram com o avanço neoliberal são aqueles que ele chama neoliberais do terceiro tipo<sup>43</sup>: o autor os caracteriza se referindo ao *status* de *lobby* das grandes corporações junto a governos e o uso de seu poder e patrimônio para a introdução da agenda neoliberal. O poder e o *lobby* das grandes corporações e os conflitos de interesse daí advindos seriam a característica mais marcante desse tipo de neoliberalismo que triunfou no século XX. Nesse sentido, a economia resultante de sua ação difere do que é pregado em uma economia de mercado. Como afirma Mirowski (2013), em uma ótica neoliberal, as corporações não podem causar mal algum ou, pelo menos, não deveriam ser culpadas se assim o fizerem. Essa constatação é importante para a discussão dessa tese de doutoramento, uma vez que irá se questionar o poder de influência das instituições financeiras sobre o processo de se levar Educação Financeira à população.

Após descritas, ainda que de maneira breve, as mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais e o avanço do neoliberalismo, deve-se dizer que, apesar de as crises do capitalismo terem se tornado mais frequentes especialmente a partir dessas mudanças ocorridas nas décadas finais do século XX, ali foram criadas as condições para um engrandecimento do setor financeiro em relação aos demais setores da economia e um também avanço da monetarização como mediadora e balizadora de relações sociais. Nesse ínterim, o consumo passou a ganhar novo *status* e significado dentro da sociedade, também

---

<sup>43</sup> Neoliberais puros (ou neoliberais do primeiro tipo) seriam, para Crouch (2013), aqueles que acreditam que o conceito de livre mercado pode ser atingido em qualquer área da vida. Isso não significa um Estado fraco, mas forte na proteção dos direitos de propriedade, levando o papel dos mercados a áreas ainda mais distantes. Os social democratas e várias combinações de grupos, como ambientalistas, grupos religiosos, entre outros, seriam os neoliberais do segundo tipo: aceitam o valor e a prioridade dos mercados na economia, mas estão conscientes de suas limitações, em especial uma falta de habilidade dos mercados em lidar com externalidades e bens públicos. Reforça-se, nesse ponto, a importância de uma maior presença do Estado. Aceitam a superioridade do Capitalismo e, nesse sentido, diferem-se dos socialistas.

com impactos sobre a relação das pessoas com o dinheiro e sobre o próprio conceito da financeirização. A próxima seção tratará dessa nova realidade.

### 3.1.2.

#### **Novo significado representado pelo consumo**

No que diz respeito ao consumo, segundo ponto proposto para se construir o cenário que permite o avanço da financeirização, o significado apresentado pelo mesmo dentro da sociedade claramente se alterou. Para explicar tal fenômeno, esta seção irá buscar descrever seu novo significado como fruto da evolução, ao longo do século XX, do Capitalismo de mercado, da criação de uma sociedade de consumo de massa e das consequentes mudanças ocorridas nas relações sociais. O ato de consumir merece ser estudado, seja ele para satisfazer necessidades básicas, que muitas vezes foram providas pelo Estado e transferidas ao mercado como narrado na seção anterior, ou para satisfazer novas necessidades, pois seu impacto sobre a presença do dinheiro na vida das pessoas e consequente necessidade de maior interação com o sistema financeiro trazem desdobramentos importantes sobre a financeirização.

Para embasar o argumento a favor do novo significado do consumo, Duarte (2010) menciona a obra *The World of Goods*, de Mary Douglas e Baron Isherwood (1978), que cria um contraponto ao argumento dos economistas sobre as fontes de desejo dos bens, mostrando sua função expressiva e simbólica e a perspectiva de vê-los como sistemas de categoria. O significado cultural que os bens comunicam e carregam é o que mais interessa, e não apenas seu caráter utilitário ou valor comercial. Dessa forma, através de pressupostos e crenças culturais, os bens contribuem para se criar uma ordem cognitiva que “alcança a estabilização das suas categorias através da materialidade dos objetos, isto é, operando simultaneamente nos mundos material e cognitivo, os objetos ajudam a tornar visíveis e estáveis as categorias da cultura” (DUARTE, 2010, p.372). O consumo, assim, passa a exceder o conceito de necessidades concretas e ganha contornos diferentes e de compreensão mais complexa, com impacto direto em volume consumido, endividamento e novos comportamentos em relação ao uso do dinheiro.

Buscando-se inicialmente definições para consumo, pode-se citar McCracken (1988), que afirma que consumo é a criação, a compra e o uso de produtos e serviços. Barbosa e Campbell (2006) buscam na etimologia da palavra consumo a sua compreensão. Eles lembram que consumo vem do latim *consumere*, cujo significado é esgotar, destruir, usar tudo. Já no inglês, a palavra *consummation* significa adicionar, somar. Rocha (2006) procura ampliar o conceito e define consumo como a transformação dos produtos e serviços em sistemas de significados.

O fato é que questões ligadas ao excesso de consumo e às mudanças de significação das relações de consumo dentro da sociedade fazem com que estudos na área da Antropologia do Consumo se desenvolvam de maneira abundante. Ao longo do último século, o interesse pelo tema veio crescendo, à medida que o mundo passava por mudanças e que a sociedade capitalista se desenvolvia. Veblen (1965) já destacava sua ambiguidade como processo social pois, apesar de ocorrer há milênios e ser necessário dentro da sociedade, só ganha importância e passa a ser estudado quando passa a ser classificado como supérfluo ou ostentatório, gerando uma demora para que a Antropologia do Consumo se desenvolva como área. De acordo com Duarte (2010), a falta de interesse pelo estudo do tema deve advir de uma percepção de um caráter menor aos fenômenos ligados ao consumo, em contraposição aos fenômenos de produção. Adicionalmente, os constrangimentos ideológicos inerentes ao modelo marxista se fazem sentir, centrando a análise na produção e no trabalho e concebendo como um mal a mercadorização da sociedade.

Em *O Capital*, Marx já alertava para essa mercadorização, ao dizer que a força do trabalho passa, ela própria, a ser uma mercadoria comprada e vendida no mercado e que, no capitalismo, as mercadorias surgem como que dotadas de uma existência independente e o mercado aparece como possuindo poder mágico de produzir valor, criando, assim, o fetichismo da mercadoria (DUARTE, 2010). Passa-se a observar uma separação entre o valor da mercadoria e o seu valor de uso, fazendo com que as relações pessoais entre os indivíduos transformem-se em relações entre coisas.

No entanto, para ele, a ênfase na produção ainda faz com que o consumo seja desvalorizado e percebido como mero resultado de interesses capitalistas. Além disso, eleger o trabalho como único local de auto-realização humana e ligar

em exclusivo o valor positivo do produto do trabalho ao seu valor de uso leva a uma desvalorização das outras formas de relações sociais ocorrendo fora do local de trabalho. Nesse sentido, a abordagem de Marx ainda impede que se entenda os objetos produzidos e distribuídos como cultura material de que importa perceber o seu papel como instrumento de auto-realização do indivíduo. Para Marx, o fazer e o trabalhar ainda são centrais para se compreender a existência e o autovalor (DUARTE, 2010).

É somente na década de 1970, com os já citados Douglas e Isherwood (1978) e com a obra *Culture and Practical Reason* de Marshall Sahlins (1976) que surge uma nova perspectiva sobre os estudos da Antropologia do Consumo. Sahlins (1976) trata das propriedades culturais dos bens de consumo na sociedade norte-americana. Para isso, estuda os bens alimentares e o vestuário enquanto sistemas, compostos por códigos de objetos. Para o autor, foi a sedimentação do significado cultural dos bens que permitiu à sociedade ocidental transformar “a contradição básica da sua construção num milagre de existência, uma sociedade coesa de perfeitos estranhos” (SAHLINS, 1976, p. 203).

Importante contribuição vem também da obra *La Distinction* de Pierre Bourdieu (2007). Para este, há uma grande relevância da compreensão das práticas de consumo e também das manifestações do gosto na criação e manutenção das relações sociais de submissão e dominação. Compreender a estrutura de consumo passa a ser fundamental para a reprodução das relações de classe. O gosto estético, para Bourdieu (2007), não é apenas “preferência natural”, mas uma das disposições do *habitus*. Duarte (2010, p. 373) descreve um Bourdieu que recorre ao conceito de estética de Kant, marcado pela contemplação distanciada que transcende a imediatez da experiência, “e demonstra que esta é apenas a noção estética adotada pela classe social dominante. A estética da cultura popular é antikantiana, traduzida na preferência pelo entretenimento imediato, pelo prazer como reação instintiva e sensual”.

Assim, a falta de acesso ao básico em termos de subsistência da classe trabalhadora inspiraria o desejo do físico, do imediato, do sensual, enquanto aqueles que têm o acesso ao básico garantido e tenham crescido com experiências como o capital ou a educação formal desenvolveriam um gosto em direção ao abstrato. O padrão de bens consumidos e a constituição da ordem social seriam, portanto, diretamente relacionados. O gosto desdobra-se em múltiplos domínios

do consumo de massa, onde a manifestação de diferença pode ser olhada como um marcador social que tem subjacentes certas condições de existência. Dessa forma, pode-se dizer que os gostos funcionam como traços de união e como fatores de exclusão, como expressão de pertencimento a um determinado grupo social (BOURDIEU, 2007).

Canclini (2001) mostra as consequências da predominância de bens e mensagens sobre o conceito de pertencimento a um grupo e identidade do indivíduo, que na sociedade de consumo passam a ser cada vez menos moldados por lealdades locais, nacionais ou históricas e cada vez mais pela participação em comunidades de consumidores transnacionais ou sem território. Identidades são moldadas pelo que alguém possui ou é capaz de possuir. E as tecnologias de produção e suas constantes transformações têm impactos sobre desejos e expectativas, gerando efeitos que desestabilizam as identidades individuais.

Em uma análise que foge ao escopo deste trabalho, Canclini (2001) mostra os desdobramentos da sociedade de consumo sobre a cidadania, apresentando a transição do cidadão como um representante da opinião pública para um cidadão mais individualista, direcionado a consumo e interessado em qualidade de vida. Para o autor, nenhuma revolução, movimentos políticos ou artísticos foram capazes de mostrar tão claramente a evolução do conceito de cidadania desde o século XIX quanto a disseminação das tecnologias de comunicação audiovisuais e o consequente “catapultamento” gerado por elas das massas em direção ao consumo.

Skidelski e Skidelski (2012) perguntam por que pessoas que têm tudo acabam sempre querendo ter mais. Para responder a essa questão, sugerem duas abordagens: uma primeira que centra a análise dos desejos e necessidades humanas isoladamente e a segunda que os considera em relação a outras pessoas. Para os autores, desejos são individuais, mas a maneira pela qual se expressam e são encorajados ou suprimidos é social. O fato é que, para os autores, o capitalismo “inflamou nossa tendência inata à insaciabilidade ao libera-la das fronteiras dos costumes e religião, onde antes estava confinada” (SKIDELSKI; SKIDELSKI, 2012, p. 40, tradução nossa).

Isso ocorreu de quatro diferentes formas. A primeira diz respeito à própria lógica capitalista, que faz com que as empresas estejam sempre em busca de novos mercados, o que as leva a, entre outras coisas, manipular desejos. Em

segundo lugar, a competição por *status* é estimulada no contexto capitalista. Os autores mencionam Alexis de Tocqueville e sua obra *A Democracia na América*, dizendo que a sensação de igualdade geral percebida pelo autor no século XIX se tornou um campo fértil para o aparecimento de uma ética de trabalho que valoriza o instinto aquisitivo. Um terceiro ponto que justifica a insaciabilidade para os autores diz respeito a uma suposta hostilidade do capitalismo de livre mercado à ideia de que uma determinada quantia pudesse representar o “suficiente”. Por fim, o capitalismo reforça tal insaciabilidade ao estimular a financeirização da sociedade. Quanto mais bens e serviços são vendidos (ou seja, trocados por dinheiro), aumenta a possibilidade de mensuração de valor e comparação direta.

Para Bauman (2008), a análise das mudanças do padrão de consumo deve contemplar três “tipos ideais”: o do consumismo, o da sociedade de consumidores e o da cultura consumista. Inicialmente, para se entender o primeiro, é importante se diferenciar o consumo do consumismo. O fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos, sendo parte permanente de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos. A questão que se coloca ocorre milênios mais tarde, quando a revolução consumista coloca o consumo no centro da razão da existência das pessoas. Assim, o autor afirma que o consumismo é um atributo da sociedade, ao contrário do consumo, que se configura como uma característica dos seres humanos como indivíduos. O autor afirma que

consumismo é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, neutros quanto ao regime, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O consumismo chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho. (BAUMAN, 2008, p. 41)

O autor diz ainda que, em oposição ao comportamento histórico do ser humano em relação ao consumo, uma das características que marcam os novos padrões de consumo inaugurados no século XX está ligada ao fato de que a

felicidade não depende mais da satisfação de necessidades, mas sim de uma intensidade crescente de desejos que culminam em uso imediato e rápido descarte e substituição de bens. O consumismo é definido como uma economia do engano, pois não está ligada a informações possuídas pelos consumidores; pelo contrário, aposta em sua irracionalidade. O engano é um sintoma de boa saúde da sociedade dos consumidores, que tem sua perpetuação assegurada através dele.

Mesmo escrevendo em um momento anterior, no final do século XIX e início do século XX, um ponto descrito na obra de Simmel (2009) e que pode ajudar a entender este tipo de situação é um alerta para um crescente papel já percebido em sua época para o dinheiro na sociedade e sua ligação com a manifestação crescente de poder de uma cultura objetiva e quantitativa sobre uma cultura subjetiva e qualitativa. O dinheiro é o meio prevalente nessa economia do engano, a maneira encontrada para dar suporte a essa busca incessante de satisfação de necessidades.

O segundo tipo ideal de Bauman (2008), a sociedade de consumidores que emerge é avaliada pela felicidade de seus membros, de maneira diferente e de mais difícil compreensão do que em qualquer outra sociedade de que se tem registro. Para ele, a característica mais marcante da sociedade de consumidores é a transformação dos consumidores em mercadorias, em que “os diferentes significados das coisas e, portanto, as próprias coisas, são vivenciados como imateriais, [...] enquanto tudo flutua com igual gravidade específica na corrente constante do dinheiro” (BAUMAN, 2008, p. 20-21). Assim, o que motiva os consumidores e os leva à incessante atividade de consumo é sair dessa “invisibilidade e imaterialidade cinza e monótona”, que os permitiria se destacar da massa de objetos indistinguíveis. O “desbotamento” das coisas como um meio de troca anônimo deixa de existir e ganha sentido com o processo cultural do incessante desenvolvimento e fluxo das coisas, seu constante movimento através do dinheiro (SIMMEL, 2009).

Sobre o terceiro “tipo ideal” de que fala Bauman (2008), a cultura consumista, é importante dizer que mudanças das relações de consumo fazem com que as relações humanas se reconstruam a partir do padrão e à semelhança das relações entre consumidores e objetos de consumo. Ao definir a sociedade líquida, o autor insere a cultura consumista como uma de suas características marcantes. A síndrome consumista, característica dessa cultura inaugurada principalmente no

século XX, envolve velocidade, excesso e desperdício. O sentimento de insatisfação, constante na cultura consumista, é enfrentado com o descarte dos objetos que a causam. Há uma desvalorização da durabilidade. Velho e defasado, alerta Bauman (2008), são os termos usados para justificar a rapidez do brotar e murchar do desejo e da lealdade aos objetos.

Mais do que isso, a vida do consumidor ou a vida de consumo, não se refere apenas à aquisição e posse. Nem tampouco se limita a descartar o bem recém-adquirido e antes exibido com orgulho. A questão que aqui se coloca, definidora de uma nova cultura, é principalmente e acima de tudo, estar em movimento. Bauman (2008) lembra que, se para Max Weber o princípio ético da vida produtiva era o adiamento da satisfação, então a orientação da ética da vida de consumo será evitar estar satisfeito. E, em uma sociedade que prega a satisfação do consumidor, a grande verdade é que um consumidor satisfeito não é motivo e nem propósito, e sim a ameaça mais apavorante.

Em análise que reforça o que foi explicitado por Bauman (2008), Csikszentmihalyi (1982) afirma que objetos que possuímos e consumimos são desejados porque nos dizem coisas que queremos ouvir sobre nós mesmos no sentido de não ruirmos como pessoas. E essas informações tanto dizem respeito a reconhecimento social como a *feedback* privado sobre aquilo que torna objetivo nosso passado, presente e futuro. Tais constatações fazem com que Bauman (2008) ressalte que a sociedade de consumidores seria, portanto, o tipo de sociedade que nega todas as opções alternativas ao estilo de vida e estratégia existencial consumista.

Uma contribuição adicional importante ao tema vem de Belk (1988), que traz luz à compreensão do surgimento da sociedade de consumidores ao dizer que não se pode compreender qualquer comportamento de consumo sem se compreender o significado que os consumidores atribuem às coisas possuídas. Tuan (1980) reforça essa percepção, quando mostra a necessidade de suporte de nosso frágil senso de ‘eu’ e descreve tal suporte vindo de se possuir coisas, pois, em geral, o que temos e possuímos definiria o que somos.

Surge, para Belk (1988), o conceito de ‘*self* estendido’ (*extended self*), sendo o consumo usado para ajudar a definir a identidade do consumidor. Compreender o *self* estendido nos ajudará a entender como o comportamento do consumidor contribui para a nossa existência mais ampla, como seres humanos.

Isso porque enquanto o *self* diz respeito ao eu, o *self* estendido está ligado ao que o indivíduo entende como seu, sendo a soma do ‘eu’ e o ‘meu’. Ao dizer que algo é meu, também posso dizer que algo sou eu. Para Belk (1988, p. 145), “objetos em nossa posse podem literalmente estender o *self*, assim como uma ferramenta ou uma arma nos permitem fazer coisas que, de outra maneira, seríamos incapazes.” Acima de tudo, a posse pode comunicar a outros que somos pessoas diferentes do que seríamos sem o bem possuído.

Conceito semelhante ao de *self* estendido de Belk aparece também na descrição da necessidade de poder e controle de bens dada por Bauman (2008). Para este autor, é comum se pensar que aquilo que se deseja é, em primeiro lugar, a apropriação, a posse e a acumulação de objetos, valorizados pelo conforto que proporcionaram e/ou o respeito que outorgam a seus donos. Ele lembra que na sociedade de produtores, foi o ato de comprar e vender sua capacidade de trabalho que, ao dotá-la de um valor de mercado, transformou o produto do trabalho numa mercadoria. Já no caso da subjetividade da sociedade de consumidores, a mercadoria passa a ser os símbolos empregados na construção da identidade, ou o ‘self’, colocando a representação no lugar daquilo que deveria representar.

Para encerrar essa seção, esse novo significado representado pelo consumo pode ser resumido a partir de uma citação de Skidelski e Skidelski (2012, p. 203, tradução nossa). Para eles, o consumo se tornou o grande placebo da sociedade atual, isto é, a recompensa por se trabalhar um número irracional de horas.

Pais passam ‘consumismo compulsivo’ para suas crianças ao encherem as mesmas de brinquedos e acessórios no lugar de passarem mais tempo com elas. É bem verdade que muitas das inovações que são forçadas ao mercado melhoram a qualidade de vida das pessoas. Mas a maioria delas só faz isso marginalmente, enquanto aumentam a competição pelo consumo, e que acaba impedindo a queda do número de horas trabalhadas.

Sendo assim, os autores dizem que uma das maiores reclamações sobre o capitalismo é que ele sobrevaloriza o trabalho e desvaloriza o lazer e as coisas que vêm com ele como, por exemplo, amizade, hobbies, trabalho voluntário.

Dessa forma, o avanço da financeirização e seus desdobramentos sobre nossa relação com o dinheiro e com os mercados abrem espaço para um reforço do consumo e do desejo constante de consumir, com impactos na vida doméstica,

como será explicitado mais adiante neste capítulo. Por ora, tendo sido mostrado o novo significado representado pelo consumo como fator importante para se compreender o contexto no qual emerge uma sociedade mais financeirizada, a próxima seção irá tratar de um terceiro fator preponderante nesse fenômeno da financeirização: a desregulamentação dos mercados financeiros.

### 3.1.3.

#### **Desregulamentação dos mercados financeiros**

Seguindo na compreensão do contexto que permitiu a expansão dos motivos e práticas financeiras na sociedade, esta seção visa descrever o terceiro ponto proposto: os impactos da desregulamentação dos mercados financeiros em diversas partes do mundo sobre a financeirização. Acredita-se que, além de desdobramentos diretos sobre o fenômeno da financeirização, essa desregulamentação acaba indiretamente por produzir consequências para os debates acerca da Educação Financeira, por ser preponderante para tornar o processo de decisões ligadas ao dinheiro ainda mais complexo. Em especial, nesta seção, enfoque será dado à evolução do Sistema Financeiro, com o consequente aumento no número de opções de investimento e financiamento nas últimas décadas, o avanço da securitização e as mudanças no papel das instituições financeiras.

Desde o início, deve-se ter em mente que, conforme afirma Pinheiro (2009), a razão básica para um Sistema Financeiro existir e se desenvolver é que, em um certo ponto, algumas unidades econômicas gastam menos do que ganham e são capazes de poupar, enquanto outras, por outro lado, gastam mais do que ganham, e têm que pedir dinheiro. Kumar et al. (2005) destacam a importância que o acesso ao sistema financeiro pode proporcionar aos indivíduos e à economia. É apenas em virtude da existência de um sistema financeiro que os indivíduos podem manter seu padrão de consumo através da formação de poupança e se prevenir contra períodos de variações inesperadas na renda. Além disso, o sistema financeiro também “pode ser capaz de acelerar a redução da pobreza através da distribuição mais ampla de serviços financeiros. A melhoria do acesso aos serviços financeiros deve ajudar os consumidores e produtores a elevar seu bem-estar e produtividade.” (KUMAR et al., 2005, pg. 01, tradução nossa)

No entanto, em tempos recentes, forças como a tecnologia e inovação de mercado, movidas pela intensa competição, geraram um setor em que os consumidores de produtos financeiros passaram a ter acesso a uma grande variedade de opções, cuja compreensão é mais complexa. Ademais, apesar de sua importância, para Dodd (2014), o sistema financeiro teria crescido de maneira desproporcional em relação ao restante da economia nas últimas décadas do século passado, distorcendo as funções do capitalismo, e causando danos no sentido de aumento de desigualdade e da exposição das instituições públicas a riscos inaceitáveis.

Em virtude da crise vivida no fim dos anos 2000, Jackson e Dyson (2012) afirmam que ficam evidentes as disfuncionalidades do sistema bancário. Isso não estaria ligado apenas ao tamanho dos bancos, suas práticas ou estruturas de governança. A questão é maior. É o processo de criação e alocação de novo dinheiro deixado a cargo das instituições financeiras que precisaria, segundo os autores, de urgente reforma. Por conseguinte, características importantes assumidas pelo Sistema Financeiro, o tamanho que o mesmo adquiriu em relação ao restante da economia, seus conflitos de interesses e suas práticas, como a securitização, por exemplo, são alguns aspectos que precisam ser aqui compreendidos para se trilhar o caminho do entendimento de como a financeirização avança e gera consequências sobre o objeto de pesquisa deste trabalho.

Por trás desse cenário de incremento da financeirização, a desregulamentação financeira iniciada ainda nos anos 1970 e 1980 cumpriu papel importante, possibilitando o surgimento de centros financeiros (principalmente Nova York e Londres), aumentando o número de instituições oferecendo serviços de pagamentos e diluindo (ou seria disseminando?) o risco ao longo de diversos estratos da sociedade. O ponto de partida central para se compreender a desregulamentação dos mercados financeiros e seus desdobramentos sobre a financeirização do capitalismo está no já mencionado fim da convertibilidade de dólares em ouro em 1971. Inicia-se o período de livre oscilação de moedas que perdura até hoje (MARTIN, 2002; DAVIS, 2009; GRAEBER, 2011; KRIPPNER, 2011).

Há um retorno ao monetarismo: apesar de não mais ligado ao ouro ou qualquer *commodity*, governos e Bancos Centrais deveriam sempre cuidar de

controlar a oferta do dinheiro, para garantir que ele continuasse a parecer um item escasso, ainda que, ao mesmo tempo, o que tenha se visto foi a figura do dinheiro sendo investida no mercado de maneira totalmente desconectada da produção ou comércio, como puro objeto de especulação (GRAEBER, 2011).

O novo quadro das finanças mundiais a partir de 1971 se configura em uma expansão do que Strange (1997) chama de áreas de ignorância significativa por parte dos governos, ou seja, um aumento de áreas em que os Estados não poderiam se dar ao luxo de não ter perfeita compreensão dos acontecimentos. Para a autora, essas áreas cobrem principalmente o controle e a supervisão do sistema financeiro. Não se pode esquecer, conforme contextualizado no início deste capítulo, que tal processo de maior liberdade ao mercado financeiro através da desregulamentação se dá em um contexto de avanço do que se convencionou chamar por neoliberalismo. As consequências sobre a financeirização que aqui se defende que tenham ocorrido a partir da desregulamentação dos mercados financeiros poderiam advir, portanto, não apenas de decisões dos governos, mas também do que a autora chama de ‘não-decisões’. Mercados só existem sob a autoridade do Estado e qualquer prerrogativa que caiba aos mercados advém de poder a eles concedido pelos governos (STRANGE, 1997; LAPAVITSAS, 2013).

Independente das motivações neoliberais para a desregulamentação, o que de fato ocorre é que um sistema maior, mais descentralizado e, ao mesmo tempo, menos regulado acaba por gerar atividades, produtos e serviços que ficam em um limbo de regulação por parte dos reguladores tradicionais, dificultando qualquer tentativa de controle por parte do Estado (DAVIS, 2009; DYMSKI, 2014).

E dentro dessa esfera maior de atuação do sistema financeiro, dois fatores adicionais contribuem para alterações significativas: primeiro, a capacidade aparentemente ilimitada de instituições financeiras criarem dinheiro e, segundo, as inovações financeiras introduzidas principalmente a partir dos anos 1970. Dodd (2014) afirma que o direito de criar dinheiro no mínimo levanta sérias questões sobre liberdade, poder e justiça. O avanço da bancarização e até mesmo a disseminação de produtos financeiros como o cartão de crédito contribuem para essa criação desenfreada de dinheiro, ao gerarem crédito para empresas e indivíduos. Até mesmo empresas não-financeiras acabam por contribuir para um cenário de criação de crédito, ao permitir que tudo se compre a prazo, em atividades que fogem ao escopo das entidades regulatórias. As políticas dos

governos e os recorrentes déficits reforçam essa expansão monetária, cujas consequências já vinham sendo alertadas pelo economista Robert Triffin<sup>44</sup> (STRANGE, 1997).

A questão é que o longo período de prosperidade e livre de crises vivenciado pelos Estados Unidos e diversos países do Ocidente no período pós Segunda Guerra criou a figura do capital global procurando por retornos cada vez maiores. Os choques dos preços do petróleo nos anos 1970, que trouxeram instabilidade às taxas de câmbio, aliados à maior desregulamentação do sistema financeiro aqui narrada acabaram por produzir a necessidade de inovações financeiras em um mercado financeiro cada vez mais globalizado e desregulamentado; é a esfera da produção começando a ceder espaço para a esfera financeira (MINSKY, 2008).

Dentre outras inovações, surge a securitização, que para muitos é a questão que mais contribui para a expansão exagerada do mundo financeiro em relação à produção (MINSKY, 2008; DAVIS, 2009; KRIPPNER, 2011; DODD, 2014). A reestruturação ocorrida no sistema financeiro a partir daí tem como principal característica o aumento da importância dos mercados abertos de títulos sobre as atividades bancárias tradicionais. Mesmo os bancos mudam seu perfil de captação de recursos. Com tanto dinheiro sendo captado no mercado, o campo se abriu para que a securitização de títulos ganhasse força. Sob a ótica de que os riscos seriam diluídos no mercado, quase tudo poderia ser segurado. E empréstimos predatórios poderiam ser realizados (como os empréstimos *subprime* norte americanos nos anos 2000), dando suporte a uma onda que aliou, por um lado, consumismo excessivo e, por outro, altos retornos para instituições financeiras.

Mais e mais tipos de títulos são emitidos. Novos empréstimos para pessoas ou empresas, por exemplo, são feitos e, rapidamente, seus riscos diluídos (ou, como já pontuado anteriormente, disseminados) por todo o sistema, através da securitização junto a mercados especulativos em busca de altos retornos. Todo esse crédito securitizado gerou por muito tempo maior base monetária, mais consumo e mais retorno para o capital investido, o que por seu turno, contribuiu por aumento de preços dos ativos. O cenário visto nos anos 2000, fruto da

---

<sup>44</sup> O economista Robert Triffin se notabilizou pelas suas críticas ao sistema Bretton Woods e, ao contrário da maioria dos economistas da segunda metade do século XX, colocou foco na criação exagerada e, segundo ele, irresponsável, de crédito como raiz dos problemas econômicos (STRANGE, 1997).

desregulamentação financeira iniciada aproximadamente 3 décadas antes, estava pronto. Mas o ciclo não parou aí. Pelo contrário, os lucros advindos do setor financeiro encorajaram ainda mais alavancagem e inovações financeiras. Tudo ocorrendo sob o olhar distante de governos, principalmente o dos Estados Unidos.

Em economias como a norte-americana ou a do Reino Unido, por exemplo, o grau de dispersão de títulos através do processo de securitização, e a consequente alteração em toda a estrutura do sistema financeiro causada por inovações desse tipo, desdobraram-se em maior insegurança e desigualdade entre as pessoas (MINSKY, 2008; DAVIS, 2009). Strange (1997, p. 3, tradução nossa) chega a dizer que “a própria vulnerabilidade à má sorte em um sistema que já é de antemão desigual é, por si só, longe de ser equalizada”.

A ideia de que a diluição dos riscos pelo sistema faria o próprio sistema mais seguro se mostrou frágil no fim dos anos 2000, quando a crise das hipotecas norte-americanas gera contaminação em economias ao redor do mundo. Instituições financeiras acabaram sendo socorridas nos EUA e Europa, em mecanismos de injeção de capital que reforçaram os conflitos de interesse de um capitalismo financeiro que há muito vinham sendo apontados (DAVIS, 2009). Talvez a financeirização, que passa a ser narrada com maiores detalhes a partir da próxima seção, tenha atingido seu auge.

Portanto, com o intuito de encerrar este tópico e lançar luz sobre o debate acerca da financeirização das próximas páginas, ficam as questões propostas por Strange (1997): teriam os Estados enfraquecido em relação aos mercados? Ou talvez apenas um ou alguns dos Estados mais importantes economicamente? Qualquer que seja a resposta a estas reflexões, a simples ideia de que negócios poderiam funcionar em ambiente de tamanha falta de regulação é, para Davis (2009), totalmente falha. Isso porque ela é baseada em premissas não verdadeiras: de que o dinheiro não tem nada a ver com política e governos e que a confiança no dinheiro não precisa de tempo para ser desenvolvida. Afirmo ainda ele que, por mais que governos possam ter, historicamente, abusado do poder de controlar o dinheiro, foi também apenas através dos governos que sistemas econômicos puderam apreciar os benefícios que um sistema em bom funcionamento e bem regulado poderia conferir.

Com essa construção de cenário onde políticas neoliberais, o consumo e a desregulamentação financeira ditam o ritmo das relações econômicas e sociais é

que se pretende avançar sobre a conceituação da financeirização, apresentada na próxima seção.

### 3.2.

#### **Conceito de financeirização**

Todo o contexto explicitado na seção anterior colaborou, de maneira complementar e em diferente escala de importância, com a ascensão de um fenômeno tratado sob o termo de financeirização. Lapavistas (2013), recorrendo à construção de um contexto semelhante à aqui realizada, mostra que a financeirização é o resultado de processos históricos que ocorrem principalmente a partir dos anos 1970. O modo de produção capitalista passa a se alterar não apenas em economias desenvolvidas, mas também nos países em desenvolvimento e as finanças se tornam dominantes na acumulação doméstica, mostrando também sua importância sobre as fontes de lucros das empresas e sobre as relações hierárquicas entre nações, conforme será abordado ao longo do restante deste capítulo.

Apesar de novo como campo de estudo, a financeirização mereceu pesquisas por parte de diversos autores, que buscaram lançar luz sobre o assunto. Christophers (2015), por exemplo, coloca a financeirização como um dos aspectos definidores do capitalismo no fim do século XX, juntamente com a globalização e o neoliberalismo, tendo o tema se movido da periferia para o centro de estudos acadêmicos de diversas disciplinas.

Segundo Epstein (2005), ela é representada pelo papel mais importante desempenhado pelos mercados financeiros, seus motivos, atores e instituições na operação da economia. Pode também ser definida pela cultura e comportamento das pessoas se voltando a atividades financeiras (MARTIN, 2002; LANGLEY, 2008; DAVIS, 2009), pelo ajuste nos estilos de vida devido a uma nova ordem econômica (FLIGSTEIN e GOLDSTEIN, 2012) ou mesmo pela gestão financeira doméstica passando a se assemelhar à gestão corporativa (MARTIN, 2002; FLIGSTEIN e GOLDSTEIN, 2012). A aquisição em maior escala de dívidas, o uso de imóveis como investimento e como forma de financiar despesas de consumo e uma maior participação nos mercados de ações seriam apenas alguns

exemplos dessa gestão mais ‘empresarial’ das finanças domésticas que marca as definições desses autores.

Outros autores, como Davis (2009) e Krippner (2011), centram sua definição do termo no mundo corporativo e em sua esfera de influência sobre a sociedade. Krippner (2011), por exemplo, define o fenômeno da financeirização como uma grande transformação na qual o setor financeiro (mais do que o restante do setor de serviços em geral) se torna dominante a partir das últimas décadas. Davis (2009) traz importante contribuição, ao iniciar sua discussão no que ele chama de força gravitacional que existiu em torno da grande corporação norte americana ao longo de quase todo o século XX. Em uma sociedade pós-industrial, tal força se move para os mercados financeiros, que passam a atuar como organizadores da vida social e a exercer influência não só sobre toda a vida corporativa dos Estados Unidos e, hoje, do mundo globalizado, mas também sobre a vida de indivíduos e famílias.

Na opinião de Deutschmann (2011), começa aí também uma transformação do capitalismo em uma sociedade de rentistas, com a figura do detentor de ativos privados ganhando força, em detrimento do investidor nas atividades produtivas. Surge, para Davis (2009), a Sociedade do Portfolio, onde o idioma dos investimentos se torna um definidor da posição do indivíduo na sociedade. Já para Martin (2002), a financeirização representa um novo tipo de contrato social, com desdobramento inclusive sobre as políticas oficiais. As corporações deixam de ser instituições sociais para serem meros “nexos de contratos” em busca de resultados financeiros. Estados também mudam seu papel de Estado soberano para competidores no mercado, contratando serviços que “fogem à sua competência” e buscando captar fundos no mercado aberto (MARTIN, 2002; DAVIS, 2009) para financiar suas atividades e seus déficits constantes. Graeber (2011, p. 376-377, tradução nossa) resume bem essa nova era do capitalismo, ao afirmar que

um grande número de nomes foram cunhados para descrever as novas formas, desde ‘democratização das finanças’ a ‘financeirização da vida cotidiana’. Fora dos Estados Unidos, acabou por ser conhecido simplesmente por ‘neoliberalismo’. Como ideologia, significou que não apenas o mercado, mas o capitalismo [...] se tornou o princípio organizador de quase tudo. Estamos todos pensando em nós mesmos como pequenas corporações, organizados em torno da mesma relação que investidor e executivo: entre a matemática fria e calculista do

banqueiro e o guerreiro que, endividado, abandonou qualquer senso de honra pessoal e se tornou um tipo de máquina em desgraça.

Pelas definições apresentadas, percebe-se que enquanto alguns autores colocam a vida corporativa como chave para a compreensão e definição do termo financeirização, outros focam sua análise na vida doméstica. Independente da abordagem escolhida, um aspecto em comum é o reconhecimento de uma predominância dos motivos financeiros sobre o agir e sobre as relações, sejam elas empresariais ou pessoais.

Também recorrente nas diversas abordagens está a presença dos mercados como local de interações, sempre mediadas pelo dinheiro. Porém, mais do que foco nos mercados, o real triunfo que se observa é dos mercados financeiros (DAVIS, 2009; KRIPPNER, 2011). Os mercados financeiros atuando como organizadores da vida social se constituem, assim, como outra importante característica comum de qualquer delimitação teórica que trate o tema. A transição para uma sociedade moderna de mercado e para uma nova ordem social se dá muito em função da monetarização avançar sobre outros domínios da vida social.

Ainda com intuito de contribuir para uma compreensão conceitual do tema, cumpre apresentar três características tidas por Lapavitsas (2013) como marcantes para a emergência de uma sociedade financeirizada<sup>45</sup>. São elas: (1) empresas não financeiras se tornando crescentemente envolvidas em processos e transação financeiras de maneira independente; (2) bancos passando a transacionar cada vez mais em mercados abertos com o intuito de gerarem lucros em escala maior do que em operações tradicionais como tomadores e emprestadores de recursos; e (3) indivíduos e famílias passando a depender cada vez mais do sistema financeiro para conseguirem acesso a itens vitais, como educação, moradia, previdência, saúde e transporte.

Sobre a primeira característica, o autor afirma que “as relações centrais da financeirização têm como raiz as operações financeiras do capital não financeiro” (LAPAVITSAS, 2013, p. 217, tradução nossa). O que vem ocorrendo é uma nova configuração ou equilíbrio entre atividades financeiras e não financeiras dentro do

---

<sup>45</sup> Estas três características serão novamente utilizadas ao longo do Capítulo 5 deste trabalho para se investigar a financeirização da economia brasileira.

circuito do capital produtivo, com desdobramentos sobre financiamento de investimentos, busca de lucro financeiro e até mesmo organização interna das empresas. A criação, por parte de empresas tradicionalmente ligadas à produção, de empresas subsidiárias dentro do setor financeiro ilustraria essa nova organização corporativa, por exemplo. Empresas produtoras de eletrodomésticos, veículos, residências e outros bens passam a necessitar cada vez mais de “braços” no setor financeiro para que possam efetivar vendas. Isso teria acabado por gerar a necessidade de aquisição de novas habilidades por parte dessas corporações, que passam a depender gradativamente menos de bancos e cada vez mais do mercado de fundos para se financiarem.

Em relação à segunda característica, o autor afirma que a interação mais frequente entre empresas não-financeiras e o mercado financeiro acaba por afetar a atividade bancária. Apesar de sua importância inegável no sistema capitalista, os bancos passam a depender principalmente de transações no mercado aberto e de empréstimos a indivíduos como fonte de lucros. Em um cenário de desregulamentação dos mercados financeiros, aceleração de introduções tecnológicas no setor e, acima de tudo, de financeirização crescente, a figura tradicional do banco comercial, tomador e prestador de recursos, dá lugar a bancos de investimentos e bancos múltiplos, onde as já mencionadas operações de securitização e intermediação no mercado de títulos ganham espaço.

Passando à terceira característica, há de se dizer que, para Lapavistas (2013), a penetração das transações financeiras nos circuitos de vida pessoal se torna o aspecto mais marcante da financeirização. Fundamental para a compreensão desta característica está a percepção de que não apenas o crescente endividamento das famílias contribui para a consolidação da financeirização, mas também a financeirização das rendas. Parcelas crescentes de rendimentos das famílias passam a vir de operações financeiras, em parte motivadas por uma tentativa de se fazer frente a uma menor provisão de serviços por parte do Estado, principalmente no que tange à previdência, mas também com intuito de se buscar aumento de patrimônio e consumo. Por tratar de questão central para o objeto de pesquisa desta tese de doutoramento, esta terceira característica ligada à financeirização no nível individual e familiar será alvo de análise mais aprofundada no Capítulo 4 deste trabalho.

Seguindo na tentativa de delimitar conceitualmente o tema e tendo em vista as definições e características já apresentadas e também a contribuição à financeirização dada pelo contexto descrito na seção anterior, onde se mostrou a ascensão de políticas neoliberais, um novo significado para o consumo em uma sociedade de mercado e também a crescente desregulamentação ocorrida nos mercados financeiros de diversos países, é importante não deixar de se mencionar o papel relevante dos Estados para que o fenômeno da financeirização ganhasse força.

Muitos colocam a atuação do Estado como fundamental para se produzir as condições que permitem a grande transformação mostrada por Polanyi (2001) e para se levar ao posterior advento da financeirização (DAVIS, 2009; HARVEY, 2011; KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013). O que torna tal característica mais interessante é que o período de maior avanço da financeirização coincide com a ascensão do neoliberalismo, que tem entre suas principais características o tratamento a intervenções estatais como algo, no mínimo, indesejável. Mas o que ocorre, segundo diversos autores, é a presença da ‘mão bem visível’ do Estado permitindo que a ‘mão invisível’ do mercado, em especial dos mercados financeiros, atuasse de maneira livre, canalizando a acumulação financeira. Isso teria sido possível pela desregulamentação dos mercados financeiros, já narrada ao se construir o cenário para o avanço da financeirização do tópico anterior, mas também pelo aumento dos gastos discricionários dos governos. Como lembram Martin (2002) e Lapavitsas (2013), o orçamento do governo americano praticamente dobrou ao longo da década de 1980, com forte impacto sobre os déficits percebidos na economia desde então e sobre a criação de moeda.

Marca tal período um avanço das corporações financeiras sobre a soberania fiscal e territorial dos Estados, que passam a ter que se colocar cada vez mais em competição no mercado de capitais pelos recursos internacionais, por investimento estrangeiro direto e indireto. Os Estados passam a se portar como verdadeiras empresas financeiras privadas, cujas áreas de ‘relações com investidores’ precisam vender boa imagem e cuja gestão precisa se concentrar em seu ‘*core business*’, terceirizando e privatizando atividades ‘não essenciais’ (DAVIS, 2009; DEUTSCHMANN, 2011).

Também não se pode deixar de mostrar o cenário econômico e social que caracterizou o período de ascensão das finanças. Deutschmann (2011) diz que, em

contraposição à relativa estabilidade e ao crescimento e prosperidade econômica americana das primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, é justamente no período da financeirização que ocorrem profundas transformações sociais e o início de uma era de crescente desigualdade de patrimônio em diversas economias, declínio de salários, ondas de consumismo amparadas pelo crédito e ganância por parte dos investidores. Outras características seriam menor crescimento da economia, aumento de desemprego, mudanças nas relações trabalhistas, com redução da força do sindicatos e com a realocação de pessoas para o setor de serviços e crises repetidas (1973-75; 1980-82; 1990-92; 2000-2002; 2007-2009).

Piketty (2014) e Lapavitsas (2013) reforçam a gravidade desse cenário, ao afirmarem que a concentração do aumento da desigualdade se deu justamente nos países onde a financeirização foi mais marcante, notadamente as nações anglo-saxãs. Há uma contradição da célebre lei de Kuznets, que previa que a desigualdade tenderia a se acentuar nos estágios iniciais da industrialização, uma vez que a renda ligada ao capitalista cresceria mais rapidamente do que aquela do agricultor, mas com reversão da expansão da desigualdade uma vez que o capitalismo amadurecesse. Não foi o que ocorreu. A desigualdade de fato caiu, mas volta a subir, sendo a financeirização uma das responsáveis por essa ascensão<sup>46</sup>.

Após aqui apresentadas as principais contribuições conceituais no intuito de se entender o que é a financeirização, seus aspectos definidores e como teriam sido criadas as condições para sua emergência, a sequência deste capítulo irá utilizar a delimitação teórica proposta por Christophers (2015) para mostrar os diferentes enfoques dados ao tema. Ao delimitar de maneira analítica e conceitual o termo financeirização, o autor mostra que os estudos até então realizados procuraram colocar sob o foco de análise três diferentes versões ou dimensões do fenômeno.

A primeira versão, apresentada na seção 3.2.1 e muito presente em autores como Arrighi (2010) e Krippner (2011), centra suas atenções nos processos de acumulação de capital e geração de lucros. Para essa corrente, a financeirização se dá quando as instituições financeiras aumentam sua participação na economia, as

---

<sup>46</sup> Piketty (2014) também mostra o impacto das heranças e de variáveis demográficas sobre este aumento da desigualdade.

fontes de lucros financeiros se avolumam e o capitalismo como um todo se financeiriza. A segunda versão, detalhada na seção 3.2.2 e defendida por autores como Froud et al. (2000) e Davis (2009) irá dar enfoque aos motivos corporativos e questões de Governança Corporativa, mostrando que há uma atenuação dos objetivos empresariais, um privilégio da busca de lucro a qualquer custo e a valorização da figura do acionista por trás do avanço da financeirização sobre a economia. O capítulo se encerra na seção 3.2.3, que mostra a terceira delimitação teórica, presente em autores como Martin (2002), Langley (2008) e Fligstein e Goldstein (2012). Se empresas e a economia como um todo se financeirizam, o mesmo ocorreria com as famílias e indivíduos. Para esses autores, com o aumento de influência das finanças no mundo, a vida cotidiana, suas culturas e identidades seguem o mesmo caminho. Como afirma Martin (2002), crédito e débito se tornam realidades vivas. O foco aqui é a financeirização da vida doméstica e o objeto de análise se volta para indivíduos e famílias.

### **3.2.1.**

#### **Financeirização como um processo de acumulação de capital e geração de lucro**

Conforme mencionado, alguns autores tendem a caracterizar o fenômeno e centrar seus estudos da financeirização como resultante de alterações no processo de acumulação do capital e no local onde há geração de lucros na economia. Duas manifestações dessas alterações seriam (1) as instituições financeiras aumentando sua participação na economia em relação às corporações não-financeiras e (2) os resultados financeiros em empresas não-financeiras também aumentando em relação ao resultado auferido na esfera produtiva. Isso significa dizer que, quando vista sob o prisma da fonte de geração do lucro, a financeirização se caracterizaria por um novo balanço entre a esfera financeira em comparação com a esfera produtiva (KRIPPNER, 2011).

Ao ocorrer na esfera da circulação, em uma distância cada vez maior da produção, a financeirização seria marcada pela mobilização, negociação e adiantamento de fluxos de capital. Diferentemente da acumulação real, o processo da acumulação financeira dependeria mais de fluxos de capital do que de estoques do mesmo. O conceito em si, analisado dessa maneira, aproxima-se da abordagem

dada pela teoria Marxista, ao remeter a uma característica do capitalismo que deriva do fato de que a produção do excedente de capital pode ser de difícil absorção e sugerir uma era de transformações no próprio capitalismo, na economia e na sociedade (LAPAVITSAS, 2013).

Essa financeirização como sinal de mudanças no capitalismo é algo defendido por mais autores. A ideia de ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi (2010), por exemplo, deriva de Braudel (1992), sua observação de expansões financeiras recorrentes e sua relação com os fenômenos ocorridos nas esferas da circulação e produção. Para Arrighi (2010), essas expansões se mostram sintomas de um quadro em que o investimento no incremento do comércio e produção tende a colaborar menos com os fluxos de caixa para o capitalista do que colaborariam as transações meramente financeiras.

A *longue durée* do capitalismo narrada por Braudel (1992) seria, assim, marcada pela flexibilidade e ecletismo do capital e não por formas concretas que poderiam ser assumidas pelo mesmo. A ascensão de uma era financeira do capitalismo seria apenas uma fase, que ocorreria de maneira recorrente, apontada por Arrighi (2010) como sendo um fenômeno que surge desde o início do capitalismo no começo da era moderna da Europa.

Através de uma descrição pormenorizada dos ciclos onde a economia era dominada inicialmente por Genoa e Veneza e, sequencialmente, por Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos, o autor mostra que as expansões financeiras sempre teriam marcado o fim de uma era ou regime de acumulação e o início da fase seguinte, desde o domínio daquelas cidades italianas sobre os fluxos de comércio mundiais. As altas finanças como predominantes na economia foram, ainda segundo o autor, uma invenção florentina do fim do século XIII e início do século XIV, resultante da expansão do comércio. E é justamente a predominância das finanças nos momentos de declínio de cada um dos impérios por ele narrados que se mostra a característica comum entre todos esses eventos históricos.

Um aspecto definidor desses ciclos é a sequência de mudanças sistêmicas que levaram, em cada um dos casos, a uma diminuição gradual das hegemonias militar, política e econômica. Depois de o poder militar e político ser consolidado, o liberalismo econômico em todos os ciclos analisados marcou uma ascensão da produção e do comércio e, conseqüentemente, da hegemonia econômica. Mas, como lembra o autor, o liberalismo global tende a minar a si mesmo,

principalmente através da dispersão de *expertise* tecnológica, que aumenta a competição, reduz os lucros e abre espaço para o avanço das finanças como última forma de hegemonia. A expansão material de cada fase acabou por se mostrar baseada em um tipo particular de estrutura organizacional e que em sua própria vitalidade estavam as raízes de seu fracasso (ARRIGHI, 2010).

Para o autor, que escreveu antes da crise financeira do fim dos anos 2000, o “longo século XX” já vinha dando provas do declínio do império americano, devido à financeirização que se iniciara principalmente a partir da década de 1970. Arrighi (2010) fala em “velho regime americano” sendo destruído, abrindo espaço para um novo regime a ser criado.

Autores como Hilferding (1981) no início do século XX e Harvey (2011; 2014) e Lapavitsas (2013), mais recentemente, são exemplos daqueles que também explicam a expansão da esfera financeira sobre a esfera da produção como um traço do próprio sistema capitalista. Apesar de centrar a análise no ambiente de seu tempo e, conseqüentemente, na figura dos bancos, Hilferding (1981) descreve as causas das grandes transformações de sua época nas relações de acumulação. Para ele, o aumento da produção acaba por fazer com que monopólios dependam cada vez mais dos recursos providos por bancos, que ganham tamanho e importância em relação ao restante da economia e se desdobram em uma emergência desproporcional do capital financeiro.

Em Harvey (2011; 2014), não apenas a descrição do fenômeno é encontrada, mas também análise sobre as contradições básicas do capitalismo que tenderiam a fazer dele um sistema propenso a crises. O autor deixa claro que, em relação à ascensão do mundo financeiro sobre o restante da economia, contribuíram profundamente o rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações, ajudando a criar condições propícias para a mobilidade geográfica do capital e resultando em um fenômeno globalizado de financeirização.

Lapavitsas (2013) mostra concordar com a consistência da análise do fenômeno da financeirização com previsões marxistas e com indicações de que se constitui em um sinal da maturidade capitalista e lembra que esta relação com o interesse marxista acaba por fazer com que o próprio termo carregue uma certa carga de desaprovação, uma vez que há uma sugestão de uma relação problemática entre o mundo financeiro e o restante da economia. Contudo,

ressalta que não se deve necessariamente analisar a ascensão financeira apenas como o predomínio de um grupo de atividades parasitárias ou especulativas sobre as demais atividades. Ao fazer isso, ele ressalta a necessidade de se estudar o que o dinheiro de fato é e como é criado, além de reforçar a importância do sistema financeiro, ainda que atuando de maneira mais regulada e saudável, para a esfera produtiva.

Independente de se entender a financeirização como parte de um processo de transformação capitalista ou de fim de determinado ciclo ou “império”, como os autores citados afirmam, é importante para a compreensão aqui proposta do termo a comprovação de que, de fato, lucros vêm sendo gerados cada vez mais na esfera da circulação. Dados de diversas fontes apontam, principalmente nas economias desenvolvidas, para uma maior geração de lucros em empresas do setor financeiro e também em atividades financeiras sendo desenvolvidas por empresas do setor não-financeiro (DAVIS, 2009; KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013).

Enquanto nos anos 1950, a contribuição do setor financeiro ao Produto Interno Bruto (PIB) americano era pouco superior a 10%, tal montante ultrapassa os 30% nos anos 2000. Ao mesmo tempo, a participação relativa das atividades de manufatura tem decréscimo bastante acentuado. O mesmo comportamento se observa ao se analisar os lucros das empresas do setor financeiro, que partem de aproximadamente 10% dos lucros totais da economia nos anos 1950 para mais de 40% de todos os lucros gerados naquele país nos anos 2000 (KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013). Tais resultados, como mostra Lapavitsas (2013), são percebidos também em outras nações desenvolvidas, como Reino Unido, Japão e Alemanha, ainda que em escalas diferentes<sup>47</sup>.

A posse e as transações com ativos financeiros crescem de maneira bastante importante também. Cabe ressaltar que esta é uma característica observada não apenas em empresas do setor financeiro, mas também em empresas tradicionais de setores não-financeiros e em famílias<sup>48</sup>. Davis (2009) lembra que as fronteiras ou limites do setor financeiro ficaram mais obscuros principalmente durante os anos 1990 e 2000, uma vez que os lucros financeiros ganham corpo em diversas partes

<sup>47</sup> Conforme mencionado anteriormente, a análise das fontes de geração de lucro no Brasil será realizada no Capítulo 5, como parte da discussão sobre a financeirização da economia brasileira.

<sup>48</sup> A relação das famílias com a propriedade de ativos financeiros será melhor explorada ao longo do quarto capítulo deste trabalho.

do mundo em relação ao total do lucro produzido e, muitas vezes, ele não foi gerado pelo setor financeiro.

Lapavitsas (2013) mostra dados de posses de ativos financeiros em proporções superiores a 1000% do PIB em países como Estados Unidos e Reino Unido e pouco menores a isso na Alemanha e Japão no final dos anos 2000. Chama a atenção o fato de que aproximadamente 1/3 desses ativos financeiros são detidos por empresas do setor não-financeiro. Ao comparar os recebimentos das empresas não financeiras vindos da posse de ativos financeiros com os recebimentos vindos do fluxo de caixa da empresa<sup>49</sup>, Krippner (2011) mostra a razão crescente entre ganhos auferidos no mercado financeiro e fluxo de caixa da empresa. Enquanto a razão na década de 1950 era de menos de US\$ 0,10 de ganhos no mercado financeiro para cada US\$ 1,00 vindo do fluxo de caixa do negócio em empresas do setor não financeiro, esse valor chega próximo a US\$ 0,50/US\$ 1,00 no fim dos anos 1990.

Tentando explicar tal fenômeno e o consequente avanço da financeirização, Lapavitsas (2013) chama a atenção para o aumento do tamanho do mercado de derivativos no mundo, fruto de inovações em produtos financeiros e também da já narrada desregulamentação dos mercados financeiros. Esse mercado acaba por elevar essa posse de ativos financeiros e as possibilidades de que empresas e famílias passem a “apostar” em ganhos advindos apenas de transações financeiras. Reforça, também, o papel dos bancos no contexto da financeirização, principalmente ao operarem de maneira mais forte nos mercados abertos, mudando seu foco tradicional de atuarem mais fortemente como tomadores e emprestadores de recursos.

Após mostrado o enfoque de autores que defendem que a financeirização merece ser analisada sob a ótica de como se alteram as fontes de geração de lucro na economia e que propõem que a mesma seja vista como um sinal de uma nova fase do capitalismo, a próxima seção segue analisando os diferentes olhares sobre a financeirização e irá apresentar o segundo enfoque proposto, daqueles autores cujo escopo é compreender o surgimento e ascensão da financeirização como resultante de mudanças ocorridas na estrutura de governança de empresas.

---

<sup>49</sup> Os recebimentos vindos da posse de ativo financeiro, a que a autora chamou de renda de portfólio (*Portfolio income*), são constituídos por juros, dividendos e ganhos de capital em investimentos. Já os recebimentos vindos do fluxo de caixa (*Corporate cash flow*) consistem do lucro líquido acrescido da depreciação.

### 3.2.2.

#### Financeirização com foco nos motivos corporativos e governança

Uma segunda dimensão da financeirização, presente em autores como Froud et al. (2000) e Davis (2009), busca ressaltar as mudanças na Governança Corporativa sobre o avanço do mundo financeiro na vida cotidiana de empresas e indivíduos. Os autores lançam o olhar sobre o crescimento e popularização dos mercados de capitais, o surgimento e massificação de fundos mútuos e a presença cada vez mais constante de grandes investidores institucionais, que acabaram por gerar pressões sobre os gestores das empresas. Para Ingham (2004), a transição de uma estrutura de propriedade pessoal para uma de propriedade institucional, pulverizada entre acionistas, aliada a uma crescente presença de mercados impessoais, transnacionais, resultou em uma mudança na própria estrutura das organizações e da sociedade como um todo.

Há aqui um aumento da importância de modelos como o do *shareholder value*, incorporados nos discursos e práticas das corporações, que defendem que o objetivo maior de uma corporação é gerar valor ao acionista. Modelos assim têm por consequência refletir uma atenuação dos objetivos empresariais e, consequentemente, um novo foco corporativo direcionado fortemente à geração de resultados, notadamente de curto prazo. Práticas e meios se subordinam aos resultados; tudo o que importa é o valor financeiro<sup>50</sup> (DAVIS, 2009).

Deutschmann (2011) coloca as mudanças na governança das corporações como fator preponderante e definidor da financeirização, ao lado da transformação do sistema bancário e das mudanças nas finanças dos Estados. No início do século passado, Hilferding (1981) já analisava o papel do *shareholder* e o comparava ao de um rentista, ao adiantar capital à empresa na expectativa de um retorno parecido com a remuneração de juros, sem perder de vista a liquidez

---

<sup>50</sup> Davis (2009) afirma que houve 3 eras no capitalismo americano no último século. No início do século XX, a fase predominante foi do capitalismo financeiro, que derivava da onda de fusões de empresas e da grande influência de instituições financeiras na gestão das empresas. Entre 1920 e 1980, surge a era do capitalismo gerencial, marcado pela forte independência das empresas e pelo papel primordial executado por gestores profissionais. Ressalta ele que esta é uma era em que os gestores tinham aumentado sua independência em relação aos acionistas, em virtude da maior dispersão do controle das empresas vinda de uma popularização dos mercados de capitais no início do século. Por fim, uma terceira era, chamada por ele de capitalismo do acionista (*Shareholder capitalism*) surgiu do processo de desregulamentação dos mercados dos anos 1970 e da onda de aquisições da década seguinte, marcando o início da sociedade pós-industrial.

de seus investimentos. Para ele, que não deixou de analisar relações de poder nas grandes corporações, aqueles que mais se beneficiam da separação entre propriedade e controle proporcionada pelas grandes corporações de capital aberto são os grandes acionistas. Cria-se uma oligarquia do acionista e não uma democracia do acionista como poderia se esperar.

Em sua obra *The Birth of Biopolitics*, Foucault (2004), mesmo voltando sua análise para outras questões, acaba por contribuir a esta discussão ao lançar olhar sobre o que chama de poder disciplinar da empresa privada, que ele caracteriza como sendo forte e abrangente, pois é o poder dos *shareholders* sobre todos os outros atores ligados à empresa. Esse poder se estende a formas de valorização das empresas, procedimentos contábeis, níveis de salário, organização do trabalho, produtividade, entre outros temas.

Nesse contexto, ganha força a pressão por maximização do valor ao acionista, independente de que tipo de prática deva ser adotada para se atingir tais objetivos. Gestores de empresas deixam de ser apenas profissionais habilitados e passam a se tornar meros agentes da maximização do patrimônio do acionista. Gestores de fundos, remunerados pela performance financeira das empresas nas quais investem o dinheiro de seus clientes, tendem a passar ainda mais pressão aos gestores das empresas, que precisam ‘entregar’ resultados e promover o aumento dos preços dos ativos. O valor do patrimônio do acionista declina com lucros em desacordo com as projeções do mercado e isso é o maior temor dos gestores (DEUTSCHMANN, 2011).

E, conforme lembra Epstein (2005), com o declínio da lucratividade das empresas vindo de fatores diversos como aumento da competição, elevação nos custos e oscilações econômicas, as opções disponíveis aos gestores para fugir das perdas e elevar os lucros seriam os cortes de custos, salários e benefícios dos trabalhadores, o envolvimento em situações de fraude para aparentar lucros maiores ou o aumento das transações de recursos das empresas em operações financeiras; essa última, com consequências claras sobre o processo de financeirização da economia.

Contudo, na ótica do trabalhador, os custos de tais decisões não são favoráveis. Pensando nesses custos e desdobramentos mais amplos da disseminação do modelo *shareholder value* para o trabalhador das empresas, várias pontos podem ser levantados. Antes fortes e duradouros, os laços entre

empresas e empregados mostram enfraquecimento, lembra Davis (2009), ao mesmo tempo que liga esse cenário ao surgimento de uma sociedade onde a linguagem do investidor passa a penetrar nas relações cotidianas e a segurança individual se torna cada vez mais atrelada à saúde dos mercados financeiros. Sua comparação é com a transição do feudalismo ao capitalismo de mercado, onde camponeses passaram a trabalhadores assalariados. Agora, na passagem da sociedade industrial para a pós-industrial, empregados das empresas viraram eles próprios acionistas, agentes livres em busca de maximização de resultados.

Desdobramentos desse modelo também estariam ligados ao aumento da desigualdade, especialmente a partir dos anos 1980. Além da redução da renda e das oportunidades daqueles que foram dispensados em processos de *downsizing* das empresas operando sob o imperativo dos retornos aos acionistas, uma causa importante do aumento da desigualdade estaria ligada aos bônus exorbitantes pagos a executivos que promoveram valorização das ações e, conseqüentemente, geraram valor aos acionistas (DEUTSCHMANN, 2011; FLIGSTEIN e GOLDSTEIN, 2012).

Essas práticas empresariais que contribuem para gerar tal desigualdade crescente e que resultam, dentre outras questões, no processo de financeirização aqui narrado, são tidas por muitos autores como características da sociedade pós-industrial. Davis (2009) e Fligstein e Goldstein (2012) reforçam o declínio da corporação como entidade social nessa era pós-industrial, sendo substituída por uma mera ficção contratual orientada pelo objetivo de gerar valor ao acionista.

Contribuindo ainda mais para a consolidação de tais práticas, estaria também presente a figura do Estado, necessitado de recursos, que assume uma postura cada vez mais parecida com a de corporações orientadas pela geração de valor ao acionista. O papel do Estado nessa sociedade pós-industrial é de competidor no mercado – vendendo seus serviços e produtos em competição contra outros Estados e buscando nos mercados financeiros a venda de títulos e a captação de recursos fundamentais para cobrir os constantes déficits característicos desse período de financeirização. Como afirma Davis (2009), a habilidade dos Estados em proporcionar aos indivíduos (cidadãos – ou seriam consumidores?) aquilo que é necessário será diretamente ligado à capacidade do próprio Estado em competir economicamente de maneira eficiente, daí a expansão do modelo de maximização do valor ao *shareholder*.

É a consolidação do mercado como *locus* de realização de todo e qualquer tipo de transação. O Estado e a grande corporação, seguidos de pequenas corporações e indivíduos e famílias, passam a ser levados a pensarem nesse local como fonte única de transações. As regras e práticas do mercado adentram a vida social, levando consigo a lógica de modelos como o de maximização da riqueza do acionista. Essa penetração na vida das pessoas, no cotidiano das famílias, é objeto de análise da próxima seção.

### 3.2.3.

#### **Financeirização como expansão da esfera de influência de motivos financeiros na vida das pessoas**

O terceiro enfoque comum nas abordagens de autores que tratam a financeirização fala do fenômeno como um alargamento da esfera de influência dos motivos e práticas financeiras nas relações sociais e na vida doméstica. Como já dito anteriormente, se corporações, governos e a economia como um todo se financeirizaram, o mesmo teria ocorrido com os indivíduos. Lapavistas (2013) ressalta que a penetração das transações financeiras nos circuitos de vida pessoal se torna o aspecto mais marcante da financeirização, tendo as famílias sido conduzidas a um processo de financeirização tanto do lado da posse de ativos quanto da aquisição de passivos. Christophers (2015) afirma que, de todas as abordagens ao tema, talvez a da financeirização da vida doméstica seja aquela dotada de mais força teórica e originalidade.

Por mais que as análises dos autores contemporâneos se caracterizem por centrar o foco deste movimento nas décadas finais do século XX e no contexto de neoliberalismo, consumo e desregulamentação dos mercados mostrados no início deste capítulo, cabe aqui, como ponto de partida, uma análise um pouco anterior sobre o dinheiro e suas características intrínsecas que tendem a facilitar a monetarização da vida cotidiana. Escrevendo há mais de um século sobre o tema, Simmel (2009) trata da comodificação da vida, das coisas se tornando mercadorias, que podem ser trocadas por dinheiro, com seu valor dependendo do preço de mercado. Daí, segundo ele, surge um ceticismo em relação aos valores para os quais não há um preço de mercado.

O autor avalia o dinheiro sob alguns eixos. Primeiramente, o eixo histórico, centrado no fim da era feudal e da noção trazida consigo de pertença social quase como destino. Vêm daí o advento das grandes cidades, a individualização e maior impessoalidade favorecida pela troca monetária. Também avalia o dinheiro sob o prisma sociológico, do impacto do dinheiro nas estruturas sociais, reorganização de classes, enfraquecimento de hierarquias, divisão do trabalho, aumento da riqueza e transformação do regime de propriedade. O foco aqui é o do dinheiro como elemento de união e separação. Um terceiro eixo analisado por ele é o psicológico, onde o dinheiro é sentido como um mundo autônomo, incolor, que transforma os indivíduos. Por último, o eixo metafísico. Nessa análise, o dinheiro, de meio, se transforma em fim derradeiro. Adquire a energia, o caráter e a autoridade de uma entidade metafísica, que comanda todos os meandros de uma sociedade inteira. O autor chega a traçar semelhança psicológica com a noção de Deus e de religião. A fome do dinheiro é o estado permanente da alma e a busca pela paz passa pela busca monetária, uma vez que a falta do dinheiro traz inquietação e falta de descanso.

Ele passaria de simples meio para o *status* de objetivo final, e isso ocorre se os objetos de desejo tiverem estado muito tempo perante a consciência ou se os fins forem muito remotos. Para Simmel (2009, p. 29), a este resultado chega-se tão mais facilmente “quanto mais díspares e distantes são os fins que com ele se podem alcançar, porque estes, na sua disparidade, paralisam-se reciprocamente, e surge assim numa luz tanto mais clara só aquilo que a todos eles é comum, o meio para sua realização”. E, para que toda a força se concentre nos meios, estes devem, antes de mais nada, dominar por si a consciência. Segundo o autor, essa transformação de meio em fim nunca se deu de forma tão pura como no dinheiro. Comportamentos de avidez e avareza resultariam daí.

Zelizer (1997) também analisou o papel do dinheiro e o que ela chamou de batalhas domésticas por dinheiro na virada do século XIX para o século XX. Ela retrata a importância do aumento da disponibilidade de bens e, conseqüentemente, do consumo, para que mudanças nas relações ligadas ao dinheiro pudessem acontecer já naquela época. E reforça que o dinheiro se mostra capaz de poder de destruição, ao permitir a substituição de laços pessoais por relações mais instrumentais, corrompendo significados culturais com preocupações materialistas.

Na mesma linha, encontra-se em Skidelski e Skidelski (2012) a afirmação de que a economia capitalista e a importância que ela dá ao dinheiro funciona como uma faca de dois gumes. Por um lado, ela provê melhorias nas condições materiais, enquanto, por outro, traz à tona algumas das piores características do ser humano, como inveja, ganância e avareza.

O fato é que talvez nunca antes o dinheiro tenha representado papel tão forte e presente na vida doméstica como no período que se inicia a partir dos anos 1970. Krippner (2011) fala em um *vortex* que suga indivíduos e famílias para uma espiral especulativa que tem o dinheiro como ponto central. Dodd (2014) como já abordado anteriormente neste trabalho, também trata o dinheiro, sua dimensão social e seus impactos sobre a vida dos indivíduos e ressalta o tamanho desproporcional que o mundo financeiro tomou nos últimos anos sobre a economia real. Nesse contexto, tudo se compra e tudo se vende e o dinheiro aparece como um mediador dessas transações que necessariamente se dão via mercado.

Com o aumento da importância do dinheiro nas relações sociais e com o crescimento econômico das décadas finais do século XX, vem também a maior oferta de produtos e serviços financeiros aos indivíduos, como empréstimos residenciais, empréstimos estudantis, empréstimos para o consumo, fundos de investimentos, seguros, entre outros. Este movimento dos mercados financeiros encontrou no *self* neoliberal que passou a imperar nesse momento um terreno propício para ver a financeirização penetrar mais rapidamente na vida doméstica (MARTIN, 2002; FLIGSTEIN e GOLDSTEIN, 2012). Como lembra Martin (2002, p. 35, tradução nossa), o mundo financeiro se apresenta como uma fusão dos ciclos empresariais e pessoais, um meio para a aquisição do *self* adequado, “mas também um meio para movimentos expansivos de corpo e alma”.

A administração das finanças da família passa a se assemelhar àquela das finanças corporativas e o cenário de ansiedade econômica e valorização de uma cultura de riscos como meio para se atingir riqueza invade os lares (FLIGSTEIN e GOLDSTEIN, 2012). A financeirização traz a rotinização do risco para a vida moderna, não apenas porque o risco traz retorno aos seus adeptos, mas simplesmente porque o engajamento em atividades de risco mostra o engajamento do seu *self* na realidade do presente, onde o risco se tornou senso comum

(MARTIN, 2002). Como lembra Bauman (2008), essa é a única realidade disponível para quem não quer ser excluído no mundo moderno.

É também através do risco que o mercado, em especial o mercado financeiro, adentra a vida doméstica. Martin (2002) ressalta que o mercado está aberto para todos que queiram descobri-lo. No entanto, no mercado os riscos são legitimados e distribuídos entre aqueles que não são os beneficiários dos eventos.

Isso faz da socialização do risco um cenário preocupante, pois ela é responsável por tornar a vida mais volátil (DAVIS, 2009). Há, aqui, um desdobramento claro: o individualismo. Ou seja, o advento do *self* neoliberal valoriza a ascensão de uma cultura de riscos que, por sua vez, facilita o desenvolvimento de ainda mais individualismo na sociedade e a necessidade de valorização do *self*.

Apesar de aparentemente novo como conceito, Simmel (2009) já lembrava um século atrás da impessoalidade e do individualismo causado pelo dinheiro. No passado, segundo ele, éramos dependentes de menos seres humanos, mas estes, apesar de poucos, estabeleciam relação de importância com cada um que se relacionava. Já em sua época (e por que não dizer, ainda hoje), tornamo-nos mais dependentes do fornecedor, mas sua substituição é facilitada via mercado. Isso significa dizer que, em um mundo individualista, somos muito mais independentes de cada pessoa determinada.

Por analisar a financeirização na esfera individual e familiar, este terceiro enfoque apresentado ao longo desta seção se torna o de maior relevância para o tema central desta tese de doutoramento, acreditando-se que pode contribuir na busca de uma percepção crítica sobre o sentido de se educar financeiramente indivíduos. Como afirma Martin (2002), a financeirização no nível individual faz do lar um centro de especulação e crédito, capaz de desvirtuar a vida doméstica em uma série de maneiras. Culturas e identidades são moldadas pela presença do dinheiro e dos mercados no cotidiano das famílias. Sendo assim, esta abordagem sobre o mundo financeiro penetrando na vida doméstica aqui iniciada nesta seção, irá se estender na compreensão do surgimento do “homem endividado” apresentado no próximo capítulo e também na tentativa de análise da financeirização sobre a economia brasileira ao longo do capítulo 5.

## 4.

### **Desdobramentos da financeirização da vida doméstica**

Este quarto capítulo busca seguir na discussão sobre a perspectiva da financeirização como expansão da esfera de influência dos motivos financeiros na vida das pessoas, iniciada na última seção do capítulo anterior. Caberá, neste ponto, aprofundar a análise sobre o papel do dinheiro na vida cotidiana e sobre como o fenômeno da financeirização, notadamente reforçando a chamada economia da dívida, introduz ou intensifica a presença de motivos financeiros e altera relações sociais e econômicas.

O capítulo se inicia apresentando o surgimento do “homem endividado”, figura que claramente ganha maior expressão a partir das três décadas finais do século XX, como resposta ou desdobramento do cenário já descrito no Capítulo 3. A presença constante do débito na vida doméstica nunca foi tão forte como neste período e acaba por trazer alterações sobre o posicionamento dos indivíduos perante a sociedade, seu modo de agir e se relacionar.

Posteriormente, ainda neste capítulo, considerações serão realizadas sobre as motivações do avanço da dívida na vida cotidiana. Neste momento, serão apresentadas duas posturas principais do indivíduo perante o endividamento narradas por Fligstein e Goldstein (2012), a saber: uma primeira postura, defensiva, que visa encontrar no endividamento o preenchimento de uma lacuna entre o que se ganha e o que se deveria ganhar para se preservar um estilo de vida, especialmente comprometido a partir da supressão de direitos básicos antes providos pelo Estado e do avanço dos mercados sobre a vida doméstica; e uma segunda postura, de caráter mais ativo, que visa aproveitar oportunidades no mercado para aumentar consumo, tentar aumentar o nível de riqueza ou, até mesmo, consumir de maneira não condizente com o padrão de vida, buscando reagir a um novo contexto de consumismo como aquele narrado na construção do cenário do capítulo anterior.

Acredita-se que, apesar de ocorrerem em grau diferente, ambas as posturas são percebidas de maneira simultânea em diversos países, sejam eles desenvolvidos ou não, e se configuram como desdobramentos dessa presença

mais constante do dinheiro como mediador de relações e da dívida como meio para se alcançar objetivos.

#### 4.1.

#### O surgimento do “homem endividado”

Como já dito anteriormente, o nível de endividamento pessoal cresceu de maneira bastante forte no contexto da financeirização e o avanço do mercado do crédito, com especial enfoque aqui neste capítulo ao crédito pessoal, trouxe impactos sobre a própria relação do indivíduo com o dinheiro.

Para introduzir o tema do surgimento do “homem endividado”, inicialmente busca-se compreender o conceito de dívida em si, sua natureza e seus desdobramentos e as causas da consolidação de uma economia da dívida cada vez mais presente. Dodd (2014) define crédito como sendo débitos obtidos a partir de bancos e que circulam como se fossem dinheiro regular, acabando por liberar eventuais bloqueios à circulação monetária gerados pela necessidade de manter dinheiro em reservas.

Em Marx (2013), já se percebiam alguns movimentos em direção à compreensão do fenômeno do crédito. Ao notar o distanciamento entre os momentos da compra e da venda, ele mostra que as sucessivas compras e vendas trazem, como implicação, que o dinheiro pode ser acumulado. Contudo, como o acúmulo impede a circulação, o crédito precisa ser gerado. Para ele, isso se desdobra na formação de capital fictício, criando a ilusão de que o capital está se auto-expandindo. E aí reside a afirmação de que é inevitável que o capitalismo entre em períodos sucessivos de bolhas e contrações, que geram também aumentos e diminuições no volume de crédito concedido, bem como maior ou menor demanda por dinheiro real. Como afirma Bauman (2010, p. 26), “o capitalismo se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los”, e a excessiva geração de crédito que será aqui apresentada poderia se enquadrar neste cenário.

Dentro dessa abordagem da inevitabilidade das crises do capitalismo, Harvey (2011) mostra que, para o capitalismo continuar se expandindo e fornecendo aos capitalistas a taxa de retorno de 3% ao ano que ele considera como satisfatória para a manutenção do sistema, uma boa configuração do sistema de crédito é fundamental, permitindo não apenas que o dinheiro circule, mas também

que o mercado de consumo seja assegurado e que a centralização do poder do capital permaneça nas mãos daqueles que comumente controlam o dinheiro.

Contribuição importante à reflexão sobre o avanço do mercado do crédito é dada por Bauman (2010), ao citar Rosa Luxemburgo e lembrar que esta autora afirmava que o sistema capitalista não se sustentaria sem as economias não capitalistas, ou seja, haveria a necessidade constante de busca de terras virgens a serem exploradas. Bauman (2010) coloca o crédito como o meio para se explorar novas terras virgens, representadas principalmente por indivíduos não endividados, aqueles que, segundo o autor, só possuem uma caderneta de poupança e nenhum cartão de crédito (ou até mesmo por aqueles que desejam aumentar o padrão de consumo).

O crédito precisa, assim, ser constantemente gerado para a própria manutenção do sistema, ou para a manutenção do consumo em patamares elevados e para a geração daquela taxa de retorno mencionada por Harvey (2011). E, aqui, a financeirização avança através da dívida. O endividamento pessoal, conforme Lapavitsas (2013), é relevante dentro do contexto da financeirização, apontando para a maior dependência do sistema financeiro como provedor de recursos. O autor menciona, em especial, o endividamento imobiliário em economias desenvolvidas, que se configura como uma das principais manifestações da financeirização no contexto dos indivíduos e cujo crescimento poderia ser associado fortemente às transformações na provisão social de serviços básicos por parte do Estado.

Esse contexto se configura, segundo autores como Lazzarato (2011) e Lapavitsas (2013) em um processo que se traduz em expropriação financeira, ou seja, no momento atual, transferência de renda pessoal diretamente para os lucros das instituições financeiras. No capitalismo financeiro, através da relação credor-devedor, altera-se a lógica de expropriação, que intensifica mecanismos de exploração e dominação em cada nível da sociedade, sem distinção entre trabalhadores e desempregados, consumidores e produtores. Agora, ela é produto de relações de poder entre proprietários e não proprietários do capital.

A própria privatização de estruturas tradicionais do *Welfare State* contribui para esta nova era de relações de poder alteradas, passando a ser estas estruturas fontes de lucros para organizações privadas. Isso fica claro pela privatização de mecanismos de seguridade social, pela individualização de políticas sociais e até

mesmo pela tendência crescente de se transferir ao mercado os mecanismos de proteção social (BAUMAN, 2010; LAZZARATO, 2011; GRAEBER, 2011; LAPAVITSAS, 2013).

Como afirma Bauman (2010, p. 39),

se o Estado assistencial hoje vê seus recursos minguarem, cai aos pedaços ou é desmantelado de forma deliberada, é porque as fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro – não dos tipos de serviço oferecidos pelo Estado assistencial – para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de utilidade.

Falar em relações de poder ajuda também a perceber a essência do conceito do endividamento e a caracterizar a figura do “homem endividado”, trazida de Lazzarato (2011) e que faz parte do título dado a esta seção. Segundo este autor, a relação credor-devedor no mundo moderno, mais do que influenciar relações sociais, traduz-se em relações de poder, cujas formas guardam em si maneiras muito específicas de produção e controle da subjetividade. Surge dessa relação o conceito de “homem endividado”, um tipo específico variante do *homo economicus*. Credor-devedor é um tipo de relação que vai muito além de “capital-trabalho, serviços-usuários do *Welfare State*, e relações negócios-consumidores, uma vez que ela perpassa todas essas, instituindo usuários, trabalhadores e consumidores como ‘devedores’” (LAZZARATO, 2011, p. 30, tradução nossa).

Há, nessa relação, questões ligadas à moralidade e culpa que permitem também considerações importantes sobre a força do conceito do homem endividado e sobre a própria força e presença da dívida na economia de hoje. Ao atrelar a dívida à moralidade, à disseminação de um compromisso moral de cada indivíduo em pagar seus débitos, Graeber (2011) traz argumentos para realçar a força do endividamento na vida cotidiana. A situação de endividamento produz uma certa moralidade diferente, porém complementar àquela do trabalho. Há, aqui, uma dualidade entre a promessa, o compromisso moral de honrar a dívida e a culpa de se ter entrado em uma situação de endividamento. Lazzarato (2011) recorre ao conceito de culpa em Nietzsche e a relação feita por este pensador entre culpa e dívida para respaldar as características de seu homem endividado. O poder

da dívida residiria também aí, nessa relação de moralidade e culpa intrínseca ao seu próprio processo de criação.

O estabelecimento de uma economia da dívida e da relação credor-devedor também tem origens na violência e na quantificação. Graeber (2011) lembra que, mais do que uma obrigação moral, é através dos homens ou exércitos armados que vinham cobrar as dívidas no passado e do aparato jurídico atual, ou seja, a violência, e também da possibilidade de quantificação atrelada ao que se deve, que derivam a força do endividamento e da assimetria de poder credor-devedor.

Entender a dívida como uma relação de poder pode ajudar a compreender situações recentes, como a da grave crise econômica que se abateu sobre diversas economias no fim dos anos 2000. Para Lazzarato (2011), esta crise, causada dentre outros motivos por excessivo endividamento, não deveria ser entendida apenas como um descasamento entre economia real e virtual, como muitos defenderam, mas como indicativo de desequilíbrio na relação de poder entre credores e devedores.

Além de questões ligadas a poder, moralidade, culpa ou violência, como caracterizado até aqui, em diversos autores encontram-se, também, considerações sobre características da dívida ligadas à nossa relação com o tempo. Baudrillard (1996) compara a economia da dívida àquela da época feudal, quando uma parte do trabalho já é devida de maneira adiantada ao senhor feudal. Deleuze e Guattari (1983) reforçaram a já mencionada assimetria de forças e falaram da capacidade da dívida em prescrever e impor mecanismos de exploração futura, dominação e subjetivação. A dívida se apropria do tempo do trabalhador e da população em geral, do futuro de cada pessoa e da sociedade em geral.

Bauman (2008; 2010) fala da dívida como antecipação da satisfação de desejos, mediada pelo consumo, como meio para obtenção de algo quando se desejar e não quando for possível se obter. Os cartões de crédito e todo o volume de crédito disponível na economia seriam expressão dessa antecipação. O problema, segundo ele, é que a antecipação da satisfação, no fundo, acaba por se tornar adiamento da punição, pois o momento de se pagar uma dívida sempre chega.

Para se evitar que tal situação se constitua em lucro em apenas uma ocasião para o credor, a economia da dívida faz com que a punição possa ser postergada: basta permanecer endividado. A ausência de débitos não é o estado ideal. Através

do consumo, a relação credor-devedor veio parar nos bolsos e carteiras de cada indivíduo, principalmente através da figura do cartão de crédito (BAUMAN, 2010). O estado permanente de débito se tornou padrão e até mesmo desejável, por um lado, pelo devedor que precisa sempre recorrer a um novo débito para a manutenção do consumo e a quitação do débito antigo e, por outro, pelo credor, que vê no “homem endividado” sua fonte permanente de lucros. “Alcançaram seu objetivo: uma raça de devedores eternos e a autoperpetuação do ‘estar endividado’, à medida que fazer mais dívidas é visto como o único instrumento verdadeiro de salvação das dívidas já contraídas” (LAZZARATO, 2011, p. 31, tradução nossa).

Outras contribuições à definição do “homem endividado” vêm de análises sobre o papel do Estado e da dívida pública na construção do cenário. O contexto de déficits constantes dos países, principalmente a partir do avanço neoliberal dos anos 1970 em diante, mostra que o cenário de endividamento não fica apenas na esfera particular; pelo contrário, o Estado como grande tomador de recursos dá também sua cota de participação na disseminação da economia da dívida (STRANGE, 1997).

Contudo, há duas outras maneiras pelas quais o Estado neoliberal estimula a propagação do endividamento. Em primeiro lugar, principalmente a partir dos anos 1990, crédito virou grande instrumento de política pública, com o intuito de permitir a perpetuação da lógica do consumo e, pretensamente, contribuir para o desenvolvimento da economia. Em segundo lugar, o Estado atuou como agente responsável pela salvação de instituições financeiras em dificuldades de solvência, em especial após a crise do fim dos anos 2000, garantindo a perpetuação de uma lógica de financeirização e economia da dívida.

Sobre o primeiro ponto, Bauman (2010) nota a mudança de foco do Estado, que não precisaria mais remercadorizar o capital e o trabalho. O Estado contemporâneo precisa apenas dar subvenções, permitindo que a sociedade de consumidores permanecesse ativa, e o crédito aparece como o dispositivo “mágico” para que isso ocorra. Cabe ao Estado, agora, apenas garantir a disponibilidade de crédito e a habilitação permanente dos consumidores para que tenham acesso a ele. Como já mencionado no capítulo anterior, é o avanço do mercado e, notadamente, dos mercados financeiros sobre a vida doméstica.

De acordo com Martin (2002, p. 103, tradução nossa),

[...] quando a financeirização é examinada como política oficial, a retórica que nos convida a abraçar o novo fica prejudicada por um assassinato do antigo conjunto de expectativas para a forma como os cidadãos devem se relacionar com a sociedade e o que devem exigir de seu governo. Nesse sentido, sugere um novo ou revisado contrato social tanto para os Estados de bem-estar que se encaixam na alcunha de Primeiro Mundo e, como modelo de decoro de desenvolvimento para as nações agrupadas como Terceiro Mundo. Como as pessoas de todo o mundo podem atestar, a recusa ou impossibilidade de assumir o novo contrato social tem efeitos punitivos não menos violentos do que as forças coercivas que criaram e sustentaram colônias e impérios.

Exemplos desse tipo de postura de utilizar a financeirização como instrumento de política pública seriam a liberação dos empréstimos *subprime* durante o governo de Bill Clinton, nos EUA, a consolidação dos mecanismos de transferência de renda em economias em desenvolvimento e subvenções por parte dos governos desses países para a liberação de crédito em maiores volumes para parcelas da população que, normalmente, encontravam dificuldades na obtenção de capital<sup>51</sup>.

Em relação ao segundo ponto, a salvação de instituições financeiras por parte dos governos, deve-se dizer que a crise do final dos anos 2000 deixou claro que os agentes responsáveis por sua geração (mercado financeiro) foram aliviados de suas consequências, enquanto a população acabou pagando o preço de desequilíbrios em um sistema que há tempos dava sinais de esgotamento (MIROWSKI, 2013). Para Bauman (2010), a decisão dos governos de recapitalizar os bancos e permitir que retornem às suas atividades normais, que foram justamente as atividades que causaram a crise, mostra as relações de poder do mercado financeiro perante os Estados e a pouca vontade desses em regular os excessos do mundo financeiro. A recapitalização permite que a economia da dívida volte com força após a turbulência do fim da década e os devedores, impossibilitados de pagarem os juros do que ele chama de “orgia consumista inspirada e amplificada pelos bancos”, acabaram sendo levados a pagar a conta por meio dos impostos (BAUMAN, 2010, p. 35). Mais do que isso, ao mostrar essa atuação como uma grande companhia seguradora dos bancos e do mercado

---

<sup>51</sup> Sobre os dois últimos exemplos, os capítulos 5 e 6 irão tocar na questão, ao falarem sobre o caso brasileiro no que diz respeito à participação do Estado no mercado de crédito.

financeiro como um todo, o autor ressalta que, de fato, o Estado do bem-estar social do pós-guerra e a própria democracia se enfraqueceram profundamente no que ele chama de mundo líquido moderno.

Além do papel direto narrado aqui desempenhado pelo Estado, a própria desregulamentação dos mercados financeiros, mostrada no Capítulo 3, traz impactos sobre a economia da dívida. Em especial nos países desenvolvidos, a securitização cumpriu papel preponderante, ao permitir a transformação de dívidas em títulos negociáveis no mercado financeiro, passíveis de especulação (STRANGE, 1997; BAUMAN, 2010; LAZZARATO, 2011; GRAEBER, 2011).

Os mercados secundários de títulos, indiretamente, alimentaram a permanência de altos níveis de consumo ao permitirem a pessoas de renda modesta gastarem o dinheiro que não tinham (CROUCH, 2011; 2013). O exemplo da Tabela 2 abaixo mostra o percentual de hipotecas refinanciadas nos EUA durante os anos 2000. O alto volume de contratos de hipotecas residenciais que foram refinanciadas (na maior parte dos anos, acima dos 50% e com um total de contratos que chegou a beirar US\$ 4 trilhões) mostra não apenas o enorme tamanho do mercado e do endividamento imobiliário norte-americano, mas também a relevância do imóvel como mecanismo para se conseguir ainda mais crédito.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Hipotecas (em US\$ trilhões)	1.1	2.2	2.9	3.8	2.8	3.0	2.7	2.3
Hipotecas refinanciadas (%)	20.5	57.2	61.6	66.4	52.8	52.0	48.6	49.8

Tabela 2 – Hipotecas residenciais refinanciadas nos Estados Unidos (2000 – 2007)

Fonte: Lapavitsas (2013), com base em dados da *Mortgage Bankers Association*.

Como afirma Davis (2009), pelos refinanciamentos, as residências deixaram de cumprir um papel de força estabilizadora de comunidades e símbolos de laços com determinado local para se tornarem apenas mais um ativo financeiro. Tornaram-se o grande caixa eletrônico dos EUA, colaborando para a manutenção de altos patamares de consumo. Segundo ele, fazendo uma analogia com uma famosa fábula infantil, “uma geração de compradores de imóveis foi transformada de formigas em cigarras” (DAVIS, 2009, p. 26).

A questão começa a ficar problemática quando riscos começam a ser vendidos no mercado secundário e quando a regulação (principalmente no Reino Unido e EUA) começa a ser relaxada sobre transações financeiras. Em um sistema assim, uma simples dívida começa a ser transacionada no mercado como um título negociável e o dinheiro começa a ser feito na velocidade das transações. A cada momento, alguém vende um risco para outro e ganha algum dinheiro com isso. Aliado a isso, estava o excessivo otimismo que tomou conta de investidores, uma confiança de que os governos não iriam deixar o sistema falir, confiança que se provou justificada (CROUCH, 2013).

A combinação aqui narrada de crescimento do mercado de crédito, em especial para as pessoas de renda inferior e renda média, amparadas pelo Estado, e a disseminação de instrumentos financeiros derivativos e mercados futuros acabou por produzir o que Crouch (2011; 2013) chamou de Keynesianismo<sup>52</sup> privatizado e configurou-se em importante fator de política pública, como mencionado anteriormente nesta seção. A mudança em relação ao modelo Keynesiano tradicional foi que, no lugar de os governos se endividarem para tentar estimular a economia, quem tomou dívidas foram indivíduos e famílias, com impactos inicialmente promissores sobre a geração de desenvolvimento. No entanto, como lembra o autor, a crise dos anos 2000 e seus desdobramentos por todo o mundo, foram efeitos não esperados e acabaram por deixar nítido o preço de um modelo como este.

O “homem endividado” apresentado ao longo desta seção, assume papel importante em um mundo financeirizado. Suas posturas perante o dinheiro precisarão ser compreendidas de maneira mais aprofundada para que se possa evoluir na análise da primeira questão problema desta tese de doutoramento. Estas posturas por ele assumidas serão narradas na seção 4.2 a seguir.

---

<sup>52</sup> Ao utilizar o termo Keynesianismo, o autor faz menção ao modelo econômico Keynesiano, baseado nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que pregava, dentre outras coisas, participação ativa do Estado para estimular a economia e garantir o pleno emprego, especialmente em momentos de crise e recessão.

## 4.2.

### A expansão da esfera de influência das finanças na vida das pessoas

O surgimento do “homem endividado” tem relação direta com o aumento da esfera de influência das finanças sobre a vida doméstica, mas explica apenas parte do avanço da financeirização sobre os indivíduos e famílias. O pensar e o agir financeiro, assim como a relação das pessoas com os mercados financeiros, ganham uma importância nunca antes vista. De um lado, indivíduos atuando como seus próprios gestores financeiros e famílias sendo vistas com uma ótica quase empresarial (DAVIS, 2009); de outro, verdadeiros “supermercados financeiros” (DEUTSCHMANN, 2011), veiculando ofertas e realizando negócios para atender uma afeição crescente por consumo, por crédito, por oportunidades de melhor situação financeira.

Davis (2009) sugere que todos se tornaram mais financeirizados à medida que foram encorajados a assumir a responsabilidade pelo seu futuro financeiro e o de suas famílias. O advento do *self* neoliberal estaria por trás desse tipo de postura que, se realmente observada, implicaria na maior posse de ativos financeiros, na confiança da valorização desses ativos como parte das receitas da família e, principalmente, no uso acelerado do endividamento para se alcançar objetivos financeiros, independente do nível social.

Nesse contexto, histórias de sucesso na gestão do dinheiro são cada vez mais veiculadas e valorizadas, agências de classificação de risco assumem um *status* de entes inquestionáveis dentro da lógica do capitalismo financeiro e especular com ações ou títulos se torna algo simbólico de uma emancipação individual e de expressão pessoal do indivíduo nessa economia moderna (DEUTSCHMANN, 2011; SCHIMANK, 2011).

Fligstein e Goldstein (2012) resumem bem os possíveis desdobramentos dessa penetração do dinheiro na vida doméstica e no fato dele permear cada vez mais as relações sociais. O “homem endividado” tem duas versões, duas motivações. Ele pode, em algumas situações, assumir esse papel buscando preservar um estilo de vida ameaçado por insegurança profissional crescente, baixo crescimento de salários e por provisão reduzida de serviços básicos, como saúde, educação e moradia, por parte de um Estado menos presente, que cede ao mercado o direito e o dever dessa provisão. Mas, no extremo oposto, esse novo

personagem do capitalismo moderno pode aparecer também como alguém que muda seu agir e pensar financeiros, e busca o sistema financeiro para aproveitar oportunidades de ganhar ainda mais dinheiro, ou mesmo custear uma postura de consumo cada vez mais sofisticada. Muitos dos que se encontram nesta situação podem ter sido beneficiários de momentos de maior prosperidade econômica em suas vidas e, para estes, juntamente com o dinheiro, apareceram demandas ligadas ao uso de sua riqueza de maneira sábia e a difusão de uma cultura orientada às finanças.

A Figura 4 da página a seguir faz uma síntese da financeirização dos indivíduos e famílias, posturas adotadas, suas causas e potenciais desdobramentos. A ideia central dessa figura é sintetizar as posturas do indivíduo e suas causas e desdobramentos, de forma a servir como guia para a sequência do capítulo.

Do lado esquerdo da figura, são mostradas as duas posturas que surgem com a financeirização: primeiro, a defensiva, visando a preservação do estilo de vida e o preenchimento da lacuna entre o que se ganha e o que se deveria ganhar para se permanecer no mesmo patamar financeiro e, na sequência, a postura ativa, que tem como característica principal a busca no sistema financeiro de oportunidades para se conseguir aumentar o consumo e a riqueza. Essas duas posturas são mostradas como uma reação a diversos acontecimentos, ilustrados na parte central da figura. Por fim, à direita, os potenciais desdobramentos dessas posturas em relação à gestão do dinheiro são ilustrados.

Todos os pontos apresentados na Figura 4 serão melhor explicados nas seções 4.2.1 e 4.2.2 que virão logo a seguir e tratarão, respectivamente, da postura defensiva e da postura ativa dos indivíduos em um cenário de financeirização.

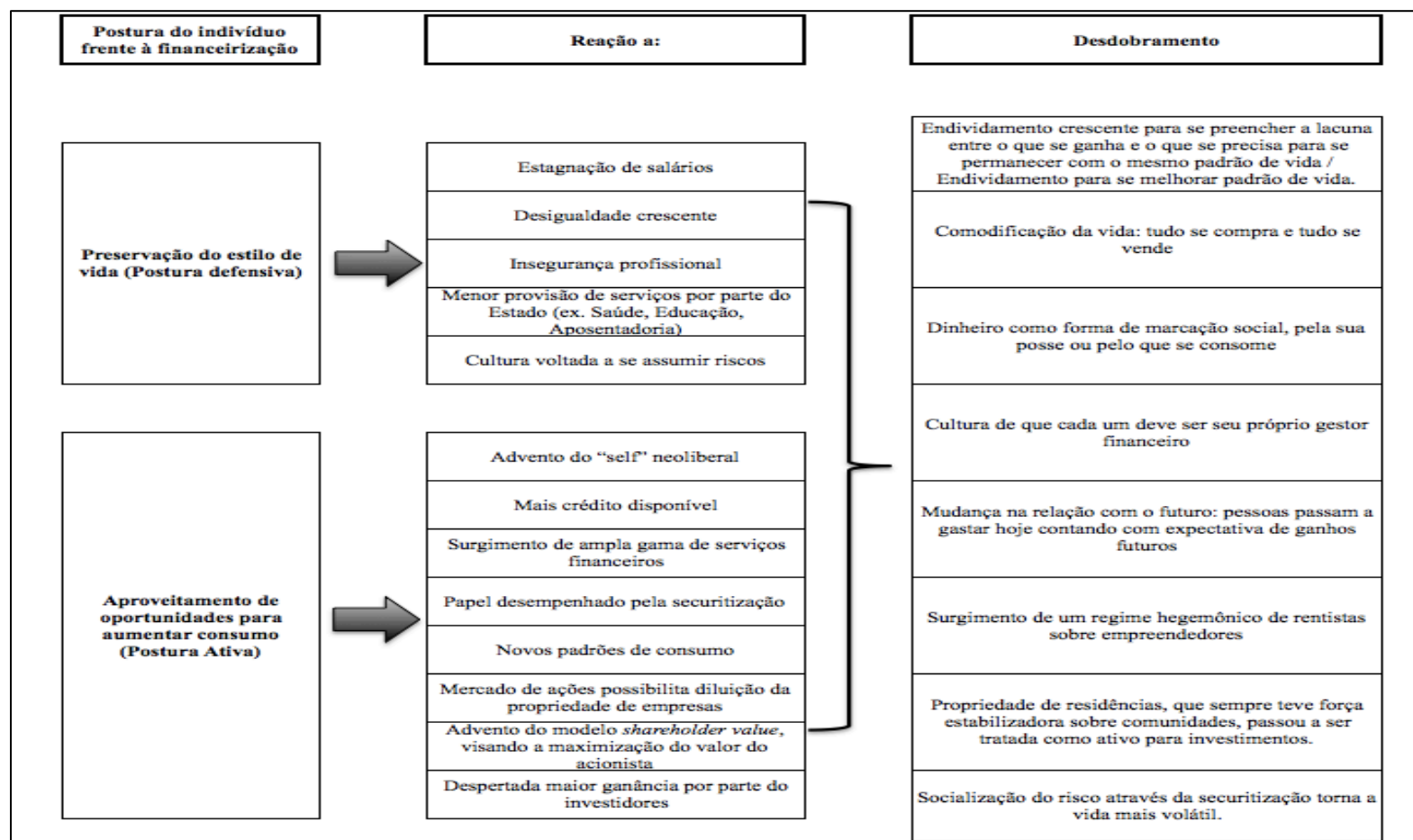


Figura 4 – Desdobramentos da financeirização sobre a vida doméstica

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.2.1.

#### **Financeirização e a preservação do estilo de vida**

Compreender esta primeira postura do indivíduo perante a financeirização proposta por Fligstein e Goldstein (2012) implica em rememorar alguns pontos que justificam o seu caráter defensivo. A análise da figura da página anterior mostrou que a postura de preservação do estilo de vida ocorre como reação a questões como estagnação de salários, desigualdade crescente, insegurança profissional, menor provisão de serviços por parte do Estado e o advento de uma cultura voltada a se assumir riscos. Estas características, e tantas outras que possuem o mesmo caráter de provocar um piora da situação econômica dos indivíduos e de sua qualidade de vida, foram marcantes nos anos do avanço neoliberal em diversos países do mundo, conforme já demonstrado ao longo do capítulo anterior deste trabalho.

Falar sobre esta postura demanda, portanto, que se considere como ponto de partida este cenário de menor participação do Estado na economia e menor provisão de serviços por sua parte, simultaneamente a um processo de desregulamentação dos mercados financeiros, que permite às instituições financeiras ganharem uma importância talvez nunca antes vista.

Fligstein e Goldstein (2012) mostram que há duas explicações para se entender como a financeirização avança e faz com que os indivíduos tentem proteger seu padrão de vida. Focando sua análise sobre a população dos EUA, os autores dizem que, primeiro, a insegurança sobre sua renda e sobre sua condição de arcar com despesas ligadas a saúde, educação e seguridade social faz com que a classe média americana busque no consumo custeado pela dívida uma maneira de preservar seu estilo de vida. Com medo de se moverem para baixo na pirâmide social, esses indivíduos simplesmente passaram a tomar recursos por meio de empréstimos. Em segundo lugar, uma cultura crescente de se valorizar as pessoas não pelo que elas são, mas pelo que elas comprem, acaba por gerar mais dívidas. Demonstrar um certo padrão social passaria por acompanhar o padrão de consumo dos vizinhos. Como mostra Frank (2007), os anos 1980 foram marcados por uma grande corrida por bens posicionais, algo realizado de maneira mais fácil pelas pessoas de alta renda, mas que gerou pressão sobre aqueles de renda inferior para que se mantivessem consumindo.

Essa pressão consumista em busca de manutenção de *status* e, pelo menos, demonstração de preservação de estilo de vida, encontrou respaldo no que Davis (2009) chama de modelo “Supermercado financeiro”, onde os bancos disponibilizam crédito em altos volumes e até mesmo as empresas, antes não participantes ativas do mercado financeiro, criam subsidiárias para fornecer crédito a quem precisa para que nenhum cliente deixe de comprar em suas dependências. Adiciona-se a isso o fato de que a evolução da mídia também gerou impactos sobre o consumo, ao tornar grupos de referência ou influência mais difundidos, pressionando o consumo dos indivíduos cada vez mais para uma necessidade de se manterem cada vez mais atualizados com estes grupos (SCHOR, 2004).

Dentro dessa lógica de busca de mais consumo estão afirmações de autores que analisam a crescente desigualdade da época como motivadora para uma maior exposição a dívidas. Para Fligstein e Goldstein (2012), a desigualdade gera endividamento, dados os motivos já expostos. Contudo, o endividamento acaba por gerar ainda mais desigualdade, reforçando um ciclo vicioso. Também analisando o tema desigualdade e endividamento, Jackson e Dyson (2012) afirmam que em um mundo onde a riqueza fosse distribuída de maneira mais igualitária, a pressão por endividamento e, conseqüentemente, a demanda por crédito, seriam menores. Mas cabe notar que, notadamente, o que ocorreu principalmente nos países do Ocidente nas décadas finais do século XX foi um aumento da desigualdade de renda em proporção superior ao aumento da desigualdade do consumo (CYNAMON e FAZZARI, 2009). Ademais, não se pode esquecer que o próprio acesso ao crédito é desigual, dada o nível de solvência de cada indivíduo isoladamente.

Todavia, não se pode falar em uma expansão do endividamento individual como aqui narrado sem se mencionar que, nesse período, há também a consolidação de uma cultura voltada a se correr riscos. A maior dependência dos mercados financeiros para se custear um consumo superior à renda não seria possível sem o avanço dessa cultura entre os indivíduos. Vários fatores contribuíram para isso. Desde a desregulamentação dos mercados financeiros, que permitiu o surgimento de diversos novos produtos financeiros, com a promessa de elevar a riqueza das pessoas, até o fim do que Davis (2009) chama de feudalismo corporativo, uma época em que as empresas “cuidavam” mais dos seus

funcionários, sem se esquecer do advento do “*self*” neoliberal e todas as mudanças trazidas por esse conceito, há um incremento da participação de indivíduos e famílias ativamente em operações que envolvem a tomada de recursos hoje com expectativa de pagamento futuro.

A população foi lançada ao mercado, seja para contrair dívidas ou para buscar novas oportunidades de investimentos que permitissem renda adicional que compensasse a lacuna entre suas rendas e o que deveriam ganhar para permanecerem onde estão (DAVIS, 2009; FLIGSTEIN e GOLDSTEIN, 2012). Esse apetite pelo risco fez com que a necessidade de novo crédito sempre sendo lançado ao mercado se tornasse primordial para o perfeito funcionamento de um sistema amparado na dívida e no mundo financeiro (BAUMAN, 2010; DAVIS, 2009)

Em sua pesquisa com indivíduos norte-americanos, Fligstein e Goldstein (2012) encontraram evidências de maior tolerância a essa postura de risco, independente da classe social. Interessante notar que suas conclusões apontam para o fator renda como sendo o direcionador principal de uma postura de indivíduos mais financeirizados, atuando como economistas de suas próprias vidas. É a redução da renda que faz com que se adote uma postura defensiva ao se buscar os mercados financeiros para preservar o estilo de vida. Mas também é o fator renda, ou a presença dela e o desejo de aumentá-la que leva à postura ativa, de aproveitamento de oportunidades, narrada na seção a seguir.

#### **4.2.2.**

#### **Financeirização e o aproveitamento de oportunidades para o aumento de consumo das famílias**

A segunda postura dos indivíduos frente à financeirização, para Fligstein e Goldstein (2012), é ativa. Como mostrou a Figura 4, indivíduos financeiramente mais atuantes no mercado financeiro, com comportamentos de gestores empresariais a serviço da gestão de seus próprios recursos (DAVIS, 2009), adotam uma postura de aproveitamento de oportunidades. O foco é o aumento de consumo e da riqueza.

Krippner (2011) afirma que uma verdadeira mania especulativa foi responsável pelo avanço das finanças sobre o cotidiano das pessoas e também

empresas, levando todos a um *vortex* gerado por preços de ativos, que viram foco de preocupação e análise a todo momento.

O cenário que serve de pano de fundo para essa dimensão da financeirização da vida doméstica é caracterizado pelo encontro entre, de um lado, o *self* neoliberal e uma nova cultura voltada ao empreender e ao correr riscos, com, de outro lado, novas oportunidades de um mercado financeiro desregulamentado, seja através do crédito mais abundante, de novos produtos financeiros disponíveis e da securitização.

Como afirma Deutschmann (2011), essa é uma era de florescimento dos supermercados financeiros e de agências de classificação de risco. Especular é um verbo que passa a ser conjugado com frequência e se torna algo aclamado como forma de emancipação individual e expressão pessoal perante a sociedade. Programas ligados a investimentos passam a se tornar corriqueiros na TV e em outros meios de comunicação e as histórias de sucesso daqueles que alcançaram seu primeiro milhão ou sua aclamada independência financeira proliferam e se tornam fontes de inspiração para muitos. Até a própria maneira de falar muda e os temas financeiros, especialmente aqueles ligados aos investimentos, passam a se tornar corriqueiros.

Strange (1997, p. 1, tradução nossa), logo na abertura de sua célebre obra *Casino Capitalism*, afirma que o sistema financeiro do Ocidente, de maneira rápida, “começa a se parecer nada mais do que um grande cassino. Todo dia, jogos são jogados nesse cassino, que envolve somas de dinheiro tão grandes que nem podem ser imaginadas. De noite, os jogos se mudam para o outro lado do mundo”.

Acumular e consumir se tornam possíveis com um verdadeiro cassino disponível, ou ao menos, entram no horizonte dos indivíduos. Como afirma Bauman (2010), a obsessiva-compulsiva trinca DIP (desregulamentação, individualização e privatização) ganha o reforço da postura consumista para marcar novos tempos. Como características dessa postura e desses novos tempos estão o incremento do número de cartões de crédito, de hipotecas residenciais (muitas vezes refinanciadas, em países onde isso é possível) e, principalmente, a posse de ativos financeiros, de complexidade crescente e cujos riscos, nem sempre, os indivíduos estão cientes ou são capazes de estimar. A produção de riqueza se torna inseparável da produção de riscos (LAZZARATO, 2011).

Não cabe aqui questionar a importância que os mercados acionários podem ter para a economia e para o desenvolvimento, mas o fato é que a popularização desses mercados, especialmente a partir da sua característica principal que é a possibilidade de diluição da propriedade corporativa através das ações, juntamente com o advento do modelo *shareholder value*, contribuem enormemente para a tal mania especulativa de que falava Krippner (2011) e para o despertar do comportamento ganancioso como *modus operandi* do investidor de sucesso (SKIDELSKI e SKIDELSKI, 2012). Muda a relação do indivíduo com o tempo: a crença de aumento futuro no valor dos ativos move o comportamento de ganância do presente.

No entanto, chegou-se a um ponto que, para se sustentar, o capitalismo financeiro precisa dessa geração de crédito adicional, lastreado em decisões financeiras sobre um futuro incerto. No lugar de gerar proteção contra as incertezas da vida, o dinheiro se tornou a causa principal de novas incertezas (STRANGE, 1997).

Falar sobre estas duas posturas narradas por Fligstein e Goldstein (2012), por um lado defensiva e buscando preservação do patrimônio e, por outro, ativa e em busca de oportunidades de ganhos e aumento de riqueza, não nos exime de especular sobre a existência de uma terceira situação ou postura: a daqueles que estão completamente excluídos desse cenário e não podem nem “se dar ao luxo” de adotar uma postura defensiva. A exclusão financeira, bastante presente em países ditos em desenvolvimento, afasta o indivíduo de até mesmo assumir o papel de “homem endividado”, como apresentado neste capítulo. Este trabalho de pesquisa voltará a esta terceira postura, de homem excluído, no Capítulo 6, quando buscará mostrar uma perspectiva crítica sobre desigualdade, exclusão e Educação Financeira no Brasil. No entanto, para se construir melhor este cenário sobre o nosso país, o Capítulo 5 a seguir abre a terceira e última parte desta tese e irá discorrer sobre como ocorre a financeirização da economia brasileira.

### **PARTE 3**

## **A financeirização no Brasil e a formulação de políticas de Educação Financeira**

Após a conceituação da Educação Financeira na primeira parte deste trabalho e da posterior caracterização de que o fenômeno da financeirização da vida doméstica está por trás da emergência dos debates sobre a necessidade de maior Educação Financeira da população, acredita-se que tenham sido criadas as bases tanto para a compreensão de como governos e instituições chegaram ao estágio de compreender que a abordagem da Educação Financeira se torna necessária como também para questionar se a maneira como o tema é tratado nos dias de hoje não acabaria tendo como desdobramento a naturalização da produção de novas formas de desigualdade. Tal compreensão se torna importante também para a formação de uma percepção crítica em torno da questão problema proposta, sobre qual o sentido da Educação Financeira em uma sociedade que apresenta as características apresentadas.

Nessa perspectiva e na tentativa de se confirmar as hipóteses de trabalho que tratam da financeirização ocorrendo no Brasil e da mobilização da escola como agente responsável por se educar financeiramente a população, esta última parte da tese também é composta por dois capítulos. Ela é inaugurada pelo quinto capítulo, que tem como título “Financeirização no Brasil” e busca analisar o processo de financeirização ocorrido em nosso país e como o mesmo traz pressões para que ganhe força o debate para inserção de temas ligados à Educação Financeira na esfera escolar brasileira. Este capítulo busca também perceber se as características de uma economia financeirizada estão presentes no Brasil, principalmente através do olhar proposto por Lapavitsas (2013). Conforme já descrito na Introdução ao se fazer considerações sobre a metodologia de pesquisa adotada, este ponto do trabalho irá contar com a análise de dados obtidos de diversas fontes, cuja coleta e compilação tiveram como intuito construir um quadro da economia brasileira no que diz respeito à financeirização subordinada que ocorre em países em desenvolvimento e também ao papel de instituições financeiras, empresas não-financeiras e indivíduos e famílias na financeirização do país.

Como será percebido pela leitura deste capítulo, o arcabouço conceitual proposto por Lapavistas (2013) será norteador da busca pela confirmação do fenômeno da financeirização no país, mas julgou-se necessário complementá-lo com algumas análises e dados aqui entendidos como importantes para se construir melhor o cenário de financeirização da economia de um país em desenvolvimento com as características do Brasil.

Já o Capítulo 6, intitulado “Desigualdade, exclusão e Educação Financeira no Brasil”, irá inicialmente buscar caracterizar o cenário de exclusão financeira que ainda existe no país para se inquirir se a maneira como a Educação Financeira vem sendo conduzida colabora com a criação de um ambiente financeiro mais saudável ou se, por outro lado, não acabaria por reforçar a desigualdade e reforçar os resultados das corporações financeiras. Para isso, recorreu-se a autores ligados ao tema da desigualdade e relação Estado e Mercado no país, como Jessé Souza, Sônia Fleury, Lena Lavinas, Adalberto Cardoso, entre outros. Eles serão fundamentais para a compreensão sobre o surgimento de um terceiro tipo de postura aqui proposto, complementar àquela análise de Fligstein e Goldstein (2012) apresentada no Capítulo 4. Será mostrado aqui o perfil daqueles “Excluídos pela financeirização”. Autores internacionais também serão utilizados para se falar em desigualdade e exclusão. Especial atenção será dada, novamente, aos estudos de Zygmunt Bauman e também a Jean-Paul Fitoussi, Pierre Rosanvallon e Mark Davis.

Na sequência, buscar-se-á uma análise mais aprofundada da experiência da ENEF como política, sendo utilizados alguns autores importantes da área de políticas públicas para dar embasamento às conclusões sobre essa estratégia. Reconhecendo-se a importância de tal abordagem para a explicação de como a Educação Financeira entra em pauta nos debates de políticas públicas em diversas partes do mundo, serão apresentadas as definições de alguns autores sobre a demanda e o processo de formulação de políticas públicas e suas etapas. Especial atenção será dada às contribuições de Dye (2010) e Bowe e Ball (1992). Este ponto será enriquecido com impressões colhidas durante o processo de entrevista com agentes que trabalham ou trabalharam ativamente na ENEF no Brasil.

## 5.

### **Financeirização no Brasil**

Este quinto capítulo, seguindo a definição de Lapavitsas (2013), buscará analisar o contexto brasileiro pela ótica da financeirização subordinada das economias emergentes na seção 5.1 e, na sequência, na seção 5.2 a análise do processo de financeirização no país usará a mesma ótica que o autor utilizou para nações desenvolvidas, a saber: dos lucros advindos de intermediação financeira em empresas não-financeiras (5.2.1), das operações dos bancos se voltando para o mercado aberto (5.2.2) e também das práticas financeiras dos indivíduos (5.2.3). Todas essas seções, como já explicado logo na Introdução deste trabalho ao se falar da metodologia da pesquisa, irão se basear em dados e séries históricas extraídas de estudos de instituições como o IBGE, BACEN, IPEA, FEBRABAN, FMI, entre outras, para tentar verificar o estágio do fenômeno da financeirização em nosso país.

#### **5.1.**

#### **A financeirização subordinada em economias emergentes e o caso brasileiro**

A financeirização, apesar de ser um fenômeno mais facilmente percebido em economias maduras, não ficou restrita a países desenvolvidos. Os fluxos internacionais de capitais, segundo Lapavitsas (2013), em resposta tanto a um comércio mais ativo quanto à instabilidade de taxas de juros, teriam acabado por levar a financeirização também a nações em desenvolvimento, ainda que com características distintas daquelas já narradas neste trabalho, típicas das economias mais desenvolvidas.

Para o autor, o aspecto principal que molda o conceito de financeirização nos países em desenvolvimento não seria o retorno a um imperialismo formal, mas sim o reforço de uma subordinação dessas economias, fruto da natureza hierárquica e exploradora das interações do mercado mundial, dado o caráter visivelmente dominante dos países desenvolvidos no que tange ao comércio internacional e à necessidade de inserção de novos ‘participantes’ nesse mercado.

As mudanças trazidas pela onda neoliberal a partir dos anos 1970 reforçam tal natureza hierárquica e subordinada, através do modo como foi (e vem sendo) realizada a integração dos países em desenvolvimento ao comércio mundial, reforçando o papel dominante das economias maduras no fluxo de capitais mundial (BRUNO, 2009; HARVEY, 2011; PAULANI, 2012; LAPAVITSAS, 2013).

Nesse sentido, vale citar Lapavitsas (2013, p. 245, tradução nossa), que afirma que

[...] guiado e executado pelo Banco Mundial e o FMI, o Consenso de Washington forçou mudanças no sistema financeiro nacional nos países em desenvolvimento, em geral favorecendo uma mudança de estruturas relacionais, baseadas em bancos, controladas pelo governo para estruturas de mercado, capilarizadas, baseadas em instituições e mecanismos privados.

Assim, Lapavitsas (2013) diz que a financeirização em uma economia em desenvolvimento, como é o caso da brasileira, seria um fenômeno diferente daquele percebido em países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha ou Japão. Para tal fenômeno, o autor dá o nome de financeirização subordinada. Apesar dessa hipótese da diferença existente no processo de financeirização das nações, as próximas seções vão buscar perceber, além da financeirização subordinada descrita pelo autor e mostrada na presente seção, até que ponto as mesmas características da financeirização das economias maduras estariam presentes no Brasil, ainda que parcialmente ou em escala inferior. O fato de o mercado brasileiro ter passado por mudanças profundas nos últimos 20 anos, em parte por maior estabilidade da moeda ou mesmo pela adoção de políticas de caráter neoliberal, leva a uma percepção de que a relação com o dinheiro também mudou no país dando pistas sobre uma provável financeirização da economia.

Para diversos autores, dadas as características narradas principalmente para o período após os anos 1970 e intensificadas nas décadas seguintes, a economia brasileira se financeirizou (BRUNO, 2009; ARAÚJO, BRUNO e PIMENTEL, 2012; PAULANI, 2012). O Brasil seria uma “economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial” e teria se apresentado como o local periférico ideal para que

um novo regime de acumulação encontrasse demanda pelos empréstimos que o capital financeiro busca, principalmente no contexto de grande acumulação no centro da economia mundial. (PAULANI, 2012, p. 92).

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007) forças como a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações institucionais e regulatórias com caráter neoliberal trazem uma nova postura ao Estado brasileiro a partir de 1990, com uma reorientação do papel do governo no provimento de serviços, bens e na proteção dos indivíduos, principalmente no que tange aos aspectos financeiros, produtivos, educacionais e tecnológicos, como se percebe pela Figura 5 a seguir.

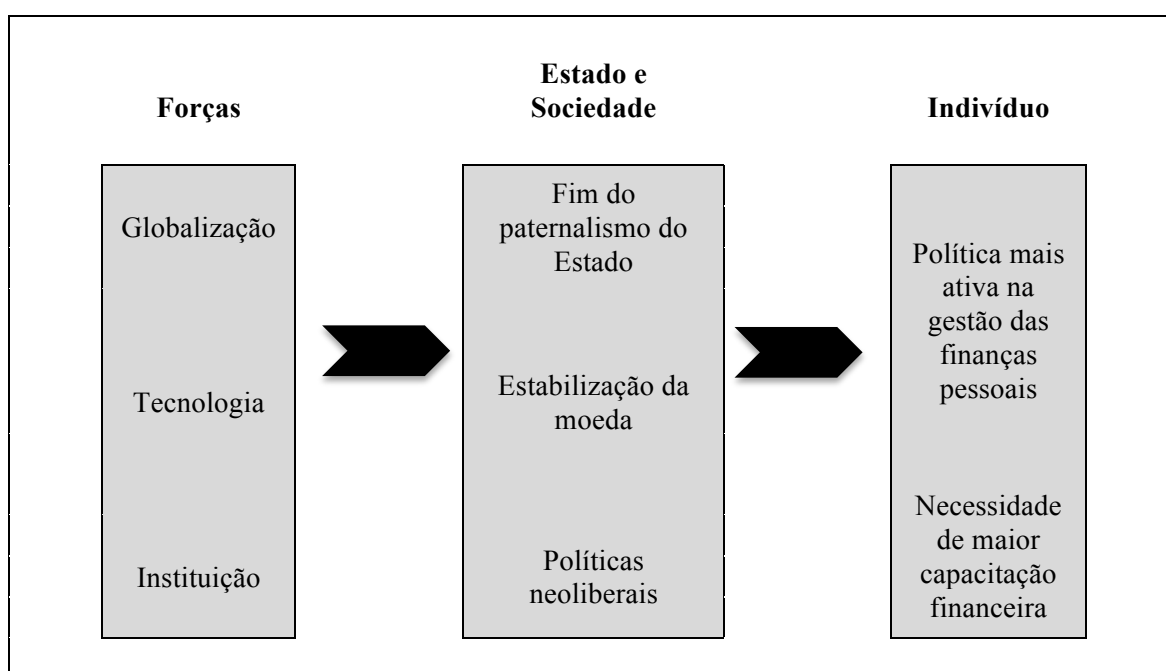


Figura 5 – Forças propulsoras de mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais  
Fonte: Adaptado de Savoia, Saito e Santana (2007)

Em relação à Figura 5 apresentada, pode-se dizer que, no Brasil, tais mudanças de paradigma, atreladas ao alcance da estabilização da moeda, principalmente a partir de 1994, geram, para os autores, mudanças também no nível do indivíduo, que percebe uma maior necessidade de gestão ativa de suas finanças pessoais e de maior capacitação financeira. A estabilização da moeda cumpre papel importante, uma vez que, em um cenário inflacionário, o curto-prazismo passa a dominar as decisões financeiras dos indivíduos, que tendem a preferir o consumo ao investimento de longo prazo. Com a queda da inflação, a poupança e os investimentos de longo prazo passam a ganhar importância para a

população, que começou a poder se planejar para horizontes de tempo mais longos, no lugar de somente buscar estratégias de proteção do poder aquisitivo, como era comum durante o período inflacionário (ANDREZO e LIMA, 2002).

No entanto, sobre o quadro brasileiro, Bruno (2009) afirma que o regime de acumulação escolhido pelo Brasil nas últimas décadas seria muito favorável aos lucros, mas não tão favorável aos salários e ao emprego. Para compreender tal afirmação, a análise proposta pelo autor passa pela evolução da formação bruta de capital fixo<sup>53</sup> no país. Dois fatores se complementam nessa análise. Primeiro, o fato de que as empresas do setor produtivo encontram no país a possibilidade de valorização de seu capital na circulação financeira, sem a real necessidade de imobilizações e aplicações produtivas. Uma segunda implicação dessa análise, ainda segundo o autor, diz respeito ao fato de que o baixo crescimento econômico, como ilustrado na Tabela 3 a seguir, acaba não podendo ser justificado por insuficiência de poupança. É a sua composição que deve ser analisada, uma vez que parcelas crescentes da renda nacional são alocadas em ativos financeiros totalmente desconectados da atividade produtiva.

Conforme mostrado na tabela, o autor identifica três fases do regime de acumulação presente na economia brasileira a partir de meados dos anos 1960, a saber: uma primeira fase que vai de meados dos anos 1960 até o início dos anos 1980 em que as empresas buscam o lucro e o mesmo realimenta os investimentos em sua capacidade produtiva (chamada por ele de *profit-led growth regime*); uma segunda fase marcada por crises, contração da economia e pelos desdobramentos dos choques do petróleo e da alta inflação, entre 1984 e 1993 e, por fim, uma fase inaugurada em meados dos anos 1990 em que as finanças dominam o regime de acumulação, fruto da maior estabilidade monetária, intensificação de políticas de ordem neoliberal no país e entrada de bancos estrangeiros. É a fase chamada de *finance-dominated accumulation regime*.

---

<sup>53</sup> A formação bruta de capital fixo indica o quanto as empresas aumentaram seus bens destinados à produção de outros bens.

	(1966-1980) <i>Profit-led growth regime</i>	(1984-1993) <i>Regime de crise ou contração</i>	(1996-2006) <i>Finance- dominated accumulation regime</i>
<b>Performance econômica</b>	Alto crescimento	Tendência a estagnação e alta inflação	Baixo crescimento
<b>Crescimento do PIB per capita (%)</b>	5,75	0,87	1,01
<b>Taxa de acumulação do capital fixo produtivo em uso (%)</b>	9,75	3,64	1,92
<b>Razão estoque de ativos financeiros / estoque de capital fixo produtivo (%)</b>	7,36	10,67	21,26

Tabela 3 – Comparação entre os três regimes de crescimento da economia brasileira (1966 – 2006)  
Fonte: Bruno (2009)

Especial destaque deve ser dado à queda no ritmo de acumulação de capital fixo produtivo e ao percentual representado pelos ativos financeiros sobre todo o estoque de capital fixo produtivo. É justamente no período de maior liberalização comercial e financeira que o capital fixo produtivo apresenta as mais baixas taxas de acumulação da história (BRUNO, 2005; 2007).

Ao serem incorporados na análise do capital fixo os montantes gastos com itens não produtivos, como a construção de imóveis residenciais adquiridos por famílias, percebe-se a redução da importância do capital produtivo sobre o estoque total de capital. Essa constatação pode ser visualizada analisando-se a evolução do Estoque Líquido de Capital e do capital produtivo, como ilustra o Gráfico 1 da próxima página. O distanciamento crescente entre as linhas azul (representando o capital total) e vermelha (mostrando apenas o capital produtivo) mostra uma crescente importância de itens não-produtivos sobre o total do estoque de capital no país no período analisado (a partir de 1950 até a primeira década dos anos 2000).

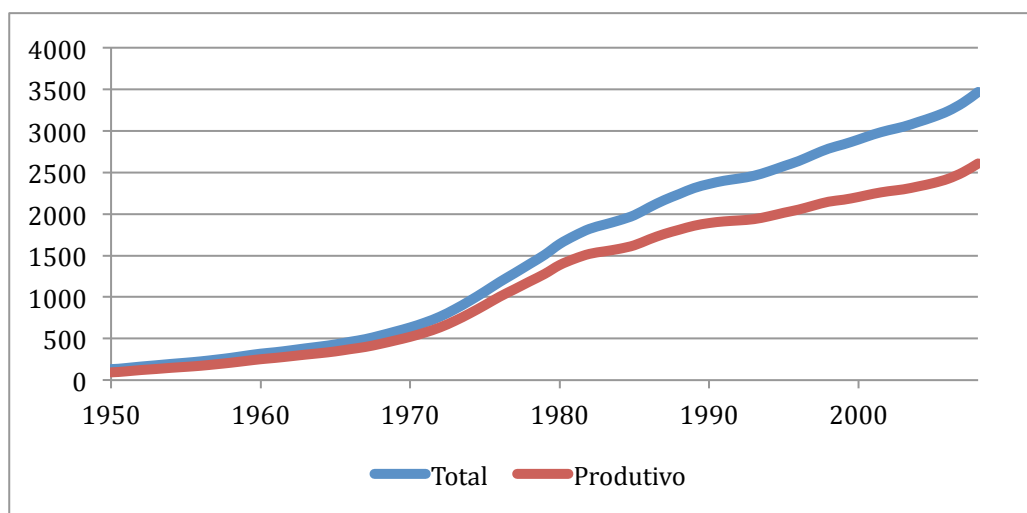


Gráfico 1 – Evolução do Estoque Líquido<sup>54</sup> de Capital Fixo total e apenas capital produtivo (1950-2008, em bilhões de R\$, preços constantes de 2000)<sup>55</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IPEA<sup>56</sup>.

A mesma constatação é feita por Bruno (2009) sobre o capital produtivo em relação aos lucros totais e ao PIB, ao mostrar que o estoque de capital produtivo cai como proporção dessas duas variáveis, principalmente a partir dos anos 1980. Esperar-se-ia uma conexão entre o investimento em capital produtivo e os níveis de lucro e PIB, mas a desconexão encontrada pode, para o autor, refletir os desdobramentos do regime de acumulação atual, baseado nas finanças. Isso geraria características muito peculiares ao Brasil, como uma inserção internacional excessivamente liberal para uma economia em desenvolvimento e do porte da brasileira, apesar de seu nível de industrialização, uma presença ainda relevante de capitais especulativos, principalmente buscando a alta remuneração de títulos públicos de baixo risco; o relativamente baixo nível de autonomia da política econômica e sua (ainda) subordinação às demandas e expectativas da alta finança internacional e, por fim, uma fraca conexão entre salários e ganhos de produtividade, atuando como obstáculo a uma expansão da demanda (BRUNO, 2009).

<sup>54</sup> Estoque líquido de depreciação.

<sup>55</sup> Seguindo o proposto por Bruno (2009), para o cálculo da formação bruta de capital fixo total, foram considerados os gastos totais em construção (incluindo residenciais) e máquinas e equipamentos da administração pública, empresas e famílias. O cálculo da formação bruta de capital fixo produtivo excluiu as construções residenciais.

<sup>56</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 06/09/2016.

Voltando o olhar para os anos 2000, pode-se dizer que são marcados por uma integração ainda maior dos países em desenvolvimento aos fluxos internacionais de capitais. Investimentos estrangeiros diretos, presença mais marcante de bancos internacionais e preços de *commodities* em alta, com impacto positivo na geração de superávits e na constituição de reservas em dólar, são apenas algumas das características que reforçam tal integração. Lapavitsas (2013) ressalta que a posse de enormes reservas em dólar se tornou um dos aspectos definidores da financeirização subordinada desses países.

Para ilustrar esta afirmação, a Tabela 4 a seguir apresenta a evolução das reservas internacionais de nações em desenvolvimento. O Brasil, um dos países mostrados na tabela, apresentou comportamento crescente de suas reservas, que partem de um patamar de aproximadamente US\$ 35 bilhões em 2001 e chegam a mais de US\$ 350 bilhões em 2011, um crescimento expressivo de 888% no período, ou mais de 25% em média ao ano.

	China	Índia	Rússia	Brasil	México	África Sub- Saariana	Europa Central e Oriental
<b>2001</b>	216,3	46,4	33,1	35,6	44,8	35,5	72,8
<b>2002</b>	292,0	68,2	44,6	37,5	50,6	35,9	89,2
<b>2003</b>	409,2	99,5	73,8	48,9	59,0	39,8	110,6
<b>2004</b>	615,5	127,2	121,5	52,5	64,1	62,2	129,2
<b>2005</b>	822,5	132,5	176,5	53,3	74,1	82,9	157,9
<b>2006</b>	1069,5	171,3	296,2	85,2	76,3	115,8	196,3
<b>2007</b>	1.531,3	267,6	466,7	179,5	87,1	146,3	248,9
<b>2008</b>	2.134,5	271,7	421,3	192,9	94,6	163,5	258,6
<b>2009</b>	2.847,3	258,7	416,7	239,1	90,9	155,1	287,6
<b>2010</b>	3.253,6	267,8	443,6	288,6	113,6	157,9	324,4
<b>2011</b>	3.181,1	262,9	454,0	352,0	142,5	180,1	339,1

Tabela 4 – Reservas de países em desenvolvimento, em US\$ bilhões (2001-2011)

Fonte: Lapavitsas (2013) e FMI (2016)<sup>57</sup>

Essa acumulação de reservas teria contribuído, de acordo com Lapavitsas (2013), para um *boom* dos mercados financeiros domésticos, reforçando a financeirização nesses países. Ademais, a já mencionada entrada constante de bancos estrangeiros acelerou mudanças nas práticas bancárias, com aumento da importância dos mercados abertos como forma de captação e dos ativos financeiros como fonte de lucros, além de ter contribuído também para um

<sup>57</sup> FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. IMF DATA. Disponível em: <<http://data.imf.org>> Acesso em: 06/09/2016.

redirecionamento de empréstimos bancários para famílias e indivíduos. Tudo isso teria como reflexo uma crescente expropriação financeira nessas nações com impacto direto sobre o endividamento da população (CAMARGO, 2009; LAPAVITSAS, 2013).

Todavia, é o acúmulo de reservas mostrado que se caracterizaria como um dos aspectos mais marcantes da financeirização subordinada de tais países, pois, ao contrário do que previa o Consenso de Washington – capital fluindo de países ricos para os países mais pobres com o livre comércio – o que ocorre é o inverso: altos volumes de capital saindo de nações em desenvolvimento para financiar déficits constantes e crescentes de economias mais ricas, em especial os EUA. Nesse sentido, a figura do dólar como moeda mundial trouxe como positivo aos EUA a possibilidade de manter déficits comerciais com o exterior, importar e exportar capitais e, como consequência, levar o fenômeno da financeirização para os países em desenvolvimento. Colocando em outros termos, isso significa dizer que as nações menos desenvolvidas acabam por subsidiar a nação hegemônica economicamente apenas para ganharem acesso à forma dominante de moeda mundial, com custos implícitos de difícil mensuração para os países mais pobres (RODRIK, 2006; HARVEY, 2011; LAPAVITSAS, 2013).

Uma questão importante é que há aspectos da financeirização que podem promover crescimento do país, enquanto outros podem funcionar como obstáculo (BOYER, 1999; ARAÚJO, BRUNO e PIMENTEL 2012) e que as configurações institucionais presentes em cada economia serão preponderantes para os desdobramentos do processo de financeirização no que tange ao crescimento.

Em relação ao Brasil, Araújo, Bruno e Pimentel (2012) argumentam que as estruturas institucionais que transformam a economia do país em uma economia financeirizada são as mesmas que contribuem para a apreciação da moeda local, causando perda de competitividade da moeda local. E a política de juros altos que acaba por atrair capital externo reforça o círculo vicioso, gerando mais valorização para o Real, necessidade de emissão de novas dívidas, permanente pressão sobre o balanço de pagamentos, com futuras necessidades de aumento de taxas de juros e consequente atração de mais fluxo de capital de curto prazo.

Já autores como Salama (2000), Colletis (2005) e Bruno (2007) mostram que o regime de acumulação baseado na financeirização pode explicar o baixo e instável nível de crescimento econômico da economia brasileira. Para apresentar

maior crescimento da renda *per capita*, os proprietários do capital precisariam aceitar deixar de ganhar a alta lucratividade e liquidez de ativos ligados à dívida pública (que remunera especialmente bem seus detentores no caso brasileiro) e passarem a investir em ativos reais, produtivos, que apresentam maiores riscos e menor rentabilidade.

Tendo sido feitas considerações sobre a financeirização subordinada da economia brasileira, a próxima seção irá buscar compreender se também ocorreu no Brasil a mesma financeirização ocorrida em economias mais desenvolvidas no que diz respeito ao papel das empresas não-financeiras, o papel dos bancos e as práticas financeiras dos indivíduos.

## **5.2.**

### **O processo de financeirização da economia brasileira**

A partir desse ponto, são apresentadas as análises sobre a presença do processo de financeirização na economia brasileira de maneira similar ao que Lapavitsas (2013) realizou para EUA, Reino Unido, Alemanha e Japão, com foco sobre o aumento da importância dos resultados financeiros em empresas não-financeiras (5.2.1), sobre as mudanças no Sistema Financeiro Brasileiro e a crescente bancarização da população (5.2.2) e sobre as práticas financeiras dos indivíduos / evolução do consumo e do endividamento no Brasil (5.2.3).

#### **5.2.1.**

##### **Aumento da importância dos resultados financeiros em empresas não-financeiras**

Alguns autores centram sua análise da financeirização na transferência da acumulação de capital da esfera produtiva para a esfera financeira (ARRIGHI; 2010; HARVEY, 2011; LAPAVITSAS, 2013) Essa maior participação da esfera financeira acaba por mudar o equilíbrio entre atividades financeiras e não-financeiras dentro das organizações. Lapavitsas (2013) afirma que o que ocorre não é uma ausência de importância das atividades diretamente ligadas à produção, mas sim uma transformação do *mix* de atividades financeiras e não financeiras que são integrais ao circuito do capital produtivo.

Nesse sentido, essa seção busca a percepção acerca dessa transformação na realidade de empresas não-financeiras no Brasil. Tais alterações no circuito do capital têm, ainda de acordo com o autor citado, consequências para a maneira como as empresas financiam seus investimentos, buscam lucro financeiro e até mesmo para sua organização interna. Não se pode negar também que a financeirização dessas empresas tenderia a reproduzir nelas um fenômeno típico da fase financeira do capitalismo mundial: a tendência a crises (HARVEY, 2011; LAPAVITSAS, 2013).

Buscando, portanto, comparar a realidade brasileira com a dos países observados por Lapavitsas (2013) em sua análise, o primeiro olhar aqui se dará para o tamanho dos ativos financeiros totais no Brasil como proporção do PIB (Gráfico 2 a seguir) e, logo na sequência, para o tamanho dos ativos financeiros detidos por empresas não-financeiras em nosso país, também em relação ao PIB total (Gráfico 3 da próxima página).

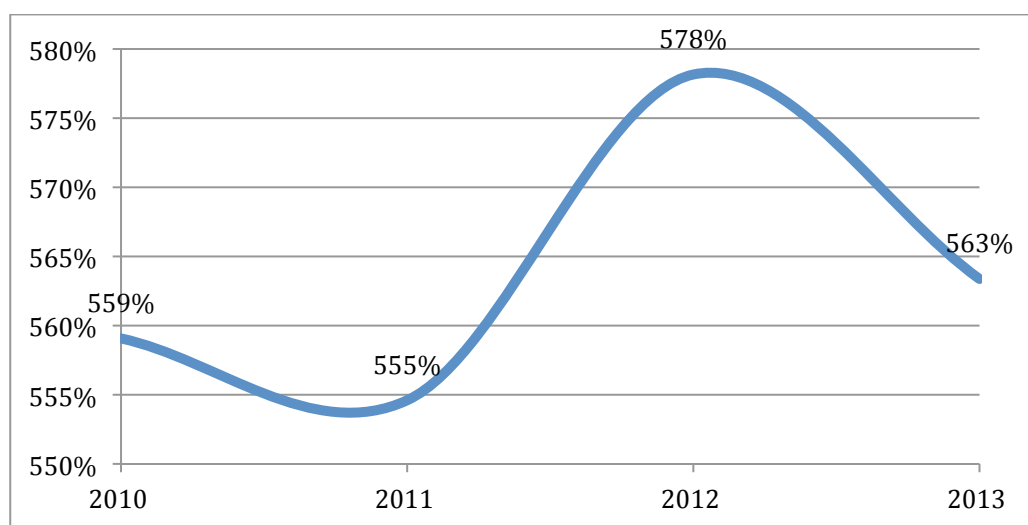


Gráfico 2 – Ativos financeiros como proporção do PIB total (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>58</sup>.

Quando analisamos o montante de ativos financeiros presentes na economia brasileira, de maneira consolidada, percebemos que ele suplanta a faixa dos 500% de todo o Produto Interno Bruto ao longo dos anos mostrados no gráfico (2010-2013), de acordo com dados do IBGE. Apesar de aparentemente elevados, esses valores ainda ficam bastante abaixo dos encontrados por Lapavitsas (2013) nos

<sup>58</sup> IBGE. Séries Históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

quatro países por ele pesquisados. Para os anos finais da análise do autor<sup>59</sup>, o total de ativos financeiros se mostra superior a 700% do PIB alemão, 800% do americano e se mostra acima dos 1.000% do PIB japonês e britânico (este último, suplantando os 1.500% do PIB). Essa análise é importante, principalmente porque a posse de ativos financeiros pressupõe a realização de lucros dentro da esfera financeira, sem se passar pela esfera produtiva.

Quando os ativos financeiros das empresas não-financeiras brasileiras são colocados em evidência (Gráfico 3 a seguir), a primeira conclusão é de ativos financeiros que totalizavam valores aproximadamente iguais ao tamanho do PIB do país para cada um dos anos (ligeiramente superiores a 100% do PIB) e, por conseguinte, também em patamares bem inferiores aos números dos países desenvolvidos (a Alemanha, país com a menor relação de ativos financeiros detidos por empresas não-financeiras apresentou aproximadamente 300% do PIB nessa análise). Essa menor posse de ativos financeiros ajuda a dar suporte a uma hipótese inicial de menor grau de financeirização entre empresas não-financeiras no Brasil, ou seja, de menores lucros sendo auferidos na esfera financeira por parte dessas empresas, pelo menos em comparação com nações desenvolvidas.

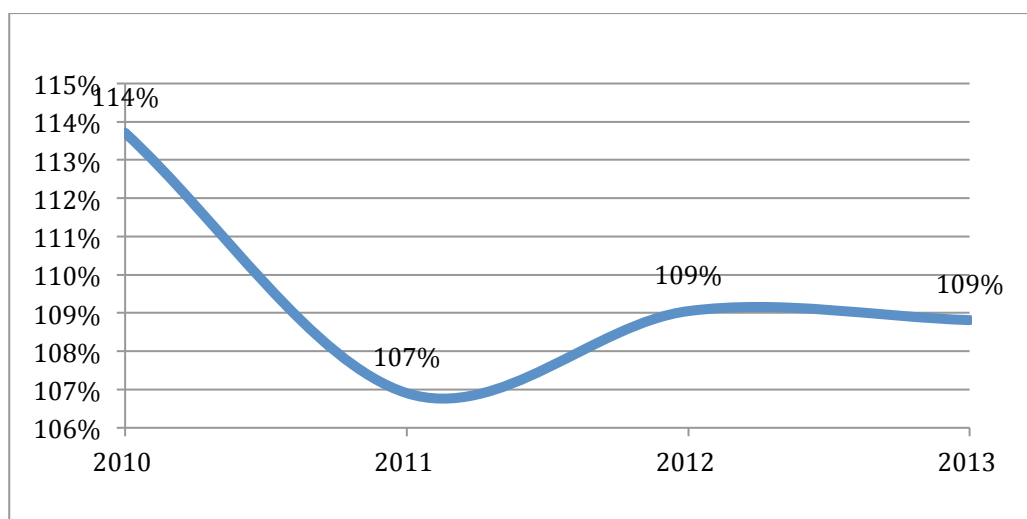


Gráfico 3 – Ativos financeiros retidos pelo setor não-financeiro como proporção do PIB total (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>60</sup>.

<sup>59</sup> Sua análise se encerra em 2009.

<sup>60</sup> IBGE. Séries Históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

A diferença entre o total de ativos financeiros brasileiros (Gráfico 2) e aqueles detidos pelas empresas analisadas no Gráfico 3 tende a mostrar uma grande posse desses ativos por parte das empresas financeiras no Brasil, ponto que será abordado na próxima seção.

Quando se busca conhecer a decomposição desses ativos por perfil, o que se constata é uma alta presença de participação de capital em outras empresas e em fundos de investimento, talvez denotando uma maior interação com o mercado financeiro, mas ainda com uma baixa presença de aplicações de maior risco, como derivativos financeiros, por exemplo. Os empréstimos tradicionais, títulos de dívida e créditos comerciais somam cerca de 25% do total de ativos financeiros ao longo dos anos. Essas informações são visualizadas na Tabela 5 mostrada a seguir.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Ouro monetário</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Numerário e depósitos</b>	10,42%	9,61%	9,72%	9,44%
<b>Títulos de dívidas</b>	5,31%	6,80%	5,57%	5,86%
<b>Empréstimos</b>	5,30%	4,43%	4,65%	4,51%
<b>Participações de capital e em fundos de investimentos</b>	44,04%	40,75%	38,46%	37,46%
<b>Planos de seguros, de previdência e regime de garantias padronizadas</b>	0,29%	0,31%	0,33%	0,36%
<b>Derivativos financeiros</b>	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
<b>Créditos comerciais e adiantamentos</b>	15,47%	19,40%	19,50%	19,43%
<b>Outros</b>	19,15%	18,68%	21,75%	22,92%

Tabela 5 – Composição dos ativos financeiros retidos pelo setor não-financeiro (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>61</sup>.

Mirando o outro lado do balanço patrimonial dessas empresas, a análise dos seus passivos também demonstra uma grande participação de capital de outras empresas e de fundos de investimentos, com percentuais sempre em torno de 50% do total dos passivos.

Os dados da composição dos passivos das empresas não-financeiras brasileiras no período compreendido entre 2010 e 2013 são apresentados na Tabela 6 a seguir.

<sup>61</sup> Idem.

<b>Passivos</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Títulos de dívidas</b>	2,30%	3,02%	2,67%	3,03%
<b>Empréstimos</b>	22,47%	22,87%	23,79%	25,17%
<b>Participações de capital e de fundos de investimentos</b>	54,12%	52,07%	51,48%	49,27%
<b>Créditos comerciais e adiantamentos</b>	8,58%	10,29%	9,92%	10,63%
<b>Outros</b>	12,52%	11,76%	12,14%	11,89%

Tabela 6 – Composição dos passivos do setor não-financeiro (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>62</sup>.

Este “olhar” voltado para ativos e passivos das empresas não-financeiras das últimas duas tabelas busca, conforme Lapavitsas (2013), tentar entender tais corporações tanto como tomadoras de recursos (receptoras) como emprestadoras (fornecedoras), na tentativa de se averiguar uma mudança do envolvimento delas com o sistema financeiro.

Ao se buscar a compreensão da composição dos recursos que entram nas empresas não-financeiras no Brasil, ainda há grande preponderância dos créditos vindos do sistema financeiro, sejam eles créditos livres, que pertencem a linhas que os bancos podem utilizar para empréstimos com finalidades diversas e os créditos direcionados, vindos de linhas com recursos já especificamente destinados a certas questões (exemplo: atividade agrícola, aquisição de maquinários, entre outros). O mercado de capitais corresponde a aproximadamente 10% das fontes de recursos ao longo da série temporal, número bastante inferior ao apresentados pelas nações desenvolvidas estudadas por Lapavitsas (2013). Isso também pode reforçar as considerações sobre uma menor interação das empresas brasileiras com o mercado de capitais em comparação àqueles países o que, supõe-se, pode denotar um grau inferior de financeirização dessas empresas em relação ao daqueles países.

Além de resumir os dados já mencionados, o Gráfico 4 a seguir também mostra que uma participação importante dos recursos, de cerca de um terço do total nos meses finais da série, vem do mercado externo.

---

<sup>62</sup> Idem.

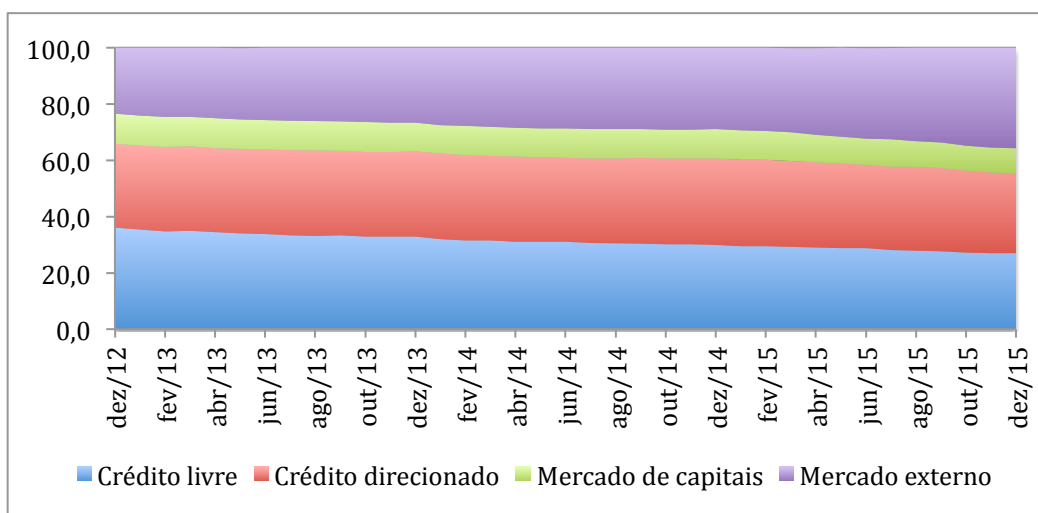


Gráfico 4 – Participação no endividamento Pessoa Jurídica por fonte de recursos no Brasil, em % (2012-2015)

Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, BACEN (2016).

Por fim, talvez a análise mais importante sobre as empresas não-financeiras brasileiras seja a do montante dos lucros auferidos em operações financeiras em comparação aos lucros vindos das operações produtivas. Um importante aspecto da financeirização dessas empresas, conforme já abordado anteriormente, diz respeito aos lucros tendendo a virem em escala cada vez maior da esfera financeira, não produtiva.

Esta análise sobre o montante de lucro advindo da esfera financeira não está presente em Lapavitsas (2013), uma vez que este autor trabalha com dados de posse de ativos financeiros, partindo-se do princípio de que essa posse tende a se desdobrar em rendimentos financeiros. Porém, julgou-se necessário fazê-la aqui para complementar os dados colhidos até então sobre as empresas do setor não-financeiro. Primeiramente, o Gráfico 5 irá mostrar o somatório das receitas financeiras de empresas não-financeiras sobre o total de vendas dessas empresas para o período de 20 anos compreendido entre 1996 e 2015. Deve-se ressaltar que, na impossibilidade de se conseguir dados sobre receitas financeiras de todas as empresas brasileiras, buscou-se como forma de aproximação e com o intuito de ilustrar o argumento que aqui se pretende defender os dados dos últimos 20 anos de todas as empresas do setor não-financeiro que estavam listadas na Bolsa de Valores de São Paulo em janeiro de 2016. A relação completa de empresas utilizadas nesta análise é mostrada nos anexos deste trabalho.

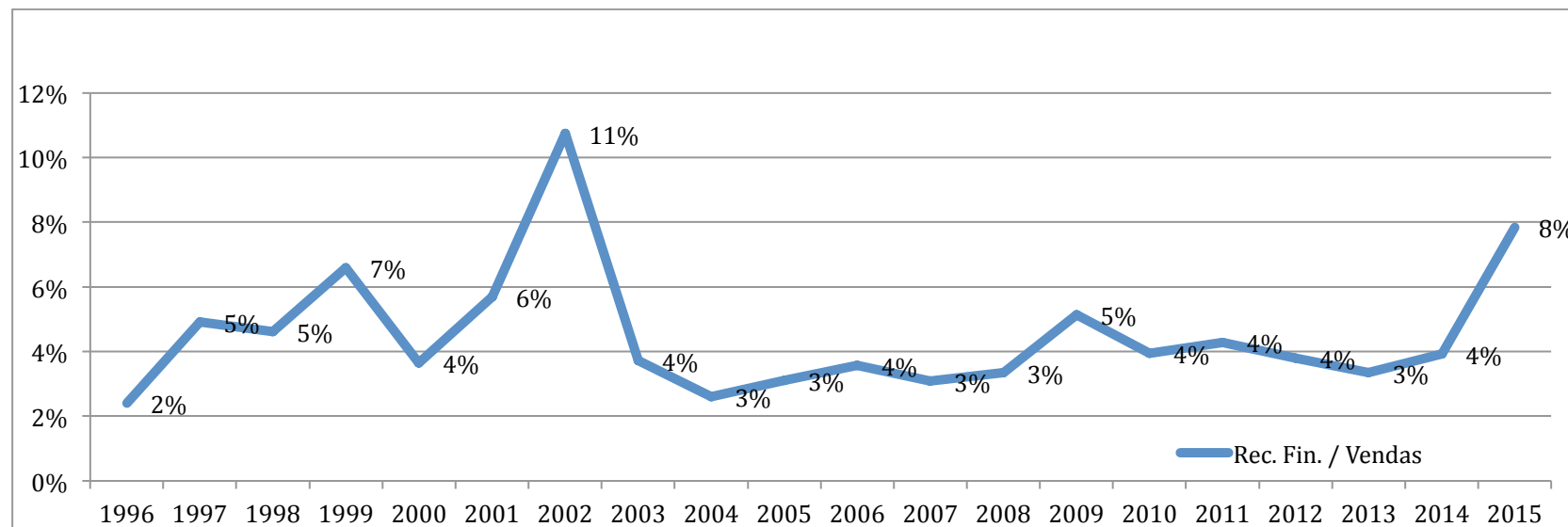


Gráfico 5 – Receitas financeiras como proporção da Receita bruta de vendas do setor não-financeiro no Brasil (1996-2015)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de BM&F Bovespa

Pela análise do gráfico, percebe-se que os fluxos de recursos advindos de rendimentos financeiros por parte dessas empresas oscilam consideravelmente entre os anos sem, no entanto, ultrapassar o limite dos 12% em comparação ao total de recursos provenientes de vendas de seus produtos ou serviços. Essa análise é importante por mostrar o montante de entradas de dinheiro das empresas em relação a toda a movimentação de vendas. Contudo, esta análise precisa ser complementada pela percepção do tamanho dos rendimentos financeiros sobre o total de lucros que auferem estas empresas. Isto é mostrado no Gráfico 6 a seguir.

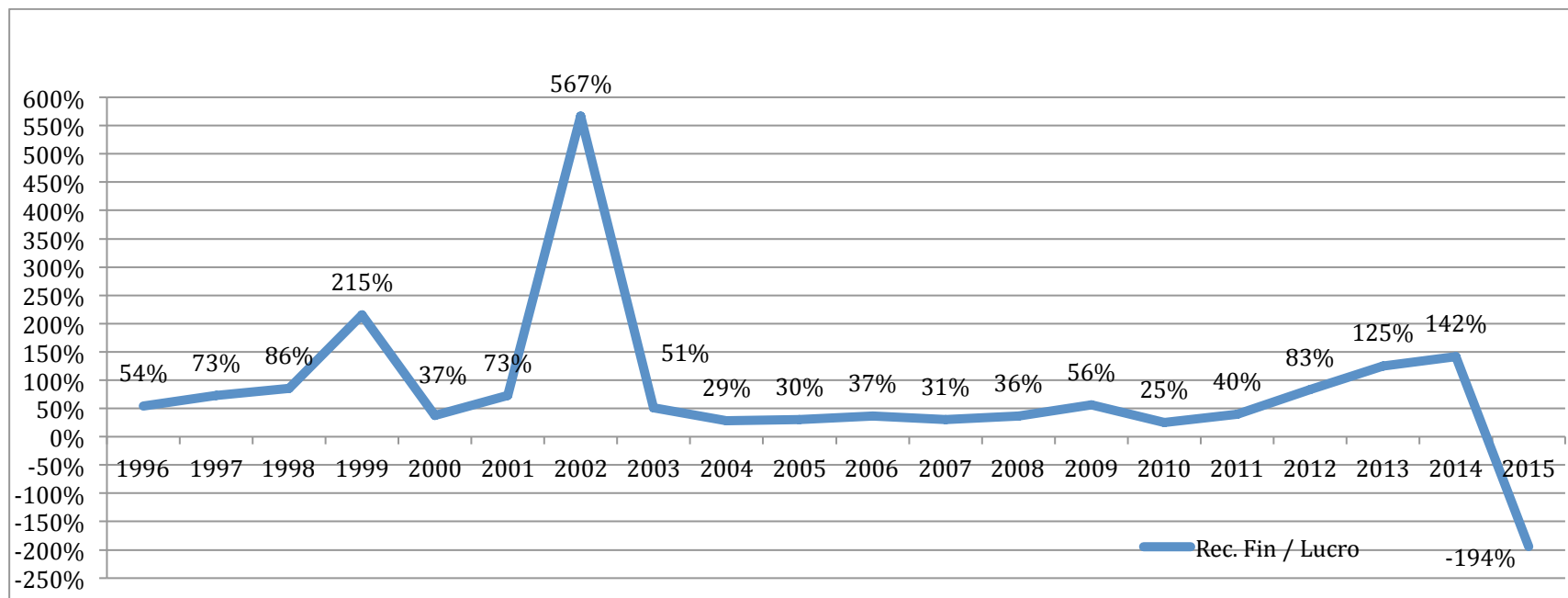


Gráfico 6 – Receitas financeiras como proporção do Lucro Total do setor não-financeiro no Brasil (1996-2015)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de BM&F Bovespa

A análise do Gráfico 6 mostra a presença de receitas financeiras representando uma proporção considerável do lucro total auferido por essas empresas ao longo da série histórica pesquisada. Essa proporção se encontrou em patamares superiores a 30% dos lucros totais em praticamente todos os anos do período, o que significaria dizer que mais de 30% dos lucros das empresas listadas na BM&F Bovespa vieram da esfera da circulação, e não da produção. Após oscilar entre 30 e 40% durante quase toda a primeira década do século XXI, o total de rendimentos advindos da posse de ativos financeiros sobre o total de lucros apresentou uma tendência de alta até o ano de 2014.

Apesar da falta de uma base de comparação internacional, não apenas a tendência de alta relativa vinha se mostrando crescente nos últimos anos, como também em valores absolutos. A título de ilustração, o total de receitas financeiras de todas as empresas da análise passou de aproximadamente R\$ 67 bilhões em 2014 para mais de R\$ 140 bilhões em 2015. É importante destacar aqui também que os dois anos que destoam do total da série (2002 e 2015) apresentam resultados bastante atípicos, com lucro somado do consolidado das empresas em nível muito baixo em 2002 e com prejuízo líquido bastante forte em 2015. No caso específico de 2015, o montante de prejuízo líquido somado das empresas Vale do Rio Doce e Petrobrás responde consideravelmente pela alteração na linha de tendência do gráfico.

Assim, mostrado o *status* das empresas do setor não-financeiro sobre o cenário de financeirização da economia brasileira que aqui se descreve, a próxima seção irá continuar dentro da proposta de Lapavitsas (2013), migrando o foco para as empresas do setor financeiro e uma eventual mudança de comportamento das mesmas.

### 5.2.2.

#### **Mudanças no Sistema Financeiro Brasileiro e a crescente bancarização da população**

Conforme Lapavitsas (2013), uma das características que marca o processo de financeirização da economia é uma mudança do foco dos bancos, que se voltam para transações no mercado aberto com o objetivo de auferirem lucros, podendo até mesmo suplantam os lucros advindos das operações tradicionais de tomar empréstimos e emprestar dinheiro a seus clientes.

Por se partir da hipótese de que o nível de financeirização da economia brasileira ainda seja inferior ao de economias mais desenvolvidas, em virtude de um amadurecimento mais tardio do Sistema Financeiro Nacional, entre outras possíveis explicações, inicialmente buscar-se-á compreender nesta seção o processo de bancarização<sup>63</sup> da população brasileira para, mais adiante, tentar se

---

<sup>63</sup> Por clientes bancarizados entende-se aqueles que utilizam de serviços bancários, segundo a Febraban (2009). Como indicador de bancarização, a instituição utiliza a proporção dos CPFs com relacionamentos ativos com os bancos sobre a População Economicamente Ativa (PEA).

verificar se a postura dos bancos brasileiros de fato se aproximou daquela percebida em bancos estrangeiros no sentido do aumento das operações no mercado aberto.

Assim, neste ponto do trabalho, os objetivos serão (1) mostrar que o Sistema Financeiro brasileiro passou por transformações que têm impacto sobre a bancarização da população e a relação do brasileiro com o dinheiro e (2) verificar se os bancos do país começam a conseguir resultados crescentes vindos de operações no mercado aberto, em comparação a operações tradicionais. Apesar de apenas a segunda característica aparecer em Lapavitsas (2013) como marcante para se compreender um processo de financeirização, acredita-se que a primeira seja fortemente ligada a ela e tenha impacto direto na maneira como o brasileiro passa a conviver com o dinheiro ao longo das últimas décadas. Como já foi dito anteriormente, para Lapavitsas (2013), a expropriação financeira doméstica parece ter ocorrido em países em desenvolvimento na última década, com impacto direto no aumento do endividamento de famílias e indivíduos.

Voltando então o foco para a realidade brasileira e, inicialmente, buscando uma compreensão do estágio de desenvolvimento do sistema financeiro de nosso país e seus possíveis desdobramentos, percebe-se, conforme afirma Camargo (2009), que os anos 1990 foram de importantes mudanças na estrutura e nos padrões de concorrência do sistema bancário, pois assim como ocorria em outros países, através de um processo de liberalização de mercados, o Brasil também inicia seu processo de abertura comercial e financeira. O governo brasileiro promoveu um processo de reestruturação do setor bancário, o que permitiu uma maior presença de bancos estrangeiros no país.

Tal reestruturação deu início a um processo de amadurecimento e consolidação do setor, que cresceu consideravelmente ao longo dos anos. Para ilustrar tal afirmação, a Tabela 7 a seguir mostra o crescimento do total de ativos e do faturamento do setor bancário a partir de 2010. Nessa tabela, é apresentada também comparação do crescimento do setor bancário com o acréscimo do PIB do Brasil e de outros importantes setores (setor agrícola, industrial e o setor de

serviços), para ilustrar a relevância da intermediação financeira dentro do PIB brasileiro<sup>64</sup>.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Ativos Totais do setor financeiro (bilhões de R\$)</b>	3.749	4.397	5.119	5.627	6.377	7.115
<b>Crescimento de Ativos</b>	19,4%	17,3%	16,4%	9,9%	13,3%	11,5%
<b>Receitas de intermediação financeira (milhões de R\$)</b>	243.475	309.508	274.282	302.721	378.725	462.134
<b>Crescimento das receitas de intermediação financeira</b>	15,8%	27,1%	-12%	10,3%	25,1%	22,0%
<b>Crescimento PIB</b>	7,6%	3,9%	1,8%	2,7%	0,1%	-3,8%
<b>Crescimento Setor Agrícola</b>	6,7%	5,6%	-3,1%	8,4%	2,1%	1,8%
<b>Crescimento Setor Industrial</b>	10,2%	4,1%	-0,7%	2,2%	-0,9%	-6,2%
<b>Crescimento Setor de Serviços <sup>65</sup></b>	5,8%	3,4%	2,9%	2,8%	0,4%	-2,7%

Tabela 7 – Evolução do setor bancário brasileiro X outros setores da economia (2010-2015)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de BACEN<sup>66</sup> e IBGE<sup>67</sup>.

Destaque deve ser dado ao fato de que o crescimento médio do setor bancário ficou acima dos 10% ao ano para o período, tanto para o valor de seus ativos quanto para faturamento com intermediação financeira, montante bastante superior ao crescimento de outros setores da economia.

Analisando um pouco mais a fundo o setor financeiro, de acordo com o Banco Central do Brasil, os 10 maiores bancos em funcionamento no Brasil em dezembro de 2015 eram o Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, BTG Pactual, HSBC, Safra, Votorantim e Citibank. A Tabela 8 apresenta os bancos e alguns de seus números. Destaca-se a grande

<sup>64</sup> Para a construção da Tabela 7, o Total de Ativos e as Receitas de Intermediação Financeira contemplam apenas as instituições bancárias, representadas pelos macrossegmentos a seguir, conforme classificação do Banco Central: b1 - Banco comercial, múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica e b2 - Banco múltiplo sem carteira comercial e banco de investimento.

<sup>65</sup> O crescimento do setor de serviços mostrado na tabela inclui o setor financeiro.

<sup>66</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. IF.DATA. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>>. Acesso em: 12/09/2016.

<sup>67</sup> IBGE. Séries Históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

concentração no setor quando se analisa a representatividade dessas maiores instituições sobre o total do Sistema Financeiro Nacional.

Instituições	Ativo Total	Depósito Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
<b>Banco do Brasil</b>	1.438.964.956	465.859.911	71.679.697	5.672.126
<b>Itaú-Unibanco</b>	1.285.393.163	326.669.043	111.806.212	10.938.678
<b>Caixa Econômica Federal</b>	1.203.756.044	455.327.185	26.616.878	3.045.060
<b>Bradesco</b>	905.117.499	197.217.919	89.620.766	8.499.723
<b>Santander</b>	681.734.679	142.640.645	56.876.618	2.458.404
<b>BTG Pactual</b>	241.695.357	90.243.143	19.668.231	3.392.021
<b>HSBC</b>	175.058.784	56.153.180	9.452.524	-785.218
<b>Safr</b>	147.616.874	9.880.755	8.914.850	766.615
<b>Votorantim</b>	110.379.914	4.205.878	7.616.665	213.943
<b>Citibank</b>	76.046.288	14.904.798	7.685.586	530.737
<b>Total dos 10 maiores bancos</b>	<b>6.265.763.558</b>	<b>1.763.102.457</b>	<b>410.028.027</b>	<b>34.732.089</b>
<b>Total do Sistema Financeiro Nacional<sup>68</sup></b>	<b>7.372.720.482</b>	<b>2.076.361.035</b>	<b>561.286.236</b>	<b>43.956.056</b>

Tabela 8 – Os 10 maiores bancos do Brasil (R\$ mil) em Dezembro / 2015

Fonte: BACEN<sup>69</sup>

Em todos os itens mostrados na tabela (Ativo Total, Depósito Total, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido), o somatório obtido pelas 10 maiores instituições se aproxima dos valores somados de todas as instituições bancárias e não bancárias componentes do Sistema Financeiro Nacional. De fato, desde o fim da década de 1990 há uma intensificação no processo de fusões e aquisições, tanto por instituições estrangeiras como por instituições nacionais, o que aumentou consideravelmente a concentração bancária.

Um fato importante sobre esta concentração diz respeito ao seu impacto sobre o *spread*<sup>70</sup> bancário e, consequentemente, sobre o custo final do dinheiro para famílias e empresas, trazendo impacto ao processo de decisões financeiras de indivíduos e famílias. Segundo Camargo (2009), a entrada dos bancos estrangeiros trouxe consigo a expectativa de melhoria na qualidade dos produtos e

<sup>68</sup> Considerando os macrosegmentos conforme o Banco Central: b1 - Banco comercial, múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica; b2 - Banco múltiplo sem carteira comercial e banco de investimento; b3 - cooperativas; b4 - Banco de desenvolvimento; n1 - não bancário de crédito e n2 - não bancário mercado de capitais.

<sup>69</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. IF.DATA. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>>. Acesso em: 12/09/2016.

<sup>70</sup> *Spread* bancário é a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos. (BACEN, 2014)

serviços e modernização da tecnologia e, principalmente, queda destes *spreads*, em virtude da maior concorrência, beneficiando os clientes de serviços bancários.

Contudo, de acordo com a autora, as expectativas de melhores taxas não foram atendidas, em função da postura conservadora adotada pelas instituições estrangeiras. Além disso, o processo de fusões e aquisições acabou por reduzir o número de instituições operando, o que favoreceu o encarecimento das operações financeiras. Como consequência, apesar da queda no custo do dinheiro no país, principalmente a partir de 2003, o ritmo de diminuição dos juros e custo de tarifas estaria sendo prejudicado por um déficit de concorrência.

A Tabela 9 a seguir corrobora com a afirmação da autora ao demonstrar as taxas de retorno dos bancos sendo mantidas em patamares altos ao longo dos últimos anos<sup>71</sup>. Para a montagem da tabela, foram considerados o Retorno sobre Ativo (ROA)<sup>72</sup> e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)<sup>73</sup> dos 10 maiores bancos brasileiros para o período 2010-2015. Em muitos casos, o ROE se manteve em patamares superiores a 20% ao ano para o período pesquisado (entre 2010 e 2015).

Instituições	Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Banco do Brasil</b>	ROA	1,6%	1,4%	1,2%	1,3%	0,8%	0,9%
	ROE	27,2%	22,5%	19,9%	23,%	15,3%	19,0%
<b>Itaú-Unibanco</b>	ROA	15,7%	15,6%	14,2%	16,5%	19,3%	18,9%
	ROE	17,4%	17,4%	15,3%	18,0%	21,9%	21,1%
<b>Caixa Econômica Federal</b>	ROA	0,93%	1,01%	0,65%	0,64%	0,60%	0,67%
	ROE	24,38%	26,49%	19,97%	9,18%	11,19%	13,86%
<b>Bradesco</b>	ROA	1,6%	1,5%	1,3%	1,4%	1,5%	1,8%
	ROE	22,3%	21,3%	18,1%	17,0%	19,8%	20,2%
<b>Santander</b>	ROA	1,0%	0,8%	0,7%	0,3%	0,3%	1,0%
	ROE	6,0%	5,5%	4,8%	2,5%	3,6%	12,5%
<b>BTG Pactual</b>	ROA	1,7%	2,5%	2,3%	2,3%	2,2%	3,4%
	ROE	14,5%	24,8%	24,7%	23,9%	25,2%	32,8%

Tabela 9 – Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) dos principais bancos brasileiros (2010-2015)

<sup>71</sup> A Tabela 9 foi construída sempre levando em conta as Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas publicadas nos *sites* de cada uma das instituições.

<sup>72</sup> ROA, ou Retorno sobre o Ativo, mostra qual o tamanho relativo do resultado da empresa em relação ao montante de seus ativos.

<sup>73</sup> ROE ou Retorno sobre o Patrimônio, mostra qual o tamanho relativo do resultado da empresa em relação ao montante de seu Patrimônio Líquido.

<b>HSBC</b>	ROA	1,04%	1,02%	1,13%	0,30%	1,15%	0,84%
	ROE	15,85%	14,44%	12,37%	3,72%	25,38%	16,25%
<b>Safr</b>	ROA	1,4%	2,06%	1,14%	1,03%	1,08%	1,09%
	ROE	16,10%	25,29%	17,67%	17,97%	17,71%	18,53%
<b>Votorantim</b>	ROA	0,94%	-0,17%	-1,63%	-0,48%	0,51%	0,44%
	ROE	12,10%	-2,5%	-24,21%	-7,17%	6,65%	6,32%
<b>Citibank</b>	ROA	0,79%	3,21%	0,92%	0,76%	0,20%	1,17%
	ROE	7,99%	27,17%	7,48%	6,05%	1,85%	11,63%

Tabela 9 – Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) dos principais bancos brasileiros (2010-2015) (Continuação)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da base de dados Económica e dos *sites* de Relações com Investidores de cada uma das Instituições Financeiras.

Dados de pesquisas recentes também servem para compreender a evolução de nosso Sistema Financeiro e o processo de bancarização da população. A Pesquisa de Tecnologia Bancária, realizada todos os anos pela Federação Brasileira de Bancos, mostra o número de contas correntes ativas no país atingindo 108 milhões em 2014, um crescimento de 5% em relação a 2013, enquanto o número de contas poupança atingiu 130 milhões, crescendo 7% sobre o ano anterior. As empresas também passam a ter mais relação com o Sistema Financeiro Nacional, dado comprovado pelo crescimento de contas de pessoas jurídicas (9,2 milhões de contas em 2014, contra apenas 4,4 milhões em 2005). A mesma pesquisa afirma que 60% da população adulta no Brasil fez uso de serviços bancários em 2014 (FEBRABAN, 2015). Além disso, números divulgados pelo BACEN em junho de 2014 apontavam para a existência de 158 instituições financeiras operando no país.

Estes dados ajudam a ilustrar o avanço da bancarização sobre a população brasileira. Tendo em vista o enfoque deste trabalho sobre a Educação Financeira da população, pode-se dizer que o acesso a serviços financeiros tende a aumentar a demanda dos indivíduos por informação financeira, uma vez que aumentará o contato com novos produtos e serviços com os quais a pessoa pode não estar habituada e cujos riscos ela pode ter dificuldade em mensurar (OCDE, 2005). Se levarmos em conta os dados da Tabela 10 apresentada a seguir, que mostra um nível de bancarização no Brasil ainda inferior a países como Reino Unido, Canadá ou Cingapura e, portanto, com potencial para crescimento, a importância do objeto de pesquisa deste trabalho aumenta.

<b>País</b>	<b>% da população adulta com acesso a serviços bancários</b>
<b>México</b>	27
<b>Rússia</b>	48
<b>Índia</b>	55
<b>Turquia</b>	58
<b>Brasil</b>	60
<b>China</b>	64
<b>África do Sul</b>	75
<b>Estados Unidos</b>	92
<b>Reino Unido</b>	95
<b>Alemanha</b>	97
<b>Canadá</b>	97
<b>Cingapura</b>	98

Tabela 10 – Bancarização dos países em 2014  
Fonte: Febraban (2015)

A pesquisa da Febraban também mostra que o número de agências bancárias acompanhou e contribuiu para esse crescimento da bancarização, com um total de 23.000 agências em todo o território nacional em 2014. A cada 100 mil pessoas utilizadoras de serviço bancário no Brasil, existem 28 agências bancárias, o que torna esse número muito próximo ao de países desenvolvidos, como pode ser visualizado na Tabela 11 a seguir.

<b>País</b>	<b>Nº de agências a cada 100.00 pessoas bancarizadas</b>	<b>Nº de contas correntes por agência</b>
<b>África do Sul</b>	15	13.300
<b>México</b>	22	9.170
<b>Índia</b>	23	6.130
<b>Reino Unido</b>	27	5.735
<b>Brasil</b>	28	4.650
<b>Turquia</b>	34	6.060
<b>Estados Unidos</b>	38	4.890

Tabela 11 – Agências bancárias e contas correntes por país em 2014  
Fonte: Febraban (2014)

O alcance dos bancos também aumentou bastante, principalmente a partir do ano 2000, quando o Banco Central publica a Resolução 2707/2000, que institui a figura do correspondente bancário. O crescimento nos últimos anos pode ser visualizado na Tabela 12 apresentada a seguir, que mostra o número de pontos de atendimento ao longo do período 2010-2014, bem como o número de transações por agência. Um detalhe interessante diz respeito à queda das transações por agência, explicada por um lado pelo crescimento do número de agências e, por

outro, fortemente impulsionado pela maior utilização do *internet e mobile banking*<sup>74</sup>.

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Agências bancárias</b>	20	21	22	23	23
<b>PABs e PAEs</b>	44	46	48	49	51
<b>Total</b>	63	67	70	72	74
<b>Transações por agência</b>	197	181	180	168	153

Tabela 12 – Número de agências, PABs<sup>75</sup> e PAEs<sup>76</sup>, absoluto em funcionamento (em milhares de unidades – 2010-2014)

Fonte: Febraban (2014)

Outro dado importante para se compreender o aumento do acesso da população brasileira aos serviços bancários se refere ao aumento do volume de transações bancárias neste período (crescimento, em média, 13% ao ano entre 2010 e 2014), conforme pode ser visualizado pela Tabela 13 a seguir. O volume total de transações financeiras cresceu de 29 bilhões de transações em 2010 para 47 bilhões em 2014.

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Sem movimentação financeira</b>	14	17	19	23	27
<b>Com movimentação financeira</b>	15	16	17	18	20
<b>Total</b>	29	33	36	41	47

Tabela 13 – Número de transações bancárias (em bilhões de transações – 2010-2014)

Fonte: Febraban (2014)

A forma de relacionamento com as instituições financeiras também passa por mudanças, especialmente em virtude da maior utilização de canais remotos. Cresceu de maneira considerável até 2015 o número de transações utilizando tais canais, como mostra a Tabela 14 a seguir. A facilitação do acesso às instituições

<sup>74</sup> *Internet banking* são serviços bancários *online* por meio de sites e programas do banco, enquanto o termo *Mobile banking* se refere aos aplicativos para serviços bancários em celulares, *smartphones* e *tablets*.

<sup>75</sup> Postos de Atendimento Bancário (PAB) – dependências instaladas no interior de entidades de administração pública ou empresas privadas).

<sup>76</sup> Postos de Atendimento Eletrônicos (PAE) – áreas exclusivas de equipamentos de autoatendimento)

financeiras acaba por trazer consequências sobre a relação dos indivíduos com o dinheiro e com o Sistema Financeiro.

	2013	2014	2015
<b>Nº de contas correntes ativas (pessoa física + pessoa jurídica)</b>	119 milhões	116,3 milhões	116,8 milhões
<b>Nº de contas correntes com mais de 80% de transações em canais remotos</b>	31,3 milhões	77,6 milhões	85,1 milhões
<b>% de contas correntes usando canais remotos / contas ativas</b>	26%	67%	73%

Tabela 14 – Contas correntes com mais de 80% de transações através de canais remotos (2013-2015)

Fonte: Febraban (2015)

Passando a análise para a disseminação do novos meios de pagamento pela população brasileira, pode-se perceber que o uso de meios como cartões de crédito e débito também cresceu, o que aumenta a variedade de opções de pagamento e, principalmente, adiciona complexidade à gestão do dinheiro. Segundo a pesquisa já citada da Febraban (2015), existiam entre 880 e 910 milhões de cartões no Brasil em 2014, incluindo cartões de crédito, débito e cartões emitidos por estabelecimentos comerciais (popularmente conhecidos como cartões de loja). Acrescenta-se a isso o expressivo crescimento do número de cartões emitidos nos últimos anos (em média 9% de crescimento somente entre 2013 e 2014).

Pelos números dessa pesquisa, percebe-se que a maior penetração do número de cartões na população acabou por ocasionar um aumento da participação de transações realizadas com esse meio de pagamento nos últimos anos, em substituição ao uso de cheques. No período de 2007 a 2011, enquanto houve crescimento anual de 17% no número de transações com cartões, o número de transações com cheque caiu 10% ao ano. (FEBRABAN, 2014)

O Gráfico 7 mostrado a seguir ilustra esse crescimento do número de transações com cartões. Desde 2011, elas já representam mais da metade de todas as transações realizadas e a tendência é de continuidade de crescimento para os próximos anos, de acordo com a pesquisa da Febraban (2014). Este número se torna relevante principalmente se for levado em conta a maior dificuldade de

gestão financeira e planejamento pessoal ao se adotar este meio de pagamento, em detrimento de outros meios, como dinheiro e cheque.

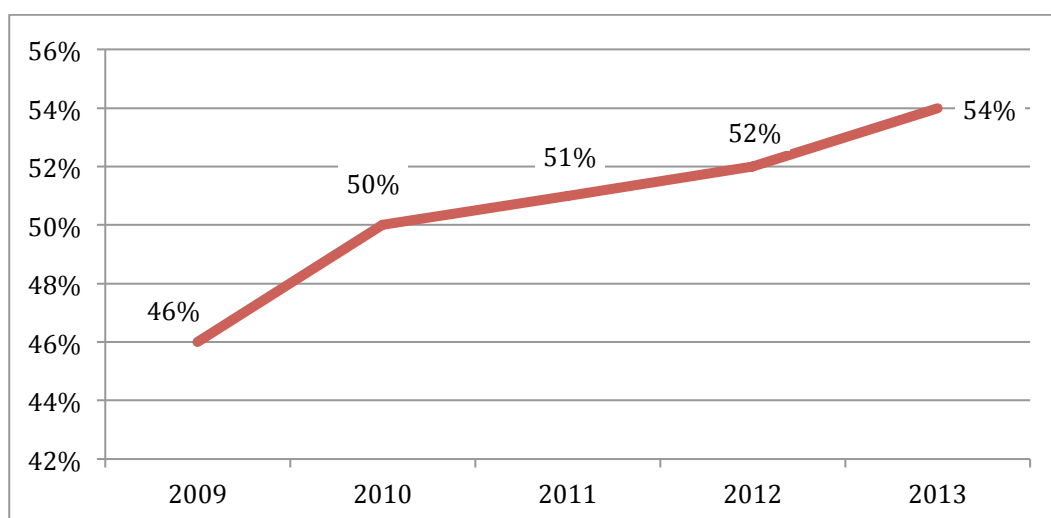


Gráfico 7 – Evolução das transações com uso de cartões no Brasil (% sobre o total de transações – 2009-2013)

Fonte: Febraban (2014)

Ainda assim, os gastos com cartão são menores do que em outros países, conforme ilustra a Tabela 15 a seguir com os percentuais de gastos familiares realizados por meio de cartões em relação aos gastos totais. Esses gastos saltaram de 23% em 2011 para 31% em 2014, valor ainda inferior aos percebidos na comparação com África do Sul ou a Turquia, por exemplo, e bem abaixo de países como Reino Unido e Canadá.

País	% do consumo familiar
<b>Brasil</b>	31
<b>África do Sul</b>	39
<b>Turquia</b>	39
<b>Estados Unidos</b>	48
<b>Reino Unido</b>	51
<b>Canadá</b>	56

Tabela 15 – Gastos em cartão (2014)

Fonte: Febraban (2015)

Ao mesmo tempo que destaca o espaço para crescimento, a pesquisa ressalta que este meio de pagamento já é mais utilizado no Brasil do que em países como Suíça, Alemanha, Itália e México.

Uma outra característica da evolução do Sistema Financeiro brasileiro foi o surgimento de uma maior variedade dos produtos financeiros, por meio,

principalmente, de uma grande evolução do número de aplicações financeiras disponíveis. Isso ocorreu porque a estabilização monetária acabou por gerar nos bancos a necessidade de substituição dos lucros provenientes de altas taxas de inflação por receitas provenientes de serviços, o que levou a uma valorização da figura do cliente. Dessa forma, as instituições adotaram a estratégia de segmentação de clientes por renda, perfil, investimentos e relacionamento com o banco. Isso gera um modelo onde os bancos criam produtos e pacotes de serviços diferenciados, adequados a cada perfil de cliente. (CAMARGO, 2009)

Apesar de as principais aplicações financeiras, segundo o Banco Central, serem a poupança, os Certificados de Depósito Bancário (CDBs), os Recibos de Depósitos Bancários (RDBs) e os fundos de investimentos, percebe-se, como fruto do processo de intermediação financeira e de sofisticação do Sistema Financeiro Brasileiro, uma grande oferta também de produtos ligados a previdência, seguros e gestão de fundos. E tal fato também contribui para uma maior complexidade do processo de decisões financeiras. Um exemplo disso é o crescimento da indústria de fundos de investimento no país. Em 2014, o setor terminou o ano com R\$ 2,7 trilhões em patrimônio líquido e captação de R\$ 2,2 bilhões no mercado doméstico, tornando-se a sétima maior indústria de fundos do mundo. (ANBIMA, 2015)

Toda esta análise histórica feita até o momento serve para mostrar, por um lado, um maior processo de bancarização da população, com maior interação de famílias e empresas com o sistema financeiro, mas também um aumento da complexidade do processo decisório em relação às finanças. Ao permitirem perceber que a relação do brasileiro com o dinheiro mudou, as mudanças narradas até aqui podem dar pistas sobre um provável fenômeno de financeirização no país. No entanto, conforme Lapavitsas (2013), um dos pontos que realmente caracterizariam a existência de tal fenômeno é um maior direcionamento dos bancos ao mercado aberto, com potencial alcance de maiores lucros em operações em tal mercado do que nas tradicionais operações de empréstimos e aplicações financeiras.

Voltamos, portanto, a análise deste segundo ponto proposto para esta seção, que é a compreensão da exposição dos bancos a operações no mercado aberto. Como lembra Lapavitsas (2013), ao citar Marx, o capital disponível para empréstimo possui uma forma distinta de acumulação se comparado ao capital

usado para a produção. Assim, discutir a relevância do sistema financeiro pressupõe entender as distinções entre acumulação real e financeira.

Um primeiro dado que será mostrado, seguindo a análise proposta por Lapavitsas (2013), diz respeito à contribuição do setor financeiro ao PIB. No caso brasileiro, olhando para os dados a partir do ano 2000, expostos no Gráfico 8 a seguir, percebe-se uma certa estabilidade do valor adicionado pelo setor financeiro ao PIB nacional, com valores entre 6% e 8%, aproximadamente, apesar de ligeiro decréscimo nos últimos anos da série apresentada.

Se confrontados com os dados apresentados por Lapavitsas (2013) para EUA, Reino Unido, Japão e Alemanha, os valores de contribuição do setor financeiro ao PIB do Brasil ficam em patamar bastante inferior. Naqueles países, e principalmente nos EUA e Reino Unido, o setor financeiro assume uma grande representatividade em comparação com o total da economia. Desde os anos 1970, o setor financeiro contribuiu com mais de 20% do PIB nestes países, tendo chegado a um patamar superior a 30% próximo à crise financeira de 2008. Sendo assim, observa-se que o setor financeiro ainda contribui comparativamente menos para o total de riquezas produzidas no país e que o PIB brasileiro ainda tem contribuição preponderante dos demais setores ligados à agricultura, indústria e demais serviços.

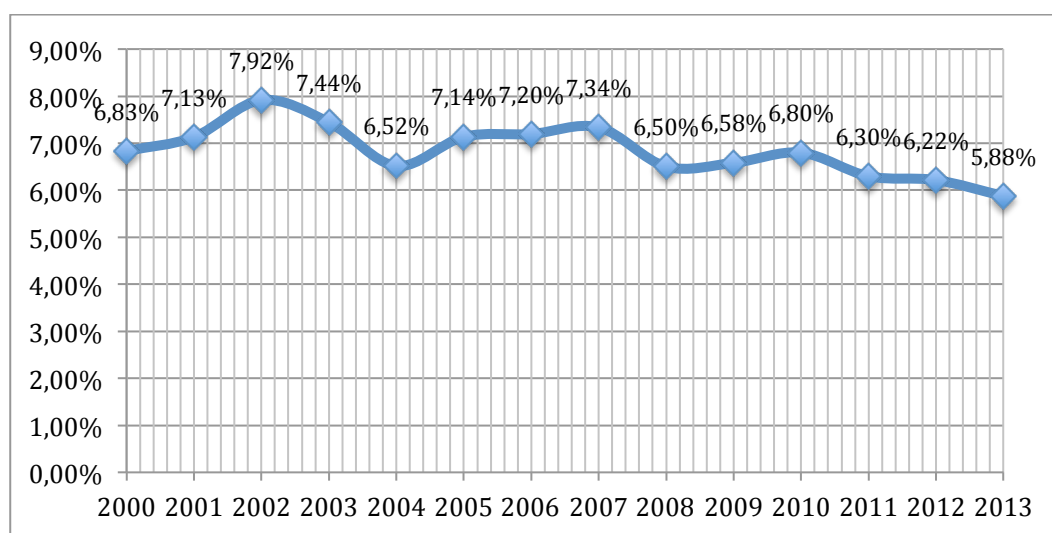


Gráfico 8 – Valor adicionado bruto a preços correntes pelo setor financeiro como proporção do PIB Total (2000 – 2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>77</sup>.

<sup>77</sup> IBGE. Séries Históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

Se observados os ativos financeiros retidos por empresas financeiras como proporção do PIB brasileiro, serão encontrados valores superiores a 300% de toda a riqueza produzida no país, conforme o Gráfico 9 a seguir, que ilustra o período entre 2010 e 2013. Ao serem comparados aos ativos financeiros mostrados na seção anterior para as empresas não financeiras, os números mostrados se apresentam em volume bastante superior. No entanto, uma comparação com o setor financeiro das economias maduras mostra o setor financeiro brasileiro com representatividade mais modesta, principalmente se comparado ao Reino Unido (quase 1.000% do PIB em tamanho de ativos financeiros, ressaltando a força do setor financeiro britânico) e o Japão. Estados Unidos e Alemanha apresentam totais de ativos financeiros próximos aos 400% do PIB nos anos mais recentes.

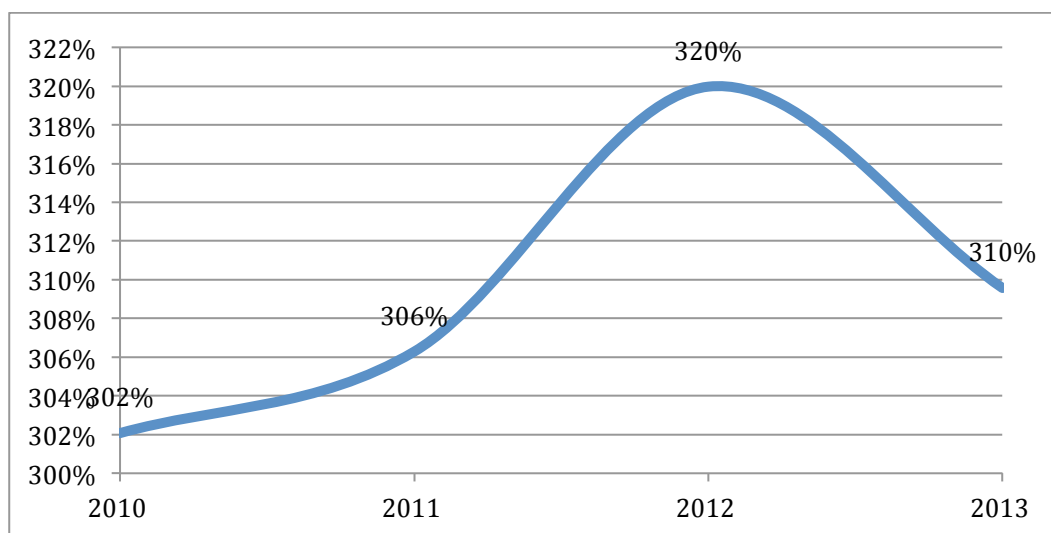


Gráfico 9 – Total de ativos financeiros retidos pelo setor financeiro como proporção do PIB total (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>78</sup>.

Passando a análise para a composição dos ativos das instituições financeiras brasileiras, poder-se-ia dizer que características de uma economia financeirizada, nos moldes das economias desenvolvidas estudadas, apontariam para uma maior participação de derivativos financeiros e uma menor participação de depósitos e empréstimos. Não é o que ocorre, pelo menos por enquanto, no setor financeiro brasileiro. O volume de derivativos é bastante baixo e o de depósitos e empréstimos é relativamente alto, conforme Tabela 16 abaixo.

<sup>78</sup> IBGE. Séries Históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Ouro monetário e DES</b>	0,08%	0,08%	0,10%	0,09%
<b>Numerário e depósitos</b>	17,04%	17,39%	17,34%	16,39%
<b>Títulos de dívidas</b>	26,87%	28,28%	28,00%	27,31%
<b>Empréstimos</b>	18,30%	18,27%	18,50%	19,66%
<b>Participações de capital e em fundos de investimentos</b>	33,84%	32,36%	31,90%	31,84%
<b>Planos de seguros, de previdência e regime de garantias padronizadas</b>	0,05%	0,06%	0,06%	0,07%
<b>Derivativos financeiros</b>	0,33%	0,26%	0,30%	0,33%
<b>Créditos comerciais e adiantamentos</b>	0,71%	0,62%	0,66%	0,81%
<b>Outros</b>	2,78%	2,67%	3,13%	3,49%

Tabela 16 – Composição dos ativos financeiros retidos pelo setor financeiro brasileiro (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>79</sup>.

Pela análise da Tabela, também se percebe que a presença de títulos de dívida também é representativa. Apesar de não haver o detalhamento sobre tais títulos de dívida sob posse das instituições do sistema financeiro brasileiro, sabe-se que grande parte desses títulos geralmente correspondem a títulos de dívida pública brasileira, ativos considerados de baixo risco e que, ao longo das últimas décadas, apresentam rentabilidades reais elevadas. Essa característica de alta rentabilidade e baixo risco do mercado de títulos brasileiro pode, talvez, explicar pelo menos em parte o menor apetite das instituições financeiras brasileiras por aplicações de maior risco, como aquelas que envolvem derivativos financeiros.

Com relação ao total do empregos gerados pelo setor financeiro, os números brasileiros se mostraram bastante estáveis ao longo do período 2010-2013, conforme apresentado na Tabela 17 a seguir. Em relação ao total de empregos da economia, o setor de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados emprega aproximadamente 1,1% da força de trabalho brasileira. Estes números estão aquém daqueles visualizados nas economias mais desenvolvidas. Nos EUA e Reino Unido, o setor emprega entre 4,5% e 5% da população, enquanto na Alemanha e Japão os valores são de, aproximadamente, 3,5% e 2,5% (LAPAVITSAS, 2013).

<sup>79</sup> Idem.

	2010	2011	2012	2013
<b>Total</b>	98.116.218	99.560.157	100.960.268	102.537.404
<b>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</b>	1.081.093	1.114.181	1.132.240	1.124.207
<b>Percentual sobre o total de empregados</b>	1,10%	1,12%	1,12%	1,10%

Tabela 17 – Empregos do setor financeiro como proporção do emprego total no Brasil (2010-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de IBGE<sup>80</sup>.

Uma próxima análise diz respeito ao total de lucros do setor financeiro em relação ao total da economia. Apesar do baixo número de empregados no setor, os lucros em todos os países pesquisados sempre se mostraram bastante altos e com grande representatividade em relação ao total de lucros da economia. Lapavitsas (2013) chama a atenção para o setor financeiro americano sendo responsável por mais de 30% de todos os lucros da economia nos anos que antecederam a crise de 2008. Ressalta que talvez esse seja um dos aspectos mais marcantes da financeirização: lucros financeiros ganhando espaço dos lucros da acumulação da economia real. No Brasil, apesar de uma limitação em se contar com os dados dos lucros totais da economia, foi preparada análise na Tabela 18 a seguir comparando os lucros do setor financeiro para o ano de 2015 com os lucros das 1.000 maiores empresas não-financeiras do país, de acordo com o *ranking* publicado pelo jornal Valor Econômico<sup>81</sup>. Conforme se percebe pela análise, os lucros das 100 maiores empresas do setor financeiro representaram mais de 63% do montante dos lucros das 1.000 maiores empresas do país. Se for levado em conta todo o lucro produzido pelo setor financeiro do país no referido ano, ele equivalerá a quase 65% do lucro das 1.000 maiores empresas. Tal desequilíbrio mostra a força das instituições financeiras no Brasil. Entretanto, apesar de as bases de dados não serem idênticas àquelas utilizadas por Lapavitsas (2013), dá para se inferir que o peso dos resultados do setor financeiro ainda é inferior ao observado em países desenvolvidos, principalmente os EUA e Reino Unido.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> VALOR ECONÔMICO. 1000 maiores empresas do Brasil. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2801254/ranking-das-1000-maiores>> Acesso em: 16/09/2016.

	2015
<b>Lucro das 100 maiores empresas do Setor Financeiro</b>	43.047.416
<b>Lucro total Setor Financeiro Brasileiro</b>	43.956.056
<b>Lucro das 1.000 maiores empresas brasileiras</b>	67.626.200
<b>% Lucro das 100 maiores do Setor Financeiro sobre lucro das 1.000 maiores empresas brasileiras</b>	63,65%
<b>% Lucro total do Setor Financeiro sobre lucro das 1.000 maiores empresas brasileiras</b>	64,99%

Tabela 18 – Lucros do setor financeiro em relação aos lucros totais da economia (em milhares de reais, 2015)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de BACEN e Valor Econômico (2015).

Outra análise pertinente proposta por Lapavitsas (2013) diz respeito a se buscar isolar apenas a participação dos bancos comerciais no total do sistema financeiro de um país. Se os bancos deixam de auferir resultados através de operações tradicionais de captação e empréstimo e se voltam para o mercado aberto de títulos, então deve declinar a participação dos bancos comerciais dentro do sistema financeiro como um todo. Foi isso que ocorreu nos países desenvolvidos analisados pelo autor. Olhando para o Brasil, a situação ainda é bastante diversa desse cenário, como mostra a Tabela 19 a seguir.

	2014	2015	2016
<b>Banco comercial, múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica</b>	6.249.548.684	6.985.661.651	6.971.586.649
<b>Banco múltiplo sem carteira comercial e banco de investimento</b>	128.092.987	129.760.071	123.281.097
<b>Cooperativas de crédito</b>	150.915.769	182.438.988	192.960.276
<b>Banco de Desenvolvimento</b>	892.779.540	949.620.270	946.783.900
<b>Instituição não bancária de crédito</b>	41.045.858	44.284.967	43.041.104
<b>Instituição não bancária do mercado de capitais</b>	8.277.512	6.812.891	9.107.550
<b>Total Sistema Financeiro</b>	7.470.660.350	8.298.578.838	8.286.760.576
<b>Ativos dos bancos comerciais como % dos Ativos Totais do Sistema Financeiro</b>	83,65%	84,18%	84,13%
<b>Lucros dos bancos comerciais como % dos Lucros Totais do Sistema Financeiro</b>	80,65%	83,03%	80,48%

Tabela 19 – Ativos totais do Sistema Financeiro, separados por tipos de instituições (2014-2016, em milhares de R\$)<sup>82</sup>

Fonte: BACEN<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> Os dados de 2014 e 2015 correspondem ao encerramento do mês de dezembro, enquanto para 2016 foram computados os dados do encerramento do mês de março.

Os bancos comerciais ainda representam mais de 80% dos ativos e dos lucros do sistema financeiro nacional, tendo os bancos de desenvolvimento em segundo lugar nesses quesitos, mas com montantes de lucros e ativos em patamares bem mais baixos. Ainda em relação aos bancos comerciais, a análise de seus ativos totais feita no Gráfico 10 a seguir mostra a importância que as operações tradicionais de crédito e arrendamento mercantil têm para essas instituições no Brasil. Os dados se referem ao período compreendido entre os anos de 2010 e 2015.

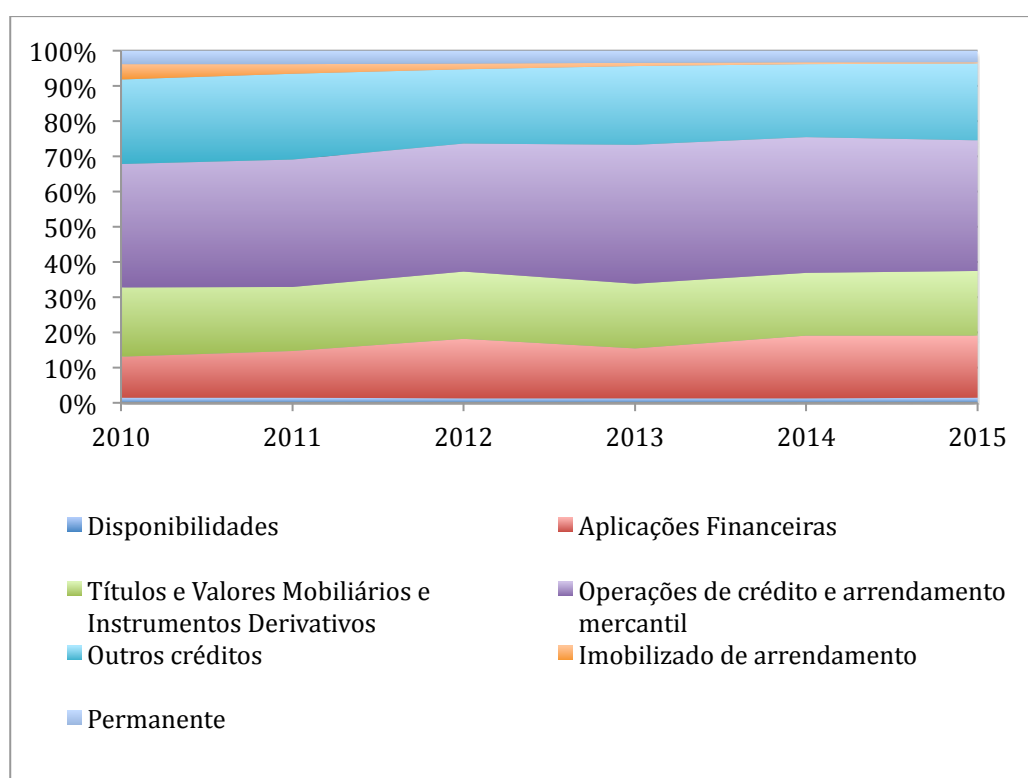


Gráfico 10 – Composição dos ativos dos bancos comerciais, em % (2010-2015)

Fonte: BACEN<sup>84</sup>.

Tendo em vista o cenário apresentado nesta seção, constata-se uma crescente evolução do sistema financeiro no Brasil. Apesar de os principais pontos destacados por Lapavitsas (2013) no que tange ao mercado bancário ainda se distanciarem das características da financeirização das economias desenvolvidas, não se pode negar as implicações da maior maturidade alcançada pelo setor financeiro do Brasil sobre a maneira como a população e também as

<sup>83</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. IF.DATA. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>>. Acesso em: 12/09/2016.

<sup>84</sup> Idem.

empresas, sejam elas financeiras ou não, lidam com o dinheiro e interagem com o sistema financeiro.

A maior complexidade nas decisões financeiras trazida pela bancarização e as mudanças no papel dos bancos dentro do sistema financeiro destacadas nessa seção acabam por gerar pistas, ainda que com menor intensidade do que as de países mais desenvolvidos, sobre a financeirização da economia brasileira. E esses fatores podem atuar como força que movimenta as discussões sobre a relevância da Educação Financeira. Para seguir a análise sobre o fenômeno da financeirização no Brasil, as práticas financeiras dos indivíduos devem ser analisadas, segundo Lapavitsas (2013). Para o país, tal análise será feita na próxima seção, buscando mostrar como mudou a relação do brasileiro com o dinheiro, com foco nas mudanças nas relações de consumo e no endividamento da população.

### **5.2.3.**

#### **As práticas financeiras dos indivíduos e a evolução do consumo e do endividamento no Brasil**

Conforme já mencionado anteriormente, Lapavitsas (2013, p. 04, tradução nossa) mostra uma terceira característica de uma economia financeirizada ao afirmar que “indivíduos e famílias passaram a depender cada vez mais do sistema financeiro formal para facilitar o acesso a bens e serviços vitais, incluindo moradia, educação, saúde e transporte”. Mudanças em comportamento de consumo e a busca do endividamento como forma de financiar tal comportamento marcam, portanto, esse aspecto do fenômeno de financeirização e trazem implicações para a própria maneira como se organizam o mercado financeiro e os bancos, segundo o mesmo autor. Em ponto anterior desta tese de doutoramento, foi afirmado que, se empresas do setor financeiro e também empresas não financeiras acabaram por se financeirizar, o mesmo poderia ter ocorrido com indivíduos e famílias.

No capítulo 3, foram feitas considerações sobre a importância da compreensão dos fenômenos ligados ao consumo e sobre a evolução do estudo da Antropologia do Consumo para se entender temas ligados ao uso do dinheiro nas sociedades modernas. Tendo em vista a importância do consumo sobre a relação

das pessoas com o dinheiro e também sobre esta terceira característica narrada por Lapavistas (2013), passar-se-á agora a uma análise do impacto que as mudanças no significado representado pelo ato de consumir e o aumento do poder de compra da população podem ter sobre o Brasil, e seus consequentes desdobramentos sobre o endividamento da população e sua relação como o sistema financeiro. Portanto, nesta seção, será averiguado se existem indícios de um processo de financeirização no nível de indivíduos e famílias brasileiras.

Como outros países emergentes, o Brasil vivenciou nas últimas décadas um crescimento de seu mercado consumidor, tanto em número de pessoas quanto em poder aquisitivo. Pensando na contribuição dos países emergentes ao cenário de crescimento do consumo, uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Bain & Company (2012) mostra que o número de consumidores desses países cresce em forte ritmo e, ainda que dotados de rendimentos menores que os consumidores da classe média das economias desenvolvidas, estão dedicando parcela crescente de sua renda a uma maior variedade de produtos e serviços. A pesquisa estimou uma contribuição adicional ao PIB global em 2020 de cerca de dez trilhões de dólares. Ainda segundo esta pesquisa, o número de pessoas com renda anual superior a US\$ 5.000, considerada a renda mínima necessária para participar da atividade econômica acima da subsistência, tende a subir de 3,6 bilhões em 2010 para 4,8 bilhões em 2020, aumentando o potencial mercado consumidor mundial.

Sobre a realidade brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2003 e 2008, 34 milhões de pessoas incorporaram as classes A, B e C. De 2009 a 2014, outros 30 milhões de brasileiros se juntaram a esse grupo. A Tabela 20 a seguir ilustra tais mudanças na composição da população brasileira.

	2003	2008	2014
Classes A/B	8%	11%	16%
Classe C	37%	49%	56%
Classe D	27%	24%	20%
Classe E	28%	16 %	8%

Tabela 20 – Composição da população brasileira em classes sociais (2003-2014)  
Fonte: Adaptado de IBGE

Essa evolução contribuiu para a criação de um mercado consumidor de massa, forte e cada vez mais complexo, algo comum a economias mais avançadas. O estudo da consultoria Bain & Company estimou que o mercado brasileiro será o terceiro entre os que mais contribuirão para o crescimento do consumo nos próximos anos, sendo que, apenas Estados Unidos e China darão contribuições maiores.

Nesse sentido, a classe C brasileira<sup>85</sup>, muito comentada por passar a participar mais ativamente do mercado consumidor, amparado, sobretudo pelo crédito, tem apresentado algumas tendências. A primeira delas é o fato de querer ter mais, o anseio por melhorar o que já foi conquistado e incorporar o que está fora do orçamento; a segunda tendência é querer saber mais, com aumento nos investimentos em educação e, por fim, querer experimentar mais. Os novos hábitos levam o consumidor a ambientes que ele não frequentava<sup>86</sup>.

Outro fator importante que contribui para um aumento do consumo diz respeito à redução do índice de natalidade nas últimas décadas, o que acentuou a mudança da pirâmide etária brasileira nos últimos anos. A base de pessoas com até 14 anos de idade vem se estreitando. Ao mesmo tempo, a faixa produtiva, dos 15 aos 64 anos vai crescendo. Uma maior parcela da população em idade produtiva tende a aumentar a renda disponível para consumo e investimentos. Acrescenta-se ainda o fato de que, com a diminuição na taxa de fecundidade nos últimos anos, as famílias brasileiras estão ficando cada vez menores. Isto permite aos pais o aumento do gasto com a criação de um número menor de filhos (apesar de gastar mais, o comprometimento percentual de sua renda diminui) e um aumento dos gastos de consumo do próprio casal.

Olhando para a realidade brasileira acerca do endividamento, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) apontou que 75% das famílias brasileiras relataram ter dificuldades para chegar ao fim do mês com seus rendimentos familiares (IBGE, 2010), o que se reflete sobre os dados de dívidas contraídas. Para Camargo (2009), o crescimento da demanda por crédito foi possibilitado pelo forte crescimento econômico do início dos anos 2000, pela melhoria nos salários reais e pela diminuição nos juros nominais. A autora afirma que o aumento do

<sup>85</sup> Esse avanço da classe C no Brasil, que muitos definiram como a “Nova Classe Média”, será melhor analisada no sexto capítulo deste trabalho.

<sup>86</sup> REVISTA EXAME. O retrato dos novos consumidores brasileiros. Disponível em [www.exame.com.br](http://www.exame.com.br). Acesso em 30/07/2014.

crédito também resultou de uma mudança de postura do governo, que passou a incentivar primordialmente as classes C, D e E da população para o consumo, utilizando-se de aumento programas sociais e aumento do gasto público para atingir tais objetivos<sup>87</sup>.

Algumas iniciativas também foram importantes nesse sentido. Entre elas podem ser destacadas a regulamentação do crédito consignado, em 2003, e a implementação do novo Sistema de Informações de Crédito (SCR). Aliadas a isso, cabem menção também as medidas de incentivo ao crédito habitacional, a criação de cooperativas de crédito, a bancarização da população, em especial a de menor renda, como mostrado na seção anterior e medidas com foco na melhora da transparência na cobrança de tarifas e de taxas de juros. Saito, Savóia e Petroni (2006) dão especial destaque ao surgimento do crédito consignado, como uma alternativa menos onerosa ao cheque especial, e também as iniciativas das instituições financeiras públicas e privadas em fornecer atendimento à população não-bancarizada, com a criação do banco postal, correspondentes bancários e produtos de microcrédito.

Interessante mencionar que o crédito consignado já havia sido utilizado no Brasil anteriormente. Contudo, havia sido eliminado, segundo Carvalho (2007), por se considerar esta modalidade uma espécie de violação do direito do trabalhador em decidir sobre a alocação de sua renda. Talvez aqui o poder dos mercados financeiros se impondo possa explicar o retorno dessa modalidade, atrelada às políticas de concessão crédito incentivadas pelo governo.

Como resultado, o conjunto de políticas voltadas para ampliação do crédito no país trouxe impactos sobre o endividamento das famílias. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016), 58,1% das famílias brasileiras estavam endividadas em meados de 2016 (9.178.712 famílias), 23,5% possuíam dívidas em atraso (3.658.901 famílias) e cerca de 9,1% não possuíam condições de pagar essas dívidas em atraso (1.447.531 famílias). A Tabela 21<sup>88</sup> sintetiza os números principais da série histórica de endividamento (% do total de famílias e em número absoluto de famílias) entre 2011 e 2016.

---

<sup>87</sup> Mais considerações sobre os programas de transferência de renda serão feitas no Capítulo 6.

<sup>88</sup> Para todos os anos, os dados apresentados se referem ao mês de dezembro, com exceção do ano de 2016, para o qual são mostrados os dados de junho.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Endividamento (em %)</b>						
Famílias endividadadas	58,6%	60,7%	62,2%	59,3%	61,1%	58,1%
Famílias com contas em atraso	21,2%	21,7%	20,8%	18,5%	23,2%	23,5%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	7,2%	7,0%	6,5%	5,8%	8,7%	9,1%
<b>Endividamento (em números absolutos)</b>						
Famílias endividadadas	8.569.838	8.835.078	9.062.140	8.677.085	8.953.350	9.178.712
Famílias com contas em atraso	3.144.634	3.034.204	3.016.875	2.709.160	3.397.053	3.658.901
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	1.089.035	978.057	943.220	842.401	1.242.076	1.447.531

Tabela 21 - Principais Indicadores do Endividamento das Famílias (2011-2016)

Fonte: Adaptado de CNC (2016)

O desdobramento dessa dívida em termos monetários e em valores percentuais para as famílias brasileiras no período 2014-2016 está descrito na Tabela 22 a seguir.

	2014		2015		2016	
<b>Endividamento</b>	30.454.608,75	2,16%	27.283.283,36	1,81%	28.679.962,58	1,89%
<b>Endividamento de</b>	146.066.132,94	10,34%	155.890.819,25	10,32%	148.554.001,65	9,79%
<b>Endividamento de crédito</b>	247.688.027,25	17,54%	270.439.094,21	17,90%	275.383.653,68	18,14%
<b>Endividamento com consignação em Folha</b>	98.982.704,09	7,01%	101.420.148,64	6,71%	101.376.783,65	6,68%
<b>Endividamento com consignação em Folha</b>	430.680.342,94	30,50%	499.122.247,26	33,04%	507.739.164,43	33,45%
<b>Habitacional</b>	82.709.038,56	5,86%	90.575.448,94	6,00%	93.260.193,21	6,14%
<b>Outros</b>	190.207.566,24	13,47%	202.204.910,56	13,38%	205.805.905,01	13,56%
<b>Rural e Agroindustrial</b>	185.231.127,39	13,12%	163.760.191,22	10,84%	157.190.040,65	10,36%
<b>Veículos</b>	1.412.019.548,17	100%	1.510.696.143,45	100%	1.517.989.704,85	100%
<b>TOTAL</b>						

Tabela 22 – Composição do endividamento das famílias, em R\$ e percentual (2014 – 2016)<sup>89</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Sistemas de Informação de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil

Quando se observa a evolução dessas dívidas em valores monetários, uma tentativa de comparação com o cenário observado por Lapavitsas (2013) nas

<sup>89</sup> Os dados de 2014 e 2015 correspondem ao mês de dezembro de cada um dos anos, enquanto os dados de 2016 representam o mês de março.

economias mais desenvolvidas mereceria algumas considerações. Nos países pesquisados pelo autor, a dívida imobiliária apresentou comportamento diferente. Nos últimos anos da série por ele observada nos Estados Unidos e Reino Unido, ela representou o principal item de passivo das famílias, enquanto no Japão e Alemanha, os valores permaneceram em patamares parecidos ou até mesmo inferiores ao da dívida chamada de Habitacional na Tabela anterior.

O fator endividamento imobiliário se mostrou preponderante para a financeirização das famílias nos últimos anos nas economias mais desenvolvidas, principalmente se for levado em conta que o mesmo se dá em um momento de redução da provisão por parte do governo de serviços básicos como moradia, saúde, educação, transporte, entre outros. Assim, coube ao setor financeiro mediar tal provisão e o indivíduo precisou se transformar em seu próprio gestor financeiro (DAVIS, 2009; KRIPPNER, 2011; LAPAVITSAS, 2013). No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, há mudanças na postura do Estado na provisão de serviços básicos, muitas vezes sendo estes passados para a iniciativa privada. Tal fato pode vir a incrementar ainda mais a dependência da população brasileira em relação ao sistema financeiro em anos futuros mas, de fato, já se percebe uma maior interação das famílias com o ambiente financeiro no Brasil.

Ainda olhando para os países estudados por Lapavitsas (2013), constatou-se que o crédito para o consumo se mostrou bastante mais elevado que o observado no Brasil. Todavia, uma questão não abordada pela tabela anterior mas que deve ser mencionada diz respeito ao custo dessa dívida. Nos países desenvolvidos, tanto empréstimos imobiliários quanto (principalmente) empréstimos para consumo têm taxas de juros bem menores do que no Brasil.

Fato preocupante diz respeito, por exemplo, à participação das dívidas com cartão de crédito em todos os anos listados, uma vez que esta é uma dívida considerada de alto custo e com maior potencial de impacto negativo sobre a situação financeira dos indivíduos. Em todos os seis anos mostrados, esta modalidade de endividamento representou mais de 70% das dívidas mais citadas pelas famílias brasileiras. Ao serem perguntados sobre qual sua principal dívida, os respondentes da pesquisa da CNC (2016) mencionam as dívidas com cartões de crédito, que atingiram mais de 78% das famílias que possuíam dívidas, sendo seguido pelos carnês, créditos pessoais, financiamentos de carros e cheque

especial. A Tabela 23 apresenta esses dados identificados pela pesquisa da CNC (2016) para o período compreendido entre 2011 e 2016.

Tipo de dívida	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Cartão de crédito</b>	73,1%	75,9%	76,4%	74,6%	78,3%	78,6%
<b>Carnês</b>	21,5%	18,9%	16,9%	18,0%	16,7%	15,6%
<b>Financiamento de carro</b>	10,4%	11,7%	12,6%	14,5%	12,9%	10,8%
<b>Crédito pessoal</b>	11,0%	10,8%	7,9%	9,6%	9,9%	11,3%
<b>Cheque especial</b>	6,0%	6,7%	6,2%	6,0%	6,6%	7,4%
<b>Financiamento de casa</b>	3,0%	5,2%	6,7%	8,2%	8,2%	8,6%
<b>Crédito consignado</b>	3,2%	4,7%	4,8%	4,2%	5,3%	5,1%
<b>Cheque pré-datado</b>	3,2%	2,8%	1,8%	1,9%	1,7%	1,8%
<b>Outras dívidas</b>	2,5%	2,1%	3,2%	1,4%	2,4%	2,4%

Tabela 23 – Tipo de dívida mais citado pelas famílias (2011-2016)

Fonte: Adaptado de CNC (2016)

Se a análise se volta para o tempo que a dívida vem comprometendo a renda do brasileiro, o que se visualiza é uma dependência do endividamento por cada vez mais tempo, ou seja, a dívida vem, ano após ano, comprometendo por mais tempo a renda da população brasileira. Tal fato pode ser constatado através da Tabela 24 mostrada abaixo.

Tempo de comprometimento	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Até 3 meses</b>	29,5%	27,4%	29,9%	27,5%	28,6%	23,2%
<b>Entre 3 e 6 meses</b>	21,2%	21,1%	20,9%	20,8%	18,9%	20,8%
<b>Entre 6 meses e 1 ano</b>	17,4%	15,2%	14,7%	14,9%	15,2%	16,8%
<b>Por mais de 1 ano</b>	26,9%	30,9%	29,8%	32,5%	33,6%	35,2%
<b>Não sabe / Não respondeu</b>	5,0%	5,4%	4,7%	4,2%	3,7%	4,0%
<b>Tempo médio (meses)</b>	6,5	6,8	6,6	6,9	6,9	7,3

Tabela 24 – Tempo de comprometimento das dívidas (dentro os endividados – 2011-2016)

Fonte: Adaptado de CNC (2016)

Em 2016, mais de 35% dos endividados possuíam sua renda comprometida por mais de 1 ano com dívidas. Em 2011, esse número era de menos de 27%. De maneira oposta, cai o número de pessoas que tem seu orçamento familiar comprometido por apenas um curto espaço de tempo. Enquanto no primeiro ano da série mostrada na tabela quase 30% das famílias tinham comprometimento de até 3 meses de renda com dívidas, o número decresce para aproximadamente 23% no ano de 2016.

Como reflexo de dados como os apresentados sobre endividamento da população, a inadimplência no país vem crescendo nos últimos anos (SERASA, 2014). Ao destacar o aumento da inadimplência ocorrido e perceber que tal aumento ocorreu em um cenário de diminuição nas taxas de desemprego (pelo menos até 2014), o estudo Indicador de Educação Financeira do SERASA (2014) menciona duas falhas estruturais no mercado de crédito do Brasil: a ausência de um cadastro positivo e o nível inadequado de Educação Financeira da população. A falta de um cadastro positivo não é mais um problema, pois foi implantado após este estudo do SERASA (2014), mas talvez seu baixo uso atual dificulte a queda da assimetria de informação do mercado de crédito. As instituições financeiras não conseguem discernir entre bons e maus pagadores, o que acaba fazendo com que crédito seja disponibilizado àqueles que não possuem capacidade de adquirir novos compromissos financeiros, mesmo que estejam adimplentes com seus compromissos no momento da solicitação de crédito. Isso faz com que oferta e demanda se equilibrem no mercado de crédito em um patamar de volume menor, com taxas de juros maiores e inadimplência mais elevada. Por outro lado, a instituição defende a criação de ferramentas para mensuração do grau de Educação Financeira da população, dado o cenário de endividamento e inadimplência.

Na impossibilidade de se conseguir dados sobre o total de ativos financeiros detidos pelas famílias no Brasil, passaremos a analisar suas fontes de receitas, para tentar se perceber se há maior dependência do sistema financeiro também nas fontes de recebimentos das pessoas em nosso país. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) mostra a composição das fontes de renda das famílias brasileiras. Em uma economia com alto grau de financeirização, esperar-se-ia encontrar um nível maior de propriedade de ativos financeiros e, por conseguinte, altos índices de rendimentos vindos do sistema financeiro, como fruto dessa propriedade.

Não é o que ocorre no Brasil, segundo os dados obtidos da POF de 2010, conforme se verifica pela análise da Tabela 25 apresentada a seguir. Desde as faixas de renda mais baixas (até R\$ 830 mensais) até aquelas mais altas (superiores a R\$ 10.375 mensais), o rendimento do trabalho, seja como empregado, empregador ou trabalho por conta própria, representa a maior parte dos rendimentos auferidos pelas famílias brasileiras.

Em seguida, as classes de rendimento de maior importância estão ligadas a transferências de aposentadoria, tanto do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) quanto de rendimentos da previdência vindos de empresas públicas. As rendas vindas da posse de ativos ainda são bastante baixas no somatório das rendas das famílias no país, mas com percentual crescente à medida que cresce a renda. Isso pode ser constatado pelas linhas Rendimentos de Aluguel e Outras rendas na tabela. A linha Outras rendas, segundo o IBGE, refere-se às rendas em dinheiro recebidas de vendas eventuais como: vendas de automóveis, consórcios e outros produtos; recebimento de crédito educativo, juros de empréstimos, entre outros. Além disso, são computados aqui os ganhos auferidos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro vindos de ações, juros e correções.

A renda auferida por variação patrimonial, que indica ganhos vindos de variações de preços do patrimônio das famílias é altamente correlacionada à renda total. Enquanto para as famílias de mais baixa renda o percentual de ganhos com variação patrimonial fica inferior a 1% de toda a renda auferida, este valor atinge patamar próximo a 10% quando se olham as famílias com rendimentos superiores a R\$ 10.375,00.

Também pela tabela, pode-se constatar que as rendas de previdência privada ainda são de mínima relevância dentro do cenário global dos rendimentos da família brasileira. O fato de que os produtos ligados a previdência privada são mais recentes no setor financeiro brasileiro pode ajudar a explicar este ponto.

Origem do rendimento	Total	Até 830 (2)	Mais de 830 a 1 245	Mais de 1 245 a 2 490	Mais de 2 490 a 4 150	Mais de 4 150 a 6 225	Mais de 6 225 a 10 375	Mais de 10 375
<b>Rendimento total e variação patrimonial</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Rendimento total</b>	<b>95,6</b>	<b>99,3</b>	<b>99,1</b>	<b>98,6</b>	<b>97,5</b>	<b>96,5</b>	<b>95,3</b>	<b>90,1</b>
<b>Rendimento do trabalho</b>	61,1	46,3	51,5	59,6	63,5	65,0	66,0	60,5
<b>Empregado</b>	43,2	31,5	37,6	44,6	46,8	46,3	46,7	39,2
<b>Empregador</b>	5,6	0,2	0,5	1,4	3,4	5,2	7,6	11,5
<b>Conta própria</b>	12,3	14,6	13,4	13,6	13,3	13,5	11,7	9,9
<b>Transferência</b>	18,5	26,7	26,1	20,0	17,4	16,4	16,0	17,3
<b>Aposentadoria e pensão do INSS</b>	10,2	15,5	18,8	14,5	11,2	9,7	7,4	5,0
<b>Aposentadoria, pensão da previdência pública</b>	4,7	0,9	1,2	2,0	3,4	3,9	6,0	9,0
<b>Aposentadoria, pensão da previdência privada</b>	0,7	-	0,1	-	0,2	0,7	1,0	1,7
<b>Programas sociais federais</b>	0,7	6,3	2,9	1,0	0,2	0,1	-	-
<b>Pensão alimentícia, mesada ou doação</b>	1,5	2,9	2,1	1,5	1,6	1,4	0,8	1,4
<b>Outras transferências</b>	0,7	1,0	1,1	1,0	0,9	0,6	0,8	0,2
<b>Rendimento de aluguel</b>	1,7	0,3	0,5	0,8	1,3	1,8	1,8	3,1
<b>Outras rendas</b>	1,6	0,3	0,3	0,6	1,2	1,9	2,4	2,4
<b>Rendimento não monetário</b>	12,8	25,8	20,8	17,6	14,1	11,4	9,1	6,7
<b>Variação patrimonial</b>	<b>4,4</b>	<b>0,7</b>	<b>0,9</b>	<b>1,4</b>	<b>2,5</b>	<b>3,5</b>	<b>4,7</b>	<b>9,9</b>

Tabela 25 – Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar (%)

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), IBGE (2010)

Este último dado mencionado sobre o setor de previdência privada será objeto de uma última análise dentro dessa seção que busca compreender a mudança de práticas financeiras e a consequente financeirização de indivíduos e famílias no Brasil. Como mencionado em outros pontos dessa tese de doutoramento, uma menor presença do Estado brasileiro na provisão de serviços básicos acaba por permitir que o mercado se coloque como ofertante de tais serviços.

Alguns fenômenos ligados à previdência começam a ocorrer, de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), sendo a maior parte deles ligados a uma crescente transferência de responsabilidades do Estado para o indivíduo. Para os autores, a principal delas aparece na Emenda Constitucional nº 5, de 1988, que traz estímulo à poupança previdenciária e aos planos de previdência complementar. Acrescenta-se a isso a limitada disponibilização de informações financeiras à população, com impactos nas decisões de planejamento de longo prazo. Iniciou-se também um período de inovações tecnológicas e nas modalidades de crédito disponíveis, gerando maior dificuldade de gestão das finanças no nível pessoal.

Para Andrezo e Lima (2002), foi criado um cenário favorável à expansão de produtos de previdência complementar, pela conjugação de um ambiente mais propício a investimentos de maior horizonte de tempo com a fase crítica pela qual passava o sistema previdenciário social. Savoia, Saito e Santana (2007) citam o surgimento de fundos voltados à previdência complementar, como Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), os mais conhecidos pela população. Paralelamente, foram criados diversos tipos de fundos de investimentos durante este mesmo período, como os referenciados em Depósito Interbancário (DI), os referenciados em índices de ações (como o Papéis Índice Brasil Bovespa – PIBB), os imobiliários e os de derivativos, por exemplo.

Assim, olhando-se, portanto, para o setor de previdência complementar brasileiro, poder-se-ia supor que uma maior financeirização implicaria em maior presença do sistema financeiro e, por sua vez, de instituições financeiras privadas, preenchendo a lacuna dessa prestação de serviços.

O fato de ser ainda um produto recente faz com que, em maio de 2016, menos de 85.000 pessoas usufríssem dos benefícios pagos por planos de

previdência complementar aberta<sup>90</sup>, segundo dados da Fenaprevi (2016)<sup>91</sup>. Os planos fechados, por serem mais antigos, já contam com número maior de beneficiários, mas ainda com pouca relevância sobre a população total, como mostrou a tabela da página anterior. Comparando com outros países, o volume de ativos detidos por planos de previdência no Brasil ainda tem participação modesta dentro do PIB. Tais informações são ilustradas no gráfico 11 a seguir.

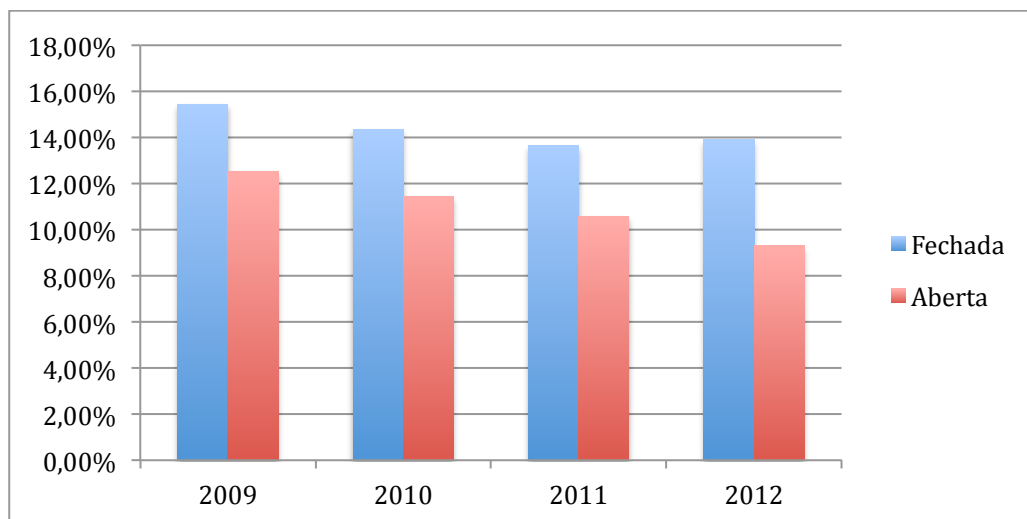


Gráfico 11 – Ativos dos planos de previdência complementar fechada e aberta no Brasil, como % do PIB (2009-2012)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de ABRAPP<sup>92</sup> e SUSEP<sup>93</sup>.

Os ativos destes planos atingem patamar um pouco superior a 10% do PIB, mas ainda não é possível afirmar que a população brasileira já migrou para tal tipo de aplicação como resposta a uma menor (ou pior) provisão de previdência por parte do Estado ou mesmo por um avanço do mundo financeiro sobre a vida das

<sup>90</sup> A previdência complementar fechada engloba o que popularmente se conhece como fundos de pensão. São planos criados por empresas e destinados apenas aos seus funcionários. Dessa forma, sua comercialização fica impossibilitada para quem não é funcionário da referida empresa. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), vinculada ao Ministério da Previdência Social, fica responsável pela fiscalização de tais planos. Já na previdência aberta, os planos são comercializados por bancos e seguradoras, podendo contar com aquisição e adesão de qualquer pessoa física ou jurídica. Quem fiscaliza esses planos é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que é ligada ao Ministério da Fazenda.

<sup>91</sup> FEDERAÇÃO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA – FenaPrevi. Disponível em: <<http://www.cnseg.org.br/fenaprevi/a-federacao>> Acesso em: 20/09/2016.

<sup>92</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ABRAPP. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Paginas/estatisticas/estatisticas.aspx>> Acesso em: 12/09/2016.

<sup>93</sup> SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/estatisticas-do-mercado/boletins-estatisticos>> Acesso em: 20/09/2016.

pessoas. Além disso, o patamar mostrado no gráfico ainda é bem inferior ao de nações desenvolvidas.

Encerrada a apresentação dos dados que versavam sobre uma possível financeirização da economia brasileira, faz-se necessário algumas considerações antes se concluir o capítulo.

É inegável a inserção da economia do país no que Lapavitsas (2013) chamou de financeirização subordinada de países emergentes. Dados ligados a formação de reservas e formação bruta de capital, por exemplo, ajudam a apontar esta tendência na economia brasileira. Pochmann et al. (2005) lembram a abertura indiscriminada do país às importações nos anos 1990, juntamente com as privatizações e com o dismantelamento do Estado como fatores determinantes para um novo cenário no país. A busca constante pelo equilíbrio monetário, responsável por garantir confiabilidade ao Brasil face ao capital internacional, especialmente o especulativo, indispensável para o equilíbrio das contas externas brasileiras marcou o período de inserção internacional subordinada na ótica do Capitalismo financeiro que se tornava mais marcante naquele momento.

Também é possível visualizar uma ampla mudança no sistema financeiro do país, a partir dos anos 1990, com impactos diretos sobre a forma como empresas (financeiras ou não financeiras) e famílias interagem com o assunto dinheiro. Talvez, se observados apenas os fatores ligados à financeirização como um novo processo de acumulação de capital, a percepção seja de que empresas brasileiras, financeiras ou não, ainda não atingiram (e estão longe de atingir) o grau de aderência e integração a um sistema financeiro cada vez mais moderno e que caracteriza o estágio financeiro do capitalismo sob a ótica de diversos autores (ARRIGHI, 2010; HARVEY, 2011; LAPAVITSAS, 2013).

Mas dizer que o sistema financeiro permeia em escala inferior a vida corporativa brasileira não deve significar que essa penetração já não tenha se iniciado. Pode-se especular aqui, ainda que sem pretensões conclusivas e sem maiores evidências que assim comprovem essas especulações, que esse momento anterior da realidade brasileira, em comparação a outras nações, decorra de alguns fatores.

Inicialmente, não se pode deixar de mencionar o momento da população brasileira, ainda sem total acesso a serviços bancários (bancarização ainda em desenvolvimento). Vinculado a isto está ainda a gigantesca participação dos

bancos comerciais em relação ao total do sistema financeiro nacional. Com um acesso ainda não completo ao sistema financeiro por parte da população, é compreensível que ainda haja espaço para desenvolvimento de bancos comerciais e novos produtos e serviços e menor desenvolvimento ou presença dos bancos de investimentos. Como fator complementar, destaca-se a maior regulação do setor financeiro no Brasil, impossibilitando a oferta de certos produtos financeiros, como aqueles que tiveram protagonismo na crise americana de 2008.

Talvez um fator primordial também esteja nas altas taxas de rentabilidade de títulos públicos, o que minimiza a necessidade de o setor financeiro ir buscar ganhos em aplicações de maior risco. Por fim, o próprio caráter subordinado da financeirização do Brasil, conforme Lapavistas (2013), poderia explicar a menor financeirização de empresas e indivíduos: talvez não se devesse mesmo esperar a mesma financeirização de economias desenvolvidas, mas sim aquela reservada aos países em desenvolvimento.

Apesar disso, percebem-se indícios crescentes do dinheiro permeando as relações sociais, a vida das pessoas e empresas e uma também crescente interação com o sistema financeiro, aspectos que marcam o fenômeno da financeirização da vida doméstica e empresarial. As mudanças narradas para o Brasil ao longo deste capítulo, por certo, não foram da escala ou magnitude encontrada por Lapavistas (2013) para as economias desenvolvidas que ele estudou. Mas também não se pode negligenciar o fato de que essas mesmas mudanças dão pistas e apontam para uma complexidade da gestão do dinheiro e para uma maior penetração do mundo financeiro na vida cotidiana do brasileiro, com consequências sobre o objeto de estudo deste trabalho.

Tendo isso em vista, o próximo capítulo irá apresentar um perfil decorrente do fenômeno da financeirização que ainda persiste nas nações em desenvolvimento como o Brasil: os “excluídos pela financeirização”. Além disso, uma análise crítica sobre como vêm sendo conduzidas as políticas de Educação Financeira no país também é realizada.

## 6.

### **Desigualdade, exclusão e Educação Financeira no Brasil**

Ao longo do Capítulo 4, foi apresentada a figura do “homem endividado” e seus desdobramentos. Naquele ponto, utilizou-se a abordagem de Fligstein e Goldstein (2012), para quem a financeirização tem como resultante a produção de dois tipos de posturas dos indivíduos: de um lado, uma postura defensiva, de busca do mercado financeiro para preservação do patrimônio e de suas condições de vida e, de outro, uma postura ativa, daqueles que buscam no sistema financeiro oportunidades de maiores ganhos financeiros e melhora no padrão de consumo.

Tendo em vista esses dois perfis e as características da financeirização brasileira descritas no Capítulo 5, ao se falar sobre o nosso país (e, potencialmente, sobre outros países em desenvolvimento), pretende-se aqui adicionar à análise de Fligstein e Goldstein (2012) um terceiro tipo (ou postura): o indivíduo vítima da financeirização, aquele que não consegue acesso ao sistema financeiro ou o faz de maneira restrita. Chamaremos esse tipo de “Excluídos pela financeirização”. Assim, uma das funções deste sexto capítulo é falar sobre a financeirização no nível individual (com foco no Brasil) como mecanismo de exclusão daqueles não habilitados a participarem do mercado financeiro. Apesar do fato de as pessoas serem socializadas no mundo do dinheiro pela própria exposição à mídia, noticiários, imagens e apelo do mercado financeiro e por mais que os dados apresentados no último capítulo mostrem uma bancarização crescente e maior integração aos mercados financeiros no Brasil, esse quadro não está disponível a todos, como será narrado nas páginas a seguir.

Falar sobre esse novo tipo de indivíduo que surge perante a financeirização acabou por gerar a necessidade de se compreender também a ótica dos debates sobre a construção daquilo que se costumou chamar de Nova Classe Média (NCM) no Brasil. O crescimento da renda e a melhoria no acesso principalmente ao mercado de consumo de uma parcela considerável da população brasileira principalmente a partir da primeira década dos anos 2000 poderia levar à suposição de que vem havendo inclusão em nosso país. Contudo, muitos são os autores que questionam esta inclusão. Há de fato uma NCM no país? E, em caso positivo, com quem ela mais se assemelha: àqueles de postura defensiva vistos em

Fligstein e Goldstein (2012) ou a este terceiro perfil aqui proposto, de indivíduos excluídos pela financeirização?

Acredita-se que esta caracterização seja fundamental para se entender como aquele “excluído pela financeirização” é contemplado pelas políticas oficiais, o que será realizado ainda neste capítulo. Por ora, e na tentativa de construção de um cenário para o avanço das políticas de Educação Financeira, deve-se citar Fleury (2013), para quem há uma política em curso em nosso país que passa pela fabricação da classe média e isso ocorre tanto como conjunto de decisões políticas concretas quanto pela reprodução de representações desejáveis sobre o que se pode esperar como projeto de sociedade. Para esta autora,

[...] a inclusão social e a redução das desigualdades fazem parte da trajetória da construção da democracia, como utopia de uma sociedade mais justa, plural e igualitária. O fato da transição à democracia ter coincidido na América Latina com a transição a uma sociedade de mercado com baixa regulação estatal fornece a moldura na qual tanto a discussão sobre a pobreza quanto as políticas públicas orientadas à questão social devem ser enquadradas (FLEURY, 2013, p. 69).

Nesse sentido, o capítulo se inicia com uma incursão sobre o debate da exclusão financeira no Brasil. O quadro que se pretende construir é de uma exclusão que advém, dentre outras coisas, do fenômeno da financeirização mostrado ao longo deste trabalho. Na sequência, o foco da Seção 6.2 é uma proposta de se pensar em uma visão crítica para o processo de Educação Financeira no Brasil. Aqui, busca-se entender a quem é destinada a atual abordagem do tema e como o indivíduo excluído pela financeirização está inserido nesse contexto.

Por fim, o capítulo se encerra buscando proporcionar uma análise específica da política pública intitulada Estratégia Nacional de Educação Financeira. Nesta seção, além da mobilização de autores da área de políticas públicas, serão utilizadas percepções colhidas do processo de entrevistas realizadas com alguns agentes responsáveis pela formulação e/ou condução da ENEF.

## 6.1.

### Financeirização e exclusão financeira no Brasil

Conforme mencionado, expandindo-se a abordagem de Fligstein e Goldstein (2012), este Capítulo apresenta um terceiro tipo de indivíduo, fruto de um contexto de financeirização e ainda presente em economias em desenvolvimento: os “Excluídos pela financeirização”. Este indivíduo deve aqui ser caracterizado com a intenção de se buscar compreender como as políticas de Educação Financeira hoje em voga o contemplam. Para se caracterizar este perfil, um primeiro passo deve ser o de buscar lançar luz sobre seu aparecimento em um mundo financeirizado.

Para Martin (2002), a financeirização aparece como nova forma de poder, onde a necessidade de manutenção de *ratings* de crédito acaba por expropriar (ou incluir de maneira desigual) as pessoas das oportunidades proporcionadas pelos mercados. Fazendo um jogo de palavras, o autor diz que, mais do que entender quem pode ganhar acesso aos mercados financeiros, a questão que se coloca para ele é quem acessa os ganhos proporcionados por esses mercados, em um cenário de exclusão.

Para Collard e Kempson (2005), o termo exclusão financeira ganhou força na década de 1990 para se referir a pessoas com pouco ou nenhum acesso a serviços financeiros. Especificamente, a exclusão financeira varia com razão direta à pobreza, sendo esperado que aqueles à margem dos serviços financeiros incluam pessoas desempregadas, portadores de algum tipo de doença ou necessidade especial incapacitante, imigrantes (principalmente no caso da Inglaterra, país sobre o qual elas escrevem), entre outros. Incluir significaria permitir acesso justo que possibilite aos indivíduos a satisfação de suas necessidades cotidianas e esporádicas.

Em busca da definição ou delimitação teórica para inclusão e exclusão financeira, deve-se recorrer a Bauman, com vistas a uma reflexão sobre o cenário que aqui se pretende mostrar. O autor mostra o caráter de urgência que o consumo ganha nos dias de hoje, seja pelas demandas individuais, seja por vontade do Estado que privilegia em suas políticas o incentivo ao consumo. Para este autor, ser um participante ativo no consumo é o que se espera de uma sociedade de consumo, é a virtude principal que se pode ter. Segundo ele, é dos consumidores

persuadidos e estimulados, utilizando talões de cheque e cartões de crédito que se precisa em uma economia cujo crescimento é avaliado pelos números do PIB, de forma a permitir que a economia siga em frente e prospere. Segundo ele,

tais esperanças e apelos só fazem sentido, é evidente, se dirigidos a pessoas com contas bancárias no azul e uma carteira cheia de cartões de crédito, cidadãos ‘dignos de crédito’ [...]. Não é de surpreender que a tarefa de tornar os membros da sociedade de consumidores dignos de crédito e dispostos a usar até o limite o crédito que lhes foi oferecido está caminhando para o topo da lista de deveres patrióticos e dos esforços de socialização (BAUMAN, 2008, p. 102-103).

Em Habermas (2002) já se encontrava a discussão sobre a comodificação do capital e do trabalho como principal função do Estado através de encontros repetidos entre capital e trabalho (no papel de mercadoria), tendo o Estado capitalista que cuidar para que esses encontros ocorram com regularidade e gerem transações de compra e venda. Assim, o capital deve ser capaz de pagar o preço corrente da mercadoria e o trabalho deve ser mantido pronto para atrair a atenção de compradores potenciais. Porém, como lembra Bauman (2008), no decorrer da transição entre a sociedade de produtores e de consumidores, as tarefas que envolvem a comodificação e recomodificação do trabalho passaram por processos simultâneos de desregulamentação e privatização.

Esse contexto, já amplamente discutido neste trabalho produz, segundo Bauman (2008; 2010), a figura de “consumidores falhos”, inadequados, deficientes e abaixo do padrão, a menos que respondam aos apelos da sociedade de consumidores. Nesse perfil de sociedade, é a capacidade como consumidor, e não como produtor, que define o *status* de cidadão.

Especial atenção para o argumento que aqui se pretende construir diz respeito às duas versões que o autor dá para a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Uma primeira versão mostra a história da humanidade como uma marcha rumo à liberdade pessoal e à racionalidade. Essa passagem é mostrada como um salto, “[...] possivelmente o salto conclusivo, do mundo das restrições e da falta de liberdade para a autonomia e o autodomínio individuais” (BAUMAN, 2008, p. 81). Surge para ele o conceito de *Homo eligens*, o indivíduo que escolhe.

Davis (2008, p. 56, tradução nossa), afirma que é possível depreender da análise da obra de Bauman que

o que liga o mundo da vida individual, a sociedade e o sistema social mais amplo é a realização da liberdade individual dentro da esfera do consumo em oposição à produção. A tensão que o consumismo consegue superar, portanto, é aquela entre o desejo de autonomia individual e a necessidade de controle e ordem social. O que o consumismo consegue fazer é criar um espaço no qual é possível que o exercício da liberdade individual assegure realmente a reprodução da própria sociedade. Em outras palavras, é o exercício da liberdade individual e não a sua opressão que agora serve para manter a ordem social.

A outra versão utiliza um prisma diferente para ilustrar essa transição. Ao contrário de entender o advento da sociedade de consumidores como uma emancipação do indivíduo em relação às coerções externas, o que se demonstra aqui é a conquista, a anexação e a colonização da vida pelo mercado de bens de consumo. Leis escritas e não escritas do mercado são alçadas à categoria de preceitos da vida “o tipo de preceito que só pode ser ignorado por conta e risco de quem quebra a norma, e que tende a ser punido com exclusão” (BAUMAN, 2008, p. 81).

O que fica comprometido é a soberania do Estado, sua “prerrogativa de estabelecer o limite entre incluídos e excluídos, assim como o direito de reabilitar e readmitir estes últimos” (BAUMAN, 2008, p. 86). O fato de que órgãos do Estado continuem a articular, divulgar e executar as sentenças de exclusão ou expulsão tem importância minimizada, uma vez que eles não têm mais a liberdade de escolher os critérios da política de exclusão ou mesmo os princípios de sua aplicação. Assim, como consequência, o Estado, incluindo os seus braços jurídico e legislativo, torna-se um mero executor da soberania do mercado.

Independente da ótica ou versão escolhida para se entender como a sociedade de consumidores emergiu, seus desdobramentos, ainda nas palavras de Bauman (2008), são muito claros: a comodificação total e abrangente da vida humana; o surgimento de uma nova categoria da população, a que ele dá o nome de subclasse; novos rótulos da vida moderna e, por fim, uma mentalidade de fortaleza sitiada desenvolvida por uma sociedade incerta acerca da sobrevivência de seu modo de ser.

Em relação à comodificação total da vida humana, já tratada no terceiro capítulo deste trabalho, a mercadoria penetra e transforma dimensões da vida social que estavam isentas de sua lógica e isso ocorre até o ponto em que a própria subjetividade se torna uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado. Nesse cenário, os trabalhadores são persuadidos a “precisar” de mais coisas.

Sobre o surgimento de algo chamado por ele de subclasse, importante dentro do argumento deste capítulo, e que aqui estamos entendendo como os excluídos por diversos contextos, dentre os quais o da financeirização, o termo evoca a imagem de pessoas que foram declaradas fora dos limites em relação a todas as classes e à própria hierarquia de classes. Em um mundo que avalia tudo pelo seu valor de mercado, estas são pessoas sem valor.

Nesse sentido, para ele, termos que já foram comuns, como classe trabalhadora, são superados ou tidos como inadequados, mas novos rótulos surgiram. Os mais pobres agora são “não consumidores” e não mais “desempregados” em um mundo em que a tarefa de consumir ganha mais importância do que a tarefa de produzir. “Desnecessários” e “indesejados” são outras formas de se rotular aqueles de menor poder econômico nesse novo contexto. Cresce também a distância entre os que desejam e podem e os que são incapazes de agir conforme a sociedade espera deles. Daí, a mentalidade de fortaleza sitiada narrada pelo autor.

Como desdobramento dessa análise sobre o conceito de consumidores falhos, deve-se dizer que, para Bauman (2008; 2010), a “invalidez social” sempre vem de faltas individuais, que precisam ser resolvidas. No mundo líquido narrado pelo autor, passar no “teste de consumidor” é condição primordial para todas as relações contratuais envolvidas na sociedade de consumidores. Por outro lado, não passar no teste significa colocar a subclasse para fora das fronteiras da sociedade. Também afirma o autor que o Estado do bem-estar muda, e que as novas tarefas das agências passam a ser “policiar” os mais pobres, no lugar de “mantê-los em boa forma” como antes (BAUMAN, 2010, p. 12). Isso é a criminalização dos consumidores falhos, que fazem o autor comparar a sociedade líquida a uma indústria prisional.

De qualquer forma, o pertencimento a esta subclasse é uma forma dolorosa de privação (DAVIS, 2008). Bauman (2008) chega a afirmar que uma coisa é ser pobre em uma sociedade de produtores. Porém, este *status* assume contornos

muito piores em uma sociedade de consumidores, onde os projetos de vida estão ligados a escolhas dos consumidores, e não mais ao trabalho.

Essa análise de consumidores falhos proposta por Bauman (2008; 2010) serve de ponte para se avançar sobre a caracterização dos excluídos pela financeirização no Brasil. Inicialmente, levando em consideração o incremento na renda e o amplo debate ocorrido ao longo da última década sobre a ascensão do que se convencionou chamar por “Nova Classe Média” no país, poder-se-ia inquirir sobre a redução do número dos consumidores falhos brasileiros. Uma nova classe média, da maneira como se tratou ao longo dos anos 2000, especialmente pela mídia, poderia se assemelhar aos indivíduos de postura defensiva apresentados por Fligstein e Goldstein (2012). Talvez até especulações poderiam ser feitas no sentido de se constatar uma maior postura ativa das pessoas no Brasil, dentro da mesma ótica apresentada por aqueles autores.

Todavia, o cenário que se descreve a partir deste ponto tem mais potencial para explicar o que estamos aqui chamando de “excluídos pela financeirização” do que das outras duas posturas já apresentadas. Diversos autores colocam a ascensão da renda nos anos 2000 como fato importante ocorrido no Brasil mas, para eles, atrelar apenas isso ao surgimento de uma NCM seria uma abordagem inadequada (COSTA, 2013; KERSENETZKY e UCHÔA, 2013; QUADROS, GIMENEZ e ANTUNES, 2013; SALM e BAHIA, 2013; SOUZA, 2013).

Para Costa (2013, p. 7), classe média significaria ter acesso a “todo um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais que permite viver com segurança, maior conforto e acesso à vida coletiva e ao espaço público”. Já Kersenetzky e Uchôa (2013, p. 16-17) reforçam a insuficiência da renda como fator definidor da classe média e recomendam a avaliação da estabilidade e sustentabilidade de posições alcançadas por membros de uma classe, representada por legados materiais e simbólicos. Destacam também os riscos como definidores da posição de classe ocupada como, “por exemplo, a situação dos chefes de domicílio no mercado de trabalho ou conjunturas econômicas adversas que cancelassem frágeis ganhos”. Para Salm e Bahia (2013, p. 115), ao se eleger apenas a renda como fator explicativo de uma NCM, “[...] transfigurou-se o conceito de classe média em média das classes”.

Costa (2013) alerta para o fato de que a sociedade brasileira passou de um caráter estamental de senhores e escravos para uma sociedade composta por

patrões e empregados, mas sem generalizar o assalariamento, isto é, com trabalhadores precariamente incorporados ao mercado de trabalho. Ademais, historicamente, a reduzida classe média teria assumido um perfil conservador e o receio da proletarização sempre fez com que houvesse maior vinculação com os valores das elites econômicas e políticas do que o surgimento de alianças com as classes mais populares. O passar do tempo só fez crescer a desigualdade entre as classes; a industrialização cumpriu seu papel “ao inserir na proteção do direito trabalhista, previdenciário e na saúde pública, o trabalhador urbano, excluindo o rural e o doméstico. A carteira de trabalho e o vínculo de emprego eram o passaporte para acesso à cidadania social” (COSTA, 2013, p. 44)

Essa desigualdade permaneceu em patamares muito altos até os anos 2000. Nessa época, em um cenário onde o mercado de trabalho apresentava menor condição de redistribuir rendas, um fato importante surge: programas ligados às transferências condicionadas de renda aos mais pobres no Brasil e em diversos países da América Latina<sup>94</sup> (POCHMANN et al. 2005; COSTA, 2013; GRZYBOWSKI, 2013; LAVINAS, 2013).

Tais programas foram levados adiante, representando uma guinada nos mecanismos de proteção social e nos padrões de consumo da região. As condições eram propícias. Segundo Lavinas (2013), três principais fatores permitiram o avanço e o sucesso de tais políticas. Inicialmente, a eleição de governos de caráter mais progressista teve relevância para esse contexto. Além disso, a grande liquidez internacional e os aumentos dos preços das *commodities* no mercado externo trouxeram maior volume de recursos a esses países. Por fim, um motivo de caráter institucional: o apoio recebido pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais referendando tais políticas.

Vale destacar dois aspectos que merecem atenção sobre tais tipos de programa. Em primeiro lugar, em uma espécie de Keynesianismo privatizado, usando o termo cunhado por Crouch (2011; 2013), em sua versão latino-americana, manter o consumo (muitas vezes via endividamento) foi traduzido em lutar contra a pobreza; criar condições para as pessoas consumirem virou política pública de desenvolvimento (COSTA, 2013; GRZYBOWSKI, 2013; LAVINAS, 2013).

---

<sup>94</sup> No Brasil, após a existência de alguns programas com esse escopo nos anos 1990, houve a junção dos mesmos em torno do programa Bolsa Família, vigente até os dias de hoje.

Em segundo lugar, ao solicitar aos recebedores dos recursos que demonstrem corresponsabilidade condicionando os recebimentos a visitas ao médico ou matrícula em escolas, o modelo migra o foco dos Estados de uma provisão universal para um modelo residual de proteção social. Como afirma Lavinias (2013, p. 7, tradução nossa), “ao prover a grupos selecionados dos pobres dinheiro ou novas modalidades de crédito bancário no lugar de bens ou serviços públicos decomodificados, [os programas] são um instrumento poderoso para atrair grande camada da população a abraçar os mercados financeiros”.

Sem deixar de reconhecer os ganhos trazidos por tais programas, não se pode deixar de mencionar que o que ocorre, de fato, é a implantação da estratégia de “gestão do risco social” proposta pelo Banco Mundial, uma abordagem pró-mercado, que torna o debate focado no crescimento; a tônica é apenas produtivista e consumista. Essa NCM resultante é assim chamada na perspectiva do consumo, não das mudanças estruturais necessárias (GRZYBOWSKI, 2013).

O papel do Estado diminui; o dos mercados, especialmente o financeiro, expande-se. Autores como Cohn (2013), Lavinias (2013) e Salm e Bahia (2013) mostram que na primeira década dos anos 2000, o consumo cresceu em taxas muito superiores às daquelas da provisão de serviços como moradia, educação e saúde. Acesso a bens como aparelhos de TV e celulares apresentaram taxas de crescimento muito mais altas do que acesso a saneamento básico, por exemplo. Segundo Salm e Bahia (2013, p. 116), “em que pese a forte retórica antiliberal, foi nos governos Lula que mais se consolidou a saúde e educação como *business*”.

O quadro demonstrado de expansão da renda, especialmente via mecanismos de transferência condicionada, nos moldes aqui narrados, trouxe alguns desdobramentos que acabam por reforçar a desigualdade e gerar exclusão. São desdobramentos principais a comodificação de bens e serviços públicos, a presença mais constante dos mercados como mecanismo de provisão de tais bens e serviços e o acesso desigual a eles (COSTA, 2013; KERSENETZKY e UCHÔA, 2013; LAVINAS, 2013; SALM e BAHIA, 2013; SOUZA, 2013). Grzybowski (2013) conclui que o objetivo maior das políticas sociais adotadas é a inclusão monetária no mercado de consumo e resume bem o novo quadro ao afirmar que as políticas minimizam efeitos, mas não mudam causas. Segundo ele,

não é a universalização dos direitos e a emancipação social que estão em jogo, mas é apenas uma mitigação dos efeitos mais perversos, sem transformação da lógica excludente na base da miséria, da pobreza e da desigualdade. Não foram privilegiadas ou fortalecidas as políticas sociais universalizantes com uma perspectiva de cidadania, políticas que implicam redistribuir ativos e riquezas, criando outro tipo de economia e de poder, fazendo a sociedade enfrentar de forma sustentável a lógica geradora da desigualdade social (GRZYBOWSKI, 2013, p. 98).

O autor chega a dizer que não estamos diante de uma mudança de classes sociais. O que mudou (e muito) foi o consumo popular. A lógica do desenvolvimento capitalista, sua estrutura e seu processo de exploração continuam presentes.

O fato é que o cenário da chamada NCM brasileira difere muito do que se esperaria de pessoas ocupando tal classe e também do equivalente internacional para a mesma classificação. Para diversos autores, a maioria das pessoas pertencentes a essa nova denominação pode ser ainda considerada pobre em qualquer critério que leve em conta adequação nos níveis de bem-estar, condições dos domicílios ou mesmo oportunidades de vida para seus filhos (COSTA, 2013; KERSENETZKY e UCHÔA, 2013; QUADROS, GIMENEZ e ANTUNES, 2013).

Carência de todos os tipos estão presentes: moradias inadequadas, déficit de escolaridade, condições para educar os filhos, condições de saúde, transporte, segurança, crédito nas condições habitualmente disponíveis para a classe média, entre outros são apenas alguns exemplos do distanciamento entre a classe média do século XX e o que vem sendo chamado de NCM nos anos 2000. Mesmo a bancarização crescente, como mostrado no Capítulo 5, não é suficiente para eliminar os excluídos pela financeirização. Além do nível de bancarização da população brasileira ser ainda inferior ao de nações mais desenvolvidas (60% no Brasil em 2014, conforme já apresentado), o uso de serviços bancários também não é homogêneo entre as classes.

Além disso, poderia se especular, pela análise dos dados apresentados pelos autores aqui mostrados, que o conceito de “*poverty penalty*”, cunhado por David Caplovitz em sua obra *The poor pay more: consumer practices of low-income families* poderia estar presente nesse estrato da população brasileira. O termo tem a função de demonstrar como as pessoas com menor renda acabam pagando mais

por bens e serviços essenciais em comparação àqueles que não estão na pobreza (CAPLOVITZ, 1963).

Segundo estudo do *Personal Finance Research Centre* (2016), ligado à Universidade de Bristol, Reino Unido, é função de governos, reguladores e provedores de serviços reduzir a penalidade que pagam os mais pobres para ter acesso a bens e serviços. Combater penalidades sobre os preços pagos pelos mais pobres e o acesso desigual passa por reconhecer que as famílias de renda mais baixa têm necessidades específicas sobre como gerir seu dinheiro e que os serviços concebidos para clientes de renda mediana ou mais alta pode desvirtuá-los de seu controle financeiro.

Para complementar a diferenciação entre a NCM e o que se esperaria de uma classe média, não se pode deixar de recorrer a uma análise Bourdiana, que passa pelo conceito e pela presença (ou ausência) de capital cultural nos membros dessa classe). Segundo Vicente (2013), o fato de os pobres estarem mais ativamente no mercado de consumo não significa que eles se beneficiem da mesma forma daqueles que participam do consumo com regularidade, ou seja, os membros das classes média e alta. Falta-lhes, segundo o autor, capital cultural, um dos principais entraves na mobilidade social.

Como lembra Souza (2009), capital cultural, para Bourdieu, é tudo aquilo que logramos ‘aprender’ e não apenas os títulos escolares. Assim, apenas o capital econômico seria pouco para distinguir as classes no Brasil. A estrutura de socialização familiar capaz de “dispor dos estímulos afetivos e das pré-condições psíquicas, cognitivas e emocionais que possibilitam a incorporação do ‘conhecimento útil’ necessário à reprodução do capitalismo competitivo” se constitui em importante capital cultural das classes média e alta no país, mas não está presente nas estruturas mais baixas (SOUZA, 2013, p. 60).

O autor distingue aí duas classes nos níveis mais baixos da hierarquia social no Brasil: a “ralé” e os “batalhadores”, ambos situados abaixo das classes média e alta. E é o capital cultural, mais do que o econômico, que vai diferenciar as classes. A incorporação do capital cultural ainda aparece de certa forma nos batalhadores, mas é sua incorporação mais plena que vai permitir que os filhos das classes mais altas cheguem como ‘vencedores’ na escola e no mercado de trabalho e que acabem ocupando espaços que a ralé não poderá alcançar. Essa reprodução social de privilégios acaba, na sociedade brasileira, mascarada pelo conceito de

‘mérito individual’ dos filhos da classe média. Enquanto isso, as classes mais altas reproduzem acima de tudo capital econômico, sob a forma de direito de propriedade.

As diferenças são muitas. Vicente (2013) afirma que os gastos das classes populares se concentram em alimentação, moradia, vestuário e cuidados pessoais, ao passo que os gastos da classe média estão concentrados em educação, cultura e lazer e serviços privados de saúde. Tal investimento da classe média garante a sua reprodução e perpetuação. Além disso, essa classe não tem por hábito utilizar os serviços públicos, uma vez que os reputam como de péssima qualidade. Do lado da ralé, a ausência, o abandono e a carência se impõem. Faltam os pressupostos indispensáveis para tornar possível o aprendizado do “papel social de produtor útil no contexto da economia competitiva” (SOUZA, 2013, p. 61)

E essa invisibilidade dessa classe de excluídos que contribui para sua reprodução no tempo. Mais do que não possuírem o capital que se reflete na hierarquia social, ainda vive sobre as classes populares o fantasma da incapacidade, a dificuldade de “ser gente”, o estigma da “indignidade”. Para o autor

[...] as classes com essa insegurança generalizada, como a ralé e boa parte dos batalhadores, estão divididas internamente entre o ‘pobre honesto’, que aceita as regras do jogo que o excluem, e o ‘pobre delinquente’, o bandido no caso do homem e a prostituta no caso da mulher. [...] Como o ‘estigma da indignidade’ ameaça a todos, vale qualquer coisa contra quem quer que seja para conseguir um alívio momentâneo de tamanha violência simbólica”. (SOUZA, 2013, p. 64)

Numa sociedade muito desigual, incluir os excluídos se torna difícil. Para Pochmann et al. (2005, p. 9) a “[...] financeirização da riqueza asfixia o potencial de crescimento produtivo e ocupacional do país. É por conta disso que não há perspectiva factível de ampliação da inclusão social no Brasil nos marcos do atual modelo econômico.”

Para os autores, os principais motivos para falhas nas políticas de inclusão social no país são: ausência de uma reforma tributária, que comprometeu a possibilidade de universalização das políticas sociais; a privatização de parte dos esquemas de proteção social; a maior complexidade do financiamento das políticas sociais a partir dos anos 1980 com a crise do desenvolvimento

econômico nacional, limitando a universalização do Estado de bem-estar social no Brasil e, por último, o ciclo de financeirização que, muitas vezes, prejudica a vontade do legislador. Segundo os autores, existem políticas “para atender ao risco país, enquanto o risco social é enfrentado cada vez mais por ações residuais e assistenciais, que apontam para um novo dependentismo dos pobres à mera condição de massa de manobra das elites políticas” (POCHMANN et al. 2005, p. 62)

Já Cardoso (2010), que em sua obra *A construção da sociedade do trabalho no Brasil* tratou da persistência da desigualdade em conexão com os mecanismos de ‘vertebração’ da sociedade brasileira, afirma que ‘ser desigual’ faz parte do DNA do sistema capitalista e que as falhas da experiência do Estado de bem-estar no Brasil decorrem dos seguintes fatores combinados: (1) padrão de incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista no início do século XX e suas heranças profundas na sociabilidade capitalista posterior, além da frágil incorporação no mercado de trabalho urbano, fato que teria resultado da abdicação do Estado da tarefa de regular o mundo agrário, o que fez com que a atratividade das cidades aos pobres do campo fosse ainda maior; (2) a fragilidade estrutural do Estado, seus déficits e sua incapacidade de enraizamento no vasto território nacional; (3) a violência estatal contra o trabalho organizado, presença constante em escala muito superior à ameaça que este eventualmente possa ter representado representou ao longo da história; (4) a pequena participação do operariado industrial na estrutura social e a enorme fragmentação das formas desorganizadas de obtenção de meios de vida no mundo urbano, fora do mundo do trabalho formal; e, por fim, (5) o baixo patamar da riqueza social produzida.

O que se depreende do quadro brasileiro de desigualdade e exclusão é a lógica do merecimento individual. Os pobres aspiram posições mais elevadas, mas concordam que não as merecem. A sociedade é, aparentemente, aberta. A frustração percebida e vivenciada, muitas vezes, não vêm da injustiça social, no olhar de muitos, mas sim do fracasso individual. Surge aí o Estado como “agente da utopia socialdemocrata”. Para Cardoso (2010), o excluído, ou o consumidor falho, como definiu Bauman (2008; 2010), é dotado de uma “castração socioeconômica”, imputada a um déficit de capacitação e merecimento individual. Como afirma Vicente (2013), nesse quadro, o consumo aparece como possibilidade de construir uma identidade que se conecte ao imaginário social do

que é ser um cidadão. Mas o consumo se trata apenas de uma inclusão social superficial.

Fazendo uma analogia com o conceito presente na obra *A Nova era de desigualdades* de Fitoussi e Rosanvallon (1996), o que se depreende do quadro da primeira década dos anos 2000 no Brasil é que desigualdades históricas e estruturais que tanto marcam a sociedade brasileira, como mostrado por Cardoso (2010) são acrescidas de desigualdades conjunturais. Assim como Fitoussi e Rosanvallon (1996) mostraram para a França, economia, política e sociedade entram em um período de relações inéditas com amplo impacto no esgotamento dos modelos até então vigentes de regulação econômica. Renda e consumo se tornam componentes presentes no dia-a-dia de um número cada vez maior de famílias, mas nem isso é capaz de reduzir o quadro de desigualdades. A nova era de desigualdades no Brasil herda um quadro estrutural importante. Mas, como afirmam os autores ao olharem para a realidade francesa, o quadro de mundialização e avanço dos mercados, tido como natural para muitos, só pode ocorrer associado aos mecanismos do Estado-Providência, que deve ser responsável por adaptar a mudança social em curso, e não criar bodes expiatórios para justificar ainda mais desigualdade.

Este quadro de aumento de renda, por um lado, e de desigualdade e exclusão social, por outro, caracterizado nesta Seção, irá servir de pano de fundo para se inquirir como as políticas de Educação Financeira contemplam esse perfil de indivíduos ao longo do restante do capítulo. Primeiramente, na Seção 6.2 a seguir, irá se debater as implicações do modelo de política pública escolhido pelo Brasil, com especial enfoque à maneira como o perfil dos excluídos pela financeirização vem sendo contemplado pela ENEF.

## 6.2.

### **Implicações do modelo de Educação Financeira no Brasil**

Dando sequência à discussão sobre a Educação Financeira no Brasil, após serem apresentadas considerações acerca da figura do indivíduo excluído pela financeirização, ainda presente em nosso país, e tendo em vista a emergência de uma política pública específica para a disseminação do tema Educação Financeira na escola, esta seção busca analisar implicações do modelo escolhido para o nosso

país. Principalmente, a tentativa será de analisar, inicialmente, como os excluídos pela financeirização estão contemplados em tal processo. Ademais, busca-se identificar potenciais conflitos de interesses dos atores envolvidos no processo e, também levantar questionamentos sobre a efetividade de tais políticas e sobre o seu potencial de reforço de um quadro de desigualdade.

Como já mencionado, o que vem ocorrendo ao redor do mundo é a disseminação da escola de educação básica como local para se transmitir conceitos ligados ao mundo financeiro. Nesse sentido, cabe destacar aqui que, apesar de relevantes objetos de estudo, não é objetivo desta seção investigar como a escola se abre a tal tipo de pedagogia, analisando, por exemplo, a ótica da vulnerabilidade institucional da escola ou mesmo discorrer sobre questões que envolvam a autonomia escolar.

O que cabe aqui é um convite à reflexão sobre o fato de que a escolha da escola, como já destacado no segundo capítulo, é uma recomendação da OCDE que vem sendo seguida por todos os países analisados ao longo daquele capítulo e por diversos outros ao redor do mundo e que isso ocorre, aparentemente, sem muito questionamento por parte do poder público de cada um dos países.

Ao se falar sobre a escola, vale destacar a contribuição de Sibilía (2012, p. 16-17), para quem a escola é uma tecnologia de época, concebida com fins a um “conjunto de demandas específicas do projeto histórico que a planejou e procurou pô-la em prática: a modernidade”. A escola sempre apresentou (e ainda apresenta) relevância dentro do contexto social e faz parte do cotidiano de todos, a ponto de a autora reconhecer que seria difícil imaginar um mundo sem a presença dessa instituição, ou com sua presença diminuída.

No entanto, a potencial invasão da escola pelo mercado através de projetos de Educação Financeira da maneira que vem sendo articulados pode decorrer de um fenômeno que a autora chama de perda de capacidade de articulação simbólica, por parte dos Estados nacionais, de instituições que eles abrigavam com certa firmeza e conduziam de maneira centralizada, concatenada e hierárquica. Globalização e avanço da ética neoliberal, para ela, contribuem fortemente para a extinção, no meio escolar, da produção do tipo de subjetividade moderna que se “poderia adjetivar de estatal, cidadã, pedagógica, institucional, disciplinada e *introduzida*” (SIBILIA, 2012, p. 93). A autora continua, ao afirmar que

a megainstituição que garantia a eficácia e o sentido de todas as demais, inclusive a escola, costumava ser o Estado. Agora que sua soberania se dissolve na liquidez do capital e dos fluxos informativos, qual terá sido a entidade que assumiu esse poder ante o declínio dessa? Uma possível resposta é quase evidente: o mercado, ou melhor, certa ‘ética empresarial’ conjugada com o ‘espírito do consumismo’. Portanto, já não seria a lei – universal e idêntica para todos – o critério que organiza a contemporaneidade, e sim algo distribuído de modo desigual por excelência: o dinheiro (SIBILIA, 2012, p. 94).

Especificamente sobre a ótica da inserção da Educação Financeira no meio escolar, Brito (2012) define a ENEF e outras iniciativas de Educação Financeira como dirigidas ao mercado e à domesticação dos indivíduos. Este autor define o termo “Processo de Legitimação da Educação Financeira” (PLEF), que consiste num “conjunto de asserções, não ‘desintencionadas’, sobre a necessidade que os indivíduos dominem, na modernidade líquida, competências que lhes permitam dentre outras coisas, utilizar ‘melhor’ produtos financeiros, transformando-se, em melhores consumidores” (BRITO, 2012, p. 5). Nesse conceito, ele considera que a característica mais importante da construção da identidade do consumidor financeiro seja a sua própria comodificação. Assim, educado financeiramente, ele se torna também mercadoria consumida pelo sistema financeiro.

Ainda segundo este autor, no lugar de a economia ser emoldurada pelas relações sociais, o que ocorre é exatamente o contrário nos dias de hoje, e a Educação Financeira como prática social, da maneira como vem sendo conduzida como política pública no Brasil, estaria submetida ao olhar financeiro e reforçaria o poder do sistema econômico.

Se, por um lado, liberdades individuais se ampliam, por outro, são perpassadas pelas regras do capital (BRITO, 2012; SIBILIA, 2012). E esse fenômeno que põe mais peso na liberdade individual tem impregnado nosso modo de pensar o mundo e acaba por servir ao modelo de Educação Financeira hoje levado adiante em diversos países. Para Brito (2012), da maneira como está proposta, a Educação Financeira leva os indivíduos a pensarem que apenas sua iniciativa (ou a liberdade individual) será responsável por mudar o rumo de suas finanças. Ele faz essa afirmação após realizar o que ele chama de análise de asserções de diversos textos de educação financeira utilizados em documentos das Estratégias Nacionais de Educação Financeira do Brasil, Portugal e Espanha e

também de livros consagradas de Finanças Pessoais, encontrando o que chamou de “tom quase messiânico” em prol da necessidade de se dominar e desenvolver certas habilidades e capacidades no nível individual (BRITO, 2012, p. 247).

Além disso, uma outra crítica diz respeito ao fato de que, ao potencializar a capacidade de consumo de produtos financeiros, as políticas para disseminação do tema reforçam e tornam menos perceptíveis relações de dominação já existentes. Reforça aí o processo de comodificação desde a formação dos indivíduos e o papel da escola nesse sentido. Nesse momento, insere a Educação Financeira escolar como uma dimensão dessa ótica da comodificação. Vale destacar que, para o autor, se as políticas de Educação Financeira não têm essa orientação, ao menos de maneira formal, acabam tendo esse efeito colateral.

O autor conclui que

[...] a racionalização global pode ser traduzida em termos de um processo de dominação e legitimação que encontra na padronização, além do evidente processo de desconstrução das identidades nacionais, um modelo ‘identificacional’ com características globais específicas. Estamos nos referindo, olhando para o grande projeto de racionalização do comportamento econômico-financeiro global (Educação Financeira), que tem o escopo de desenvolver pelo mundo afora as competências e habilidades que possibilitem aos indivíduos realizarem escolhas seguras em suas decisões financeiras (BRITO, 2012, p. 63).

As estratégias de Educação Financeira, em parceria com projetos sob o pretexto de “inclusão financeira” poderiam estar atuando indiretamente no sentido de facilitar o acesso ao sistema financeiro por aqueles que aqui definimos como excluídos pela financeirização. Essa tentativa de “inclusão” seria a ideia de gerar contato da “ralé” apresentada por Souza (2013) com o sistema financeiro. Como afirma Souza (2013, p. 55), “como toda sociedade moderna – apesar de injusta e desigual em proporção variável – tem de ‘parecer’ igualitária e justa, então são as justificativas que encobrem a desigualdade efetiva que permitem sua legitimação”.

E, trazendo a ótica da desigualdade para o debate sobre a Educação Financeira no Brasil, uma questão já abordada no primeiro capítulo e que se faz relevante aqui diz respeito a uma desigual distribuição dos conhecimentos ligados ao mundo financeiro, que pode ter impacto em um reforço de desigualdades. Se

estamos considerando um cenário de exclusão de indivíduos do sistema financeiro pela financeirização ou, como definiu Bauman (2008; 2010), a existência de consumidores falhos, faz-se necessário entender como o conhecimento financeiro é levado adiante e como as diversas classes sociais acessam este conhecimento.

Como afirmado por Souza (2013), os filhos das classes médias provavelmente contam com estímulos emocionais e afetivos, o que aqui foi apresentado como capital cultural, que irão assegurar sua reprodução como classe privilegiada. O acesso desigual a uma socialização financeira não apenas escolar, mas também em contato com experiências financeiras e outros agentes de socialização financeira, poderia ajudar a diferenciar e destacar ainda mais essas pessoas da classe média daquelas que ele chamou de “ralé” e, eventualmente, dos batalhadores, contribuindo para reforço e reprodução das desigualdades.

Autores como Dickinson e Emler (1996), Leiser e Ganin (1996), Bombi (1996) e Lassare (1996) mostram que a abordagem da socialização financeira ocorrendo em estágios, como já apresentado no Capítulo 1, ignora a classe social como determinante do conhecimento econômico. Para estes autores, uma distribuição desigual de conhecimento econômico na sociedade pode fazer com que a socialização financeira seja um agente de reprodução de desigualdade social.

Para Dickinson e Emler (1996), apenas os fatores cognitivos não são suficientes para explicar o processo de socialização financeira, pois muito do conhecimento necessário para se engajar e interpretar a atividade econômica é altamente ideológico e socialmente diferenciado. Os autores reforçam que o conhecimento social e político também são importantes, além de conhecimentos e habilidades técnicas, e que o processo de socialização financeira poderia produzir indivíduos conformados com sua posição socioeconômica ao não abordar de maneira crítica as diferenças de salários e de classes, contribuindo para um processo de reprodução de desigualdades.

Dittmar (1996) afirma que a parte da literatura que usou um modelo sociológico de compreensão do fenômeno vê a socialização financeira como progressivamente alinhada à ideologia dominante e a aceitação de desigualdades sociais. Também aponta que as representações dominantes sobre rico e pobre e sobre posses materiais geram uma postura conservadora e de influência em

legitimação e manutenção de *status quo* em termos de desigualdade por parte de diversos agentes de socialização, como a mídia ou a escola.

Para Çopur (2011), quando uma cultura tem forte ênfase em conquistas financeiras individuais, há impacto no processo de socialização financeira, pois as pessoas tendem a desenvolver aspirações extrínsecas que envolvem aquisição de ativos materiais e sucesso através de reconhecimento social. O autor demonstrou relação entre materialismo e normas, oportunidades de aprendizado e agentes de socialização, o que reforça a questão da reprodução das desigualdades via mecanismos de socialização financeira.

Se entendermos as políticas de Educação Financeira como hoje propostas e as próprias formas diversas de socialização financeira como potencialmente capazes de reforçar desigualdades, possibilitando àqueles dois tipos de indivíduos descritos por Fligstein e Goldstein (2012) acesso ao mercado financeiro, mas não ao excluído pela financeirização, devemos entender a Educação Financeira também compondo o capital cultural que pode representar um diferencial na ascensão social. Como lembra Souza (2013), só é capaz de ascender socialmente aquele que incorpora pré-condições que o capitalismo prega como ‘porta de entrada’, isto é, formas de conhecimento e capital cultural (e aqui incluímos a Educação Financeira). E, como já mencionado antes, a fronteira entre a “ralé” e os “batalhadores”, ainda que fluida, reside justamente na possibilidade de incorporação desse capital cultural. Esse fator pode contribuir cada vez mais para percebermos uma parcela crescente de brasileiros assumindo a postura defensiva proposta de Fligstein e Goldstein (2012), ou seja, com maior interação com o sistema financeiro (com todas as ressalvas já feitas às premissas para o surgimento dessa postura defensiva), mas ainda com a persistência da presença daqueles que almejam tal posição e que permanecerão sob o *status* de excluídos pelo processo de financeirização.

Como forma de concluir este argumento aqui exposto sobre a Educação Financeira na escola em um cenário de desigualdade e, pensando em para quem se presta a maneira como as estratégias de Educação Financeira vem sendo levada adiante, cita-se Sibilia (2012), que afirma que um dos mais importantes desafios é o de evitar a ocupação pela lógica mercantil de um lugar que foi esvaziado pelo Estado. A investidura estatal rija, porém iluminada por um ideal de igualdade e emancipação deveria, para ela, prevalecer sobre o olhar empresarial.

Uma escolarização que já não se inscreve na lógica disciplinar, permitindo maior liberdade para os alunos, renuncia a ensinar aquilo que a pedagogia kantiana considerava tão valioso e que se pode sintetizar como ‘autogoverno’. Isso poderia ser bastante benéfico, no sentido de evitar os cerceamentos que a escola moderna e sua ‘ética protestante’ souberam impor de modo tão esmagador a sucessivas gerações de estudantes; no entanto, também os deixaria à mercê dos vaivéns muito suspeitos do mercado, bem como de práticas de controle e coerções externas que a sociedade contemporânea não parou de multiplicar (SIBILIA, 2012, p. 101).

Assim, terminada essa argumentação sobre implicações para essa abordagem da Educação Financeira como hoje se coloca, a próxima seção terá como objetivo realizar uma análise da ENEF com a ótica das teoria da área de políticas públicas. Colaboram para essa análise as entrevistas realizadas com agentes ligados à ENEF.

### 6.3.

#### **O processo de formulação da ENEF brasileira**

A análise do processo de formulação da ENEF aqui proposto está amparado, inicialmente, em revisão bibliográfica sobre políticas públicas, mas ganha subsídios não só da comparação internacional feita na Seção 2.2 desta tese como também das percepções vindas do processo de entrevistas realizadas com agentes ligados à estratégia nacional brasileira. Antes de se iniciar a argumentação, deve-se reforçar que foram entrevistadas pessoas de instituições importantes no cenário da Educação Financeira no Brasil (AEF, BACEN, CVM e PREVIC), mas o que aqui se coloca são nossas impressões e conclusões a partir do que foi estudado e ouvido nessas entrevistas. Como já comentado anteriormente, o roteiro utilizado nessas entrevistas encontra-se em anexo a este trabalho.

Em 2010, foi instituída política pública específica com o intuito de introduzir a temática da Educação Financeira em escolas públicas brasileiras. Assim, antes de se proceder a uma análise da ENEF, e tendo em vista a intenção de avaliar sua efetividade como política, deve-se buscar definir política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o

governo à luz de grandes questões públicas, enquanto para Peters (1986) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Também pode ser definida como “[...] qualquer coisa que os governos decidem fazer ou não fazer” (DYE, 2010 p.1, tradução nossa) Como afirma o autor, governos fazem muitas coisas, como regular conflitos, distribuir recompensas simbólicas e serviços materiais e coletar recursos de membros da sociedade, entre outras atribuições.

Já para Ball e Mainardes (2011, p.14), “em seu sentido mais simples, a política é uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer coisas no sentido de ‘ter’ uma política – mas que pode ser puramente simbólica, ou seja, mostrar que há uma política ou que uma política foi formulada”. As características de uma política pública e seus elementos principais são apresentados no Quadro 12 a seguir.

1. Permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
2. Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos.
3. Não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
4. É abrangente e não se limita a leis e regras.
5. É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
6. Tem como foco o longo prazo, apesar de ter também impactos percebidos no curto prazo.

Quadro 12 – Características de uma política pública

Fonte: Adaptado de Souza (2006).

Tendo em vista essas considerações iniciais sobre uma boa política, passa-se à tentativa de se compreender como está sendo levada adiante a ENEF no Brasil.

Apesar de se tratar de uma política pública do Governo Federal datada de 2010, deve-se compreender os antecedentes históricos que contribuem para sua formação. Em 2006, o Decreto 5.685 da Presidência da República instituiu o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), com componentes representantes desses quatro setores. Como o próprio nome diz, este Comitê tinha

por atribuições principais fiscalizar e regular os mercados, não estando expostas claramente em seus objetivos iniciais questões ligadas a estudos relacionados à Educação Financeira no país. Mas, como ficou claro pelas entrevistas realizadas, desde o início o tema Educação Financeira foi pauta das conversas. Foi o COREMEC, no ano de 2007, que constituiu um grupo de trabalho visando a proposição de uma estratégia nacional para se abordar a Educação Financeira. Este grupo foi constituído através da Deliberação nº 3 desse Comitê. A ENEF só é, de fato, encampada, pelo Governo Federal através do Decreto 7.397, de 22 de Dezembro de 2010.

Analisando o processo de formulação da política, a primeira questão que chama a atenção diz respeito ao fato de que a ENEF surge não de uma iniciativa específica do Estado, mas através de instituições ligadas ao COREMEC e, só posteriormente, passa a ser objeto de maior atenção do Executivo Nacional. Se aplicarmos a análise de causas e consequências proposto por Dye (2010) e exposta na Figura 6 a seguir, será possível perceber que as condições econômicas e sociais observadas ao longo da última década e destacadas no Capítulo 1 deste trabalho são preponderantes para o surgimento da ENEF e chamam a atenção dos membros do COREMEC, de forma a permitir que o assunto viesse à tona e que se reconhecesse a importância de se tratar da Educação Financeira da população. Mas no âmbito do Sistema Político, as instituições, processos e comportamentos não se manifestaram inicialmente, pelo menos do ponto de vista do Estado Central, no sentido de geração de política específica.

Para Dye (2010), como mostrado na Figura 6, as políticas públicas emergiriam da interação entre Instituições, processos e comportamento, dentro do sistema político e de acordo com as condições econômicas e sociais, no ponto de vista da sociedade. Questões relevantes seriam, por exemplo, aquelas ligadas à compreensão dos efeitos de condições econômicas e sociais ou das instituições, processos e comportamentos sobre políticas públicas específicas. De forma oposta, caberia também, por exemplo, a busca do entendimento dos efeitos (*feedback*) de políticas públicas sobre as condições econômicas e sociais ou sobre as instituições, processos e comportamentos.

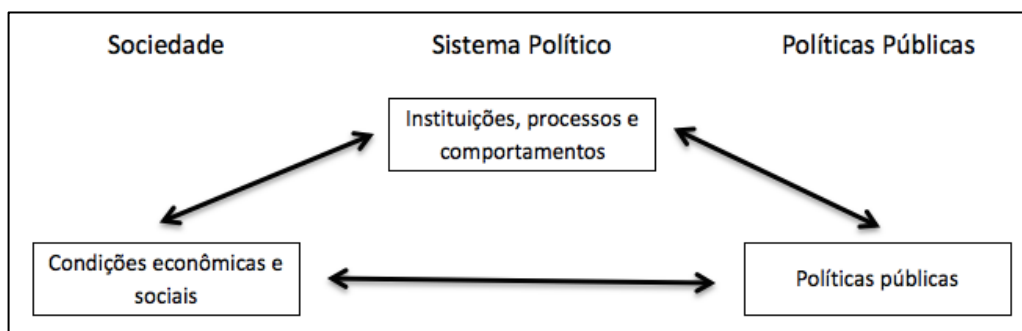


Figura 6 – Políticas públicas, suas causas e consequências

Fonte: Adaptado de Dye (2010)

Em relação a este tipo de análise, vale lembrar que deve ser compreendida como de “mão dupla”, ou seja, os fatores ligados à sociedade e sistema político influenciam e geram políticas públicas e essas, por sua vez, geram influência e mudam ou interferem nos fatores da sociedade e sistema político. Contudo, o que se pode dizer (ressaltado também pelos entrevistados) é que há uma influência dos diversos fatores chamando atenção dos membros do COREMEC e influenciando a geração da política ENEF mas, pelo menos por enquanto, não se percebe consequências da política em si sobre os fatores econômicos e sociais. Conforme afirmado pelos entrevistados, o grau de dispersão das iniciativas é crescente e o número de escolas atingidas pelo projeto é grande, mas talvez o fato de essa política ser recente ajude a explicar os poucos resultados até aqui percebidos.

Para ir um pouco além nesta análise, vale recorrer à contribuição de Dye (2010) no sentido de se entender a geração de uma política como um processo. Cada um dos processos, suas atividades e participantes principais, conforme o autor, estão mostrados no Quadro 13 a seguir.

Uma importante ressalva deve ser feita sobre qualquer tentativa de separação do processo de políticas públicas em etapas. Esta quebra pode fazer com que os estudos tendam a se concentrar em apenas uma fase, perdendo a visão do todo. Além disso, o processo real nem sempre irá se enquadrar corretamente nestas etapas e precisará ser apreciado de forma mais abrangente (SABATIER, 1991). Lindblom (1981) reforça esta limitação ao dizer que o processo decisório nem sempre segue por entre as fases de maneira ordenada e racional. Dye (2010) acrescenta que tais etapas geralmente ocorrem de maneira simultânea, com constante sobreposição de uma sobre as outras. Apesar de tais críticas, a separação da análise de uma política em etapas atende a uma boa exposição didática e será,

portanto, adotada apenas tendo em vista os fins explicativos do surgimento da política pública aqui analisada.

Processo	Atividade	Participantes
Identificação do problema	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar publicidade aos problemas sociais</li> <li>• Expressar demandas por ação governamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mídia</li> <li>• Grupos de interesse</li> <li>• Iniciativas dos cidadãos</li> <li>• Opinião pública</li> </ul>
Definição da agenda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolver quais questões serão enfrentadas pelo governo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elites, incluindo Presidente e Congresso</li> <li>• Candidatos</li> <li>• Mídia</li> </ul>
Formulação da política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver propostas de políticas para resolver questões e minimizar problemas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Think tanks</i><sup>95</sup></li> <li>• Presidente e comitê Executivo</li> <li>• Comitês legislativos</li> <li>• Grupos de interesse</li> </ul>
Legitimação da política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar uma proposta</li> <li>• Desenvolver suporte político para ela</li> <li>• Decidir sobre sua constitucionalidade</li> <li>• Transformá-la em lei</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de interesse</li> <li>• Presidente</li> <li>• Congresso</li> <li>• Cortes</li> </ul>
Implementação da política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar departamentos e agências</li> <li>• Providenciar pagamentos ou serviços</li> <li>• Arrecadar impostos e taxas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente e seu <i>staff</i></li> <li>• Agências e departamentos executivos</li> </ul>
Avaliação da política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reportar resultados dos programas de governo</li> <li>• Avaliar impacto de políticas em grupos alvo e também em grupos que não são alvo da política</li> <li>• Propor mudanças e reformas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agências e departamentos executivos</li> <li>• Comitês legislativos</li> <li>• Mídia</li> <li>• <i>Think tanks</i></li> </ul>

Quadro 13 – Formulação de políticas como um processo

Fonte: Adaptado de Dye (2010)

Diante dessa contribuição, pode-se dizer que o processo de formulação da agenda também não teve, pelo menos a princípio, o Estado como ator principal. Esse fato poderia levar a crer, pelo menos a princípio, que a agenda seria da sociedade. Corroboraria para isso o fato de que está presente na sociedade

<sup>95</sup> Expressão em inglês (sem tradução realmente precisa) que designa um corpo de *experts* que oferecem ideias e consultoria para a solução dos problemas (CONDÉ, 2013).

atualmente uma maior percepção sobre o contexto de aumento de endividamento e consumo, aliado a uma maior complexidade das decisões financeiras. Todavia, percebe-se que esta formulação da agenda e a posterior implementação acontecem a partir da percepção da emergência do tema por parte das instituições ligadas ao COREMEC apenas. Ressalta-se também que, desde o início, apesar da presença dos órgãos reguladores na constituição da ENEF, há a presença de instituições ligadas ao ambiente financeiro na formulação da agenda, sem participação de outros segmentos da sociedade.

Cumpra aqui questionar se o fato de se ignorar outros participantes importantes citados no modelo mostrado no Quadro 12, com privilégio integral de instituições ligadas ao mundo financeiro não estaria ocorrendo para que se propague a lógica vigente do Capitalismo de mercado e da sociedade de consumo de massa. Seria esse um viés ruim para a política? Dye (2010) menciona nessas fases a importância dos “grupos de interesse” como participantes. Entretanto, um importante grupo de interesse que é a própria instituição escolar não parece exercer influência ativamente. Nos materiais produzidos pela ENEF, constam como representantes da sociedade civil apenas a Anbima, BM&F Bovespa, CNSeg e Febraban, algo considerado satisfatório pelos entrevistados, sob o argumento de que mais membros poderiam diminuir a produtividade dos debates.

Contudo, acredita-se que a representação da sociedade civil apenas por estas instituições pode deixar de aproveitar uma maior pluralidade de representação, além de gerar potenciais conflitos de interesse relevantes. Uma ressalva importante deve ser feita aqui: o fato de existirem conflitos de interesse em qualquer atividade não significa que os mesmos venham a se manifestar, mas apenas que há potencial de que se manifestem, com consequências que podem não ser benéficas para o bem comum. Políticas de governança devem existir para mapear tais conflitos e propor ações para evitar sua manifestação. Deve-se dizer também aqui que todos os entrevistados afirmaram que nunca, em nenhuma situação, qualquer conflito de interesse se manifestou até o momento.

Poderia se especular aqui se isso não teria acontecido pela própria presença dos órgãos reguladores nos debates, o que inibiria que as entidades ligadas ao setor financeiro tentassem de alguma forma introduzir pautas favoráveis às suas atividades. Ou talvez essa não manifestação ocorra porque as instituições ligadas ao mundo financeiro ali presentes não sejam diretamente instituições financeiras,

mas organizações de classe ligadas ao setor financeiro. Poderia até se inquirir que o fato de os conflitos de interesse da presença de instituições financeiras não terem se manifestado poderia estar ligado ao fato de que, verdadeiramente, estas instituições apoiam a causa e acreditam nos resultados de tais programas. Uma outra interpretação oposta e já mencionada na seção 2.2 aponta para a possibilidade de que essas instituições poderiam, ao apoiar o fornecimento de informações financeiras, tentar evitar maiores amarras regulatórias. Como foi mencionado naquele momento, ao se citar Mirowski (2002) e Willis (2011), corporações financeiras sempre estão um passo à frente de seus clientes e possuem recursos suficientes para “driblar” os efeitos de clientes dotados de conhecimentos financeiros.

De qualquer forma, uma percepção ganha força ao se analisar a presença destas instituições no debate e o cenário de atuação das instituições financeiras brasileiras. Aparentemente, o *top management* dessas instituições está ligado ao apoio de causas em prol de maiores benefícios para a população e à promoção de um ambiente financeiro aparentemente mais saudável, estando a ENEF entre as iniciativas que estas instituições acreditam que possam contribuir para este fim. Mas a contradição vem à tona quando se volta o olhar para o *middle management* dessas corporações: se no topo o discurso é pela Educação Financeira e seus potenciais benefícios, quando se desce na hierarquia, o que aparecem são práticas sempre apoiadas em metas de desempenho focadas em geração de negócios e lucros, conduzidas sob a ótica do modelo *shareholder value*, com a venda de produtos não necessariamente vantajosos aos clientes. O foco se torna a tentativa de uma inclusão financeira que, nas palavras de Bauman (2008; 2010) é apenas uma busca de terras virgens para novos negócios parecem ser a tônica do mundo financeiro no Brasil. Isso se reflete em resultados financeiros muito bons das corporações do setor financeiro, como já abordado no Capítulo 5.

Mas se o problema ocorre nas instituições financeiras e não na formulação da ENEF em si, mecanismos de governança e maior regulação poderiam tratar o problema ali. Por exemplo, a boa prática número 15 recomendada pela OCDE (2005) e mostrada na Seção 2.1, que diz que as instituições financeiras devem claramente distinguir o conceito de Educação Financeira e informação financeira e aconselhamento financeiro “comercial”. A transparência deve ser buscada no

provimento de informações ao público. Não é o que se constata na busca por materiais nos *sites* dessas instituições.

Em consulta realizada aos Códigos de Ética<sup>96</sup> das 10 maiores instituições financeiras do Brasil apresentadas na Tabela 8 da seção 5.2.2, simplesmente não se encontrou nenhuma menção aos conflitos de interesse em programas de Educação Financeira promovidos pelas instituições financeiras (apesar de uma grande gama de outros conflitos de interesse serem mapeados e mencionados por todos), o que está totalmente em desacordo ao recomendado pela OCDE.

Por exemplo, no código de ética do Banco do Brasil, apenas menção ao aconselhamento dado em agências: “Oferecemos tratamento digno e cortês, respeitando os interesses e os direitos do consumidor; [...] oferecemos orientações e informações claras, confiáveis e oportunas, para permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios” (BB, 2016, p. 2). O pouco destaque dado ao tema por esta instituição fica claro pelo uso de seu *site*. Utilizando-se o buscador do *site* dessa instituição e procurando pelo termo “Educação Financeira”, há direcionamento para páginas que tratam de escolha da melhor opção de crédito<sup>97</sup>.

Utilizando o Santander como outro exemplo, também apenas menções vagas como “entender as necessidades dos clientes e indicar soluções financeiras que atendam aos seus interesses” (SANTANDER, 2016, p. 7) ou “apresentar de forma clara e correta as informações necessárias para que os clientes tomem suas decisões de forma independente” (SANTANDER, 2016, p. 9). Apesar de a página de Educação Financeira deste banco constar da página voltada à sustentabilidade, os conflitos de interesse potenciais de sua atuação neste tema não são mapeados.

No caso específico do Código de Ética do Itaú Unibanco, o mais próximo do tema é uma menção a “entender as necessidades dos clientes de modo a fornecer informações e soluções financeiras que contribuam para que indivíduos e empresas tenham uma relação saudável com o dinheiro” (ITAÚ, 2016, p. 13). A única vez que a palavra educação é citada em todo o código de ética está ligada à manutenção de programas de educação, segurança e saúde no trabalho para seus funcionários. Entretanto, deve-se ressaltar aqui que esta instituição apresenta em sua página de Educação Financeira uma boa gama de informações, a visão do

---

<sup>96</sup> Consulta realizada aos códigos de ética das 10 maiores instituições financeiras do Brasil realizada no site dessas instituições em 20/12/2016.

<sup>97</sup> Conforme consulta realizada em 22/12/2016.

banco sobre o tema, sua relevância e o papel da empresa na promoção do assunto. Fala sobre a Educação Financeira constar da área de sustentabilidade e que esta área está contemplada pelos programas de governança de produtos e serviços. Mas o faz sem mencionar os conflitos de interesse de sua participação em programas com tal escopo.

Voltando à ENEF, apesar das críticas feitas à presença das instituições financeiras, cabe destacar alguns pontos positivos em relação a estratégias nacionais de outros países. Aqui, a pluralidade de participantes é maior (apesar de se julgar que ainda há lacunas de representação). Como já dito anteriormente, a ENEF é uma parceria entre o BACEN, a CVM, a PREVIC e a SUSEP, quatro instituições que atuam como reguladores em importantes mercados, e também os Ministérios da Fazenda, Educação, Previdência Social e Justiça. Todos os entrevistados destacaram a participação dos ministérios como algo importante e que representou uma evolução em relação ao modelo inicialmente praticado e também em uma comparação internacional. Outro ponto que aqui se julga importante comentar é que a ENEF brasileira não tem um presidente ou órgão central único. Pelo contrário, a presidência do CONEF é rotativa<sup>98</sup>, o que pode permitir maior multiplicidade de visões na condução da política.

Seguindo na análise das etapas de uma política pública proposta por Dye (2010), a fase de implementação contou com um Programa Piloto de Educação Financeira, que foi desenvolvido entre agosto de 2010 e dezembro de 2011, em turmas de 2ª série e 3ª série do Ensino Médio de escolas públicas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Tocantins, Distrito Federal e Minas Gerais. Nesse programa, houve a aplicação em sala de aula de atividades de Educação Financeira. Essa aplicação se deu através da tentativa de replicação de situações didáticas e contou com a utilização de material elaborado com esta finalidade para professores e alunos. Ao longo do período de aplicação, cerca de 450 escolas participaram do programa piloto e da pesquisa de avaliação. O programa contou também com escolas sendo utilizadas como grupo controle, em número aproximadamente idêntico.

Ainda de acordo com Dye (2010), uma das atividades esperadas da fase de implementação de políticas é a criação de agências e departamentos responsáveis

---

<sup>98</sup> Recentemente, o mandato passou de 6 meses para 1 ano para a presidência do CONEF.

por sua condução e fiscalização. Nesse sentido, outro ponto que também merece destaque e análise é que, dentro da ENEF, foi criada uma organização para executar as políticas. Esta instituição é a AEF Brasil, que é mantida pelas 4 instituições representantes da sociedade civil. Sua missão é “tornar a Educação Financeira um tema relevante no país, de modo a possibilitar transformações na vida das pessoas e promover o desenvolvimento do Brasil<sup>99</sup>”. Tal instituição está em concordância com o recomendado pela OCDE (2012a), ao dizer que o mecanismo de condução deve ser ou um organismo governamental existente ou um novo órgão, criado para coordenar várias autoridades envolvidas.

Se, por um lado, esta dedicação à condução das políticas por uma instituição esteja em concordância com o proposto pela OCDE, por outro, o financiamento e manutenção vindo de instituições financeiras reforça a questão dos conflitos de interesse narrados anteriormente. Não há financiamento governamental (e nem previsão estatutária de que ele ocorra)<sup>100</sup>. Mas o que se questiona é que se essa é uma política referendada por um decreto do Executivo Nacional e tida como de interesse do poder público, por que apenas financiamento privado é previsto?

Além disso, em consulta aos documentos e decretos que versam sobre a ENEF, a tarefa de condução fica a cargo da AEF Brasil, mas não se encontra menção à criação de órgão com atribuição de fiscalização dessa condução. Aparentemente, a mesma fica por conta do próprio CONEF.

A legitimação, etapa importante dentro da ótica de Dye (2010) poderia ficar comprometida em virtude da forma como a mobilização da sociedade vem ocorrendo, apesar de ser algo sobre o qual discordam os entrevistados. Também imagina-se que poderia contribuir para a baixa legitimação o momento conturbado econômico e político no Brasil, uma vez que a própria troca de pessoas dentro dos ministérios tenderia a diminuir a velocidade da implantação das políticas. Contudo, isso também foi refutado pelos entrevistados, que acreditam em rápido desenvolvimento de ações ao longo dos próximos anos.

Adotando-se agora o referencial teórico de Bowe, Ball e Gold (1992) e sua abordagem do ciclo de políticas, menciona-se que, para os autores, compreender o processo de elaboração de uma política passa pelo entendimento do processo

---

<sup>99</sup> ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>> Acesso em: 20/09/2016.

<sup>100</sup> Conforme análise do estatuto presente no *site* da instituição.

político e suas arenas, que segundo eles, seriam três: a política proposta, a política de fato e a política em uso. A primeira diz respeito à política oficial, relacionada não apenas com o que pretende o governo, mas também autoridades locais e outras arenas de onde as políticas emergem. A política proposta toma forma através da política de fato, formada pelos textos políticos e legislativos que servem de base para que sejam levadas à prática. Por fim, definem o termo política em uso quando se referem aos discursos e práticas institucionais que surgem a partir do processo de implementação das políticas. Mainardes (2006) lembra que o foco da análise das políticas deve ser voltado à formação do discurso e sobre a interpretação que os profissionais que atuam na prática fazem dos textos da política. Assim, surge um ciclo contínuo formado por três contextos: contexto da influência, produção de texto e prática (BOWE, BALL e GOLD, 1992). Estes contextos são ilustrados através da Figura 7, apresentada a seguir.

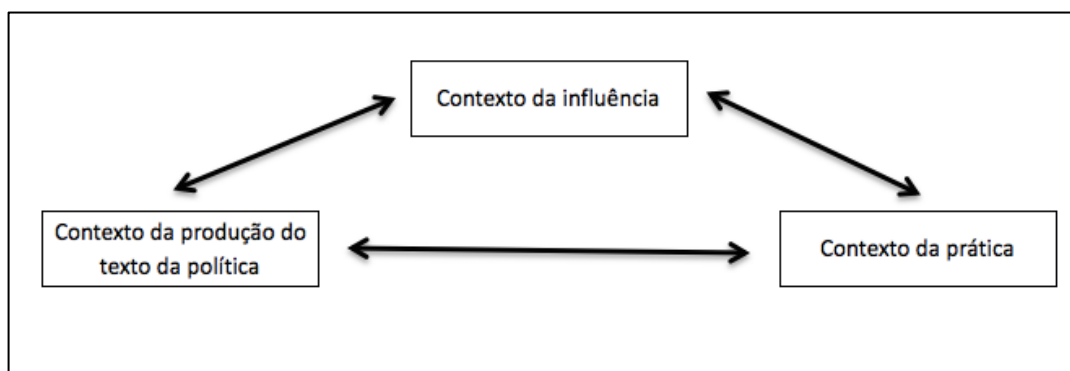


Figura 7 – Contextos do processo de formulação de uma política  
Fonte: Bowe, Ball e Gold (1992, p. 20)

Sobre a ENEF, logo no primeiro contexto, o da influência, também são válidas as considerações feitas sobre uma participação limitada da sociedade e o foco da influência estando a cargo das instituições financeiras. Apesar da presença do MEC, a instituição escolar tem presença tímida no processo de influência, mas julga-se que deveria ter participação mais constante, por se tratar da instituição que levará adiante a condução da política.

Sobre o contexto da prática, deve-se recordar o que foi dito em relação ao fato de que a análise deve direcionar esforços para compreender a interpretação que os profissionais que atuam na prática fazem dos textos da política. Como uma aproximação com a escola ainda é tímida, seja na formulação da agenda, na

preparação dos materiais ou mesmo na preparação intensiva dos professores para tratar dos temas, o que se percebe é uma replicação de conteúdos de acordo com a interpretação que cada um faz dos materiais recebidos (ou mesmo o recebimento de livros de Educação Financeira por parte das escolas sem o devido uso). Quando se diz que a figura da escola é importante no processo, o professor deveria emergir como ator fundamental e tal fato não é, contudo, verificado de maneira mais contundente até o momento.

Apesar de ter havido avaliação da política ao longo de sua aplicação como programa piloto, realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), uma análise sobre o contexto dos resultados mostra que não aparenta existir proposições de melhoria por parte da população de forma a torná-la mais efetiva e passar a ser, de fato, uma política permanente que envolva a inserção dos conteúdos da área da Educação Financeira no currículo. Essas constatações corroboram a análise realizada sobre as etapas de Dye (2010), especialmente em relação aos grupos de interesse e sua efetiva participação.

Uma questão tratada anteriormente neste sexto capítulo também deve receber atenção neste ponto: a abordagem dos excluídos pela financeirização. De início, a constatação de que no foco da ENEF estão as escolas públicas pode nos levar a crer que a disseminação de informações poderia chegar a este perfil da população e contribuir para uma maior inclusão financeira. Perceber que dentro da ENEF também há políticas específicas para adultos de baixa renda, especialmente mulheres que recebem recursos do programa Bolsa Família e aposentados também poderia levar a este tipo de percepção. Isso é reforçado pela fala dos entrevistados.

Mas apesar de se reconhecer os avanços e trabalhos feitos nesse sentido, questiona-se aqui a capilaridade de tais programas e a possibilidade de que eles, efetivamente atinjam em larga escala a totalidade da população excluída pela financeirização no Brasil. Além disso, como reforça Brito (2012), relações de dominação já existentes, apesar de pouco perceptíveis, podem ser maximizadas no que ele chama de “Processo de Legitimação da Educação Financeira”. Mesmo que os documentos deixem claro que não há venda de produtos nos materiais utilizados e na abordagem produzida pela ENEF e mesmo que haja um grupo de apoio pedagógico responsável por revisar os materiais, a capacidade de consumo de produtos financeiros por parte da população atingida tende a ser aumentada.

Como lembra o autor, se não têm essa orientação explícita, as políticas de Educação Financeira acabam por gerar esse efeito colateral.

Como discurso (e também como prática social), seu processo de legitimação, tendo a escola como local ideal escolhido, ocorre num espaço de luta hegemônica em que operam ideologias. Esse processo chamado pelo autor de PLEF ocorre, segundo ele, de forma não desprovida de intenções, claramente numa orientação ideológica do neoliberalismo e da financeirização do capital. Ressalta, contudo, que, em sua visão, as pessoas talvez não estejam conscientes de suas causas e efeitos (BRITO, 2012).

Enfim, principalmente se olhada em perspectiva internacional e do ponto de vista das recomendações feitas pela OCDE e, tendo em vista o grande avanço feito em poucos anos, a ENEF brasileira apresenta virtudes. Contudo, assim como em outros países, acredita-se que, centrar as atenções nos projetos ligados ao fornecimento de informações financeiras à população como forma de permitir a cada indivíduo “navegar” em uma sociedade financeirizada, marcada pelo consumo e endividamento, está longe de funcionar como mecanismo de solução para uma série de disfunções presentes nos dias de hoje. Pelo contrário, como mencionado, a forma como o processo vem sendo conduzido pode servir de legitimação a um discurso que pode ter como desdobramentos a reprodução de desigualdades.

Tentando se ampliar o conceito presente em Brito (2012), mais do que se falar em um “Processo de Legitimação da Educação Financeira”, poderia se inquirir se o que está ocorrendo não seria um reforço do Processo de Legitimação dos mercados *via* Educação Financeira. Dentro de um ótica liberal, equipar os indivíduos com informação e deixa-los livres para se tomar suas decisões parece ser a meta. Aproveitando argumento de Mirowski (2013) ao falar da crise financeira do fim dos anos 2000, nessa lógica liberal de pensamento, mesmo que haja culpa das grandes organizações em quaisquer questões que tragam prejuízos à sociedade, elas não deveriam ser culpadas por isso, pois a escolha estava centrada no indivíduo (e ele estava dotado de informações!).

As intenções presentes nas iniciativas brasileiras podem, verdadeiramente, trazer contribuições. O problema está em trata-las como panaceia para desdobramentos perversos do capitalismo financeiro. Fazer isso significa desviar o foco e negligenciar outras questões, como a já mencionada regulação do sistema

financeiro e também iniciativas para promover hábitos de consumo mais saudáveis e um sistema financeiro mais justo e igualitário. É com essa afirmação e pensando em desafios e alternativas para a Educação Financeira escolar em um quadro de avanço da lógica mercantil no trato do tema que se passa às considerações finais deste trabalho, que irão encerrar esta tese de doutoramento propondo uma agenda que busque pensar um pouco além das propostas hoje em destaque.

## 7.

### Considerações Finais

As considerações aqui colocadas têm como objetivo não apenas funcionar como encerramento para este trabalho ou fazer um fechamento de uma série de questões que foram levantadas ao longo dos capítulos que as antecederam. Mais do que um encerrar ou fechar algo, o intuito aqui é, modestamente, tentar abrir novas frentes sobre o tema; é contribuir com o que vem pela frente. Caso tivessem um título, estas considerações finais poderiam se chamar “Agenda para a Educação Financeira” ou “Propostas para a Educação Financeira”. Ou, talvez, o nome preferido fosse “Um olhar para além da Educação Financeira”, pois aparenta ter pretensões um pouco mais condizentes com o que aqui se deseja. A palavra chave no conceito de “Um olhar para além da Educação Financeira” é “*além*”, que julgamos mais pertinente para o que se propõe, em contraposição com a palavra “*para*”, presente nos outros dois títulos cogitados.

De qualquer forma, antes de se apresentar qualquer proposta para se pensar a Educação Financeira, deve-se recordar que o presente trabalho teve por objetivo (1) investigar o processo de financeirização da vida doméstica e caracterizar a emergência dos debates sobre o tema Educação Financeira como desdobramento desse processo e (2) compreender o sentido da Educação Financeira em uma sociedade financeirizada, marcada pelo consumismo, maior endividamento da população e aumento da complexidade das decisões financeiras, onde o dinheiro ocupa cada vez mais papel preponderante de balizador de relações não apenas econômicas, mas também pessoais e sociais.

Nesse sentido, além de uma revisão bibliográfica sobre Educação Financeira, Socialização Financeira e o atual estágio de desenvolvimento do tema no Brasil e no mundo, foi fundamental para a construção do argumento deste trabalho a tentativa de organizar as referências bibliográficas do fenômeno da financeirização, no intuito de caracterizar suas dimensões e manifestações. Este fenômeno foi apresentado como desdobramento de questões ligadas ao avanço do neoliberalismo, a um novo significado do consumo na sociedade e a políticas voltadas à desregulamentação dos mercados financeiros.

Apesar de diversas contribuições mencionadas, destaca-se aqui, a título de conclusão, as visões de que o capitalismo se financeirizou, especialmente a partir das últimas três décadas do século XX, permitindo que os motivos e práticas financeiras adentrassem de maneira mais profunda o cotidiano de empresas não financeiras, de empresas do setor financeiro e, notadamente, de indivíduos e famílias.

Usando o arcabouço teórico proposto por Lapavitsas (2013), foi caracterizado o quadro de financeirização subordinada da economia brasileira e dados foram coletados para se constatar que aspectos da financeirização de economias desenvolvidas também estão presentes em nosso país, ainda que em escala menor. Tudo isso ajuda, por um lado, a mudar a relação dos indivíduos com o dinheiro e, por outro, adiciona complexidade à própria gestão do dinheiro, gerando pressões por disseminação de políticas para se educar financeiramente as pessoas.

Sob essa ótica, buscou-se analisar mudanças ocorridas em nosso país, que permitiram a uma grande camada da população o aumento da renda, com o acesso a bens de consumo e a ascensão social na última década, levando muitos a dizer que haveria uma Nova Classe Média no país. Caracterizar estes indivíduos levou-nos a propor que, dentro de um quadro de inclusão financeira não igualitária e existindo um cenário de menor provisão de bens e serviços por parte do Estado, boa parte dessa NCM engrossaria o que se chamou de “excluídos pela financeirização”.

Portanto, falar em Educação Financeira como vem sendo feito hoje em dia se torna algo distante de resolver disfunções de um capitalismo financeiro que dá provas de que atua de forma bastante contundente também no Brasil. Centrar as ações e atenções em políticas públicas para se educar financeiramente os indivíduos não irá resolver questões de desigualdade e exclusão como as narradas nas páginas anteriores. Pelo contrário, acaba por contribuir por uma maior legitimação dos mercados através dessas políticas e por um acesso ou inclusão apenas simbólica.

Enquanto o tratamento da inclusão financeira no Brasil continuar sendo discurso disfarçado para a busca de “terras virgens” pelas instituições financeiras e enquanto incentivar o consumo continuar sendo a maneira preferencial de se promover desenvolvimento, pouco avanço poderá ser alcançado. De nada adianta

equipar as pessoas com informação em um contexto como esse. O que fazer com informação sem real acesso a um sistema justo? Não discutir as práticas abusivas de tais instituições, os juros exorbitantes que desafiam qualquer tentativa de compreensão do conceito de *spread* bancário e a necessidade de maior regulação poderá levar políticas aparentemente bem idealizadas como a ENEF brasileira a surtirem pouco efeito.

Atacar desigualdade, redução do *poverty penalty*, diferenças de capital cultural entre a “ralé” e as classes mais altas, entre outras questões, deveriam ser trazidas para o plano principal dos debates. Sendo assim, passa-se agora à explicação de propostas para se pensar o tema central desta tese: a Educação Financeira.

Como o próprio nome “Um olhar para além da Educação Financeira” leva a pensar, nosso foco a partir deste ponto do texto, em diversas ocasiões, sairá da Educação Financeira. Já há muito sendo feito e dito com relação a este assunto; muitas dessas iniciativas inclusive já apresentadas e avaliadas aqui. Assim, não é nosso objetivo principal trazer propostas específicas para a Educação Financeira, ainda que sugestões com essas características tenham sido levantadas, conforme se perceberá pela leitura das próximas páginas, especialmente as duas últimas propostas aqui trazidas. Olhar para além significa, em nossa visão, reconhecer sua importância, mas pensar que algo mais pode ser feito com o intuito de colaborar com os amplos debates que vêm sendo realizados em diversas partes do mundo e por diversas organizações tendo a Educação Financeira como escopo.

Em momento algum deixamos de destacar a importância do processo de se levar informações à sociedade, especialmente num contexto de maior complexidade do sistema financeiro e das decisões financeiras, e também de uma presença tão marcante do dinheiro nas vidas das pessoas, como mostrou o conceito de financeirização apresentado. Acredita-se que o caráter informacional envolto nos debates do tema até o presente momento é relevante, porém, limitado.

Pensar um pouco além implica em tentar entender de maneira mais profunda e, principalmente, promover um esforço de repensar essa sociedade caracterizada nas páginas anteriores dessa tese como uma “sociedade do ter”, maior do que uma “sociedade do ser”; pressupõe entender como os valores individuais suplantaram os coletivos ao longo das últimas décadas e em que medida isso poderia ou deveria ser mudado; presume não apenas a aceitação, mas

sim o questionamento de um sistema financeiro complexo e, acima de tudo, produtor de desigualdades.

Se o intuito de se levar Educação Financeira à população for realmente trazer maior tranquilidade e certeza nas decisões financeiras para que elas possam ser tomadas de maneira mais saudável e possam gerar melhores resultados, como o alcance de sonhos (muitos deles, sonhos de consumo) ou a preservação de condições de vida e acesso a bens e serviços essenciais, acreditamos que isso pode ser realizado (também) por outras vias.

Hoje, as proposições são *a posteriori*: educa-se financeiramente a população para que possa “operar” em um mundo com as características apresentadas ao longo deste trabalho. Fruto do esforço individual, parcela da população composta por indivíduos habilitados para o mundo financeiro conquista seus objetivos, enquanto uma outra parcela, os “consumidores falhos” ou excluídos pela financeirização, paga o preço da sua falta de mérito individual.

Aqui, as proposições trazem a ação para um momento anterior: pensar em um novo papel para o dinheiro no mundo, em novas relações de consumo e em um sistema financeiro mais justo, apenas para nomear algumas questões iniciais, pode contribuir, eventualmente até mais, para que o alcance de tais sonhos possa ocorrer. O foco passa do individual para o coletivo.

Pode-se pensar até que, em um mundo assim, as pressões por se educar financeiramente as pessoas possa diminuir, uma vez que o dinheiro e o consumo teriam seu papel ou significado minimizado na vida das pessoas. São propostas para reflexão. Como já dito, sem deixar de entender a importância do que já foi feito em termos de Educação Financeira, as próximas páginas convidam o leitor a ir um pouco além.

Hart, Laville e Cattani (2010), de maneira provocativa em sua obra *The Human Economy*, ajudam-nos a introduzir os pontos dessa espécie de “agenda” e a caracterizar o momento em que vivemos como uma época de se tentar fazer justamente o que se propõe aqui: ir além. Dizem os autores que acabamos de passar por uma longa experiência social caracterizada pela liberdade dada ao dinheiro e aos mercados. No entanto, o que ficou claro é que essa liberdade só aconteceu, de fato, para aqueles com muito dinheiro. O restante da população teve de se ajustar. Assim, convidam à reflexão sobre a necessidade de mudanças no

capitalismo e questionam se essas mudanças já não estariam em curso e sobre o que cada um de nós poderia fazer sobre isso.

Muito do que se encontra nas próximas páginas já está colocado como propostas de diversos autores ainda que, por razões diversas, não façam parte do *mainstream* das questões hoje olhadas com mais atenção pelos formuladores de políticas. Contudo, o que se faz aqui é compila-las sob a ótica da Educação Financeira e tentar contribuir minimamente para que estas propostas alcancem maior difusão e, por que não, sejam objeto de reflexão e de aplicação. Ressalta-se que as recomendações aqui propostas não têm a pretensão de propor reformas no capitalismo (nem a competência para tal, uma vez que a bibliografia levantada e o tipo de metodologia proposta não foram voltados a este fim) nem de aprofundar em cada uma das ideias apresentadas, reconhecendo que poderiam, cada uma delas isoladamente se transformar em objeto de pesquisa de trabalhos futuros. No entanto, o fato é que as sugestões de autores como Crouch (2011; 2013), Jackson e Dyson (2012) ou Lapavitsas (2013), apenas para citar alguns dos que aparecerão nas propostas a seguir, trazem à tona a percepção de que há algo de errado e que precisa, pelo menos, ser estudado.

Nesse sentido, são quatro pontos fundamentais para uma “agenda” que acreditamos possa contribuir para o trato do tema. A primeira delas, “A. Um novo significado para o consumo e o dinheiro” trata de propostas que podem caminhar na direção de um sistema mais justo e menos pressionado pelos pressupostos monetários. Em um segundo momento, “B. A regulamentação sobre o sistema financeiro” busca entender propostas de regulação do sistema financeiro que podem contribuir para um ambiente financeiro mais justo, com potencial de estender bons resultados de maneira mais igualitária. Em “C. A participação de instituições financeiras no processo de Educação Financeira”, reconhece-se que não dá para se falar em educar financeiramente alguém sem a presença de tais instituições; não há sistema financeiro sem elas. Todavia, também é, em nossa visão, inconcebível falar em Educação Financeira apenas com a presença delas, como tem sido feito. Por fim, em “D. Educação financeira focada no processo decisório e o surgimento de centros de atendimento à população”, lança-se um olhar para as iniciativas de criação de centros de atendimento à população, com aconselhamento financeiro gratuito e livre de vieses, que poderia complementar as iniciativas apenas ligadas à introdução do tema na esfera escolar.

**A.****Um novo significado para o consumo e o dinheiro**

A caracterização que foi realizada no terceiro capítulo para o contexto de consumismo e de mudanças no significado dos bens nos dias de hoje teve por objetivo mostrar algumas mudanças que ocorreram na sociedade e que geraram pressões por se educar financeiramente as pessoas. Nesse sentido, apesar de não ser usualmente tratada como uma questão ligada à Educação Financeira, pretende-se defender aqui nesta seção que quaisquer proposições que visem criar um ambiente menos dependente do consumo e do dinheiro tende a contribuir para, pelo menos, minimizar a importância de se estar bem informado financeiramente e pode gerar relações econômicas mais interessantes e saudáveis.

Como afirma Hart, Laville e Cattani (2010, p. 9, tradução nossa), pensar além pressupõe entender duas grandes lições que o século XX trouxe:

primeiro, a sociedade de mercado sustentada por uma preocupação com a liberdade individual gerou enormes desigualdades; então a submissão da economia à vontade política sob pretexto de igualdade levou à supressão da liberdade. Estas duas soluções colocam a democracia em questão, seja sob a forma de sistemas totalitários ou, com um resultado semelhante, através da subordinação do poder político ao dinheiro.

Para o autor, o que se faz necessário é a humanidade redescobrir o significado mais profundo da economia, que é sua capacidade de satisfazer necessidades humanas e não apenas maximizar a ganância individual de curto prazo (HART, LAVILLE e CATTANI, 2010). Ou, como colocam Skidelski e Skidelski (2012), deve-se voltar a atenção para o estudo da insaciabilidade, da disposição psicológica que nos impede, como indivíduos e como sociedade, de dizer o quanto é suficiente ou necessário para o que eles chamam de uma “boa vida”. E, fundamentalmente, as condições materiais para isso se encontram disponíveis em todo o mundo, ainda que desigualmente distribuídas.

O sistema atual como está colocado carece de reformas e a crise financeira dos últimos anos e seus desdobramentos em todo o mundo serviram para deixar

isso claro e reforçar a urgência de ação. A grande questão é que o contexto de financeirização aqui narrado faz o sistema se amparar em valores como ganância e necessidade de conquistas e expansão, que trazem conflitos morais. Um sistema assim, para Skidelski e Skidelski (2012), além de instável e ineficiente, divide as sociedades em ricos e pobres (ou muito ricos e muito pobres, com o avanço da desigualdade).

A pressão por crescimento constante (os 3% ao ano narrados por Harvey, 2011) impede que se pense um pouco além. Alguns autores colocam que a confiança em medidas de crescimento amparadas em aumento do PIB, por si só, já colocam o foco da ação desvirtuado de onde poderia estar (HART, LAVILLE e CATTANI, 2010; SKIDELSKI e SKIDELSKI, 2012). Para autores como esses, claramente há problemas em uma medida que coloca conjuntamente como progresso tanto o fato de um comércio prosperar e gerar empregos e impacto positivo na comunidade do bairro quanto a renda gerada por uma empresa que despolui um rio da poluição gerada por indústrias. O consumo desenfreado, como a troca de bens usados por outros mais novos, como uma TV, um telefone celular ou um carro, adicionam valor ao PIB, independente dos problemas que uma postura consumista perante esses bens possa causar no âmbito das famílias.

Muito da nossa pressão por consumo e por mais e mais trabalho é resultante de uma falta de discussão pública sobre qualquer aspecto sobre o que seja uma boa vida ou sobre o conceito de “suficiente” (EISENSTEIN, 2011; SKIDELSKI e SKIDELSKI, 2012). Para citar um exemplo, em uma palestra realizada em uma conferência de Educação Financeira nos EUA, o *Financial Literacy & Education Summit* de 2008<sup>101</sup>, o Diretor de Relações Corporativas Globais da Visa, uma gigante do setor financeiro de meios de pagamento, faz duas afirmações que costumam passar despercebidas em nosso cotidiano, mas que precisam ser olhadas com mais atenção. Primeiramente, ele reforça os benefícios da bancarização, algo que pode ser entendido e aceito desde que dentro de condições de uma boa inclusão financeira que não passe apenas pela vontade de as instituições financeiras ganharem novos mercados, mas que possam permitir redução de exclusão e maior empoderamento às pessoas. Mas sua justificativa não é essa. Sua segunda fala, que justifica o porquê de ele defender o acesso a serviços

---

<sup>101</sup> PRACTICAL MONEY SKILLS FOR LIFE. Palestra na íntegra disponível em: <<http://www.practicalmoneyskills.com/resources/podcast.php>> Acesso em: 12/01/2017.

financeiros é que aqueles bancarizados comprovadamente têm acesso a mais bens e “são mais felizes porque podem comprar casas maiores”. Atrelar felicidade a posse de bens é algo comum e a discussão sobre os desdobramentos precisa ser expandida.

A abordagem, segundo autores como Hart, Laville e Cattani (2010), Eisenstein (2011) e Skidelski e Skidelski (2012), deve ser diferente. Em uma sociedade em que o lazer perdeu seu real significado e em que a humanidade se lança a uma necessidade grande de trabalho, seja para ter acesso e custear bens antes providos pelo Estado, seja para pagar “casas maiores”, o foco das pessoas e, principalmente, das políticas públicas, deveria se voltar a bens básicos. Definem esse termo como bens universais, indispensáveis, que não são caminho para algo maior, mas que podem satisfazer pela sua própria posse. Seriam eles: saúde, segurança, respeito, personalidade, harmonia com a natureza, relações pessoais e lazer (SKIDELSKI e SKIDELSKI, 2012).

Caberia ao poder público, assim, buscar esses bens como objetivo final. O crescimento para a realização dessas metas seria desejável, e não apenas o crescimento por si só, ainda que o crescimento de curto prazo, por razões pragmáticas, em um período de recessão e desemprego, possa ser almejado. O crescimento seria interessante como indicador de algo maior que valorizamos. As estatísticas e metodologias de medição de crescimento deveriam ser revisadas.

Políticas públicas deveriam não necessariamente buscar a redução do consumo, mas a construção de relações mais saudáveis que permitam que o consumismo seja minimizado e que novas formas de satisfação das necessidades humanas floresçam. Acima de tudo, isso estaria embasado, inicialmente em redução da desigualdade. Garantir que os benefícios do aumento de produtividade do mundo de hoje sejam distribuídos de maneira mais equitativa seria fundamental. Mais ênfase na economia local e na possibilidade de atendimento das demandas dentro de um menor raio de ação seria também desejável (SKIDELSKI e SKIDELSKI, 2012).

Como lembra Aspers (2011), outras formas de coordenação, além dos mercados, precisam ser valorizadas. Hart, Laville e Cattani (2010) defendem questões como novas formas de troca, baseadas na solidariedade e na cooperação; incorporação de custos sociais e ambientais para garantir sustentabilidade de relações de troca; formulação de critérios de comércio que garantam mais justiça

em transações entre “Norte e Sul”; estabelecimento de relações mais diretas de solidariedade entre produtores e consumidores e, por fim, a humanização de mercados ao incorporarem a visão de comércio justo (*fair trade*) em uma visão da economia centrada nas necessidades humanas, e não confinadas a trocas monetárias e comerciais. Isso poderia ser alcançado, ao se contrapor uma abordagem neoliberal que combina ética consumista com orientação gerencial com uma nova abordagem baseada em duas grandes ideias:

[...] reavaliação e fortalecimento do papel dos laços comunitários e, especialmente, da família, na medida em que são (co) produtores de muitos aspectos do bem-estar e do bem-estar social [...] e reavaliação do papel das associações civis, não apenas como prestadores de serviços, mas também como agências de integração social (EVERS, 2010, p. 178, tradução nossa).

O autor destaca, por exemplo, o papel crescente de moedas complementares e comunitárias, que deveriam ser objeto de maiores estudos para que sua legitimidade e benefícios possam ser reconhecidos ou melhor compreendidos pelas autoridades monetárias, uma vez que podem permitir desenvolvimento que talvez não possa ser conquistado pelas moedas nacionais por si só. Todas essas questões poderiam contribuir para redução das desigualdades e para um ambiente financeiro mais justo.

No que tange à redução da pressão pelo consumo, Skidelski e Skidelski (2012) ressaltam a necessidade de se refletir sobre o papel do consumismo e do consumo extravagante e conspícuo. Os autores defendem impostos sobre o consumo, que acabariam por incidir de maneira mais forte sobre aqueles que consomem mais ou que adotam posturas de consumo mais exagerado. Também falam em defesa do chamado Imposto Tobin<sup>102</sup>, sobre a especulação financeira. Menção à criação desse imposto sobre especulação também aparece em Lapavitsas (2013).

Uma maior regulação sobre o mercado publicitário, um dos grandes responsáveis por “inflamar” os anseios consumistas e nossa tendência à insaciabilidade, também poderia ser realizada. Obviamente, amplos debates

<sup>102</sup> O Imposto Tobin (*Tobin tax*) é um tributo proposto por James Tobin, economista ganhador do prêmio Nobel de Economia no ano de 1981, que incidiria sobre as movimentações financeiras internacionais de caráter especulativo.

deveriam ser realizados sobre questões ligadas a censura ou a uma redução da autonomia das pessoas, mas Skidelski e Skidelski (2012) citam benefícios de uma boa regulação em busca do bem comum, como aquelas hoje presentes na indústria do tabaco ou a proibição de comerciais em canais infantis em países como Suécia e Noruega.

Em uma proposta que tende a ser polêmica no meio empresarial, apresentam a ideia de se impedir que despesas com propaganda sejam lançadas como despesa em demonstrações financeiras, deixando de contar, assim, com benefício fiscal. Nesse sentido, aqueles que realizam qualquer tipo de propaganda deveriam ponderar mais os custos e benefícios de qualquer ação comercial o que, para eles, acabaria por afetar mais as vendas de produtos menos ligados a necessidades, uma vez que eles apresentam demanda mais inelástica.

Outras proposições sobre novos significados para o consumo e para o dinheiro aparecem em Aspers (2011). Esse autor reconhece a necessidade de a Sociologia adentrar mais no campo de estudos sobre o mercado e, especialmente, sobre o dinheiro, áreas tradicionalmente sob domínio das Ciências Econômicas, apesar de reconhecer que muito avanço já foi realizado nesse sentido. O papel do dinheiro emoldurando relações sociais e dos mercados sobre as várias esferas da vida são pontos cruciais a se estudar. Caberia à Sociologia tentar contribuir na reposição de um conceito de um *homo economicus* por um ser mais social.

Davis e Speight (2016, p. 5, tradução nossa) propõem que “uma das mais significativas contribuições para se construir resiliência econômica é radicalmente repensar o que entendemos por dinheiro e como devemos reconecta-lo com um senso de objetivo moral para o melhoramento das comunidades humanas”.

Como conclui Eisenstein (2011, p. 17, tradução nossa), ao falar sobre uma economia baseada no dom e na troca

[...] o próximo estágio da economia humana será paralelo ao que estamos começando a entender sobre a natureza. Chamará os dons de cada um de nós; enfatizará a cooperação sobre a concorrência; incentivará a circulação sobre a acumulação; e será cíclico, não linear. O dinheiro pode não desaparecer a qualquer momento em breve, mas terá um papel diminuído, mesmo que ele assuma mais das propriedades do dom. A economia vai encolher, e nossas vidas vão crescer.

Falar em novo significado para consumo e dinheiro é um tema bastante abrangente e que merece grande atenção por parte de todos e, de maneira primordial, por parte do poder público. Construir relações mais sustentáveis em todos os âmbitos tende a gerar benefícios diversos. Especificamente sobre o tema deste trabalho, como já dito anteriormente, acredita-se que este tipo de reflexão possa contribuir para indivíduos menos pressionados a consumir, mais conscientes no uso de seus recursos financeiros e, conseqüentemente, menos pressionados a se educar financeiramente apenas para “navegar” em um mundo de riscos.

## **B.**

### **A regulamentação sobre o sistema financeiro**

No primeiro capítulo deste trabalho, quando foram apresentadas as definições de diversos autores para o termo Educação Financeira, foi ressaltado que a maior parte das definições encontradas na literatura dão enfoque ao componente de fornecimento de informações, mostrando menor preocupação com um possível viés regulatório e de proteção que deveria estar presente. Como foi dito naquele momento, o conceito deveria ser ampliado, pois existe também o lado da regulação e proteção dentro do espectro da Educação Financeira.

Dentro da lógica proposta aqui de apresentar recomendações sobre questões que podem contribuir para um ambiente financeiro aprimorado, não se poderia deixar de falar sobre uma necessidade de maior (ou melhor) regulação para o sistema financeiro. Apesar de não ser uma ação com impacto direto sobre o tema, acredita-se que um mundo financeiro mais equilibrado, transparente e justo pode reduzir as pressões por se educar financeiramente a população, que encontraria mais respaldo na regulação para que suas decisões financeiras fossem menos passíveis de más conseqüências.

De fato, diversos autores ressaltam a importância de regulação para o sistema financeiro como algo relevante para se ter melhores resultados em decisões financeiras no nível individual (STRANGE, 1997; WILLIS, 2011; COLLINS et al., 2012; JACKSON e DYSON, 2012; CROUCH, 2013; LAPAVITSAS, 2013) ou, pensando de maneira coletiva, para a criação de uma

economia mais justa e humana (HART, LAVILLE e CATTANI, 2010; SKIDELSKI e SKIDELSKI, 2012).

Como coloca de maneira bastante provocativa Willis (2011, p. 420, tradução nossa)

queremos viver em uma sociedade onde os consumidores comuns são deixados a navegar um por um através de uma cornucópia de produtos financeiros sempre em mudança armados apenas com a educação? Como seria a "educação" para neutralizar os determinantes não-rationais do comportamento financeiro? Se pudéssemos criar uma sociedade em que a educação financeira funcionasse efetivamente como regulação financeira, estaríamos melhor?

A autora questiona também por que as instituições financeiras patrocinariam programas de Educação Financeira sobre os quais elas não têm controle do conteúdo ou que podem criar consumidores de produtos financeiros mais conscientes e, portanto, menos rentáveis para elas. E a resposta, segundo ela, é que tais instituições praticam esse tipo de comportamento por medo de regulação mais efetiva. Seria melhor gastar recursos assim (e ainda utilizar a ação como *marketing* para criação de uma imagem socialmente responsável) do que sentir os efeitos de regulação mais severa (WILLIS, 2011). Lazzarato (2011) chama a atenção para os conflitos de interesse com a classe dominante como responsável por uma baixa motivação para se regular os excessos do mundo financeiro.

Lapavitsas (2013) deixa claro que a financeirização não trouxe ausência de regulação, mas sim mudanças no tipo de regulação em relação ao período logo após a Segunda Guerra Mundial. O sistema financeiro continuou bastante regulado, mas com uma abordagem muito mais *market-conforming* do que anteriormente. Em muitos casos, os agentes responsáveis pela regulação estavam “muito mais perto, e mesmo organicamente conectados ao sistema financeiro” (LAPAVITSAS, 2013, p. 313).

Tal tipo de regulação acaba por ser favorável à rentabilidade do sistema, especialmente se entendido que a figura do prestador em última instância, a proteção de depósitos e garantias do tipo *too big to fail*, por exemplo, apresentam tendência a reduzir o custo de captação das instituições. Mesmo regras tidas como eficientes em termos de regulação, como aquelas dos Acordos da Basileia, devem ser olhadas com atenção. Collins et al. (2012) e Lapavitsas (2013) apresentam

algumas razões para a ineficiência dessas regras e para que acabem por agir como reforço de característica pró-cíclica do sistema bancário, especialmente o fato de que lucros retidos podem contar como capital, o que faz com que quanto mais lucros a instituição tiver, mais empréstimos poderá fazer e ainda atender aos requisitos dos Acordos.

Questionar o tipo ou a qualidade da regulação implica em rememorar a questão da financeirização, tratada nos capítulos anteriores, que precisa ser compreendida muito em função dos excessos do sistema financeiro, que para muitos remontam ao fim da convertibilidade de dólares em ouro, com o encerramento do sistema estabelecido em Bretton Woods (STRANGE, 1997; HARVEY, 2011; COLLINS et al., 2012). Essa época de emissão desenfreada de dinheiro e de menor controle dessa emissão por parte dos governos gera pressões sobre nossa relação com o dinheiro e, consequentemente, sobre a urgência de se tratar de temas ligados à gestão financeira pessoal.

No entanto, talvez o sistema financeiro poderia não ser assim, marcado por excessos. Não precisaríamos “navegar”, como afirma Willis (2011) por um lugar perigoso, por um “Capitalismo Cassino” nas palavras de Strange (1997). Propostas para reformar o sistema financeiro existem, mas como ressaltado anteriormente nessas considerações finais, não fazem parte do *mainstream* econômico.

Antes de se apresentar qualquer proposta nesse sentido, pode ser interessante recorrer a Strange (1997, p. 189, tradução nossa) que, escrevendo em meados dos anos 1980 suas sugestões de reforma para o sistema financeiro, afirmou que:

[...] existem apenas duas alternativas possíveis a reformas radicais do tipo sugerido aqui. Uma delas é continuar tentando se confundir. O outro é tentar voltar o relógio. Esta segunda opção é concebível, mas só, creio eu, depois de uma catástrofe econômica ou financeira de proporções terríveis.

Talvez a “catástrofe econômica ou financeira de proporções terríveis” citada por ela tenha sido a crise do fim dos anos 2000, que trouxe questionamentos a todo o sistema financeiro e ainda mais insegurança e dificuldades aos usuários de serviços financeiros, enquanto as instituições financeiras, responsáveis pelos

acontecimentos, foram contemplados com medidas por parte dos governos que reforçaram seus *status* de *too big to fail*.

Jackson e Dyson (2012) apresentam propostas de reforma drástica no sistema financeiro. Suas medidas são baseadas em 4 pontos: ter dinheiro criado com base na necessidade da economia, através de um órgão público independente; tornar possível a redução de dívidas pessoais, das famílias e do governo; realinhar risco e retorno na economia e, por fim, promover uma estrutura que permita com que os bancos quebrem sem gerar grandes prejuízos para a sociedade. Para eles, o fator primordial das reformas é eliminar a capacidade dos bancos de criarem novos fundos, sob a forma de depósitos bancários, quando emitem empréstimos. Isso ocorreria com os bancos fazendo uma distinção clara entre as contas bancárias onde prometem pagar o cliente conscientemente “sob demanda” ou com acesso instantâneo e outras contas onde o cliente solicita conscientemente que seus fundos sejam colocados em risco e investidos. As contas correntes são então convertidas em moeda eletrônica emitida pelo Estado, em vez de serem promessas de pagamento de um banco, e o sistema de pagamentos é funcionalmente separado do lado do empréstimo do negócio do banco. Assim, o ato de empréstimo envolveria então a transferência de moeda eletrônica emitida pelo estado de poupança para os mutuários. Nesse cenário, os bancos passariam de criadores a corretores de dinheiro, e a quantidade de dinheiro em circulação seria estável, independentemente de oscilarem os volumes de empréstimos.

De acordo com os autores, a questão chave sobre quem cria dinheiro está ligada ao fato de o criador poder ou não se beneficiar do dinheiro criado. No caso dos bancos, fica claro o conflito de interesses. Como lembra Collins et al. (2012), evidências históricas sugerem que, sem regulação, bancos irão preferir criar crédito para atividades não produtivas ou especulativas, porque geralmente maximizam ganhos de curto prazo. Da mesma forma, políticos em busca de votos também não seriam os mais indicados para decidir quanto dinheiro criar.

Sendo assim, Jackson e Dyson (2012) sugerem a criação de um *Money Creation Committee* (MCC). A decisão de como usar ficaria a cargo do governo. Caberiam ao MCC as decisões como a quantidade de dinheiro novo a ser criado de forma manter a demanda agregada em linha com a meta de inflação e a quantidade de novos empréstimos de modo a evitar uma crise de crédito. Os autores ressaltam que o MCC não irá ‘acertar’ a quantidade correta de dinheiro a

ser colocada em circulação, assim como hoje não há quem determine corretamente isso. Bancos criam muito dinheiro em tempos bons e muito pouco em tempos ruins. A presença do MCC não levaria as coisas à perfeição, mas impediriam que elas fossem desastrosamente erradas.

Outras considerações mais pontuais sobre a regulação aparecem em autores como Deutschmann (2011), Crouch (2013) e Dymski (2014). Willis (2013), ao falar sobre regulação em prol da Educação Financeira, afirma que se, por exemplo, o objetivo das políticas sobre o assunto é aumentar a propensão de que clientes de produtos financeiros adquiram produtos financeiros que eles possam pagar e que não tragam más consequências para suas vidas financeiras, o mais correto seria regulação pontual que alinhasse os incentivos do vendedor com a capacidade de pagamento do consumidor, isto é, regulação dos incentivos de vendas para melhor equalização de interesses.

Crouch (2013) reforça a necessidade de que a regulação produza um re-exame do modelo de maximização do *shareholder value*. Davis e Speight (2016) sugerem estímulos ao setor de inovação financeira e que novos arranjos financeiros, como empresas *FinTechs*, *AltFins* ou *DemFins* podem ajudar a reduzir a presença das grandes corporações financeiras, criar um ambiente financeiro mais sustentável e resolver de maneira mais ágil, justa e efetiva as demandas financeiras dos clientes.

Reformar o sistema financeiro não passa por deixar de fazer as pessoas conhecerem sobre o dinheiro. Pelo contrário, a Educação Financeira pode ser útil nesse ponto. Como lembram Collins et al. (2012), antes de mais nada, uma questão que se faz urgente é corrigir falhas de compreensão da população sobre como novo dinheiro é criado. Isso é relevante por duas questões: primeiro, a falta de uma compreensão perfeita sobre a atividade bancária faz com que qualquer reforma do sistema tenha menor probabilidade de funcionar e, em segundo lugar, a criação de novo dinheiro e a alocação de poder de compra são vitais para a economia (além de altamente lucrativa). Assim, entender que a quantidade de dinheiro criada pelos bancos comerciais não é necessariamente ligada à regulação ou a reservas ou ao Banco Central, mas sim à confiança dos bancos em emprestar é algo preponderante.

Concluindo a seção e citando Dymski (2014), a questão central, que é “quais as funções econômicas que o sistema bancário executa para os outros

agentes na economia?” não faz parte da pauta de qualquer discussão política. Mas, caso essa pergunta não seja feita, o discurso político será apenas vazio, esperando a próxima crise sistêmica. “Se as finanças globais devem mudar, o eixo Nova York-Londres e os governos e empresas não-financeiras e as famílias que se adaptaram à realidade do financiamento global coercitivo e improdutivo devem mudar. [...] O lugar para começar é fazer as perguntas certas”. (DYMSKI, 2014, p. 16, tradução nossa).

### C.

#### **A participação de instituições financeiras no processo de Educação Financeira**

Muito do que tem sido feito nos dias de hoje em termos de políticas públicas para a Educação Financeira tem como inspiração as propostas da OCDE (2005) para o assunto, especialmente os princípios e boas práticas constantes do *Financial Education Project*, mostrado no início do Capítulo 2 da tese. Não se deve deixar de reconhecer que a abordagem daquele documento é bastante abrangente e procura tratar do tema sob vários aspectos, como programas de Educação Financeira, reflexos para aposentadoria, ação pública, participação de instituições financeiras, entre outros.

No entanto, é sobre um tópico importante ali tratado e que parece pouco considerado, que é exatamente a participação das instituições financeiras, que esta seção pretende tratar. É muito claro que em diversos países, inclusive no Brasil, a participação de instituições ligadas ao mercado financeiro tem sido constante nos comitês que tratam das estratégias nacionais que foram ou estão sendo estabelecidas. Especificamente no Brasil, já foram feitas considerações sobre o fato de que a agência responsável por conduzir o processo é mantida por quatro instituições ligadas ao mercado financeiro e que estas instituições estão ali presentes sob o título de “representantes da sociedade civil”.

Inicialmente, há de se esclarecer que, em nossa visão, não há processo de estudo ligado à condução de políticas de Educação Financeira sem representantes de organizações ligadas ao sistema financeiro. Seria inconcebível ou, no mínimo, pouco produtivo, não ouvir tais organizações, conhecer sua experiência e suas demandas. De fato, poucas pessoas ou instituições estarão tão perto do cidadão

em situações próximas do momento de tomada de decisões financeiras. São os chamados *teachable moments* que podem ser utilizados para melhor disseminação de conceitos. Como é exposto pelo BACEN (2014, p.7), em seu *Guia de Excelência de Educação na Oferta de Serviços Financeiros*

[...] a participação das instituições financeiras é fundamental no processo de educação financeira, pois têm posição privilegiada para atuar como vetor de disseminação, uma vez que estão no “momento e local certos” para apresentar aos consumidores opções de produtos e serviços financeiros, explicando suas características, benefícios, custos e riscos, inclusive abordando temas relacionados à gestão de finanças pessoais.

Mas a presença tão marcante delas no processo como hoje ocorre pode, no mínimo, deixar margem à desconfiança de que poderia estar presente aquele neoliberalismo de terceiro tipo falado por Crouch (2013), onde o *lobby* das grandes corporações acaba sendo relevante na elaboração de políticas públicas. São os conflitos de interesse que podem surgir da forma como a participação hoje ocorre que merecem uma reflexão neste ponto do trabalho.

Como coloca a OCDE (2005) logo em seus princípios, a Educação Financeira deve ir além da provisão de informação e aconselhamento financeiro, que deve ser regulado, para a proteção de clientes de produtos financeiros (Princípio nº1); a construção de capacitação financeira deve ser estimulada, de uma maneira justa e livre de vieses (Princípio nº2); e o papel das instituições financeiras na Educação Financeira deve fazer parte de sua política de governança no trato com seus clientes (Princípio nº 6).

Regular, como prevê o primeiro princípio descrito, significa criar normas não apenas sobre o tipo de informação que vem sendo levada adiante nas agências bancárias ou o tipo de aconselhamento que é dado ao cliente financeiro, mas também sobre o conteúdo transmitido em programas de Educação Financeira patrocinados pelas instituições. Isso acaba gerando repercussões sobre o segundo princípio e a necessidade de ausência de vieses. Como garantir que um material utilizado em uma escola e que teve, direta ou indiretamente, em sua redação a presença de instituições financeiras, pode estar livre de vieses? Talvez a regulação possa contribuir. Ou a criação de equipes multidisciplinares e multi-institucionais

para a redação dos materiais e o treinamento dos multiplicadores também possa ajudar.

Como já dito anteriormente, faz falta no modelo brasileiro hoje adotado a presença de uma verdadeira representação da sociedade civil, via universidades e instituições de ensino dos diversos níveis (e seus professores), organizações não-governamentais (ONGs), entidades de proteção ao consumidor e, por que não, cidadãos comuns.

Mas mesmo antes de tal alteração acontecer na representação hoje vista na ENEF, as instituições financeiras precisam mudar o tom de seus discursos e fazer com que o termo “inclusão financeira”, tão falado ultimamente, passe de uma abordagem que parece ser a apenas a criação de mercados para essas instituições, via conquista de novos clientes excluídos e não bancarizados, para uma em que haja de fato acesso ao sistema financeiro por parte daqueles excluídos, mas de maneira justa e igual, atendendo a suas reais necessidades, como pregam Collard e Kempson (2005) em sua “visão para a inclusão financeira”.

Isso poderia começar com o respeito ao sexto princípio apresentado no *Financial Education Project* da OCDE (2005), que fala de políticas de governança das instituições no trato com seus clientes no que diz respeito à Educação Financeira, conforme tratado na Seção 6.3.

Sendo assim, algumas recomendações para se pensar em uma presença mais correta, efetiva e livre de vieses no processo de educar financeiramente a população são listadas a seguir.

Em primeiro lugar, agregar instituições e pessoas que, de fato, representem a sociedade civil se faz necessário. Como já mencionado, ONGs, universidades, escolas, representações dos professores, organizações ligadas à proteção do consumidor, entre outras podem enriquecer o debate e trazer maior isenção e imparcialidade aos projetos. Tê-las no processo levará também a uma mudança na lista de participantes na atuação da AEF Brasil e pode propiciar o acréscimo de novas visões à maneira como hoje o tema é levado adiante.

Ainda sobre esta instituição, mas também pensando de maneira abrangente em toda e qualquer iniciativa ou programa de Educação Financeira, deveria ser vedado todo e qualquer tipo de financiamento vindo de empresas que apresentem potencial conflitos de interesse no trato do tema, inclusive recursos vindos de institutos ou fundações ligados a essas empresas, como hoje ocorre.

Ademais, as políticas de governança e o código de ética das instituições financeiras deveriam passar a contemplar claramente os conflitos de interesses potenciais advindos de sua atuação no provimento de Educação Financeira, seja através de programas de capacitação ou de todo e qualquer aconselhamento fornecido por seus canais de atendimento. Mais do que contemplar, tais documentos precisam mostrar como esses conflitos são evitados ou resolvidos.

Por fim, deve-se reforçar e tornar corriqueiras as práticas constantes do Guia de Excelência de Educação na Oferta de Serviços Financeiros do Banco Central. Tal material deixa bem clara a postura recomendada às empresas do setor financeiro no que tange a 4 pontos centrais: Publicidade e oferta; Contratação de crédito; Pós-venda de crédito e Cartão de crédito. Apesar de não tratar especificamente sobre a oferta de programas de Educação Financeira, esta publicação traz relevante contribuição ao processo de comunicação com o cliente de produtos e serviços financeiros.

#### **D.**

#### **Educação financeira focada no processo decisório e o surgimento de centros de atendimento à população**

Um último ponto nessa espécie de agenda para se tratar de maneira mais abrangente de questões ligadas à Educação Financeira da população é a disseminação de centros de atendimento à população com o escopo de levar informação e aconselhamento financeiro às pessoas. Esta recomendação não é nova. Pelo contrário, sugestões com tal escopo aparecem na literatura e já foram aqui citadas (COLLARD e KEMPSON, 2005; WILLIS, 2008; 2009; 2011; FERNANDES, LYNCH JR. e NETEMEYER, 2014) e, em diversas partes do mundo, centros desse tipo já funcionam com algum nível de sucesso.

Conforme menciona Willis (2011), para que todos os problemas já abordados por ela e apontados ao final do Capítulo 1 deste trabalho ligados à efetividade de se levar Educação Financeira em larga escala como muitos intencionam sejam resolvidos, educar financeiramente significaria prover informação mais próximo ao ponto de decisão, em um ambiente individualizado e com conteúdo personalizado para cada indivíduo. Isso não se resolveria na esfera escolar; muito pelo contrário, o volume de dinheiro gasto nos moldes hoje

defendidos, com a Educação Financeira como componente curricular, poderia ser imensamente maior. Collard e Kempson (2005) colocam a presença de tais centros como algo capaz de ajudar a prover a inclusão financeira no sentido mais benéfico que o termo pode assumir.

Isso implicaria na criação de centros de atendimento gratuito à população, com o intuito de prover aconselhamento financeiro livre de vieses e contribuir para decisões financeiras mais conscientes. Uma gama de profissionais capacitados, treinados e regulados deveria ser contratada. Não apenas atendimentos presenciais precisam ocorrer em locais assim. Linhas telefônicas dedicadas a receber dúvidas da população, bem como mecanismos de *chat* com os mesmos profissionais podem ser adicionados.

Centros assim deveriam ser ligados diretamente ao Estado ou em parcerias com Universidades, por exemplo, mas sempre com financiamento não vinculado a empresas que possuam conflitos de interesse com os temas ali tratados, especialmente instituições ligadas ao mercado financeiro. No Brasil, instituições como a CVM e o Banco Central, por exemplo, poderiam capitanear tal iniciativa. Uma maior capilaridade para um projeto de largo escopo como esse poderia ser conseguida, rapidamente, com o apoio de Universidades Federais espalhadas por todo o país, com a capacitação especialmente de professores e alunos ligados aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Matemática, apenas para citar alguns com maior aderência inicial ao tema. Disseminação grande também poderia ser obtida buscando apoio das prefeituras das cidades brasileiras, com o mesmo empenho em treinar e capacitar pessoal e utilizar espaços disponibilizados pelo poder público municipal.

Mecanismos específicos de governança precisam ser criados, de forma a se reforçar o caráter de assistência livre de vieses e gratuita, além de prestar contas de suas atividades. Ressalta-se que, nessa proposta, toda a regulação e certificação dos profissionais vinculados aos centros deveria ficar a cargo do Estado.

Algumas questões devem ser aqui destacadas como reforço e justificativa a essa sugestão aqui colocada. Inicialmente, deve-se dizer que, apesar de lidar com dinheiro seja algo que fazemos em base diária, os grandes eventos de uma vida com grandes impactos financeiros ocorrem poucas vezes, como a compra de uma residência ou de um automóvel, o ato de se aposentar, o casamento, o nascimento de filhos, entre outros. Por mais que decisões financeiras erradas em eventos tão

importantes como esses possam comprometer as finanças de um indivíduo ou família no longo prazo, a presença de profissionais habilitados de maneira acessível, capazes de contribuir com o planejamento financeiro para tais momentos, seria fundamental para minimizar a chance de que erros possam acontecer ou para pensar em planos alternativos caso ocorram.

Um segundo ponto que reforça a validade de tal sugestão diz respeito ao tempo gasto pelas pessoas em busca de informação. Apesar de se acreditar que capacitar profissionais para esse tipo de atuação demande muitos recursos (como também demandaria treinar em larga escala professores não habilitados a falar de Economia e Finanças em escolas em todos os níveis de ensino), concorda-se aqui com Willis (2011) que afirma que o tempo gasto pelos indivíduos para se capacitar em relação a temas ligados ao dinheiro seria reduzido, em comparação com um modelo onde o assunto faça parte da grade curricular. Acrescenta-se a isso o ganho de autonomia, no sentido de não se obrigar alguém a ter acesso a um assunto que não deseja conhecer ou mesmo a um conteúdo levado adiante de maneira enviesada, como já falado.

Corroborando com isso, um terceiro ponto que justifica a existência desse tipo de centro para atendimento financeiro é o próprio escopo e complexidade do assunto que ali se trata. Gerir as próprias finanças é algo difícil e tem se tornado ainda mais complexo, como se demonstrou em outros pontos do trabalho. Além disso, para muitos, é algo não prazeroso e indesejável. Por que, então, caberia aos indivíduos dominar essa questão e não buscar ajuda? Uma comparação poderia ser feita com a figura de outros profissionais que hoje buscamos para temas diversos, como Medicina, Nutrição, Psicologia, entre outros. Se buscamos profissionais das mais diversas áreas para cuidar de temas complexos e com potencial impacto sobre nossas vidas, o mesmo poderia ser feito em relação à gestão de nosso dinheiro. Conforme afirma Willis (2011, p. 432, tradução nossa), “das às pessoas mais propriedade e controle de suas vidas e destinos requer intervenções regulatórias que deem suporte aos desejos pessoas dos consumidores de não tomar todas as suas próprias decisões financeiras”.

Como já mencionado antes, centros desse tipo já funcionam em algumas partes do mundo. Talvez o melhor exemplo deles e que vale a pena resgatar neste ponto seja o “*The Money Advice Service*” (MAS) do Reino Unido, tratado no Capítulo 2. Criada pelo Parlamento britânico dentro do escopo do *Financial*

*Services Act* de 2010 com o objetivo de melhorar a compreensão das pessoas sobre questões financeiras e sua habilidade de gerenciar seus recursos, a instituição é mantida por recursos gerados por impostos e taxas e tem seus membros apontados (mas agindo de forma independente) pelo órgão regulador *Financial Conduct Authority* (FCA). A organização trabalha em parceria com outros órgãos de governo, voluntários e indústria em geral, reconhecendo a importância de todos os tipos de parceria, mas sempre prezando pela independência de sua atuação.

Em seu último relatório anual<sup>103</sup>, há menção a um número de consultas de 26 milhões entre março de 2015 e março de 2016, entre consultas *online*, por telefone e consultas presenciais. Segundo este relatório, foram mais de 380.000 sessões presenciais para aconselhamento ligado a dívida e mais de 100.000 ligados a outros temas. Além do aconselhamento, também são disponibilizadas uma série de ferramentas, calculadoras e simuladores em seu *website*, sendo as mais populares no período mencionado aquelas ligadas a Casas e Hipotecas (2,5 milhões de acessos), Orçamento doméstico (1,2 milhão de acessos) e Dívidas (1,1 milhão). Sobre a atuação do MAS, Collard e Kempson (2005), em seu trabalho *Developing a vision for financial inclusion* defendem uma presença ainda mais forte dessa instituição como um dos pilares para uma inclusão financeira efetiva, especialmente atendendo ao que as autoras chamam de necessidades periódicas.

Com a apresentação das propostas para um olhar além da Educação Financeira feita aqui, ficam aqui registradas sugestões de linhas de pesquisa futuras com relação ao tema Educação Financeira perpassando os tópicos abordados na agenda apresentada.

Por fim, como limitações da pesquisa aqui realizada, deve-se lembrar que o olhar se voltou única e exclusivamente para políticas que envolvem a escola. Voltar o foco das atenções para como se dá o processo de socialização financeira através de outros agentes, como a família, os amigos, a mídia, entre outros, não foi objeto de estudo aqui e reconhece-se que poderia trazer ganhos ao processo de análise de como se dá o processo de Educação Financeira das pessoas.

---

<sup>103</sup>

MONEY ADVICE SERVICE (MAS). Disponível em: <<https://www.moneyadviceservice.org.uk/en>> Acesso em: 15/11/2016.

## 8.

### Referências bibliográficas

ALEXANDER, R.J. **State Consumer Education Policy Manual**. Education Commission of the States, Denver, CO, 1979.

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. **Mercado financeiro**: aspectos históricos e conceituais. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ARAÚJO, E.; BRUNO, M.; PIMENTEL, D.. Financialization against industrialization: a regulationist approach of the Brazilian paradox, **Revue de la regulation**, Paris, 2012.

ARAÚJO, F.A.L.; SOUZA, M.A.P. **Educação Financeira para um Brasil sustentável**: Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. Trabalhos para discussão nº 280. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**: Money, power and the origins of our time. London: Verso, 2010.

ASPERS, Patrik. **Markets**. Cambridge: Polity Press, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS – ANBIMA. **Indústria de fundos de investimentos – Anuário 2015**. Disponível em: <<http://www.anbima.com.br/anuariodefundos/2015/pt/default.aspx>> Acesso em 27/09/2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ABRAPP. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Paginas/estatisticas/estatisticas.aspx>> Acesso em: 12/09/2016.

BAIN & COMPANY. As oito grandes tendências do crescimento até 2020. Disponível em: <[http://www.bain.com/offices/saopaulo/pt/Images/The\\_great\\_eight\\_POR.PDF](http://www.bain.com/offices/saopaulo/pt/Images/The_great_eight_POR.PDF)> Acesso em: 01/08/2014.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais – questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BANCO BPM. Disponível em: <<http://www.bancobpmspa.it>> Acesso em: 26/11/2016.

BANCO BRADESCO. **Relações com investidores**. Disponível em: <<https://www.bradesco.com.br>> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética.** Disponível em: <  
<https://www.bradeskori.com.br>> Acesso em: 20/12/2016.

BANCO BTG PACTUAL. **Relações com investidores.** Disponível em: <  
[http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28)>  
 Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética.** Disponível em:  
 <[http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/conteudo\\_pt.asp?conta=28&tipo=40151  
 &idioma=0](http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/conteudo_pt.asp?conta=28&tipo=40151&idioma=0)> Acesso em: 20/12/2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Disponível em <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>  
 Acesso em 10/01/2015.

\_\_\_\_\_. **Relação de instituições em funcionamento no país.**  
 Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?RELINST>> Acesso em 10/01/15.

\_\_\_\_\_. IF.DATA. Disponível em  
 <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>>. Acesso em: 12/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informações de Crédito.** Disponível  
 em<<http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/cadsis/scr.asp>> Acesso em:  
 20/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Guia de excelência de educação na oferta de  
 serviços financeiros.** Brasília: BCB, 2014, volume I, 2a edição.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Estabilidade Financeira.** Disponível  
 em < <http://www.bcb.gov.br/?relestab201609>> Acesso em: 20/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Agenda BC+.** Disponível em  
 <[https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentação\\_Presidente\\_Ilan\\_Goldfa  
 jn\\_Agenda\\_BC\\_Mais\\_20122016.pdf](https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentação_Presidente_Ilan_Goldfa_jn_Agenda_BC_Mais_20122016.pdf)> Acesso em: 03/01/2016.

BANCO DE PORTUGAL. Relatório do inquérito à Literacia Financeira da  
 população portuguesa 2013. Disponível em: <[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)> Acesso em  
 19/12/2014.

BANCO DO BRASIL. **Relações com investidores.** Disponível em:  
 <[http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/relacoes-com-investidores#](http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/relacoes-com-investidores#/)> Acesso  
 em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética.** Disponível em:  
 <[http://www.bb.com.br/pbb/s001t002p007,500962,502628,1,1,1,1.bb#](http://www.bb.com.br/pbb/s001t002p007,500962,502628,1,1,1,1.bb#/)> Acesso  
 em: 20/12/2016.

BANCO ITAÚ. **Relações com investidores.** Disponível em:  
 <<https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores>> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética.** Disponível em: <<https://www.italy.com.br/sustentabilidade/politicas-e-compromissos/>> Acesso em: 20/12/2016.

\_\_\_\_\_. **Guia do crédito consciente.** Disponível em: <<https://www.italy.com.br/usoconsciente>> Acesso em: 11/01/2015.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL. Disponível em: <<http://mercantildobrasil.com.br/BemVindoAoMB/EducacaoFinanceira>> Acesso em: 11/01/2015.

BANCO MONTE DEI PASCHI DI SIENA. Disponível em: <<http://english.mps.it/Pages/index.aspx>> Acesso em: 26/11/2016.

BANCO VOTORANTIM. **Relações com investidores.** Disponível em: <<https://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt#>> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética.** Disponível em: <[https://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt/sobre\\_banco\\_votorantim/sustentabilidade.html](https://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt/sobre_banco_votorantim/sustentabilidade.html)> Acesso em: 20/12/2016.

BANK OF AMERICA. Disponível em: <[www.bankofamerica.com](http://www.bankofamerica.com)> Acesso em 26/11/2016.

BANK OF ENGLAND. Disponível em: <<http://www.bankofengland.co.uk/education>> Acesso em: 10/01/2015.

BANK OF KOREA. **Financial system in Korea**, Dezembro/ 2008. Disponível em: <<http://www.asifma.org/uploadedfiles/resources/financial-system-korea-2008.pdf>> Acesso em: 10/01/2015.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Collin. **Cultura, consumo e identidade.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BARCLAYS BANK. Disponível em: <<http://www.barclays.co.uk>> Acesso em 26/11/2016.

BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vida a crédito:** Conversas com Citlali Roviroso-Madrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BCP BANCO PORTUGAL. Disponível em: <<http://ind.millenniumbcp.pt/pt/particulares/Pages/Welcome.aspx>> Acesso em: 26/11/2016.

BELK, Russell W. Possessions and the extended self, **The Journal of Consumer Research**, v. 15, n. 2, p. 139-168, Set. 1988.

BERGER, Peter; LÜCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BERNHEIM, B. Douglas; GARRETT, Daniel M.; MAKI, Dean M. Education and saving: The long-term effects of high school financial curriculum mandates, **Journal of public economics**, v. 80, p. 435-465, 2001.

BERNHEIM, B. Douglas; GARRETT, Daniel M.. The effects of financial education in the workplace: evidence from a survey of households, **Journal of public economics**, v. 87, p. 1487-1519, 2003.

BEUTLER, I.; DICKSON, L. Consumer economic socialization. In J. J. Xiao, (Ed.), **Handbook of Consumer Finance Research**. NY: Springer, 2008.

BEVERLY, S. G.; BURKHALTER, E. K.. Improving the financial literacy and practices of youths. **Children & Schools**, 27(2), p. 121–124, 2005.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira (org.). **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BM&FBOVESPA. Disponível em <[www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)> Acesso em 10/01/2015.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert. **Finanças**. São Paulo, Bookman, 2000.

BOMBI, Anna Silvia. Social factors of economic socialization. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization: The economic beliefs and behaviours of young people**. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOWE, R; BALL, S. GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. Londres: Routledge, 1992.

BOWEN, C.F. Financial knowledge of teens and their parents. **Financial Counseling and Planning**, 13(2), 93-101, 2002.

BOYER, R. The Conditions for a Viable System of Financialised or "Equity" Growth, **Political Economy of Shareholder Value Workshop**, Royal Holloway, University of London, 1999.

BPI BANCO PORTUGAL. Disponível em: < <http://www.bancobpi.pt>> Acesso em: 26/11/2016.

BRASIL. Decreto 7.397/2010. Disponível em: < <http://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/1026283/decreto-7397-10>> Acesso em: 15/01/2015.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism: 15<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> century**. University of California Press, 1992.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial literacy: an overview of practice, research, and policy. **Federal Reserve Bulletin**, Nov. 2002.

BRITO, Reginaldo Ramos de. **Educação Financeira**: uma pesquisa documental crítica. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

BRUNO, M. **Croissance économique, changements structurels et distribution**: les transformations du régime d'accumulation au Brésil – une analyse régulationniste. Tese de Doutorado. Paris, 2005.

\_\_\_\_\_. Regulação e crescimento econômico no Brasil: um regime de acumulação bloqueado pelas finanças. Trabalho apresentado no XII Enep, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Acumulação de capital e crescimento econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006. In: SICSÚ, J.; MIRANDA, P. (org.). **Crescimento econômico**: estratégia e instituições. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BURNET, M. **ABC of literacy**. Paris: United Nations, 1965.

BURRIS, V. Stages of the development of economic concepts, **Human Relations**, 36, p. 791-812, 1983.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relações com investidores**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 20/12/2016.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS PORTUGAL. Disponível em: < <https://www.cgd.pt/Pages/default.aspx>> Acesso em: 26/11/2016.

CALVERT, Laurent; CAMPBELL, John; SODINI, Paolo. Down or out: Assessing the Welfare Costs of Household Investment Mistakes. **Working Paper**, Harvard University, 2005.

CAMARGO, Patrícia Olga. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Consumers and citizens: Globalization and multicultural conflicts**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

CAPLOVITZ, David. **The poor pay more: consumer practices of low-income families**. New York: Free Press of Glencoe, 1963.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARVALHO, F.J.C. de. Estrutura e Padrões de Competição no Sistema Bancário Brasileiro: Uma Hipótese para Investigação e Alguma Evidência Preliminar. In: Paula, L. F.; Oreiro, J. L. (Org.). **Sistema Financeiro. Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.

CHEN, H.; VOLPE, R.P. An analysis of personal financial literacy among college students, **Financial Services Review**, 7 (2): 107-128, 1998.

CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. **Dialogues in Human Geography**, Vol. 5(2) 183–200, 2015.

CHURCHILL, G. A.; MOSCHIS, G. P.. Television and interpersonal influences on adolescent consumer learning. **Journal of Consumer Research**, 6, p. 23–35, 1979.

CITIBANK BRASIL. **Relações com investidores**. Disponível em: <[https://www.citibank.com.br/institucional/nossos\\_balancos.html](https://www.citibank.com.br/institucional/nossos_balancos.html)> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética**. Disponível em: <<https://www.citibank.com.br/institucional/conducta-e-politicas.html>> Acesso em: 20/12/2016.

CITIGROUP KOREA. Disponível em: <<https://open.citibank.co.kr/ib20/mnu/obs00001>> Acesso em: 26/11/2016.

CITIGROUP USA. Disponível em: <<http://www.citigroup.com>> Acesso em: 26/11/2016.

COLE, S; SHASTRY, G.K.. If You Are So Smart, Why Aren't You Rich? The Effects of Cognitive Ability, Education, and Financial Literacy on Financial Market Participation. **Federal Reserve System Community Affairs Research Conference**, WA, DC, 2008.

COLLARD, Sharon; KEMPSON, Elaine. **Affordable credit**. Bristol: The Policy Press, 2005.

COLLETIS, G. Evolution du rapport salarial, financiarisation et mondialisation. **Recherche & Régulation Working Papers**, Setembro, 2005.

COLLINS, Josh-Ryan; GREENHAM, Tony; WERNER, Richard; JACKSON, Andrew. **Where does Money come from?:** A guide to the UK monetary and banking system. Londres: New Economics Foundation, 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em <[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)> Acesso em 10/01/2015.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – CONEF. **Educação financeira nas escolas:** ensino médio, livro do professor. Brasília: CONEF, 2013.

COMO INVESTIR. Disponível em: <[www.comoinvestir.com.br](http://www.comoinvestir.com.br)>. Acesso em: 11/01/2015.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, p. 78-100, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. Perfil de Endividamento das Famílias Brasileiras em 2015. Disponível em: <[http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil\\_de\\_endividamento\\_das\\_familias\\_brasileiras\\_em\\_2015.pdf](http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2015.pdf)> Acesso em 20/09/2016.

COOK, Daniel Thomas. **The commodification of childhood**. Duke University Press, 2004.

COSTA, L.C. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

COUNCIL FOR ECONOMIC EDUCATION. Disponível em: <[www.councilforeconed.org](http://www.councilforeconed.org)> Acesso em: 10/01/2015.

COUNCIL FOR ECONOMIC EDUCATION. **Survey of the states 2016**. Disponível em: <<http://www.councilforeconed.org/wp/wp-content/uploads/2014/02/2014-Survey-of-the-States.pdf>> Acesso em: 20/09/2016.

CROUCH, Colin. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

\_\_\_\_\_. **Making Capitalism fit for society**. Cambridge: Polity Press, 2013.

CSIKSZENTMIHALYI, M. The symbolic function of possessions: towards a psychology of materialism, **90<sup>th</sup> Annual Convention of the American Psychological Association**, Washington, 1982.

CUMMINGS, S.; TAEBEL, D. The economic socialization of children: a neo-marxist analysis. **Social problems** 26 (2), p. 198-210, 1978.

CYNAMON, B; FAZZARI, S. Household debt in the consumer age: source of growth – risk of collapse. **Capitalism and Society**, 2009.

ÇOPUR, Z.. Effects of financial socialization and perceived norms on materialism: college students sample. **Journal of Family and Economic Issues**, 32, 2011.

DANES, Sharon M. Parental perceptions of children's financial socialization, **Financial Counseling and Planning**, v. 5, 1994.

DANZIGER, K. Children's earliest conceptions of economic relationships, **The Journal of Social Psychology**, 47, p. 231-240, 1958.

D'AQUINO, C.. **Educação Financeira**: Como educar seu filho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DAVIS, Gerald F.. **Managed by the markets**: How finance re-shaped America. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DAVIS, Mark. **Freedom and consumerism**: A critique of Zygmunt Bauman's Sociology. Aldershot: Ashgate, 2008.

DAVIS, Mark; BRAUNHOLTZ-SPEIGHT, Tim. **Financial innovation today**: towards economic resilience. Leeds: University of Leeds, 2016.

DEUTSCHMANN, Christoph. Limits to financialization, **European Journal of Sociology**, Volume 52, Issue 03, Dezembro 2011, p 347 – 389.

DICKINSON, Julie; EMLER, Nicholas. Developing ideas about distribution of wealth. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization**: The economic beliefs and behaviours of young people. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

DITTMAR, Helga. Adolescents' economic beliefs and social class. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization**: The economic beliefs and behaviours of young people. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

DODD, Nigel. **The Social life of money**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation, **Financial Services Review**, 15, 133–149, 2006.

DOUGLAS, M., e B. ISHERWOOD. **The World of Goods**. Londres, Allen Lane, 1978.

DUARTE, Alice. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades, **Etnográfica**, vol. 14 (2), p. 363-393, 2010.

DUBAR, Claude. **A socialização** – construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François; MARTUCELLI, Danilo. **A L'Ecole** – Sociologie de l'expérience scolaire. Paris: Editions Du Seuil, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Vozes, 2011.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. Boston: Longman, 2010.

DYMSKI, Gary A. How finance globalized: a tale of two cities, 2014. Disponível em: <[http://www.boeckler.de/pdf/v\\_2014\\_10\\_30\\_dymski.pdf](http://www.boeckler.de/pdf/v_2014_10_30_dymski.pdf)> Acesso em: 30/08/2016.

ECONOMÁTICA – Tools for investment analysis. Base de dados [CD-Rom]. São Paulo, 2016.

EDMINSTON, K. D.; GILLET-FISHER, M. C.. Financial education at the workplace: Evidence from a survey of Federal Reserve Bank employees. **Federal Reserve Bank of Kansas City Community Affairs Working Paper** 06-02, 2006.

EISENSTEIN, Charles. **Sacred Economics: Money, Gift & Society in the age of transition**. Berkeley: Evolver Editions, 2011.

EPSTEIN, Gerald A. **Financialization and the world economy**. Northampton, Edward Elgar, 2005.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>> Acesso em: 20/09/2016.

EVERS, Adalbert. Welfare. In: HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (org.). **The Human Economy**. Cambridge: Polity Press, 2010.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Disponível em: <[www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br)> Acesso em: 11/01/2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa CIAB Febraban de Tecnologia Bancária 2013: O setor bancário em números. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWG6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%20Elria%202013.pdf>> Acesso em: 02/06/2014.

\_\_\_\_\_. Pesquisa CIAB Febraban de Tecnologia Bancária 2014: O setor bancário em números. São Paulo, 2015. Disponível em: <[www.ciab.org.br/Downloads/revistaCiab\\_56.pdf](http://www.ciab.org.br/Downloads/revistaCiab_56.pdf)> Acesso em: 20/07/2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa CIAB Febraban de Tecnologia Bancária 2015: O setor bancário em números. São Paulo, 2016. Disponível em: <[www.ciab.org.br/Downloads/pesq\\_2015.pdf](http://www.ciab.org.br/Downloads/pesq_2015.pdf)> Acesso em: 20/09/2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA – FenaPrevi. Disponível em: <<http://www.cnseg.org.br/fenaprevi/a-federacao>> Acesso em: 20/09/2016.

FERNANDES, D.; LYNCH JR. J.; NETEMEYER, R. **Financial Literacy, Financial Education and Downstream Financial Behaviors**, 2014. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2333898>> Acesso em: 20/01/2015.

FINANCIAL LITERACY SUMMIT. Disponível em: <<http://www.finlitsummit.org>> Acesso em: 26/11/2016.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre. **Le nouvel âge des inégalités**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

FLEURY, Sônia. A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FLIGSTEIN, Neil; GOLDSTEIN, Adam. The emergence of a finance culture in American Households, 1989-2007, **Institute for research on labor and employment UC Berkeley**, 2012.

FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics: Lectures at the College de France, 1978-79**. Paris: Éditions du Seuil/Gallimard, 2004.

FOX, J.; BARTHOLOMAE, S.; LEE, J. Building the case for financial education. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 39, n. 1, p. 195, Summer 2005.

FRANK, Robert. **Falling Behind: How Rising Inequality Harms the Middle Class**. UCP, 2007.

FROUD, J.; HASLAM, C.; JOHAL, S.; WILLIAMS, K. Consultancy Promises, Management Moves: Shareholder Value and Financialisation, **Economy and society** 29, p. 80-110, 2000.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **IMF DATA**. Disponível em: <<http://data.imf.org>> Acesso em: 06/09/2016.

FURNHAM, Adrian. The economic socialization of children. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization: The economic beliefs and behaviours of young people**. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

GALE, W. G.; LEVINE, R.. Financial Literacy: What Works? How Could It Be More Effective?. **First Annual Conference of the Financial Literacy Research Consortium**, WA, DC, November 18, 2010.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2007.

GRAEBER, David. **Debt: The first 5.000 years**. New York: Melville House, 2011.

GRIFONI, A.; MESSY, F.. Current Status of National Strategies for Financial Education: A Comparative Analysis and Relevant Practices, **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, No. 16, OECD Publishing, 2012.

GRZYBOWSKI, Cândido. Que Brasil estamos construindo? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HANA FINANCIAL GROUP. Disponível em: <<http://www.hanafn.com/eng/main.do>> Acesso em: 26/11/2016.

HART, Keith; LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (org.). **The Human Economy**. Cambridge: Polity Press, 2010.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Seventeen contradictions and the end of capitalism. London: Profile books, 2014.

HATHAWAY, I.; KHATIWAD, S. Do Financial Education Programs Work? **Federal Reserve Bank of Cleveland Working Paper**, 2008.

HAYHOE, C.R.; LEACH, L.; TURNER, P.R.. Discriminating the number of credit cards held by college students using credit and money attitudes, **Journal of Economic Psychology**, 20, pp.643-656, 1999.

HEALTH: Financial education will help avoid stress and ill-health. **Corporate Adviser**, v.8, Julho, 2010. Disponível em <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE%7CA230842031&v=2.1&u=cap&it=r&p=AONE&sw=w&asid=c1073545a78b2d48f4d5a47aeb10696c>> Acesso em 27/09/2014

HILFERDING, R. **Financial Capital**. Londres: Routledge, 1981.

HILGERT, M.; HOGARTH, J.; BEVERLY, S. Household financial management: the connection between knowledge and behavior. **Federal Reserve Bulletin**, Julho, 309–322, 2003.

HIRAD, Abdighani; ZORN, Peter M. A little bit of knowledge is a Good Thing: Empirical Evidence of the Effectiveness of Pre-purchase Homeownership Counseling, **Freddie Mac**, May 2001.

HOGARTH, J; HILGERT, M.; SCHUCHARDT, J. Money Managers—The Good, the Bad, and the Lost, **Association for Financial Counseling and Planning Education Conference**, Scottsdale, Arizona, Nov. 2002.

HSBC. **Relações com investidores**. Disponível em: < <http://hsbc.com.br/>> Acesso em: 15/09/2016.

ING International Survey. **Strong demand across Europe for financial education in schools**. Disponível <[www.economics.com/pdf/IIS\\_special\\_report\\_financial\\_education.pdf](http://www.economics.com/pdf/IIS_special_report_financial_education.pdf)> Acesso em 05/01/2015.

INGHAM, Geoffrey K. On the Underdevelopment of the 'Sociology of Money', **Acta Sociologica**, Vol. 41, No. 1, pp. 3-18, 1998.

\_\_\_\_\_. **The nature of money**. Cambridge: Polity Press, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>> Acesso em 02/09/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/POFpublicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf)> Acesso em 17 jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Séries Históricas e estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **IPEADATA**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 06/09/2016.

INTESA SAN PAOLO. Disponível em: <[http://www.group.intesasanpaolo.com/scriptlsir0/si09/eng\\_index.jsp](http://www.group.intesasanpaolo.com/scriptlsir0/si09/eng_index.jsp)> Acesso em: 26/11/2016.

JACKSON, Andrew; DYSON, Ben. **Modernising Money: why our monetary system is broken and how it can be fixed**. London: Positive Money, 2012.

JAHODA, G. The construction of economic reality by some Glaswegian children, **European Journal of Social Psychology**, 9, p. 115-127, 1979.

JORGENSEN, Bryce; SAVLA, Jyoti. Financial Literacy of Young adults: the importance of parental socialization, **Family relations**, 59, p. 465-478, 2010.

JP MORGAN CHASE. Disponível em: <<https://www.jpmorgan.com/country/US/en/jpmorgan>> Acesso em: 26/11/2016.

KALKOWSKI, J; PACKARD, K; WHITE, N; RYAN-HADDAD, A; FURZE, J; RUSCH, L; FLECKY, K; BLACK, L; COCHRAN, T ; STRICKLETT, KM. Impact of a Financial Success Education Program on Quality of Life and Health in Single, Low-Income Mothers, **Journal Of Women's Health**, Vol.22(3), pp.32-33, 2013.

KDB FINANCIAL GROUP KOREA. Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/simpleJsp.do>> Acesso em: 26/11/2016.

KERSTENETZKY, C.L.; UCHÔA, C. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

KIM, Jinhee; CHATTERJEE, Swarn. Childhood Financial Socialization and Young adults' financial management, **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 24, Issue 1, 2013.

KIM, Jinhee; DRATZER, Constance; LEECH, Irene. Impacts of Workplace Financial Education on Retirement Plans, **Proceedings of the 2001 Annual Conference of the Association for Financial Counseling and Planning Education**, 2001.

KIMBALL, Miles; SHUMWAY, Tyler. Investor Sophistication and the Participation, Home Bias, Diversification and Employer Stock Puzzles. Mimeo, University of Michigan, 2006.

KRIPPNER, Greta R. **Capitalizing on crisis**: The political origins of the rise of finance. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

KUMAR, Anjali; BECK, Thorsten; CAMPOS, Cristine; CHATTOPADHYAY; Soumya. **Assessing financial access in Brazil**. Publicado em abril de 2005. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTINCLUSIVEFINSYS/Resources/AssessingFinancialAccessBrazil.pdf>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

LANGLEY, P. **The Everyday Life of Global Finance**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LAPAVITSAS, Costas. **Profiting without producing**: How finance exploits us all. Londres: Verso, 2013.

LASSARE, Dominique. Consumer education in French families and schools. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization**: The economic beliefs and behaviours of young people. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

LAVINAS, Lena. 21st century Welfare, **New Left review** **84**, Nov-Dez, 2013.

LAZZARATO, Maurizio. **The making of the indebted man**: An essay on the neoliberal condition. Amsterdam: Semiotexte, 2011.

LEISER, David. Children's conceptions of economics: the constitution of the cognitive domain, **Journal of Economic Psychology**, **4**, p. 297-317, 1983.

LEISER, David; GANIN, Margalit. Economic participation and economic socialization. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization**: The economic beliefs and behaviours of young people. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

LINDBLOM, C. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

LLOYDS BANK. Disponível em: < <https://www.lloydsbank.com> > Acesso em: 26/11/2016.

LUCCI, C. R.; ZERRENER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C.. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **Seminário em Administração**, 9., São Paulo. Anais, 2006.

LUEG, J. E.; PONDER, N.; BEATTY, S. E.; CAPELLA, M. L.. Teenagers' use of alternative shopping channels: A consumer socialization perspective. **Journal of Retailing**, **82** (June), p. 137-153, 2006.

LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization**: The economic beliefs and behaviours of young people. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

LUNT, Peter. Introduction: The social aspects of Young people's understanding of the economy. In: LUNT, Peter; FURNHAM, Adrian (org.). **Economic Socialization**: The economic beliefs and behaviours of young people. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. Baby Boomer Retirement Security: The Role of Planning, Financial Literacy and Housing Wealth, **Journal of Monetary Economics**, 2006.

MANDELL, Lewis; KLEIN, Linda Schmid. The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior, **Journal of Financial Counseling and Planning**, v.20, Issue 1, 2009.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr 2006.

MARTINS, J.P. **Educação Financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento, 2004.

MARTIN, Randy. **Financialization of daily life**. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASON, Carolynne L.J.; WILSON, Richard M.S.. Conceptualising financial literacy. **Occasional Paper**, 2000:7. Loughborough: Business School, Loughborough University, 2000.

MATHIESEN, Henrik. **Management ownership and financial performance**. Ph.D Dissertation, series 18.2002. Copenhagen Business School, 2002.

MCCRACKEN, G. **Culture and consumption**: New approaches to the symbolic character of consumer goods and activities. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MCLEOD, J. M.; O'KEEFE, G. J., Jr.. The socialization prospective and communication behavior. In G. Kline, & P. Tichenor (Eds.), **Current perspectives in mass communication research** (pp. 121–168). Beverly Hills, CA: Sage, 1972.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MEU BOLSO EM DIA. Disponível em: <[www.meubolsoemdia.com.br](http://www.meubolsoemdia.com.br)> Acesso em: 11/01/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (MEC) DE PORTUGAL. Referencial de Educação Financeira para a educação pré-escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de adultos, 2013. Disponível em: <<http://www.dgidec.min-edu.pt>> Acesso em: 19/12/2014.

MINSKY, Hyman P. Securitization, **The Levy Economics Institute of Bard College Policy Note**, 2008/2.

MIROWSKI, Philip. **Machine dreams**: Economics becomes a cyborg science. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Never let a serious crisis go to waste**: How neoliberalism survived the financial meltdown. Londres: Verso, 2013.

MODERNO DICIONÁRIO MICHAELIS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>> Acesso em: 28/08/2014.

MONEY ADVICE SERVICE (MAS). Disponível em: <[www.moneyadvice.service.org.uk](http://www.moneyadvice.service.org.uk)> Acesso em: 15/11/2016.

NATWEST BANK. Disponível em: <<http://personal.natwest.com>> Acesso em: 26/11/2016.

NOVO BANCO PORTUGAL. Disponível em: <<http://www.novobanco.pt/site/>> Acesso em: 26/11/2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Disponível em: <<https://www.oecd.org>> Acesso em: 02/09/2014.

\_\_\_\_\_. **OECD's Financial Education Project**, 2004, Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>> Acesso em: 02/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness**. Jul. 2005. Disponível em <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 12/08/2014.

\_\_\_\_\_. **High-level principles on National Strategies for Financial Education**. 2012a. Disponível em <[http://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD\\_INFE\\_High\\_Level\\_Principles\\_National\\_Strategies\\_Financial\\_Education\\_APEC.pdf](http://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD_INFE_High_Level_Principles_National_Strategies_Financial_Education_APEC.pdf)> Acesso em: 05/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Guidelines on Financial Education at school**. 2012b. Disponível em <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/48493142.pdf>> Acesso em: 05/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Advancing National Strategies for Financial Education**. 2013. Disponível em <[http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20\\_OECD\\_NSFinancialEducation.pdf](http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf)> Acesso em: 08/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Comparative Tables – National Strategies for Financial Education**, 2015. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Comparative-Tables.pdf>> Acesso em: 26/11/2016.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert F.. **Family, socialization and interaction process**. Londres: Routledge, 2002.

PARTNERSHIP FOR 21st CENTURY LEARNING (P21). Disponível em: <[www.p21.org](http://www.p21.org)> Acesso em: 23/04/2015.

PAULANI, L.M. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial: um reflexão sobre a situação atual à luz da história**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4554/1/BEPI\\_n10\\_insercao.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4554/1/BEPI_n10_insercao.pdf)> Acesso em: 31/10/2015.

PERSONAL FINANCE EDUCATION GROUP (PFEG). Disponível em: <<http://www.pfeg.org/about-us/about-pfeg>> Acesso em: 07/01/2015.

PERSONAL FINANCE RESEARCH CENTRE (PFRC). **Paying to be poor:** Uncovering the scale and nature of the poverty premium. Disponível em: <<http://www.bristol.ac.uk/media-library/sites/geography/pfrc/pfrc1615-poverty-premium-report.pdf>> Acesso em: 06/12/2016.

PETERS, B.G. **American Public Policy**. Chatham: Chatam House, 1986.

PIAGET, J.. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. São Paulo: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, J.L. **Mercado de Capitais – Fundamentos e técnicas**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

PINTO, M. B.; PARENTE, D. H.; MANSFIELD, P. M.. Information learned from socialization agents: Its relationship to credit card use. **Family and Consumer Sciences Research Journal**, 33(4), 2005.

PISA. **Financial Literacy Assessment Framework, 2012**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/46962580.pdf>> Acesso em: 12/10/2016.

POCHMANN, M.; BARBOSA, A.; PONTE, V.; PEREIRA, M.A.; SILVA, R. (org.). **Atlas da exclusão social, volume 5: Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

POLANYI, KARL. **The great transformation: The political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.

PRACTICAL MONEY SKILLS FOR LIFE. Palestra na íntegra disponível em: <<http://www.practicalmoneyskills.com/resources/podcast.php>> Acesso em: 12/01/2017.

QUADROS, W. J. de.; GIMENEZ, D.M.; ANTUNES, D.J.N. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

REICH, Robert. **Supercapitalism: The transformation of business, democracy and everyday life**. New York: Alfred A. Knopf, 2007.

RETTIG, K. D.; MORTENSON, M.. Household production of financial management competence. In R.E. Deacon & W.E. Huffman (Eds.), **Human Resources Research Proceedings**, 1986.

REVISTA EXAME. O retrato dos novos consumidores brasileiros. Disponível em <<http://www.exame.com.br>> . Acesso em 30/07/2014.

RINALDI, Emanuela. **Giovani e denaro: Percorsi di socializzazione economica**. Milão: Unicopli, 2007.

ROBERTS, J.A.; JONES, E.. Money attitudes, credit card use and compulsive buying among college students, **The Journal of Consumer Affairs**, Vol. 35, No. 21, pp. 213-240, 2001.

ROCHA, Everardo. **Comunicação, consume e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

RODRIK, Dani. The social cost of foreign Exchange reserves, **NBER Working paper 11952**, 2006.

ROYAL BANK OF SCOTLAND. Disponível em: <<http://personal.rbs.co.uk>> Acesso em: 26/11/2016.

RUNESON R.; VINGARD, E.; LAMPA, E., WAHSTEDT, K. Health among Swedish employees and financial situation, education, and managerial responsibility: A longitudinal study. **Upsala Journal of Medical Sciences**. 2012; 117: 445–452

SABATIER, P. Political Science and Public Policy. **Political Science and Politics**, Vol. 24, No. 2, p 144-147, Jun. 1991.

SABRI, M.F.; MACDONALD, M.. Savings behavior and financial problems among students: the role of financial Literacy in Malaysia. **Cross-Cultural Communication**, Vol. 6, No. 3, pp. 103-110, 2010.

SAHLINS, Marshall. **Culture and practical reason**. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

SAITO, André Taue; SAVÓIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. A Educação Financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), **IX Semead**, São Paulo, 2006.

SALAMA, P. Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 6, jun. 2000.

SALM, C.; BAHIA, L. Tênis, bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

SAFRA. **Relações com investidores**. Disponível em: <[http://www.safra.com.br/portugues/internas/latina/Rel/default\\_rel.htm](http://www.safra.com.br/portugues/internas/latina/Rel/default_rel.htm)> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética**. Disponível em: <[http://www.safra.com.br/portugues/pdf/estruturas/Codigo\\_de\\_Etica.pdf](http://www.safra.com.br/portugues/pdf/estruturas/Codigo_de_Etica.pdf)> Acesso em: 20/12/2016.

SANTANDER. **Relações com investidores.** Disponível em: <  
<https://www.santander.com.br/br/o-santander/santander-e-voce/relacao-com-investidores>> Acesso em: 15/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de ética.** Disponível em: <  
<https://www.santander.com.br/br/o-santander/governanca-corporativa>> Acesso em: 20/12/2016.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil, **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 41 (6): p. 1121-1141, Nov/Dez, 2007.

SCHIMANK, Uwe. Against all odds? The loyalty of small investors, **Socio Economic Review**, 9, p. 137-145, 2011.

SCHOR, Juliet B. **Born to buy: the commercialized child and the new consumer cult.** New York: Scribner, 2004.

SERASA EXPERIAN. Disponível em:  
 <<http://www.serasaconsumidor.com.br/guias-e-publicacoes/>> Acesso em: 11/01/2015.

SERASA EXPERIAN. Indicador de Educação Financeira 2014. Disponível em: <  
<http://serasaconsumidor.com.br/indef/>> Acesso em: 12/09/2015.

SERASA EXPERIAN. Indicador de Educação Financeira 2015. Disponível em: <  
<http://serasaconsumidor.com.br/indef/>> Acesso em: 20/10/2016.

SHIM, S.; BARBER, L.; CARD, N.; XIAO, J.J.; SERIDO, J.. Financial Socialization of First-year College Students: The Roles of Parents, Work, and Education. **J Youth Adolescence** 39, p. 1457– 1470, 2010.

SHINHAM BANK KOREA. Disponível em:  
 <<http://www.shinhan.com/en/index.jsp>> Acesso em: 26/11/2016.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIMMEL, Georg. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios.** Lisboa: Edições texto & grafia, 2009.

SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward. **How much is enough?** The love of Money, and the case for the good life. Londres: Penguin, 2012.

SOARES, F.P., ALVIM, M.A.. **Lar S.A.** Você e sua família na rota da prosperidade. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

SOARES, F.P.; BENICÁ, B.; MANCIO, M.; ALMEIDA, V. Financial Literacy, savings behaviour and financial problems among college students in Brazil. **EDULEARN12 Proceedings**, p. 2599-2606, 2012.

SOHN, Sang-Hee; JOO, So-Hyun; GRABLE, John E.; LEE, Seonglim; KIM, Minjeung. Adolescents' financial literacy: The role of financial socialization agents, financial experiences, and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth, **Journal of Adolescence**, 35, p. 969–980, 2012.

SOLHEIM, C.A.; ZUIKER, V. S.; LEVCHENKO, P. Financial Socialization Family pathways: reflections from college students' narratives, **Family Science Review**, v. 16, Issue 2, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

STRANGE, Susan. **Casino Capitalism**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

STRAUSS, A. The development and transformation of monetary meaning in the child, **American Sociological Review**, 53, p. 275-286, 1952.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/estatisticas-do-mercado/boletins-estatisticos>> Acesso em: 20/09/2016.

SUTTON, R. Behaviour in the attainment of economic concepts, **The Journal of Psychology**, 53, p. 37-46, 1962.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

TUAN, Yi-Fu. The significance of the artifact, **Geographical review**, 70 (4), p. 462-472, 1980.

UNICREDIT GROUP. Disponível em: <<https://www.unicreditgroup.eu/en.html>> Acesso em: 26/11/2016.

VALOR ECONÔMICO. 1000 maiores empresas do Brasil. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2801254/ranking-das-1000-maiores>> Acesso em: 16/09/2016.

WEBLEN, T.B. **A Teoria da classe ociosa**. São Paulo: Pioneira, 1965.

VICENTE, Eliana. Nova classe média: um delírio coletivo? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

VIEIRA, S.F.A.; BATAGLIA, R.T.M.; SEREIA, V.J.. Educação Financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma Universidade pública do norte do Paraná, **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, Setembro-Dezembro, 2011.

VITT, L.A.. Consumers' financial decisions and the psychology of values, **Journal of Financial Service Professionals**, Nov. 2004, p. 68-77.

VITT, L.A.; REICHBACH, G.M.; KENT, J.L.; SIEGENTHALER, JK.. Goodbye to Complacency - Financial Literacy Education in the U.S. 2000-2005, **Institute for Socio Financial Studies**, Middleburg, VA, USA, 2005.

WARD, S.. Consumer socialization, **Journal of Consumer Research**, 1, p. 1-16, 1974.

WARWICK, J.; MANSFIELD, P. Credit card consumers: college students' knowledge and attitude. **Journal of consumer Marketing**, Vol.17, No 7, pp. 617-626, 2000.

WELLS FARGO. Disponível em: <<https://www.wellsfargo.com>> Disponível em: 26/11/2016.

WILLIS, Lauren. E.. Against financial literacy education, 94 Iowa L. Rev., pp. 197-285, 2008-2009.

\_\_\_\_\_. Evidence and ideology in assessing the effectiveness of financial literacy education. **San Diego Law Rev**, 46(2) 415-58, 2009.

\_\_\_\_\_. The financial education fallacy, **American Economic Review: Papers and Proceedings**, 101:3, 429-434, 2011.

WORTHINGTON, Andrew C. Financial Literacy and Financial Literacy Programs in Australia, **Discussion Papers Griffith Business School**, 2013.

ZELIZER, Viviana A. **The social meaning of Money**: Pin Money, paychecks, poor relief, and other currencies. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

ZIMMERMAN, Eilene. Financial education courses can be a valuable asset in employers' EAP portfolios, **Workforce Management**, Vol. 85, Issue 9, p52-54, 2006.

## Anexos

### Roteiro de entrevistas AEF / BACEN / CVM / PREVIC

Antes das perguntas, contextualizar problema de pesquisa da tese.

1. Conte um pouco sobre as iniciativas ligadas à Educação Financeira de sua instituição além da ENEF. Fale sobre o histórico, objetivos, dificuldades, etc.
2. Quais são as principais motivações do poder público no Brasil ao propor uma Estratégia Nacional para a Educação Financeira no Brasil?
3. Conte um pouco sobre a evolução da ENEF ao longo dos anos até a data de hoje.
4. Está satisfeito (a) com o ritmo de desenvolvimento das políticas?
5. Como se dá a participação da AEF/BACEN/CVM/PREVIC no processo?  
(No caso da entrevista da AEF, entender se ela cumpre o papel que a OCDE recomenda de instituição isenta criada para conduzir os projetos. Ela tem isenção? Autonomia?)
6. Quais os principais benchmarks da ENEF brasileira (países)? Cite práticas ou estratégias de outros países e como elas influenciaram na experiência brasileira.
7. Como se dá o processo de financiamento das ações para a disseminação da Educação Financeira?
8. A turbulência política e a crise econômica têm influência no ritmo de desenvolvimento das políticas?
9. Qual a relação da ENEF com a discussão da base nacional curricular que está ocorrendo no momento? Os representantes da ENEF têm voz nesse debate? Como funciona este processo?
10. Constam como membros da sociedade civil na ENEF a Anbima, BM&F Bovespa, CNSeg e Febraban, todas instituições ligadas ao sistema financeiro. Como são os escolhidos esses participantes? O sr. (sra.) acredita que elas, de fato, representam a sociedade civil?
11. Além das instituições representando a sociedade civil, todos os patrocinadores que constam do site da ENEF são instituições financeiras. Como enxerga conflitos de interesses existentes na presença dessas instituições? Como esses conflitos de interesse são tratados? Existem códigos de conduta? Ferramentas que buscam promover transparência e uma boa governança no processo?
12. Alguns autores, ao realizarem análise dos discursos presentes no material didático da ENEF, apontam por um lado, a presença de argumentação pró-mercado financeiro, tentando incutir uma lógica mercantilista nos alunos. Como o sr. (sra.) avalia este tipo de afirmação? Os materiais de fato atendem a uma lógica de mercado?
13. Como a ENEF busca contribuir para uma formação crítica sobre consumo, dinheiro e mercado?
14. Tem conhecimento das pesquisas que criticam a efetividade da Educação Financeira em larga escala no âmbito escolar? Como enxerga tais pesquisas? Elas foram levadas em conta no momento de fazer as políticas?

**Empresas listadas BM&F Bovespa em Janeiro de 2017**

**(Gráficos 5 e 6, Seção 5.2.1)**

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO <sup>104</sup>
Petróleo, gás e biocombustíveis	Petróleo, gás e biocombustíveis	<b>Exploração, Refino e Distribuição</b>		
		COSAN	CSAN	NM
		NOVA OLEO	OGSA	
		OGX PETROLEO	OGXP	NM
		PET MANGUINH	RPMG	
		PETROBRAS	PETR	
		PETRORIO	PRIO	NM
		QGEP PART	QGEP	NM
		ULTRAPAR	UGPA	NM
		Y P F	YPFL	
		<b>Equipamentos e Serviços</b>		
		LUPATECH	LUPA	NM
		OSX BRASIL	OSXB	NM
Materiais Básicos	Mineração	<b>Minerais Metálicos</b>		
		BRADSPAR	BRAP	N1
		LITEL	LTEL	MB
		MMX MINER	MMXM	NM
		VALE	VALE	N1
		<b>Minerais Não Metálicos</b>		
		CCX CARVAO	CCXC	NM
	Siderurgia e Metalurgia	<b>Siderurgia</b>		
		FERBASA	FESA	N1
		GERDAU	GGBR	N1
		GERDAU MET	GOAU	N1
		SID NACIONAL	CSNA	
		USIMINAS	USIM	N1
		<b>Artefatos de Ferro e Aço</b>		
		FIBAM	FBMC	
		MANGELS INDL	MGEL	
		PANATLANTICA	PATI	
		TEKNO	TKNO	
		<b>Artefatos de Cobre</b>		
		PARANAPANEMA	PMAM	NM
	Químicos	<b>Petroquímicos</b>		
		BRASKEM	BRKM	N1
		ELEKEIROZ	ELEK	
		GPC PART	GPCP	
		<b>Fertilizantes e Defensivos</b>		
		FER HERINGER	FHER	NM
		NUTRIPLANT	NUTR	MA
		<b>Químicos Diversos</b>		
	Madeira e Papel	CRISTAL	CRPG	
		UNIPAR	UNIP	
		<b>Madeira</b>		
		DURATEX	DTEX	NM
		EUCATEX	EUCA	N1
		<b>Papel e Celulose</b>		
		CELUL IRANI	RANI	
		FIBRIA	FIBR	NM
		KLABIN S/A	KLBN	N2
		SANTHER	STTZ	
	Embalagens	SUZANO HOLD	NEMO	
		SUZANO PAPEL	SUZB	N1
		<b>Embalagens</b>		
		METAL IGUACU	MTIG	

<sup>104</sup> Segmentos BM&F Bovespa: NM - Cia. Novo Mercado; N1 - Cia. Nível 1 de Governança Corporativa; N2 - Cia. Nível 2 de Governança Corporativa; MA - Cia. Bovespa Mais; M2 - Cia. Bovespa Mais Nível 2; MB - Cia. Balcão Org. Tradicional

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
	<b>Materiais Diversos</b>	<b>Materiais Diversos</b>		
		MAGNESITA SA SANSUY	MAGG SNSY	NM
<b>Bens Industriais</b>	<b>Construção e Engenharia</b>	<b>Produtos para Construção</b>		
		ETERNIT	ETER	NM
		HAGA S/A	HAGA	
		PORTOBELLO	PTBL	NM
		<b>Construção Pesada</b>		
		AZEVEDO	AZEV	
		CONST BETER	COBE	MB
		LIX DA CUNHA	LIXC	
		MENDES JR	MEND	
		SULTEPA	SULT	
		<b>Engenharia Consultiva</b>		
		SONDOTECNICA	SOND	
		TECNO SOLO	TCNO	
		<b>Serviços Diversos</b>		
		MILLS	MILS	NM
	<b>Material de Transporte</b>	<b>Material Aeronáutico e de Defesa</b>		
		EMBRAER	EMBR	NM
		<b>Material Ferroviário</b>		
		COBRASMA	CBMA	
		<b>Material Rodoviário</b>		
		FRAS-LE	FRAS	N1
		MARCOPOLO	POMO	N2
		RANDON PART	RAPT	N1
		RECRUSUL	RCSL	
		RIOSULENSE	RSUL	
		TUPY	TUPY	NM
		WETZEL S/A	MWET	
	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Motores, Compressores e Outros</b>		
		SCHULZ	SHUL	
		WEG	WEGE	NM
		<b>Máq. e Equip. Industriais</b>		
		BARDELLA	BDLL	
		INDS ROMI	ROMI	NM
		INEPAR	INEP	
		KEPLER WEBER	KEPL	
		METALFRIO	FRIO	NM
		NORDON MET	NORD	
		PRATICA	PRCA	M2
		<b>Máq. e Equip. Construção e Agrícolas</b>		
		ACO ALTONA	EALT	
		METISA	MTSA	
		<b>Armas e Munições</b>		
		FORJA TAURUS	FJTA	N2
<b>Bens industriais (Continuação)</b>	<b>Transporte</b>	<b>Transporte Aéreo</b>		
		GOL	GOLL	N2
		<b>Transporte Ferroviário</b>		
		ALL AMER LAT	ALLL	
		ALL NORTE	FRRN	MB
		ALL PAULISTA	GASC	MB
		COSAN LOG	RLOG	NM
		FER C ATLANT	VSPT	
		MRS LOGIST	MRSA	MB
		RUMO LOG	RUMO	NM
		<b>Transporte Hidroviário</b>		
		LOG-IN	LOGN	NM
		TREVISA	LUXM	
		<b>Transporte Rodoviário</b>		
		JSL	JSLG	NM
		TEGMA	TGMA	NM
		<b>Exploração de Rodovias</b>		
		ARTERIS	ARTR	
		AUTOBAN	ANHB	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
		CCR SA CONC RAPOSO CONC RIO TER	CCRO RPTA CRTE	NM  MB
Bens industriais (Continuação)	Transporte (Continuação)	CONCEPA ECON ECONORTE ECOISTAS ECORODOVIAS ECOVIAS INVEPAR ROD COLINAS ROD TIETE RT BANDEIRAS TRIANGULOSOL TRIUNFO PART VIAOESTE	CNCP ERDV ECNT ASCP ECOR ECOV IVPR COLN RDVT CRBD TRIA TPIS VOES	    NM  MB     NM
		Serviços de Apoio e Armazenagem		
		DOC IMBITUBA	IMBI	
		GRUAIROPORT	AGRU	MB
		PRUMO	PRML	NM
		SANTOS BRAS	STBR	
		SANTOS BRP	STBP	N2
		Serviços Diversos		
		ALTUS S/A	ALTS	M2
		CONTAX	CTAX	NM
	Serviços Diversos	CSU CARDSYST	CARD	NM
		DTCOM-DIRECT	DTCY	
		VALID	VLID	NM
	Comércio	Material de Transporte		
		MINASMAQUINA WLM IND COM	MMAQ SGAS	
Consumo não Cíclico	Agropecuária	Agricultura		
		BRASILAGRO	AGRO	NM
		POMIFRUTAS	FRTA	NM
		SLC AGRICOLA	SLCE	NM
	Alimentos Processados	TERRA SANTA	TESA	NM
		Açúcar e Alcool		
		BIOSEV	BSEV	NM
		RAIZEN ENERG	RESA	
		SAO MARTINHO	SMT0	NM
		Carne e Derivados		
		BRF SA	BRFS	NM
		EXCELSIOR	BAUH	
		JBS	JBSS	NM
		MARFRIG	MRFG	NM
		MINERVA	BEEF	NM
		MINUPAR	MNPR	
		Alimentos Diversos		
		FORNODEMINAS	FOMS	MA
		J.MACEDO	JMCD	
		JOSAPAR	JOPA	
		KRAFT GROUP	KFGI	
		M.DIASBRANCO	MDIA	NM
		ODERICH	ODER	
	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes		
		AMBEV S/A	ABEV	
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Uso Pessoal		
		ADVANCED-DH	ADHM	
		NATURA	NATU	NM
		Produtos de Limpeza		
	Diversos	BOMBRIL	BOBR	
		Produtos Diversos		
		HYPERMARCAS	HYPE	NM

	<b>Comércio e Distribuição</b>	<b>Alimentos</b>		
		P.ACUCAR-CBD	PCAR	N1
SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Construção Civil	<b>Edificações</b>		
		CONST A LIND	CALI	
		CR2	CRDE	NM
		CYRELA REALT	CYRE	NM
		DIRECIONAL	DIRR	NM
		EVEN	EVEN	NM
		EZTEC	EZTC	NM
		GAFISA	GFSA	NM
		HELBOR	HBOR	NM
		JHSF PART	JHSF	NM
		JOAO FORTES	JFEN	
		MRV	MRVE	NM
		PDG REALT	PDGR	NM
		RODOBENSIMOB	RDNI	NM
		ROSSI RESID	RSID	NM
		TECNISA	TCSA	NM
		TRISUL	TRIS	NM
		VIVER	VIVR	NM
	Tecidos, Vestuário e Calçados	<b>Fios e Tecidos</b>		
		BUETTNER	BUET	
		CEDRO	CEDO	N1
		COTEMINAS	CTNM	
		DOHLER	DOHL	
		ENCORPAR	ECPR	
		IND CATAGUAS	CATA	
		KARSTEN	CTKA	
		SANTANENSE	CTSA	
		SCHLOSSER	SCLO	
		SPRINGS	SGPS	NM
		TEC BLUMENAU	TENE	
		TECEL S JOSE	SJOS	
		TEKA	TEKA	
		TEX RENAUX	TXRX	
		WEMBLEY	WMBY	
		<b>Vestuário</b>		
		CIA HERING	HGTX	NM
		<b>Calçados</b>		
		ALPARGATAS	ALPA	N1
		CAMBUCI	CAMB	
		GRENDENE	GRND	NM
		VULCABRAS	VULC	
		<b>Acessórios</b>		
		MUNDIAL	MNDL	
		TECHNOS	TECN	NM
	Utilidades Domésticas	<b>Eletrodomésticos</b>		
		IGB S/A	IGBR	
		WHIRLPOOL	WHRL	
		<b>Móveis</b>		
		UNICASA	UCAS	NM
		<b>Utensílios Domésticos</b>		
		HERCULES	HETA	
		NADIR FIGUEI	NAFG	

	<b>Automóveis e Motocicletas</b>	<b>Automóveis e Motocicletas</b> D H B IOCHP-MAXION	DHBI MYPK	NM
SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico (Continuação)	<b>Automóveis e Motocicletas (Cont)</b>	METAL LEVE PLASCAR PART	LEVE PLAS	NM
	<b>Mídia</b>	<b>Produção e Difusão de Filmes e Programas</b>		
		CINESYSTEM	CNSY	MA
		<b>Jornais, Livros e Revistas</b>		
		MELHOR SP SOMOS EDUCA	MSPA SEDU	NM
	<b>Hoteis e Restaurantes</b>	<b>Hotelaria</b>		
		HOTEIS OTHON SAUIPE	HOOT PSEG	
		<b>Restaurante e Similares</b>		
		IMC S/A	MEAL	NM
	<b>Viagens e Lazer</b>	<b>Bicicletas</b>		
		BIC MONARK	BMKS	
		<b>Brinquedos e Jogos</b>		
		ESTRELA TECTOY	ESTR TOYB	
		<b>Parques de Diversão</b>		
		PQ HOPI HARI	PQTM	
		<b>Produção de Eventos e Shows</b>		
		SPTURIS TIME FOR FUN	AHEB SHOW	NM
		<b>Viagens e Turismo</b>		
		CVC BRASIL	CVCB	NM
	<b>Diversos</b>	<b>Serviços Educacionais</b>		
		ANIMA ESTACIO PART KROTON SER EDUCA	ANIM ESTC KROT SEER	NM NM NM NM
		<b>Aluguel de carros</b>		
		LOCALIZA LOCAMERICA UNIDAS	RENT LCAM UNID	NM NM
		<b>Programas de Fidelização</b>		
		MULTIPLUS SMILES	MPLU SMLE	NM NM
	<b>Comércio</b>	<b>Tecidos, Vestuário e Calçados</b>		
		AREZZO CO GRAZZIOTIN GUARARAPES LE LIS BLANC LOJAS HERING LOJAS MARISA LOJAS RENNER	ARZZ CGRA GUAR LLIS LHER AMAR LREN	NM   NM NM NM NM
		<b>Eletrodomésticos</b>		
		MAGAZ LUIZA VIAVAREJO	MGLU VVAR	NM N2
		<b>Produtos Diversos</b>		
		B2W DIGITAL	BTOW	NM

		BR HOME LOJAS AMERIC SARAIVA LIVR	HCBR LAME SLED	MA N2
SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Saúde	Medicamentos e Outros Produtos	<b>Medicamentos e Outros Produtos</b>		
		BIOMM	BIOM	MA
		CREMER	CREM	
		NORTCQUIMICA	NRTQ	MA
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	OUROFINO S/A	OFSA	NM
		<b>Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos</b>		
		ALLIAR	AALR	NM
		DASA	DASA	
		FLEURY	FLRY	NM
		ODONTOPREV	ODPV	NM
		QUALICORP	QUAL	NM
	Equipamentos	<b>Equipamentos</b>		
		BAUMER	BALM	
	Comércio e Distribuição	<b>Medicamentos e Outros Produtos</b>		
		BR PHARMA	BPHA	NM
		DIMED	PNVL	
		PROFARMA	PFRM	NM
		RAIADROGASIL	RADL	NM
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	<b>Computadores e Equipamentos</b>		
		ITAUTEC	ITEC	
		POSITIVO INF	POSI	NM
	Programas e Serviços	<b>Programas e Serviços</b>		
		BRQ	BRQB	MA
		IDEIASNET	IDNT	NM
		LINX	LINX	NM
		QUALITY SOFT	QUSW	MA
		SENIOR SOL	SNSL	MA
		TOTVS	TOTS	NM
Telecomunicações	Telecomunicações	<b>Telecomunicações</b>		
		CTBC TELECOM	CTBC	
		JEREISSATI	MLFT	
		LA FONTE TEL	LFEE	
		OI	OIBR	N1
		SPRINT	SPRN	DRN
		TELEBRAS	TELB	
		TELEF BRASIL	VIVT	
		TIM PART S/A	TIMP	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Utilidade Pública	Energia Elétrica	<b>Energia Elétrica</b>		
		AES ELPA	AELP	
		AES SUL	AESL	
		AES TIETE E	TIET	N2
		AFLUENTE	AFLU	
		AFLUENTE T	AFLT	
		AGCONCESSOES	ANDG	MB
		ALUPAR	ALUP	N2
		AMPLA ENERG	CBEE	
		BONAIRE PART	BNPA	MB
		CACHOEIRA	CPTE	MB
		CEB	CEBR	
		CEEE-D	CEED	N1
		CEEE-GT	EEEL	N1
		CELESC	CLSC	N2
		CELGPAR	GPAP	
		CELPA	CELP	
		CELPE	CEPE	
		CEMAR	ENMA	MB
		CEMIG	CMIG	N1
		CEMIG DIST	CMGD	
		CEMIG GT	CMGT	
		CESP	CESP	N1
		COELBA	CEEB	
		COELCE	COCE	
		COPEL	CPLP	N1
		COSERN	CSRN	
		CPFL ENERGIA	CPFE	NM
		CPFL GERACAO	CPFG	
		CPFL PIRATIN	CPFP	
		CPFL RENOVAV	CPRE	NM
		EBE	EBEN	
		ELEKTRO	EKTR	
		ELETROBRAS	ELET	N1
		ELETROPAR	LIPR	
		ELETROPAULO	ELPL	N2
		EMAE	EMAE	
		ENERGIAS BR	ENBR	NM
		ENERGISA	ENGI	N2
		ENERSUL	ENER	
		ENEVA	ENEV	NM
		ENGIE BRASIL	EGIE	NM
		EQUATORIAL	EQTL	NM
		ESCELSA	ESCE	
		GER PARANAP	GEPA	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Utilidade Pública (Continuação)	Energia Elétrica (Continuação)	INVESTCO	INVT	
		ITAPEBI	ITPB	
		LIGHT	LIGH	
		LIGHT S/A	LIGT	NM
		NEOENERGIA	GNAN	MB
		PAUL F LUZ	PALF	
		PROMAN	PRMN	MB
		REDE ENERGIA	REDE	
		REDENTOR	RDTR	
		RENOVA	RNEW	N2
		RIO GDE ENER	RGEG	
		STATKRAFT	STKF	MA
		TAESA	TAE	N2
		TERMOPE	TMPE	
		TRAN PAULIST	TRPL	N1
		UPTICK	UPKP	MB
	Água e Saneamento	Água e Saneamento		
		CABAMBIENTAL	CABB	MA
		CASAN	CASN	
		COPASA	CSMG	NM
		SABESP	SBSP	NM
		SANEPAR	SAPR	N2
		SANESALTO	SNST	
	Gás	Gás		
		CEG	CEGR	
		COMGAS	CGAS	